

# DOURO 15

ESTUDOS E DOCUMENTOS 1981



1981/82



INSTITUTO DE VITICULTURA DA RAJA

UNIVERSIDADE DO PORTO

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

# DOURO 15

ESTUDOS & DOCUMENTOS 2003



EDIÇÃO e PROPRIEDADE



INSTITUTO DO VINHO DO PORTO

UNIVERSIDADE DO PORTO

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

GEHVID - GRUPO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA DA VITICULTURA DURIENSE E DO VINHO DO PORTO

APOIO:

**FCT**

Fundação para a Ciência  
e a Tecnologia  
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

# DOURO 15

ESTUDOS & DOCUMENTOS 2003

DOURO – Estudos & Documentos · Publicação bianual · Ano 8 · 2003 · Nº 15

## DIRECÇÃO

Jorge Monteiro (Presidente do Instituto do Vinho do Porto)

José Ângelo Novais Barbosa (Reitor da Universidade do Porto)

Armando Mascarenhas Ferreira (Reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)

## DIRECTOR-COORDENADOR

Francisco Ribeiro da Silva (Coordenador do Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto/FLUP)

## CONSELHO CIENTÍFICO

António Manuel de Barros Cardoso (História Moderna/Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Coordenador Adjunto do GEHVID)

Aurélio Araújo de Oliveira (História Moderna/Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

Carlos Alberto Brochado de Almeida (História Antiga/Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

Gaspar Manuel Martins Pereira (História Contemporânea/Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

Henrique Luís Costa Gomes de Araújo (Antropologia/Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto)

Lúcia Maria Cardoso Rosas (História da Arte Medieval/Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

Maria Antonieta Cruz (História Contemporânea/Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

Maria Eunice da Costa Salavessa (Departamento de Engenharias Rural/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)

## SECRETARIADO

Eliana Brites Rosa

## PROPRIEDADE

Instituto do Vinho do Porto ■ Universidade do Porto ■ Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

## EDIÇÃO

GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Apartado 55038 n 4051-452 PORTO – PORTUGAL

Telefone e fax.: 22 6077199 ■ E-mail: gehvid@letras.up.pt

**Composição:** Edições Afrontamento

**Impressão e Acabamento:** Rainho & Neves, Lda.

**Assinatura anual (2 números)**

Instituições: 20 €; Individuais: 17,5 €

Preço deste número: 15 €

**Tiragem:** 1200 exemplares

**Depósito Legal:** 98629/96

**ISSN:** 0873-3899

© Direitos reservados, de acordo com a legislação em vigor. © Idem para as Maquetas e imagens usadas nas maquetas  
Todas as maquetas apresentadas são da exclusiva responsabilidade das Edições Afrontamento/Departamento Gráfico.

# ÍNDICE

<b>EDITORIAL</b>	<b>7</b>
<b>VINHO, HISTÓRIA E CULTURA</b>	
<b>MARIA OLINDA RODRIGUES SANTANA</b>	<b>011</b>
Da vinha e do vinho na documentação foraleira manuelina do Vale do Douro	
<b>BERNARDINO VIEIRA DE OLIVEIRA</b>	<b>25</b>
Breve notícia de <i>Uma crise no Douro (1908-1915)</i>	
<b>ANA GÓMEZ DÍAZ-FRANZÓN</b>	<b>043</b>
Vinos de Oporto y Madeira. Antigua iconografía publicitaria emitida por bodegueros de Jerez	
<b>MANUEL DE SAMPAYO PIMENTEL AZEVEDO GRAÇA</b>	<b>061</b>
Das casas, suas pedras-de-armas, um mesmo tronco...	
<b>CARLA SEQUEIRA</b>	<b>077</b>
O vinho do Porto e as movimentações sociais nos anos de 1914-15	
<b>CARLOS D'ABREU</b>	<b>087</b>
A itineração na antiga comarca de Torre de Moncorvo	
<b>PEDRO TEIXEIRA PEREIRA</b>	<b>103</b>
Os Pedrosses – uma família de elite no Porto setecentista	
<b>FITOTECNIA, ENGENHARIA RURAL E ENGENHARIA AGRO ALIMENTAR</b>	<b>07</b>
<b>JOSÉ VAZ CALDAS. JOÃO REBELO</b>	<b>143</b>
Technical efficiency and productivity growth in the farming system of the Douro region: a stochastic frontier approach	
<b>JOSÉ ALVES RIBEIRO</b>	<b>0157</b>
Alto Douro – A paisagem agrária e os equilíbrios ambientais	
<b>NUNO PIZARRO MAGALHÃES</b>	<b>163</b>
Caracterização e condução de castas tintas na região demarcada do Douro	
<b>ECONOMIA E SOCIOLOGIA</b>	
<b>ANA PINTO DE MOURA. VICTOR ROCHA</b>	<b>0177</b>
Objectivos e estratégias das empresas exportadoras de vinho do Porto: o caso do mercado Belga	

**MANUEL ALBERTO RAMOS MAÇÃES. JOÃO FERREIRA DIAS**

Estratégias e processos de internacionalização:  
um estudo empírico no sector do vinho do Porto

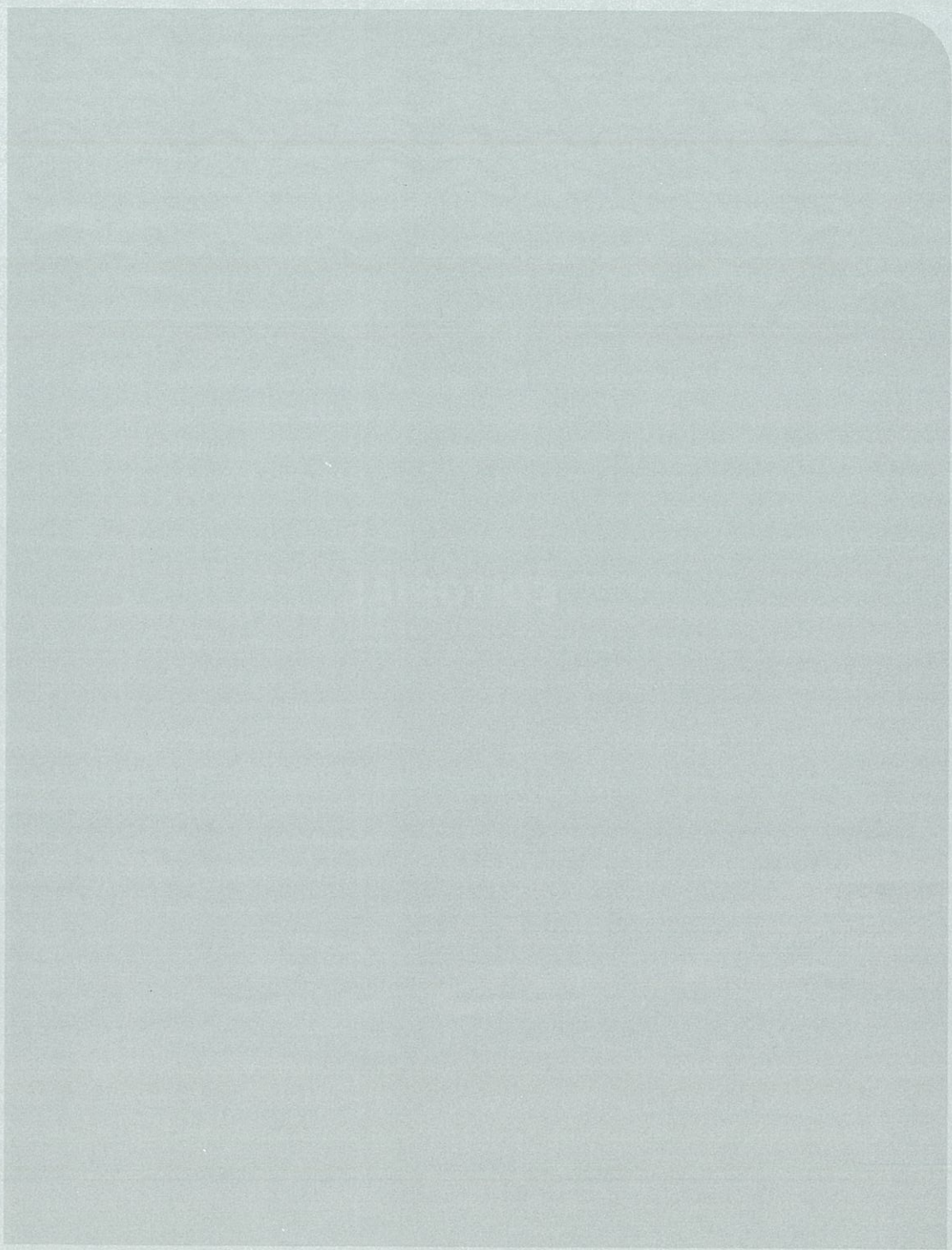
197

**NOTÍCIAS****ANTÓNIO BARROS CARDOSO. ELIANA BRITES ROSA**

227



**EDITORIAL**



## EDITORIAL

Salta aos olhos dos leitores e assinantes que o presente número da Revista apresenta um novo aspecto resultante de arranjo gráfico retocado. A decisão de mexer no visual não nasceu de qualquer rejeição fundamentalista do anterior mas da resposta à necessidade de inovação que, mais tarde ou mais cedo, sempre se sente no interior das instituições que se querem manter pujantes.

A vontade de mudança não se exprime apenas na capa. Foi nosso desejo proceder a uma nova arrumação das secções temáticas, de modo a contemplar e dar relevo às contribuições interdisciplinares, interdepartamentais e interuniversitárias. Na verdade, o próprio Projecto GEHVID pretende reforçar intercâmbios com outros Departamentos da Universidade do Porto e de outras Universidades, não só na feitura da Revista mas também em projectos de investigação. Nunca foi objectivo do Projecto GEHVID e muito menos da Revista dedicar-se exclusivamente à história do vinho, ainda que essa temática tenha vindo a sobressair. Na Universidade do Porto, tanto na Faculdade de Letras como nas outras que a integram, há professores e investigadores de áreas outras cujas pesquisas relacionadas com o vinho teriam pleno cabimento nas páginas da Revista. Estamos vivamente interessados nessa colaboração e já foram dados alguns passos para que esse desejo se transforme em realidade. O mesmo se diga da nossa parceira que é a UTAD, cuja colaboração neste número é saudada, não se limitando aliás a uma só disciplina.

Entendemos também redimensionar o Conselho de Redacção, transformando-o em Conselho Científico, sem deixar de conservar bem representada a vontade inicial de nele ver reflectidas a interdisciplinaridade e a interuniversidade.

Importa ainda frisar que, cumprido o desígnio de publicação das Actas do II Simpósio Internacional de História e Civilização da Vinha e do Vinho nos números anteriores, pudemos regressar ao registo e selecção de textos científicos avulsos, eventualmente elaborados expressamente para a Revista. E como o título deixa subentendido, a publicação de documentos alusivos ao Douro continua nos nossos propósitos.

Os conteúdos dos artigos deste número, tendo como fundo comum as questões do vinho, distribuem-se por três grandes áreas temáticas, a saber: História e Cultura, Fototecnia e Engenharia, Economia e Sociologia. É a diversificação em marcha que desejamos ver multiplicada e aprofundada.

Francisco Ribeiro da Silva  
FLUP/GEHVID

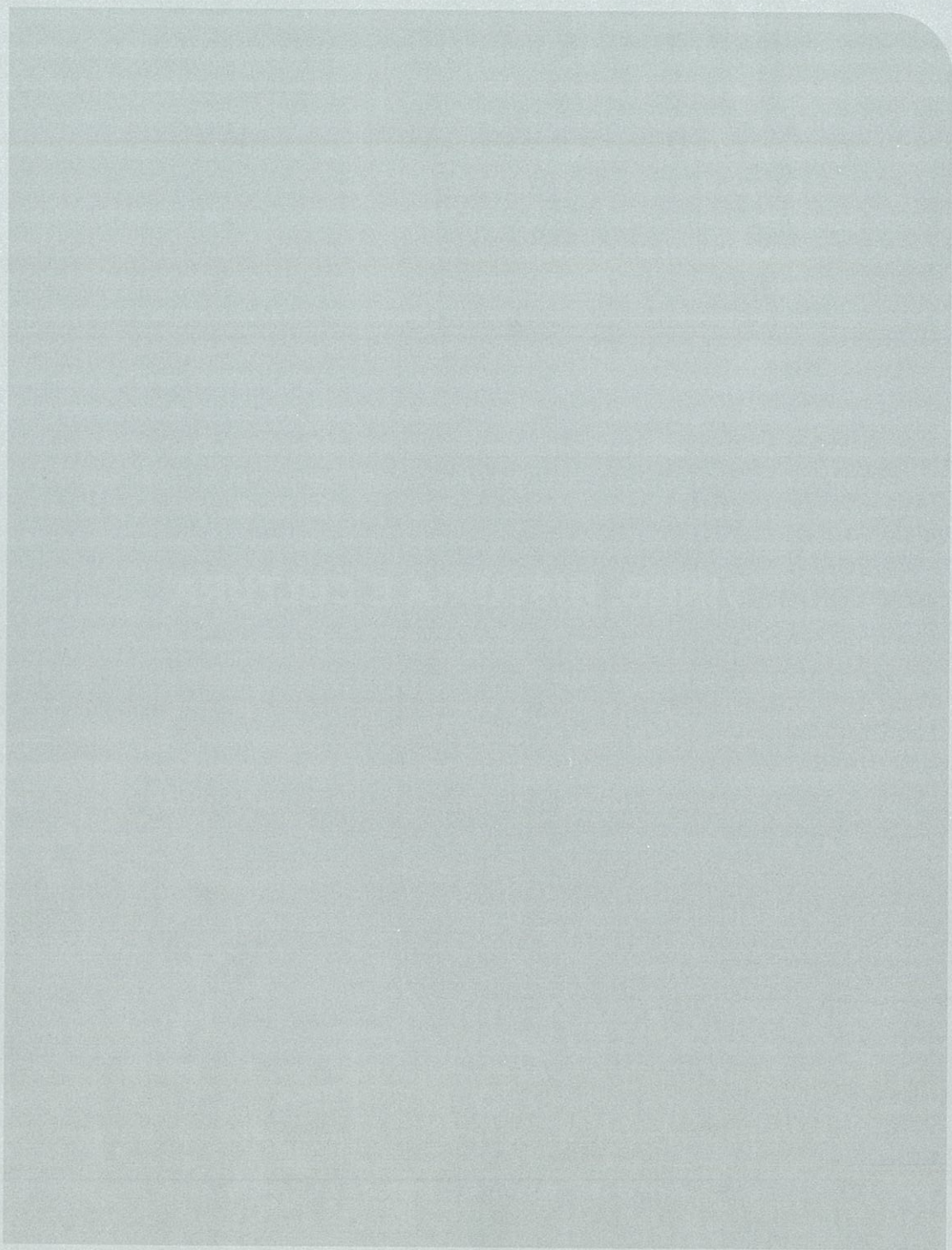


QUINTA SADEIA  
B. AL  
DOURO  
N.º 31

**VINHO, HISTÓRIA E CULTURA**



QUINTA SADEIA  
B. AL  
DOURO



# DA VINHA E DO VINHO NA DOCUMENTAÇÃO FORALEIRA MANUELINA DO VALE DO DOURO<sup>1</sup>

MARIA OLINDA RODRIGUES SANTANA \*

## SUMÁRIO

Para a elaboração do presente trabalho, numa primeira etapa, foi feita uma selecção da documentação manuelina outorgada aos lugares que viriam, cerca de dois séculos mais tarde, a dar origem à região demarcada do Douro. Numa segunda fase, foi levado a cabo um levantamento quantitativo do vocabulário, tendo por finalidade verificar o peso dos temas da vinha e do vinho no discurso foraleiro manuelino da bacia do Douro.

Por último, foram apresentadas as conclusões da análise realizada.

## 1. A ESCOLHA DO CORPUS E A METODOLOGIA ADOPTADA

A documentação manuelina,<sup>2</sup> separada para a análise dos temas enunciados, é constituída pelos registos manuelinos das localidades situadas no vale do Douro retirados do *Liuro dos Foraes Nouis da Comarca da Beira* e do *Liuro dos Foraes Nouis da Comarca de Trallos Montes*, pelas inquirições manuelinas de Trás-os-Montes dessas mesmas localidades e pelos exemplares das Câmaras<sup>3</sup> e dos donatários dos men-

\* Departamento de Letras da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

1. O presente texto retoma alguns dados já por nós apresentados no capítulo da obra - História do Douro e do Vinho do Porto - Época Moderna. Volume III, intitulado "A documentação foraleira manuelina da região duriense", que se encontra no prelo.

2. É constituída pelas inquirições manuelinas que foram realizadas na primeira fase da reforma manuelina dos forais. Eram, genericamente, processos contenciosos que tinham como finalidades primeiras legitimar as queixas dos povos em relação aos senhorios ou à própria coroa e certificar juridicamente os direitos e deveres das partes envolvidas. A outra produção da reforma foraleira diz respeito aos registos. Foram produzidos 537 registos para todo o reino. O *Liuro dos Foraes Nouis da Comarca da Beira* é composto por 180 registos dos forais reformados para a província da Beira, o de Trás-os-Montes é constituído por 64, o da Estremadura por 125, o de Entre-Tejo-Odiana (Alentejo e Algarve) por 112 registos e o de Entre Douro e Minho por 56 (DIAS, 1961, 1962, 1965, 1969). Na terceira produção da reforma manuelina, foram executados os exemplares das Câmaras das cidades, vilas, lugares e os dos donatários.

3. Como muitos Municípios transmontanos ainda não possuem um Arquivo Municipal, os exemplares manuelinos das Câmaras estão guardados nas próprias Câmaras: por vezes, no gabinete do Presidente, como acontece com o original de Vila Real, outras, em reservados, como ocorre com o exemplar da Câmara de Mesão Frio.

cionados lugares transmontanos, guardados em Arquivos Municipais<sup>4</sup>, Distritais<sup>5</sup>, Bibliotecas Municipais<sup>6</sup> e Museus Regionais<sup>7</sup>.

As fontes analisadas foram, concretamente, as seguintes:

- dezasseis registos dos lugares de Mesão Frio (f. 28 r.<sup>o</sup>), Couto do Peso (f. 39 r.<sup>o</sup>), Barqueiros (f. 40 r.<sup>o</sup>), Penaguião, Fontes e Godim (f. 64 v.<sup>o</sup>-72 v.<sup>o</sup>), Moura Morta (f. 24 r.<sup>o</sup> e v.<sup>o</sup>), Vila Real (f. 47 v.<sup>o</sup>-49 r.<sup>o</sup>), Freixiel (f. 47 r.<sup>o</sup> e v.<sup>o</sup>), Alijó (f. 23 v.<sup>o</sup>-24 r.<sup>o</sup>), Favaios (f. 26 r.<sup>o</sup>-v.<sup>o</sup>), Murça (f. 10 v.<sup>o</sup>), Vilarinho da Castanheira (f. 22 v.<sup>o</sup> e 23 r.<sup>o</sup>), Ansiães (f. 13 r.<sup>o</sup> e v.<sup>o</sup>), Moncorvo (f. 13 v.<sup>o</sup>-14 r.<sup>o</sup>), Vila Flor (f. 17 r.<sup>o</sup> e v.<sup>o</sup>), Frechas (f. 19 r.<sup>o</sup> e v.<sup>o</sup>), Freixo de Espada à Cinta (f. 5 r.<sup>o</sup>-6 v.<sup>o</sup>)<sup>8</sup> insertos no *Liuro dos Foraes Nouos da Comarca de Trallos Montes* (I.A.N.T.T.).
- Oito inquirições manuelinas<sup>9</sup> remanentes foram exaradas para lugares da região do Douro: Alijó e Favaios, Mesão Frio, Vila Real, Penaguião, Fontes e Godim, Freixo de Espada à Cinta e Torre de Moncorvo, Alfândega e Adeganha, Ansiães, Frechas, Freixiel.
- Dos exemplares manuelinos das Câmaras e dos donatários, consultámos doze originais: Mesão Frio, Alijó, Favaios, Vila Real, Barqueiros, Couto do Peso, Ansiães, Alfândega da Fé, Moncorvo, Freixo de Espada à Cinta, Frechas e Vila Flor.
- Do *Liuro dos Foraes Nouos da Comarca da Beira*, compulsámos vinte e um registos exarados para as localidades de São João da Pesqueira (f. 16v.<sup>o</sup>, 17 r.<sup>o</sup>), Almendra (f. 20 v.<sup>o</sup>, 21 r.<sup>o</sup>), Longroiva (f. 29 v.<sup>o</sup>, 30 r.<sup>o</sup> e v.<sup>o</sup>), Numão (f. 32 v.<sup>o</sup>, 33 r.<sup>o</sup>), Cedavim (f. 49 r.<sup>o</sup> e v.<sup>o</sup>), Valdigem (f. 62 r.<sup>o</sup>), Sande (f. 96 r.<sup>o</sup> e v.<sup>o</sup>), Samudães (f. 97 r.<sup>o</sup>), Penajóia (f. 98 r.<sup>o</sup> e v.<sup>o</sup>), Armamar (f. 99 r.<sup>o</sup> e v.<sup>o</sup>), Valença (f. 100 v.<sup>o</sup>, 101 r.<sup>o</sup> e v.<sup>o</sup>), Aveloso, Valongo dos Azeites e Trevões (f. 123 r.<sup>o</sup> e v.<sup>o</sup>), Pendilhe e Vilarouco (f. 124 r.<sup>o</sup>), Parada e Vale de Ladrões (f. 124 v.<sup>o</sup>, 125 r.<sup>o</sup>), Várzea (f. 125 r.<sup>o</sup> e v.<sup>o</sup>), Canelas (f. 125 v.<sup>o</sup>), Vila Nova de Foz Côa (f. 126 r.<sup>o</sup> e v.<sup>o</sup>), Lamego (f. 133 v.<sup>o</sup>, 134 r.<sup>o</sup> e v.<sup>o</sup>, 135 r.<sup>o</sup> e v.<sup>o</sup>, 136 r.<sup>o</sup> e v.<sup>o</sup>, 137 r.<sup>o</sup>), Fontelo (f. 152 r.<sup>o</sup> e v.<sup>o</sup>), Muxagata (f. 155 r.<sup>o</sup> e v.<sup>o</sup>), Meda (f. 155 v.<sup>o</sup>, 156 r.<sup>o</sup>)<sup>10</sup>. No total, analisámos cinquenta e sete documentos foraleiros manuelinos.

Não foi possível, no âmbito deste trabalho, pesquisar as inquirições manuelinas da Beira nem os originais manuelinos das Câmaras e dos senhorios desta província. Para estudar

4. No Arquivo Municipal de Alijó estão guardados os originais de Alijó e de Favaios.

5. Arquivo Distrital de Bragança (Vila Flor, Freixo de Espada à Cinta).

6. Biblioteca Pública e Municipal do Porto (Barqueiros, Couto do Peso).

7. Museu Regional Dr.<sup>a</sup> Berta Cabral (Vila Flor), Museu Regional do Abade de Baçal (Ansiães, Alfândega da Fé, Moncorvo, Freixo de Espada à Cinta, Frechas).

8. Nos registos inseridos no *Liuro dos Foraes Nouos da Comarca de Trallos Montes*, não aparece qualquer referência aos lugares de Covelinhas, Abaças, Guiães, Sabrosa, Sanfins do Douro e S. Mamede de Tua.

9. Cf. SANTANA, Maria Olinda Rodrigues - *Liuro dos Foraes Nouos da Comarca de Trallos Montes*. Introdução, edição diplomática e notas. Mirandela: João Azevedo Editor, 1999, p. 47-50.

10. Não aparece, no *Liuro dos Foraes Nouos da Comarca da Beira*, qualquer referência aos lugares de Barrô, Ferreiros de Avões, Cambres, Figueira, Parada do Bispo, Vacalar, Aldeias, Folgosa, Santo Adrião, Adoriga, Santa Leocádia, Barcos, Tabuaço, Pereiro, Granjinha, Sendim, Pinhão, Casal de Loivos, Ervedosa do Douro, Nozelo do Douro, Vale de Figueira, Custóias, Horta, Seixas, Murça, Mós, Santo Amaro, Sebadelhe, Touça, Fonte Longa, Paço do Canto, Chãs, Castelo Melhor, Escalhão, etc.

esta documentação é necessário fazer uma averiguação sobre o paradeiro dessas fontes, quer no Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, quer nos municípios beirões. Trata-se de uma pesquisa morosa, como já tivemos ocasião de experienciar ao executar o inventário da documentação manuelina de Trás-os-Montes, pois, como é sabido, não existe no I.A.N.T.T. qualquer tipo de inventariação sobre as inquirições manuelinas<sup>11</sup>, nem tão pouco sobre os originais das Câmaras e dos donatários que, aí, se encontram guardados. No entanto, dada a organização textual repetitiva da documentação manuelina, talvez a leitura das fontes em falta não venha acrescentar muitos segmentos temáticos novos à problemática em estudo, mas, de qualquer forma, é conveniente, posteriormente, adicionarmos esses dados.

Examinámos, por conseguinte, um *corpus* específico e reduzido dentro do conjunto da documentação produzida no dealbar da Época Moderna para a região do Douro. Porém, mesmo assim, valeu a pena observar, através da aplicação de uma metodologia de base estatístico-lexical, a presença dos temas da vinha e do vinho num discurso bem particular: o dos forais manuelinos.

No texto que a seguir fornecemos, num primeiro momento, apontaremos a estrutura textual dos documentos. Num segundo, tentaremos desvelar as actividades económicas da região do Douro, destacando, no discurso produzido, o peso dos temas da vinha e do vinho.

## 2. A COMPOSIÇÃO TEXTUAL DOS REGISTOS E ORIGINAIS MANUELINOS

Os registos e os originais manuelinos das Câmaras e dos donatários, tendo sido uma documentação composta em série, estribam-se numa estrutura discursiva lacunar baseada numa remissão textual, repetitiva e sintética. Basta recordar, a título de exemplo, os textos de uma grande parte dos registos e forais das margens norte e sul do Douro que remetem em vários títulos para o conteúdo dos títulos correspondentes nos modelos regionais seguidos (Miranda, Lamego). A obediência a um modelo, decalcando em grande parte o seu conteúdo, torna este tipo de documentação extremamente lacónica. No fundo, os registos e exemplares mais não são do que variantes textuais e geográficas de um paradigma ou de um modelo regional. Evocaremos exemplos retirados dos documentos em estudo para ilustrar o tipo de construção textual acima apontado. Assim, o modelo principal do *Liuro dos Foraes Nouos da Comarca de Trallos Montes* é o modelo de Miranda, e é, inclusivamente, o registo que abre o *Liuro*. Contudo, nem todos os registos remetem para o modelo principal, por exemplo, os registos de Vila Real, Couto

11. A documentação citada não está inventariada nos Guias de Fundos e Coleções do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

do Peso e Barqueiros, que pertenciam à província de Trás-os-Montes, não reenviam nalguns dos seus títulos ao foral de Miranda, mas ao foral de Lamego, um dos modelos do *Liuro dos Foraes Novos da Comarca da Beira*. Devemos ainda considerar que as remissões podem não ser feitas directamente a um modelo, mas indirectamente através de outro. Deste modo, o registo de Godim remete directamente para os forais de Penaguião e Vila Real e indirectamente para o de Lamego. Os registos de Armamar, Couto de Sande, Fontelo, Aveloso, Canelas, Penajóia, Samudães seguem o modelo de Lamego, já os títulos de Pendilhe, Parada, Várzea reenviam directamente ao foral de Aveloso, no qual estão incluídos e, indirectamente, ao modelo de Lamego.

Os paradigmas a seguir teriam, por certo, em conta a proximidade geográfica (obediência ao modelo regional mais próximo), a semelhança de condições naturais dos lugares (clima, solos, cursos de água, etc.) e, paralelamente, as colheitas de produtos agrícolas ou outros similares.

Atentemos nalguns exemplos do *corpus*, que assinalam o que acabámos de mencionar. Os registos de Almendra, S. João da Pesqueira, Numão e Longroiva seguem um dos modelos principais do *Liuro dos Foraes Novos da Comarca da Beira*, o modelo da Guarda, registo que, aliás, abre o *Liuro*. O registo de Muxagata, por sua vez, segue o modelo de Longroiva, Meda o paradigma de Muxagata. Vila Nova de Foz Côa segue o modelo de Trancoso e Cedovim o de Marialva.

Os documentos manuelinos das localidades situadas na margem norte do Douro (Moura Morta, Alijó) transcrevem, no título da pena de arma, o modelo de Vilarinho da Castanheira, que segue a lei geral. Os registos de Ansiães, Moncorvo, Vila Flor, no mesmo título, repetem textualmente o foral de Vinhais que segue a lei geral e remete para o mesmo título do foral de Miranda.

A composição textual, discursiva deste tipo de documentação resultou de uma estrutura organizativa peculiar e inovadora levada a cabo por Fernão de Pina, o supervisor da reforma manuelina. A elaboração da documentação diversificou-se em quatro originais de cada documento (inquirição, registo, original da Câmara e do senhorio). Isto significa que a tipologia textual dos forais novos é, pois, múltipla, constituída por vários textos em interligação. Por este motivo, a documentação foraleira manuelina constitui, sem dúvida, um acervo documental muito particular, por um lado, extenso, por outro, sintético. Deste modo, num texto foraleiro manuelino, quase sempre, o arazoado se mantém variando, de um texto para outro, alguns tópicos como, por exemplo, os impostos, isto é, as somas a pagar em moeda ou em géneros agro-pecuários pelos concelhos à coroa ou aos senhorios, os topónimos e os antropónimos, relativos aos locais aos quais foram atribuídos os diplomas. Na verdade, uma parte significativa do conteúdo dos textos conservava-se quase inalterável no conjunto dos registos e dos originais de todo o reino. Não é novidade afirmar que as repetições dos temas, das frases, dos vocábulos, neste tipo de documentos, não

facultam uma análise alargada da estrutura económica e social da época em estudo. Francisco Ribeiro da Silva já o declarou no seu estudo – *Forais Manuelinos do Porto e do seu termo*. Defende o autor que “os forais não são as fontes mais adequadas para se estudar a estrutura económica do Portugal de antigo regime. A sua natureza intrínseca não permite tal veledade. E quem quisesse estudar através deles o sistema fiscal do antigo regime, não captaria senão uma parte da realidade, aliás desfigurada pelo facto de o enfiteuta não poder ter na generalidade a sensação de que o seu interlocutor era o Estado, por mais que os forais tivessem sido outorgados pelo rei. Mas tendo durado a sua vigência até à vitória definitiva do liberalismo e tendo em conta o seu conteúdo, parece evidente que interagem com a actividade económica e impuseram constrangimentos nas relações entre os grupos sociais.”<sup>12</sup>

Apesar de todas as limitações, os dois grandes objectivos da reforma foraleira – a actualização da língua antiga dos forais medievais (latino-portuguesa ou português arcaico) em língua portuguesa mais evoluída e a conversão dos foros antigos pagos em produtos agro-pecuários a foros certos e actualizados, preferencialmente, em moeda nova – foram plenamente cumpridos.

As tendências uniformizadoras e reguladoras impostas nos forais novos, escoradas num tipo de construção discursiva específica, como vimos atrás, muitas vezes, escamoteiam os tributos correspondentes à produção agrícola, em geral, e vinícola, em particular, como temos oportunidade de constatar adiante. Ainda assim, da leitura dos registos e dos forais manuelinos ressalta, sobretudo, no título da portagem, o pendor fiscal apoiado na regulamentação tributária das mercadorias transaccionadas no comércio local e regional.

### 3. AS ACTIVIDADES ECONÓMICAS NA REGIÃO DO DOURO

A análise discursiva do *corpus* escolhido demonstrou que a principal actividade do homem duriense, no período manuelino, era a agricultura. A pesca, a pequena indústria e o comércio eram actividades subsidiárias ou complementares da primeira.

As referências à agricultura duriense assomam em duas partes específicas dos textos foraleiros: no *incipit*, onde são enumeradas as rendas pagas em géneros, e no título da portagem, nos forais de portagem ou de tipo misto, onde são enunciados todos os produtos transaccionados no comércio regional.

Com frequência, os foros a pagar pelos lugares à coroa e aos senhorios não espelhavam fielmente o tipo de produtos agrícolas mais granjeados na zona em estudo, porquanto, em vários forais, os tributos eram pagos exclusivamente em moeda, por exemplo, em Alijó e Favaios, em Vila Real, em Mesão Frio, em Cedovim, em Vila Nova de Foz Côa e em Arma-

12. GARCIA, José Manuel; SILVA, Francisco Ribeiro da - *Ob. cit.* [Lisboa]: Edições Inapa, 2001, p. 124.

mar. Mesmo assim, podemos adiantar que as principais produções agrícolas cultivadas no Douro, no período em análise, eram os *cereais*, especialmente, o centeio, o milho miúdo, o trigo e, por último, a cevada; o vinho, o linho, o azeite, as frutas e os legumes. Ocorriam ainda outros produtos no pagamento de foros, sobretudo, o mel, a cera e o gado (caprino, porcino) ou partes do gado bovino e equino (cabeça maior, besta maior, besta cavalari, besta muar), os animais de capoeira (capão, galinha, frangão) e os ovos.

Importa não olvidar que as produções agrícolas de uma zona geográfica estão, evidentemente, relacionadas com as condições naturais dessa mesma área (clima, solos, cursos de água, etc.) e estão ligadas, de igual forma, à repartição da propriedade nesse espaço geográfico. O estudo efectuado mostrou que a divisão das terras durienses, no início do século XVI, não era, de maneira alguma, uniforme.

Nos lugares situados geograficamente junto ao rio Douro, tanto na margem norte como sul, a terra estava mais repartida do que nas localidades das mesmas margens situadas mais para o interior. Nos primeiros lugares, os direitos foraleiros recaíam sobre pequenas porções de terra, sendo, por esta razão, essas terras mais sobrecarregadas de impostos. Nos concelhos transmontanos e beirões mais afastados do vale do Douro, as rendas eram pagas, com mais frequência, em prestações colectivas fixas em numerário ou em quotas mistas, sendo estas terras menos agravadas do que as terras junto ao Douro.

Situando-se uma parte considerável de terras beneficiadas com foral manuelino junto ao rio Douro e seus afluentes, um outro dos domínios de actividade dos moradores dessas localidades era a actividade piscatória. A exploração de ribeiras, pesqueiras e vaus era um complemento económico a não desprezar, nesta zona hidrográfica. Vários são os registos que referem as pesqueiras e os canais do Douro. Citemos apenas alguns: Vilarinho da Castanheira, Ansiães, São da Pesqueira, Valdigem, Parada.

Uma outra actividade ligada aos recursos hídricos e auxiliar da actividade piscatória era a indústria da moagem. O foral de Frechas menciona a construção de “moendas ou açudes no rio Tua”.

A actividade piscatória e a indústria da moagem<sup>13</sup> tinham algum peso económico nas localidades ribeirinhas, apesar de serem sempre actividades suplementares da actividade agrícola.

Uma outra actividade importante para as gentes durienses era a actividade pecuária. A criação de animais domésticos e a actividade venatória eram, outrossim, subsidiárias e abrangidas no sector primário. A criação de gado, nas localidades rurais, era uma actividade com algum ónus económico, sendo inclusive uma actividade estimulada por algumas isenções inscritas nos forais novos (passagem de gados, maninhos, isenção do pagamento pelo transporte de erva e forragens).

13. Ainda hoje se encontram centenas de moinhos de rodízio nas terras de Trás-os-Montes e Alto Douro e nas terras da Beira. A título de mera curiosidade, podemos informar que só o concelho de Boticas possui 260 moinhos de rodízio. A actividade moageira, sendo importante para as comunidades rurais desde tempos remotos, também o seria, no período manuelino.

Se bem que o sector primário fosse o que evidenciava maior peso na vida económica dos lugares situados na bacia do Douro, o sector secundário marcava, de igual forma, a sua presença pela enumeração das actividades artesanais e industriais associadas a um certo dinamismo comercial do sector terciário.

Para confirmar o que acabámos de enunciar, basta averiguar os direitos de portagem dos documentos para retermos uma imagem do comércio local, regional e, até, nacional. Nos vários tipos de comércio eram negociados os produtos agrícolas (cereais, legumes verdes e secos, fruta verde e seca, vinho, vinagre, azeite), os produtos transformados (farinhas, pão cozido, biscoito, sebo, unto, queijos, queijos secos, queijadas, manteiga salgada, cera, etc.), a pecuária (gado equino, bovino, ovino e porcino), a caça (raposas, martas, coelhos, lebres, perdizes, patos, adens, pombos, etc.), a indústria têxtil (panos, mantas, feltros, lã, burel, linho, etc.), a curtimenta de peles (sumagre, pelicas, coiros, peles), o pescado (bogas, bordalos, trutas, mariscos), assim como as produções artesanais ligadas à sapataria, à cestaria, à cordoaria, à olaria, à ourivesaria, à boticária, à tinturaria, ao vestuário, entre outras.

A lista de mercadorias oneradas no título da portagem é semelhante em todos os forais manuelinos do reino, e salienta que, na época, a actividade comercial era muito afim nas várias regiões do país. O vale do Douro não foge a esta regra.

Depois de termos aludido, sumariamente, às principais actividades da economia duriense encontradas no discurso foraleiro manuelino da supracitada documentação transmontana e alto-duriense, pretendemos indicar, agora, com mais detalhe as referências vocabulares aos temas da vinha e do vinho.

#### 4. A VINHA E O VINHO

É certo que as peculiaridades discursivas da documentação não facultam uma abordagem completa dos temas da vinha e do vinho, na região do Douro, na época manuelina, concedem, no entanto, uma percepção aproximada dessa temática.

Como é, por demais, propalado, a cultura da vinha no vale do Douro remonta a tempos imemoriais. O seu incremento aparece gravado, com frequência, na documentação medieval. No reinado dionisino, o cultivo da vinha era incentivado na Terra de Panóias (foral dionisino de Vila Real de 1289<sup>14</sup>) e na Terra da Vilarça (foral de Vila Flor de 1286<sup>15</sup>).

Ora, no período manuelino, esses incentivos já teriam dado os seus frutos, ou seja, a produção vitícola seria mais expressiva do que na Idade Média, na região. No entanto,

14. "E todo o pobrador de Vila Real daquele dia que começar a pobrar ata tres anos faça casa e vinha."

15. "E quem edificar casa ou honrar as suas vinhas ou a sua herdade, e estiver nela um ano, querendo depois habitar noutra terra, possa servir-se de toda a sua herança onde quer que habite."

por razões de construção discursiva, atrás apontadas, a documentação foraleira manuelina não transmite informações detalhadas sobre o cultivo da vinha, nas terras durienses. Existem, somente, algumas alusões genéricas ao tema do vinho nos três tipos de documentos manuelinos (inquirições, registos e exemplares). As indicações mais específicas usadas em relação ao vinho são, tão-somente, as expressões *vinho mole* e *vinho cozido*, no registo de Penaguião.

Dentro das inquirições manuelinas arroladas apenas um pequeno grupo apresenta algumas referências vocabulares associadas ao tema do vinho (Vila Real, Penaguião e Fontes, Ansiães e Frechas). Na inquirição de Vila Real, surgem duas ocorrências do vocábulo vinho, na de Penaguião e Fontes, ocorrem treze menções, na inquirição de Ansiães, três vocábulos, e, na de Frechas assoma apenas um. O total de vocábulos e expressões relacionados com o tema do vinho não é nada animador.

Nos outros dois tipos de testemunho (registos e originais), os temas da vinha e do vinho aparecem com mais relevância, porque são enunciados, nos foros a pagar, nos inúmeros cabeçalhos dos textos foraleiros e no título da portagem, em todos os forais de portagem ou de tipo misto. Assim sendo, o vinho é um dos produtos recorrentes na enumeração dos tributos em géneros e quotas mistas na documentação manuelina da margem norte e sul do rio Douro. A título ilustrativo, podemos especificar o pagamento dos foros em vinho nalguns registos e forais das duas margens do Douro. Na margem norte, no registo e foral do Couto do Peso, os moradores pagavam o quinto do vinho das vinhas antigas e das novas. É importante notar que, na altura, no Peso da Régua deveria estar a operar-se um incremento no plantio da vinha, uma vez que há alusão a vinhas novas. No registo de Penaguião, são inúmeras as freguesias aforadas em vários casais que pagavam os direitos em vinho<sup>16</sup>. Por sua vez, no registo de Fontes, quarenta casais pagavam treze almudes de vinho. No registo de Godim, os moradores tinham de pagar o quarto do vinho. Pagavam ainda de direituras, cada casal no primeiro

16. No título da freguesia de Sedrelos, o reguengo das Açoreiras pagava sessenta almudes de vinho. No título de Aldarete, cinco casais de Travanca pagavam dez canadas de vinho. No título das herdades do Sobrado, pagavam pelas herdades trinta e quatro almudes de meio de vinho. No título de Mondrões, o casal de Lombada pagava quatro almudes de vinho. No título de Marão, o casal de Mouta pagava de vinho quatro canadas, o casal da Nogueira pagava três canadas de vinho cozido. No título de Sanhoane de Medim, o casal da Lágua pagava quatro almudes de vinho. No título de Loureiro, o reguengo de Travaços pagava treze almudes e quatro canadas de vinho, o reguengo de Remesela pagava igualmente treze almudes e quatro canadas de vinho, o reguengo de São Gião pagava quarenta e seis almudes e oito canadas de vinho, por algumas leiras pagava-se oito almudes e oito canadas de vinho, por um casal pagava-se nove almudes de vinho, por outro lugar pagava-se nove almudes de vinho, por um outro casal pagava-se nove almudes de vinho, por um outro pagava-se nove almudes de vinho, por outro casal pagava-se nove almudes de vinho e por um outro pagava-se nove almudes de vinho. No título de São Miguel, o reguengo de Lourenti pagava cinquenta e três almudes de vinho. No título de Sever, por um casal pagava-se seis almudes e quatro canadas de vinho, por dois casais e uma quebrada pagava-se seis almudes e oito canadas de vinho. No título de Mafomedes, por um casal pagava-se seis almudes e oito canadas de vinho, por um outro pagava-se o mesmo foro em vinho, seis almudes e oito canadas de vinho, por um casal de permeio pagavam os dois foreiros três almudes e quatro canadas de vinho cada um, por um outro o foreiro pagava três almudes e quatro canadas de vinho, outro foreiro por um casal pagava outro tanto, três almudes e quatro canadas de vinho. No título de Fornelos, toda a aldeia pagava vinte e seis almudes e oito canadas de vinho.

dia de Maio, cinco alqueires de vinho, por São Miguel pagavam cinco quartas de vinho, quem tivesse vinha. No registo de Murça, cada morador da terra pagava um almude de vinho entre outros foros. No registo de Ansiães, todo o homem com fazenda pagava um almude de vinho, quem não tivesse casa pagava um alqueire de vinho. A exigência deste foro indica que o vinho existiria, no lugar, em quantidade considerável, pois até quem não fosse proprietário teria maneira de comprar vinho para pagar os seus impostos. No registo de Frechas, o senhorio tinha direito à nona parte de todo o vinho e outros géneros.

Na verdade, os tributos em vinho, nestes sítios, são satisfeitos em porções díspares e insignificantes.

Há outros registos e originais (Vila de Moncorvo, Vila Flor, Freixo de Espada à Cinta) onde o pagamento dos foros é feito em cereais e em moeda, não surgindo uma única menção ao vinho. Todavia, convém lembrar que, o não aparecimento de vocabulário referente ao tema do vinho, não significa que o numerário a solver não resultasse, no todo ou em parte, da venda de vinho.

Nalguns registos e exemplares da margem norte do Douro, os direitos reais eram pagos unicamente em moeda, referimo-nos aos casos concretos dos forais novos de Vila Real, Mesão Frio, Alijó, Favaios e Vilarinho da Castanheira. Nestes locais, uma parte do pagamento em numerário seria, por certo, resultante do comércio do vinho, pois nestas paragens o cultivo da vinha era, há muito, praticado.

Nos registos das localidades da margem sul do Douro, os tributos pagos em vinho eram mais expressivos. Observemos alguns exemplos: no registo em S. João da Pesqueira, cada pessoa que tivesse casa ou fazenda pagava de direito real, anualmente, um alqueire de vinho e ainda o dízimo do vinho que se desse “nas várzeas de Freixil ao longo do Doiro”, entre outros ónus. Em Valdigem, os trinta e dois casais pagavam, anualmente, seis almudes e meio e três canadas e meia e meio quartilho de vinho, à data da entrega do foro pagavam mais uma quarta de vinho entre outros tributos. No registo de Meda, os lavradores, por jantar, teriam de dar entre outros géneros três alqueires de vinho. Em todos estes lugares, o vinho era pedido na cobrança dos tributos, o que atesta, uma vez mais, o seu cultivo.

No registo de Lamego, os foros eram pagos em moeda e nalguns géneros (foros de pão e carne). Não aparece, no texto do foral, referência ao vinho nos encargos a liquidar. No entanto, há uma menção ao imposto do relego<sup>17</sup>. A alusão a este tipo de imposto comprova a existência de vinho, no termo de Lamego. Importa advertir, de novo, que, pelo simples facto de, a nível vocabular e textual, não se manifestarem as expressões relativas aos temas da vinha e do vinho, em determinados testemunhos, isso não significa que, na respectiva

17. O relego em Lamego era habitualmente durante o mês de Agosto, contudo, na época da redacção do foral manuelino estava suspenso por causa de uma sentença contrária ao tombo da terra.

localidade, não se produzissem vinhos e, inclusive, muito bons vinhos, como acontecia, precisamente, em Lamego<sup>18</sup>.

Ora, os impostos a pagar em moeda provinham, muito claramente, da venda de vários produtos agrícolas, pecuários ou outros, mas o que também é seguro é que entre esses produtos estava, sem dúvida, o vinho.

Aduziremos mais alguns exemplos de registos da margem sul do Douro, nos quais os foreiros pagavam os seus tributos, sobretudo, em vinho. Assim, no registo do couto de Sande, quatro casais reguengos pagavam o quarto de todo o vinho e outros foros. No de Fontelo, os moradores pagavam, anualmente, ao senhorio onze puçais de vinho e doze alqueires de vinho entre outros géneros. No registo de Aveloso, o bispado de Lamego recebia duzentos e vinte e dois almudes de vinho. Em Trevões, no Vidigal, pagava-se dezasseis medidas de vinho. Em Parada, cada casal pagava de vinho dezasseis almudes entre outros géneros. Na Várzea, os casais pagavam um moio ou nove alqueires de vinho no lagar. No reguengo da Penajóia, os moradores de Lagoas, Vale Claro e Portela, por doze casais, pagavam de cada um uma canada de vinho entre outros géneros. Em Guadeixe, sete casais pagavam o mesmo que os anteriores, ou seja, uma canada de vinho. Os moradores de Vila Chã, Paçô, “Molaes” e Pousada pagavam um quinto do vinho e outros géneros, nas propriedades do rego do Cabril para baixo, nas propriedades para cima do mesmo rego pagava-se o sexto do vinho e dos outros géneros. Os moradores de São Gião pagavam também o sexto do vinho e de outros géneros. No reguengo de Samudães, pagava-se o sexto de todo o vinho e de outros géneros.

As porções de vinho mais cobradas, na documentação em estudo, eram as de  $\frac{1}{4}$ ,  $\frac{1}{5}$  e  $\frac{1}{6}$  e determinadas medidas (alqueires, almudes, canadas). Como constatámos atrás, as rendas satisfeitas em moeda não permitem contabilizar, nem sequer aproximadamente, a quantidade de vinho produzido. Para o período manuelino, podemos asseverar que a produção vitícola não era tão significativa como a produção cerealífera. Por isso, no pagamento em géneros, era mais comum ocorrer um cereal do que o vinho. Isto mesmo se apura no texto das minutas de Muxagata, Numão, Longroiva e, no título de Valongo dos Azeites, no registo de Aveloso.

Mas, mesmo assim, a área dedicada ao plantio da vinha era, com toda a certeza, mais extensa, logo, mais representativa do que as fontes o revelam. A confirmar esta nossa intuição, aparecem impostos satisfeitos em quotas mistas de géneros e dinheiro, em vários documentos de lugares da margem sul do rio Douro, isto é, em terras férteis, com condições naturais favoráveis ao cultivo da vinha. Os foros reais solvidos em numerário, em localidades, como: Almendra, Armamar, Cedovim, Vila Nova de Foz Côa, reiteram a nossa suposição, pois uma parte da moeda corresponderia ao rendimento tirado da venda do vinho.

18. Relembrem-se, a propósito, as palavras de Rui Fernandes sobre a qualidade dos vinhos de Lamego proferidas na obra “Descrição do terreno em roda da cidade de Lamego duas leguas, (...) no ano de 1531 para 1532. In *Collecção de Inéditos da Historia Portuguesa*. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1824. Tomo IV, p. 553.

Atentemos, agora, na presença do vinho no título da portagem. Nos registos e forais que incluíam a portagem de compra e venda e que seguiam o modelo de Lamego, o vinho e o vinagre eram onerados de um real por carga maior e de meio real por carga menor (por exemplo, nos forais de Lamego, Valdigem e Vila Real). Da mesma forma, nos documentos que seguiam os modelos da Guarda (Almendra, São João da Pesqueira, Vila Nova de Foz Côa, Muxagata, Meda, Numão, Longroiva) e de Miranda (Mesão Frio, Murça, Vilarinho da Castanheira, Ansiães, Moncorvo, Vila Flor, Freixo de Espada à Cinta), esses dois produtos pagavam, exactamente, o mesmo ónus, o que acontecia, aliás, com a maior parte dos lugares do reino.

É conveniente lembrar que os produtos agrícolas descritos, no título da portagem, (sumagre, frutas verdes e secas, cereais e farinhas deles, azeite, vinho, etc.) eram agravados, apenas, para os mercadores estranhos aos lugares que trouxessem produtos de fora para os venderem nesses lugares ou que os viessem comprar aí para os levar para fora. Os moradores dos lugares, os indivíduos e lugares privilegiados por diploma estavam isentos do pagamento da portagem.

O título da portagem é da maior importância para o conhecimento das produções agrícolas de um determinado lugar, uma vez que espelha a agricultura, aí, granjeada e, simultaneamente, fornece elementos preciosos sobre o comércio, o artesanato e a pequena indústria locais e regionais.

Em suma, o vinho entrava numa grande parte dos foros pagos pelos concelhos à coroa e aos senhorios, todavia, era cobrado a pequenas propriedades, a pequenas parcelas de terra, pois no período manuelino, as terras durienses ainda eram agricultadas por poucos habitantes<sup>19</sup>.

## 5. ALGUMAS CONCLUSÕES

Da análise lexical efectuada podemos concluir que a satisfação da carga fiscal por parte dos moradores dos concelhos e dos foreiros dos prazos da região duriense incidia, na época manuelina, essencialmente, sobre os cereais, o vinho, o azeite, o linho e os animais de capoeira.

Importa notar que as referências textuais às principais produções agrícolas da região (cereais, vinho, frutas, azeite e sumagre) são sempre indicações genéricas, que podem ser quantitativamente significativas, mas sem apresentar qualquer especificação dentro das várias produções ou da aplicação industrial dessas produções.

Como fomos constatando, na maior parte dos registos dos lugares da margem norte do rio Douro (Trás-os-Montes), o pagamento dos foros era solvido em géneros e moeda (Bar-

19. Consulte-se a propósito o *Numeramento de 1527-1532* para confirmar a densidade populacional do vale do Douro, no limiar da Época Moderna.

queiros, Couto do Peso, Penaguião, Fontes, Freixiel, Murça, Moncorvo, Vila Flor, Frechas, Freixo de Espada à Cinta), uma parte considerável dos lugares pagava os seus encargos em numerário (Mesão Frio, Vila Real, Alijó, Favaio, Vilarinho da Castanheira) e uma pequena parte em géneros (Godim, Ansiães).

Nos documentos dos lugares da margem sul do rio Douro (Beira), a maior parte dos foros também era solvida em quotas mistas (São João da Pesqueira, Valdigem, Armamar, Muxagata, Lamego, Sande, Numão, Longroiva, Aveloso), numa outra parte em géneros (Meda, Fontelo, Penajóia, Samudães) e, por fim, nalguns em numerário (Almendra, Cedovim, Vila Nova de Foz Côa).

Contrariamente ao que seria de esperar – tendo em conta as reformas ponderal e monetária efectuadas, no reinado manuelino, para que a reforma dos forais fosse mais eficaz – não encontramos, nos forais novos da bacia do Douro, uma actualização sistemática dos foros antigos em numerário. Na verdade, a parte mais significativa dos documentos apresenta a satisfação da carga fiscal em quotas mistas e não em moeda.

Uma outra notação, que devemos averbar, diz respeito à diferença de pagamento de tributos nos lugares da margem norte e nos da margem sul do rio Douro. Nos lugares da margem sul do Douro, porventura por se tratarem de terras mais férteis, os foros eram mais pesados do que os tributados nas localidades da margem norte.

O estudo comprovou ainda o pendor acentuadamente fiscal, tributário da documentação. É notório o facto de os textos manuelinos quase só se resumirem à enunciação das prestações agrárias, fiscais a serem satisfeitas pelos concelhos ou foreiros, remetendo os aspectos jurídicos e administrativos da organização concelhia para a legislação geral. Ao passarmos em revista a documentação, verificámos que os títulos de índole jurídica (pena de arma, pena do foral) e de natureza administrativa local (gado do vento) são, quase sistematicamente, reenviados para as Ordenações Manuelinas.

Pelo que foi dito várias vezes, fica claro que a documentação em causa se alicerçou, positivamente, em modelos textuais simples que teriam, sobretudo, como finalidade uniformizar a variedade dos modelos foraleiros medievais, reduzindo-os a registos actualizados de isenções e encargos locais. Ainda assim, esta documentação, embora não permita um conhecimento aprofundado das especificidades agrícolas, artesanais e comerciais da região duriense, fornece algumas informações mais implícitas do que manifestas sobre vários factores importantes para o conhecimento da região do Douro. Isto é, dá notícia sobre as condições naturais (fertilidade das terras, cursos de água, clima, etc.), sobre algumas particularidades económicas, sobre a hierarquização social, no fundo, sobre o modo de vida das comunidades durienses no alvor da Época Moderna.

Há, no entanto, uma última conclusão a assinalar. No período manuelino, a futura região demarcada do Douro apresentava, ainda, um fraco povoamento. Como verificámos, no levantamento executado, muitos foros pagos em vinho eram solvidos por pequenos casais,

por pequenas parcelas de terra, isto é, por poucos habitantes. O que não é de admirar, pois, nos finais do século XV e inícios do XVI, muitos lugares eram ainda pequenos povoados constituídos por meia dúzia de casais que produziam, sobretudo, cereais, algum vinho, pouco azeite, algumas frutas e criavam gado bovino, ovino e animais domésticos. Outros, como citámos atrás, pela sua fraca densidade populacional nem sequer eram referenciados na documentação manuelina.

Esta nossa conclusão é confirmada pela opinião de Miriam Halpern Pereira emitida, no artigo – O saber secular e a paisagem: o Alto Douro<sup>20</sup> – quando a autora afirma que o povoamento do Alto Douro “só se intensificou quando se criaram condições propícias a forte troca comercial, com a dupla ligação ao espaço colonial brasileiro e ao espaço económico da Inglaterra, desde finais do século XVII”, ou seja, até essa data “o equilíbrio entre a produção de cereal, indispensável à sobrevivência das populações rurais, e as actividades de cariz comercial, como a produção do vinho e do azeite, era nesta região particularmente difícil”<sup>21</sup>.

Em síntese, o estudo efectuado para comprovar a presença da vinha e do vinho, nas fontes foraleiras manuelinas dos lugares do vale do Douro, deixou antever as dificuldades das populações durienses, pouco numerosas na época, para fazerem vingar os produtos “nobres”: o trigo, o vinho e o azeite nas suas terras.

## BIBLIOGRAFIA

- BARROS, João de – *Geografia d' Entre Douro e Minho e Tras-os-Montes: Collecção de manuscritos Ineditos agora dados à Estampa*. Porto: [Tipografia Progresso], 1919. Vol. V. *Colecção de Manuscritos Inéditos Agora dados à Estampa*.
- CAMLONG, André – *Stablex Pratique. Indexation des textes: traitement statistique des lexiques. Extraction des séquences, création des dictionnaires, Les huit contes de Ch. Perrault*. Toulouse: Teknea, 1991.
- CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte – *Os Forais de D. Manuel 1496-1520*. Lisboa: A.N.T.T., 1990.
- DIAS, João José Alves – *Gentes e Espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI)* Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1992. Dissertação de doutoramento em História.
- DIAS, Luiz Fernando de Carvalho – *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve: conforme o exemplar do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa – Beira*. Edição do autor. Beja: [Comp. imp. Tipografia da Sociedade Editora Ala E.squerda, Lda.], 1961; *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve: conforme o exemplar do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa – Trás-os-Montes*. Edição do autor. Beja: [Comp. imp. Tipografia da Sociedade Editora Ala Esquerda, Lda.], 1961; *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve: conforme o exemplar do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa – Estremadura*. Edição do autor. Beja: [Comp. imp. Tipografia da Socie-

20. *População e Sociedade*. Porto: Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade. 9 (2002) 15-21.

21. Ob. cit., p. 16.

- dade Editora Ala Esquerda, Lda.], 1962; *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve: conforme o exemplar do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa – Entre Tejo e Odiana*. Edição do autor. Fundão: [Comp. imp. Tipografia do 'Jornal do Fundão'], 1965; *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve: conforme o exemplar do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa – Entre Douro e Minho*. Edição do autor. Fundão: [Comp. imp. Tipografia do 'Jornal do Fundão'], 1969.
- DUARTE, Luís Miguel – O vale do Douro da ocupação tardo-romana aos forais manuelinos: as nossas interrogações. *Douro – Estudos & Documentos 2*. Porto: Instituto do Vinho do Porto, Universidade do Porto, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Ano 1, 2, (1996), 57-69.
- FERNANDES, Rui – *Descrição do Terreno em roda da cidade de Lamego duas leguas; (...) no anno de 1531 para 1532*. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1824. Tomo V. *Collecção de Ineditos da Historia Portugueza*.
- FREIRE, Anselmo Braamcamp – Povoação de Trás os montes no XVI. século. *Archivo Historico Portuquez*. Lisboa: Of. Tip. Calçada do Cabra. V. VII, 7 (Julho 1909) 241-290. Proprietario e editor Anselmo Braamcamp Freire.
- GARCIA, José Manuel; SILVA, Francisco Ribeiro da – *Forais Manuelinos do Porto e do seu termo*. [Lisboa]: Edições Inapa, 2001.
- LEÃO, Duarte Nunes – *Descrição do Reino de Portvgal*. Lisboa: Impresso com licença, por Iorge Rodriguez, 1610.
- MARQUES, José – Património da Mitra Bracarense e Cultura do Vinho, na Antiga "Terra" de Panóias (Século XV). *População e Sociedade*. Porto: Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade. 9 (2002) 97-143.
- MENEZES, Alberto Carlos de – *Plano de Reforma de foraes e direitos bannaes, fundo em hum novo systema emphyteutico nos bens da coroa, de corporações, e de outros senhorios singulares, dividido em nove partes com hum novo arredondamento de comarcas para os foraes do patrimonio da coroa*. Lisboa: na Impressão Regia, 1825.
- PEREIRA, Gaspar Martins – As Demarcações Vinhateiras na História do Alto Douro. In *Estudos Transmontanos*. Vila Real: Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Arquivo Distrital de Vila Real. 7 (1997) 137-152.
- PEREIRA, Miriam Halpern – O saber secular e a paisagem: o Alto Douro. *População e Sociedade*. Porto: Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade. 9 (2002) 15-21.
- SANTANA, Maria Olinda Rodrigues – *Liuro dos Foraes Nouos da Comarca de Trallos Montes: introdução, edição diplomática e notas*. Mirandela: João Azevedo Editor, 1999.
- A documentação foraleira manuelina da região duriense. In *História do Douro e do Vinho do Porto – Época Moderna*. Volume III, (no prelo).
- SILVA, Francisco Ribeiro da – Do Douro ao Porto: o protagonismo do vinho na Época Moderna. *Douro – Estudos & Documentos 2*. Porto: Instituto do Vinho do Porto, Universidade do Porto, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Ano 1, 2 (1996) 93-118.

## BREVE NOTÍCIA DE UMA CRISE NO DOURO (1908-1915)

BERNARDINO VIEIRA DE OLIVEIRA

---

*Dedicatória:*

Ao Cap. Pina de Morais, escritor-revolucionário, que colheu, nas páginas do "Sangue Plebeu", o grito da revolta duriense no ano de 1915.

*"(...) O Verão, em Trás-os-Montes, é sinónimo de inferno. Cá no Douro porém, no fundo destes caldeirões que apuram o vinho, o inferno refina. (...) Estes montes que tapam a vista do mar, barreiras do vento fresco, estilam lava. Estes anfiteatros de calços, onde os cachos, sem se saber como, roubam a seiva à fraga e gemem vinho, são círculos de Inferno. Quem quiser que os compare a coliseus em que o gladiador combate com a enxada. Morre com ela, cavando. Cava até cair morto ou até ouvir pingar o meio-dia. Nesse minuto, a sombra casa-se-lhe com o corpo, o desenho da enxada apaga-se-lhe no chão e ele foge, mete-se no cardenho, deixa cair o mundo.*

*(...) O Douro é uma estufa. Dentro dela, a vide é flor exigente. Dá uma gota de vinho em troca de um suor ou uma vida. Quem escorropicha, no fundo de um cristal, essa gota de néctar, devia bebe-la com quem celebra um sacrifício".<sup>1</sup>*

### INTRODUÇÃO

O decantado país do Douro vinhateiro nem sempre foi o deslumbrante anfiteatro vinícola com que a natureza aformoseou esta região montanhosa.

Para se avaliar o que seria no Douro Superior o granjeio da vinha nos terrenos marginais dos rios e suas encostas, antes da grande revolução económica do Tratado de Meth-

---

1. João de Araújo Correia. Cf. Jornal de Notícias de 16 de Junho de 1944.

wen<sup>2</sup>, bastará dizer-se que, nas Inquirições de D. Afonso III, o povo de Alijó se vira obrigado a dar mãos de ursos e lombos de veado, ao rico-homem, como contributo enfitêutico. "*Para lá do Torto, (ainda) em finais do século XVIII, a paisagem é (...) dominada por matas incultas, entre as quais se criam, lobos, e porcos monteses, que muitas vezes atravessam o Douro a nado para a outra banda, e vão fazer considerável dano em as vinhas*".<sup>3</sup>

O habitante do Douro medieval viveria pobremente, tirando recursos da vida pastoril, calçando o soco feito ao serão, vestindo os safões da pele das suas ovelhas, comendo pão de centeio e castanha pilada, e cultivando meia dúzia de couves em tiras estreitas de terrenos sobrepostos pelo pendor das montanhas onde ressumia uma nascente de água.

A cultura mais intensa da vinha somente se estendeu ao Alto Douro após a demolição (1792) da barreira natural que se opunha ao transporte fluvial do Cachão da Valeira; e basta recuar um pouco no tempo presente, aos fins do século XIX, para identificarmos essa "nobre" Quinta de Roriz, fronteira a Cotas, como uma estação de caça que o escocês Robert Archibald ali estabeleceu pela abundância de javalis que devastavam os estevais em redor, enquanto nas cercanias da Régua já iam aparecendo as primeiras Quintas dignas desse nome.

Até ao século XVII, as terras que se confinavam entre as margens esquerda do Corgo e direita do Sabor eram tidas como as mais pobres do reino. Produziam nos seus montes uma diminuta quantidade de vinho (o denominado *vinho de cutelo*), e mantinham como cultura dominante o castanho<sup>4</sup>, o centeio<sup>5</sup> e o sumagre<sup>6</sup>.

O Douro que faria nascer no meio da vinha um palacete e em cada proprietário um nababo; o Douro que emprestou à cidade do Porto o maior elemento do seu movimento comercial e ao país a maior colheita de ouro no estrangeiro, somente no século XVIII, após o Tratado de 27 de Dezembro de 1703, é que começou a trajar vestimenta de terra afidalgada, como diria João de Araújo Correia.

Antes de Methwen, a exportação do vinho do Porto era diminuta. Na alfândega do Porto, o primeiro registo que se encontra de uma exportação de vinhos é referente ao ano de 1678,

2. *Methwen propunha (...) a celebração de um tratado comercial anglo-luso, no qual, a trôco da autorização para a importação e o uso em Portugal dos lanifícios ingleses, a Inglaterra garantiria aos vinhos portugueses favores (...) que lhes assegurassem supremacia sobre os franceses.* Cf. História de Portugal, Damião Peres, 1928-1938, Portucale Editores, Lda, VI vol., p. 404.

3. Gaspar Martins Pereira, in Douro - Estudos & Documentos (Uma Demarcação Pioneira), I vol., 1996, pp. 185 e 186.

4. "*Soma a castanha, de dízimos 47.600 alqueires, de maneira que somem o que se colhe na terra 476.600 alqueires. A qual castanha muita dela se enterra, e se vende na quaresma, e outras secam, e a picam, que chamam castanha picada; (...) E quando o ano é estéril, os homens pobres moem a dita castanha, e fazem dela pão, e é muito fartum, e muito doce, que chamam falacha. (...)*" In Augusto Dias, Lamego do século XVI, edições Beira Douro, 1947, p. 23.

5. "*O cereal predominante no Distrito (Vila Real) continuava a ser o centeio o qual, na década de 1850-1860, registou uma produção média anual ligeiramente superior a 1.000.000 de alqueires, produção, contudo insuficiente para o consumo ordinário das pessoas (...)*" In Estudos Transmontanos, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Vila Real, 1983, p. 31.

6. "*Também se colherá neste circuito das sobreditas léguas 15.000 arrobas de sumagre, que se carregam para Lisboa, e ao Algarve, e às ilhas, e para todo Entre Douro e Minho, e Trás-os-Montes, e para toda a Beira.*" In Augusto Dias, ob. cit., p. 24.

e por ele se percebe que nesse ano apenas foram colhidas (ou melhor dizendo, exportadas) 408 pipas. Nos dez anos imediatos (1688), ou quinze anos antes do Tratado de Methuen, a produção (ou o seu registo...) não passou em média, de mais de 573 pipas em cada ano.

Por efeitos deste ambíguo tratado comercial, pelo qual os vinhos portugueses pagariam em Inglaterra um terço menos do que os franceses, o Douro, da Régua para cima, vulgarmente referenciado em documentos coevos por *Ryba de Doiro*, principiou a desbravar as brenhas do mato, onde se coutava a caça grossa, cedendo a tojeira lugar à vinha. Foi então que as grandes propriedades (hoje, "ex-libris" do Douro vinhateiro) principiam a fazer-se, ficando gravadas a escopro e a cinzel como testemunho do seu nascimento, nas frontarias dos apalaçados edifícios, datas posteriores ao século XVII.

Não obstante este aparente desenvolvimento económico, século e meio mais tarde, em meados do século XIX (conforme relatório do Visconde de Lemos, Governador Civil do Distrito de Vila Real, datado de 26 de Maio de 1854), o país vinhateiro ainda se encontrava carente de quase tudo, desde estradas às indústrias. O contrabando privilegiava a raia do Norte e o rio Douro como veículos de introdução, no distrito de Vila Real, de produtos tão diversificados como panos, sacos de lã, trigo, cobertores, peles, sedas, cetins e outras quinquilharias.

Mas, se o rio Douro serviu para bufarinheiros, almocreves, carreteiros e recoveiros introduzirem, clandestinamente, produtos esquivos ao fisco, a mesma via fluvial, até ao aparecimento do caminho-de-ferro<sup>7</sup>, foi o único canal de exportação dos produtos desta região. Sem esse veículo de comércio que colocou o vinho "à borda do mar", e, em menor escala (sem se poder falar em indústria comercial) as lãs, o sumagre, os frutos, o sarro, o castanho, o vinagre ou as batatas nos cais da Ribeira e Guindais, os montes do "país vinhateiro" continuariam cobertos de tojo, e as suas quebradas apenas produziram centeio e outros derivados de cereais como o milho zaburro, o trigo tremês ou a cevada; no entanto, muito embora o seu peso económico na balança comercial do país fosse relevante, o rio Douro, que rasgava para o exterior as fronteiras geográficas da sua região nordestina, "*não tem uma estrada de sirga; de espaço a espaço apresenta fataes pontos em que a agoa se lança contra as fragas, que impedem a corrente, tornando perigosíssimo o transito, e difficilimo sobretudo na ascensão dos barcos que he preciso alar a braços, saltando os marinheiros de penhasco em penhasco*".<sup>8</sup>

Esta região, formada por uma sucessão de altas e baixas montanhas sobrepostas, era, de todas as do país, a que possuía menor quantidade de terras férteis e aráveis. Talhados quase a prumo, esses montes foram transformados pelo homem rude em pequenas cou-

7. O troço da via férrea entre Juncal e Régua foi inaugurado a 14 de Julho de 1879.

8. Cf. Estudos Transmontanos, ob. cit, p. 92.

relas de cereais e legumes, e em socalcos onde se produzia os melhores vinhos finos. Depois veio a invasão da "philoxerica", "*mais precoce e violenta nas vinhas do Cima Corgo*"<sup>9</sup>, e tudo mudou: a vinha fugiu à maldição dos mortórios, foi descendo das encostas para esses vales estreitos, e a economia do Douro, agora reduzida a uma cultura única, acusou logo desequilíbrios sensíveis na sua balança comercial. Depois da reconstituição dos vinhedos esse desequilíbrio aumentou, obrigando o Douro a comprar quase a totalidade dos géneros que consumia. Se o vinho se vendia por alto preço, o equilíbrio restabelecia-se. Com a baixa de preço o desequilíbrio agravava-se, e a vinha, em vez de ser um valor económico, era uma ruína: "*(...) os seus vinhos, affrontados pela concorrência de todos os paízes, e depreciados pelas constantes falsificações do commercio, perderam o valor e os mercados, produzindo essa miseria extrema que tanto está impressionando o paiz inteiro e que não findará sem que o Douro modifique as condições da sua agricultura*"<sup>10</sup>.

#### NA NOITE DE 17 DE FEVEREIRO DE 1909...

O Dr. Ferreira Braga, secretariado por José Saraiva Ribeiro Coelho, preside a uma reunião no *Grémio Transmontano do Porto*, onde se reúne um "*crecido número de transmontanos e algumas pessoas a quem interessa a crise no Douro*"<sup>11</sup>. A falsificação dos vinhos, feita pelos negociantes do Porto é apontada como a principal causa da crise económica que incendiara todo o Douro vinhateiro. Quatro dias depois, o "Eccho do Douro", publicado em Alijó, noticia: "*(...) no domingo passado, grande quantidade de vicultores d'este concelho, seguidos de enorme multidão, vieram a esta villa, perante o snr. Administrador do Concelho, pedir providencias contra a crise que nos assola.*

*Recebidos fidalgamente pelo snr. Administrador, foi n'essa ocasião nomeada uma comissão de vigilância composta de quasi todos os cavalheiros presentes, como representantes de todas as freguezias tem [sic] propriedade que o governo valorisa para lhe lançar as respectivas contribuições.*

*Considerando que um dos maiores males d'esta região é a exploração usurária;*

*Considerando que não é fácil nem possível obter dinheiro, e que a nossa propriedade é desvalorizada pela falta de crédito agrícola e tem de ficar inculta ou cahir na mão do usurário por um preço vil que em geral não representa a decima parte do seu valor;*

*Considerando ainda que esta desvalorização representa também uma outra que necessariamente envolve a nossa economia nacional;*

*Considerando que uma das causas que mais contribue para a crise em que esta região se debate, é agravada pela falsificação contínua e constante dos nossos vinhos em geral;*

9. Gaspar Martins Pereira, ob. cit., p. 189.

10. Cf. "O Transmontano", suplemento mensal da "Ilustração Transmontana", Janeiro de 1909, p. 72.

11. Idem, Fevereiro de 1909.

*Considerando que no paíz funcionam muitas fábricas de licorejos que por lei são prohibidas;*

*Considerando que essa falsificação nos traz a paralização do commercio dos vinhos e o seu descrédito em todo o paíz;*

*Os povos d'este concelho, reunidos em massa compacta, resolveram pedir instantemente ao governo:*

- 1.º – o crédito agrícola com um juro não superior a 3%*
- 2.º – que exerça rigorosa fiscalização sobre todos os vinhos á venda no paíz*
- 3.º – que mande fechar immediatamente as referidas fábricas de licorejos".*

Uma semana depois, na Régua, a 24 de Fevereiro do mesmo ano de 1909, sabe-se que a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro resolveu não pagar aos vinicultores o benefício do "bónus" do real d'água. A notícia alastra pela vila e a Câmara Municipal recebe, em protesto, dezenas de lavradores que exigem do governo a imediata regulação do crédito agrícola.

Ao cair dessa mesma noite, propaga-se a notícia da chegada, no comboio expresso, de Rodrigo Leite, comissário da Companhia, que vinha abrir a compra dos vinhos. O sino do Cruzeiro toca a rebate, e um aglomerado de gente dirige-se para a estação dos caminhos-de-ferro onde, por entre intimações e apupos à Companhia, se exigiu o retardamento da compra dos vinhos, até que a direcção desta instituição reconsidere os preços a pagar sobre os vinhos da última colheita (14\$000 e 15\$000 réis, segundo a qualidade). Por volta das oito horas, a Companhia manda espalhar pela vila uma quantidade de impressos (datados, previamente, de 18 de Fevereiro...), nos quais se notifica aos lavradores o seguinte:

- 1.º – Que a Direcção da Companhia sente dizer aos senhores lavradores, que não podendo o vinho do Douro ser livremente lotado e aguardentado em armazéns alfandegados, em Gaya, antes da sua entrada nas barreiras do Porto, está impossibilitada de abrir armazéns alfandegados em Gaya, e, por este motivo, os senhores lavradores não tem [sic] direito á restituição do real d'água do vinho da Companhia que entrar as barreiras do Porto: é para sentir que tudo se facilite aos vinhos licorosos e tudo se difficulte aos vinhos de consumo do Douro.*
- 2.º – Que a concorrência e baratez do vinho de consumo de outras regiões vendidos livremente no Porto, dentro e fóra de barreiras, impedem á Companhia a compra de vinho de consumo do Douro por preço vantajoso para os vendedores.*

A situação agrava-se no coração do Douro vinhateiro. A Comissão de Vitivinicultores, nascida com a legislação franquista de 1907/08, e constituída, toda ela, por elemenos conhe-

cedores dos problemas da região, "*mostrava-se inapta pra atacar a crise*"<sup>12</sup>. Periódicos de tendência republicana falam de fome generalizada no Douro, e a anarquia estende-se por várias localidades. Alijó, Valpaços e Murça são focos de levantamentos populares, e, "*á luz do dia, em plena feira, queimam-se documentos (...) N'uma aldeia do concelho da Régua, um bando de assalariados, de noite, armados, assaltaram cazas e exigiram dinheiro. Muitos proprietários querem braços para os seus granjeios e não os encontram*"<sup>13</sup>.

A 4 de Março, realiza-se em frente do paço municipal da Régua um comício agrícola convocado pelo Sindicato Agrícola local. Para presidir aos trabalhos é convidado o Dr. Júlio de Carvalho Vasques, antigo deputado pelo círculo de Vila Real, a exercer funções como presidente do município reguense. Inquietos, milhares de lavradores da região comprimem-se junto ao coreto onde se instalara a mesa da presidência. Entre os oradores mais eloquentes avultam Afonso de Mesquita Chaves, Aires Balsemão e o Dr. Antão Fernandes de Carvalho, figuras prestigiadas da região. A moção votada propõe-se pressionar a Companhia a alterar os preços da compra dos vinhos; pressionar, à sombra da lei que organizou o crédito agrícola, compensações dos juros estabelecidos; e, entre outras sugestões, a modificação da lei que ordena a restituição do imposto do real d'água, substituindo esta disposição pela entrada livre no Porto, sem pagamento desse imposto, aos vinhos provenientes da região demarcada.

A comissão, saída do comício com poderes "para em toda a parte, e por todos os meios legítimos, tratar de obter que estas reclamações vinguem", ficou constituída pelo Dr. Júlio de Carvalho Vasques, Dr. Antão Fernandes de Carvalho, Afonso de Mesquita Chaves, António Francisco Ferreira, Francisco Pereira Rebelo, Dr. Manuel Xavier Ribeiro Vaz de Carvalho, Dr. Carlos de Figueiredo Pimentel e António Pereira do Espírito Santo.

O Sindicato Agrícola de Alijó apoia, por telegrama, as deliberações tomadas no comício, o qual, não obstante a presença provocatória de uma força militar, "dispersou na melhor ordem".

Aos 15 dias do mês de Maio, o Diário do Governo publica um decreto (com data do dia 6...) determinando que o prazo de dois anos, estabelecido para a restituição do imposto do real d'água aos vicultores da região do Douro, tem retroactividade a partir de 7 de Fevereiro de 1909; no entanto, esta medida alienatória será insuficiente para acalmar a revolta que se estende por toda a região vinhateira.

Os ecos da crise no Douro já ultrapassaram os limites geográficos deste pequeno país. A "Voz de Angola", semanário de São Paulo de Luanda, dirigido por Júlio Lobato, publica *A fome no Douro* (no seu n.º 61), dramático apelo à generosidade dos leitores em três colunas de prosa, e, até ao dia 13 de Junho, a subscrição para minorar a crise dos lavradores durienses já atingia 2:265\$970 réis que são enviados à direcção do *Club Transmontano* de Lisboa "para fazer chegar essa quantia aos necessitados do Douro".

12. Vital Moreira, in Douro - Estudos & Documentos (Nas origens da Casa do Douro), 1996, I vol., p. 79.

13. Cf. "O Transmontano" (...), Março de 1909, p. 23.

A região debate-se numa agonia de afogada. Em 1908, um ano de excepcional produção, o vasilhame já não chegara para o vinho produzido, e outra vindima se aproxima perspectivando uma colheita intermédia.

As origens das maiores crises no Douro vinícola, paradoxalmente, assentam, quase sempre, em anos de produções excepcionais; mas, por ironia, a "novidade" de 1909 não prometera uma boa colheita. O ano vitícola tinha sido irregular. As chuvas da Primavera haviam devastado e reduzido a "crescença", e as do Outono promoveram nas castas menos finas uma certa podridão que se circunscreveu aos sítios altos onde as trovoadas de Maio tinham causado estragos. Nas meias-ribeiras o sol proporcionou uma maior intensidade de glucométrica no sumo da uva, e assim o padrão do açúcar foi subindo para quem retardou a vindima, tendo-se colhido nos sítios finos uma "novidade" de bons vinhos generosos; no entanto, esta perspectiva de uma colheita com qualidade era enganadora. A falsificação de vinhos generalizava-se por todo o país, e até de Lisboa já se exportava cascaria rotulada de "Vinho do Porto" a 20\$000 réis a pipa<sup>14</sup>.

Entretanto, anos atrás, "nos cómodos do senado de Lisboa", onde os parlamentares discutem a vida ou a morte do Douro, os economistas tinham acusado os durienses de não plantar cereal, de só se dedicar à vinicultura. O lavrador mordeu as mãos calosas, objectivando com a natureza específica do terreno e com o seu minguado capital preso aos *stocks* vinícolas que já não permitiam novas tentativas de outras culturas.

"— Arranje-se, semeie trigo, é uma fortuna para si e uma riqueza para o País!"

O lavrador fez das tripas coração, e semeou trigo onde os seus antepassados colheram as uvas amarelas, o mourisco e o bastardo.

Por ironia, o ano de 1909 é de grande produção de trigo na província de Trás-os-Montes, mas o país não tem capacidade de resposta para o seu escoamento. A Companhia Nacional do Caminho-de-Ferro de Mirandela ao Tua, e a do Minho e Douro, não têm material suficiente para o seu transporte. Em Barca d'Alva, a 9 de Setembro, encontram-se, a aguardar máquina rebocadora, setenta vagões carregados com trigo sem um oleado a resguardá-lo das últimas chuvas. E na estação de Rossas "*viam-se rimas enormes de saccaria, para se transportarem á Barca d'Alva. Alguns desses saccos, por não estarem igualmente abrigados, molham-se, o trigo inchou, e os saccos arrombaram-se.*"<sup>15</sup>

Entretanto, o mercado dos vinhos do Douro encontra-se completamente paralisado. O comércio, tendo feito largas compras da última colheita do ano de 1908, dispensa-se de apalavrar novos vinhos da colheita de 1909 que, em sua opinião, "se lhe afiguram verdes e aguados". Também o mercado da aguardente vínica se apresenta frouxo. As grandes e pequenas casas exportadoras despedem a maior parte dos lavradores, sendo reduzidíssimo o número dos que vendem. O mercado de vinhos de consumo é agora abun-

14. Idem, Outubro de 1909.

15. Idem, Setembro de 1909, p. 66.

dante em ofertas a preços baixíssimos, postos nas estações do caminho-de-ferro devido à urgência de desocupar o vasilhame. (...) *O preço d'este mercado regula entre 10 e 12 mil réis posto na estação e o bonus para o negociante. Uma verdadeira miséria. Consta que se tem feito pequenas transacções no Baixo-Corgo em vinhos de pasto, mas para consumo local e pela saída para os altos de Traz-os-Montes, de bastante vinho. O próximo anno, pois, sem azeite, apresenta-se desolador para o pobre viticultor.*

*Mas quando se compenetrará o Douro da sua miserrima situação?*<sup>16</sup>

### "(...) ESSE ALGARISMO PAVOROSO DOS QUE EMIGRAM (...)

*(...) esse algarismo pavoroso dos que emigram, levando a mulher e os filhos, esses desgraçados que vão à sorte sem saber ler nem escrever, não lutam com maiores dificuldades? E essa emigração é horrorosa, pois que os emigrantes na sua maior parte, vão desprovidos de educação, sem saber ler e escrever (...)*<sup>17</sup>..

Esta crise no Douro, que o desmoronamento da monarquia mais acentuou, acelerou para dígito assustadores<sup>18</sup> o número de durienses que procuraram na "fuga" legal para o Brasil a solução para os seus problemas.

Desde que, no último quartel do século XIX, os *wagons* da Companhia dos Caminhos de Ferro do Minho e Douro começaram a transportar cascos com o vinho produzido na Região Demarcada, ficara em suspenso a "pena de morte" desse rudimentar meio de transporte chamado Barco Rabelo. E, com a consequente diminuição das suas safras, o concelho de Mesão Frio, entre outros, viu os seus habitantes (maioritariamente jornaleiros no defeso da navegação do rio) engrossar o caudal dos que partiam para o "Império do Brasil".

Em Dezembro de 1908, Eduardo do Valle Frias, filho natural do padre António do Valle Frias Carneiro e da proprietária Dona Luísa Cândida da Silveira, ocupava interinamente o cargo de Administrador do concelho de Mesão Frio.

O *Livro de Termos de Fiança e Responsabilidade*, onde, a tinta azul, o Administrador do concelho oficializava pedidos de responsabilidade, consentimento e reconhecimento de identidade para se poder embarcar, testemunha friamente (como a generalidade de todos os documentos oficiais que conheço...) um dos dramas pungentes da classe mais desfavorecida desta região, na época que investigamos: a emigração para terras do Brasil (preferencialmente os portos de Santos e do Rio de Janeiro).

16. In "A Palavra" (periódico), Setembro de 1909.

17. Discurso Parlamentar de Afonso Costa, Sessão n.º 97, de 25 de Abril de 1912.

18. "Mês após mês saem de Portugal, em busca de melhor vida, milhares de pessoas. 60.000 emigrantes em 1911, 89.000 em 1912, 78.000 em 1913." Cf. Revista História (n.º 2), Dezembro de 1978, p. 12.

No verso da folha 5 deste documento, que me foi facultado por Marília do Valle Frias, filha do Administrador e recentemente falecida, encontrei, como paradigma duma dolorosa emigração, um José de Sant'Águeda, criança de apenas treze anos de idade, ao qual, devido à sua menoridade, foi exigido um *Termo de Consentimento* de sua mãe para poder embarcar, nos seguintes termos:

*Termo de consentimento que dá Maria da Conceição, casada, jornaleira, do lugar da Portella, freguezia de Villa Juzã, d'este concelho, a seu filho Jozé de Sant'Águeda, de treze annos d'idade, para se transportar para o Brazil.*

*Aos vinte e oito dias do mez de Dezembro do anno de mil nove centos e oito, na Administração do concelho de Mesão-frio e de mim Jozé Pinto da Costa Júnior, secretário do seu cargo, compareceu Maria da Conceição, casada em segundas núpcias, jornaleira, do lugar da Portella, freguezia de Villa Juzã, d'este concelho, e declarou que dava consentimento a seu filho Jozé de Sant'Águeda, de treze annos d'idade, para se transportar para o Brazil. E para constar o ditto administrador mandou lavrar este Termo que vae assinar, e como o declarante dissesse n'esta occasião que não sabia escrever pediu a Jozé Cardozo de Mesquita, solteiro, amanuense da Camara d'este concelho que a seu rogo assignasse, o que elle vae fazer com as três testemunhas presentes a este Acto: Abílio Pereira Dias, casado, secretário da mesma Camara e António Teixeira Coimbra, casado, proprietário, todos d'esta villa. E eu, Jozé Pinto da Costa Júnior, secretário que a subscrevi e assignei.*

(Assinaturas) Eduardo do Valle Frias

Jozé Cardozo de Mesquita

Abílio Pereira Dias

António Teixeira Coimbra

Jozé Pinto da Costa Júnior".<sup>19</sup>

Quatro estampilhas forenses, no valor total de 1.800\$000 réis, "selavam" o futuro deste jornaleiro, que, muito possivelmente, a crise vivida por todo o Douro vinícola obrigou a emigrar.

As dezoito folhas manuscritas deste Livro de Fiança e Responsabilidade (datado de 10 de Dezembro de 1908 a 27 de Maio de 1909), não terá transcrição integral por falta de espaço na "Douro – Estudos & Documentos", mas como fazem parte de um testemunho valioso dessa epopeia humana que constituiu a emigração para o Brasil nos princípios do século XX, e foi uma das consequências mais dramáticas da crise económica que o Douro atravessava, aqui fica, para um estudo estatístico, o seu resumo apurado:

19. Manuscrito original do *Livro de Termos de Fiança e Responsabilidade*, no ano de 1908, folha 5 verso.

**11-12-1908** – Joaquina Maria, casada, jornaleira, do lugar do Carrapatelo, Santa Cristina. Solicita reconhecimento de identidade para poder embarcar para o Brasil, "(...) *onde vae pela primeira vez, indo para a companhia do seu marido, residente no Rio de Janeiro (...)*."

Francisco Teixeira de Azevedo, casado, marinheiro, do lugar do Outeiro, Barqueiros. Leva "(...) *na sua companhia sua mulher Anna Guedes d'Azevedo, de quarenta e nove annos d'idade, e uma sobrinha d'esta de nome Laura, de sete annos (...)*."

Francisco Pinto Cortez, viúvo, marinheiro, do lugar das Quintãs, Barqueiros. Dá consentimento a sua filha Laura, de sete anos de idade, para embarcar para o Brasil, na companhia dos tios.

Rosa da Conceição, casada, jornaleira, da freguesia de S. Nicolau. Requer guia para poder obter passaporte, "(...) *afim de embarcar para o Brazil, onde vae juntar-se a seu marido, residente em São Paulo, levando na sua companhia sua filha Henriqueta de desenove annos (...)*."

**16-12-1908** – Balbina Maria, jornaleira, 41 anos de idade, casada, do lugar do Carrapatelo, Santa Cristina. Solicita guia para poder obter passaporte a fim de embarcar para o Brasil, e "(...) *juntar-se a seu marido, residente na província de Minas. Leva na sua companhia um seu filho, de nome José de treze annos d'idade, e o exposto<sup>20</sup> da Camara d'este concelho de nome Eduardo, de dez annos, que a solicitante creou a expensas da mesma Camara, que para o levar lhe concedeu a respectiva licença (...)*."

Maria Guedes de Araújo, solteira, 17 anos de idade, costureira, do lugar de Vale de Moreira, Barqueiros. Recebe consentimento de seu pai para poder embarcar para o Brasil, "(...) *onde vae pela primeira vez, indo recomendada a seu cunhado António Monteiro Branco que nesta data também solicitou nesta Administração guia para (obter ?) o respectivo passaporte (...)*."

António Monteiro Branco, casado, jornaleiro, 30 anos de idade, do lugar de Vale de Moreira, Barqueiros. Apresenta, como probas testemunhas de identidade, Carlos Pereira Cortez e António Pinto Dias de Magalhães<sup>21</sup>, e solicita guia para embarcar, "(...) *levando na sua companhia sua mulher, de 21 annos d'idade, Ignez Guedes de Araújo (...)*."

**17-12-1908** – Manuel Pereira Cortez, casado, marinheiro, 21 anos de idade, do lugar de Vale de Moreira, Barqueiros. Solicita guia de passaporte para poder embarcar para o Brasil, "(...) *onde vae pela segunda vez, indo desembarcar no porto do Rio de Janeiro. Leva na sua companhia sua mulher Ermelinda Thomazia, de vinte e um annos, de quem os mesmos declarantes reconhecem também a identidade (...)*."

**27-12-1908** – Emilia de Barros, solteira, jornaleira, 42 anos de idade, do lugar do Outeiro, Barqueiros. Requer "(...) *guia para passaporte indo desembarcar no porto de Santos (...)*."

20. A Roda dos Expostos de Mesão Frio funcionou, oficialmente, desde 1785 até 1875 no antigo convento dos Franciscanos do Varatojo, onde, desde o seu encerramento em 1834, funcionam os vários serviços administrativos da Câmara Municipal. Pelo texto, tudo leva a supor que esta chaga humana se tenha prolongado para além do seu encerramento oficial.

21. José Carlos Rodrigues Coelho, Carlos Pereira Cortez e António Pinto Dias de Magalhães (antepassado dos banqueiros com o mesmo nome), constituíam, na época, a maior referência da pequena burguesia rural como viticultores e donos de vários barcos rabelos.

**03-01-1909** – José Pinto da Loja, 12 anos de idade, do lugar do Freixieiro, Barqueiros. "*(...) Aos três dias de Janeiro do ano mil nove centos e nove (...), requer de seu pai Joaquim Pinto da Loja consentimento (...) para se transportar para o Brazil, onde vae empregar-se no commercio, na cidade do Rio de Janeiro, sendo esta a primeira vez que embarca para aqueles Estados (...).*"

**20-01-1909** – Manuel Carlos Rodrigues Coelho, casado, "pharmaceutico", filho de José Carlos Rodrigues Coelho. Solicita autorização para embarcar. Reconhecem sua identidade os proprietários João Pinto Macho de Magalhães e António Pinto Dias de Magalhães, os quais mais declaram que o solicitante embarca pela segunda vez, e "*(...) não apresentava certidão de casamento por este se ter realizado no Brazil onde reside sua esposa (...).*"

António do Valle Frias, 13 anos de idade, do lugar da Capeleda, Vila Marim. Pede reconhecimento de identidade para "*(...) embarcar para o Rio de Janeiro (Estados Unidos do Brazil), onde vae dedicar-se á vida commercial em companhia de seu tio (...).*" Consentimento autorizado no segundo requerimento por seu pai Joaquim do Valle Frias, proprietário na mesma freguesia.

**03-03-1909** – João Pinto Cardoso, casado, jornalista, 31 anos de idade, da freguesia de S. Nicolau. Requer reconhecimento de identidade para poder embarcar para São Paulo.

**07-03-1909** – Vicência Rocha, casada, jornalista, 26 anos de idade, do lugar de Vale de Moreira, Barqueiros. "*(...) Aos sete dias do mez de Março do anno mil nove centos e nove (...), solicita guia para poder embarcar para o Rio de Janeiro e (...) levar na sua companhia um filho de nome José, de seis annos, e ir juntar-se a seu marido residente em Minas (...).*"

Alexandrino, 11 anos de idade, filho de João Pinto Cortez, do lugar de Vale de Pentieiro, Barqueiros. Foi dado consentimento por seu pai para poder embarcar para o Rio de Janeiro, onde se irá empregar no comércio local.

Manuel Pereira Ribeiro, casado, 23 anos de idade, marinheiro, do lugar de Vale de Pentieiro, Barqueiros. Requer reconhecimento de identidade para poder embarcar para o Brasil, "*(...) onde vae pela segunda vez (...).*"

António Pinto Morgado, casado, marinheiro, 34 anos de idade, do lugar de Vale de Moreira, Barqueiros. Solicita reconhecimento de identidade para poder embarcar para o Rio de Janeiro, "*(...) onde vae pela segunda vez (...).*"

Caetano Pereira Rodrigues, casado, 27 anos de idade, marinheiro, do lugar de Vale de Moreira, Barqueiros. Requer guia para poder obter passaporte, "*(...) afirm de embarcar para o Brazil onde vae pela primeira vez, indo desembarcar no porto do Rio de Janeiro (...).*"

Maria da Conceição, solteira, jornalista, 20 anos de idade, da freguesia de Santa Cristina. "*(...) por ser a própria que está presente a solicitar guia para passaporte para o Brazil (...) e leva na sua companhia um filho de nome Fernando de vinte mezes d'idade, e vae para companhia de seus paes, há muito rezidentes em Minas (...).*"

**12-03-1909** – Isabelina Rosa de Jesus, viúva, jornaleira, de 63 anos de idade, do lugar de Sub Igreja, Barqueiros. Solicita reconhecimento de identidade, "(...) *para desembarcar no porto do Rio de Janeiro. Leva na sua companhia sua filha Jacintha de vinte annos, e um neto de nome Laurindo de seis annos, cuja mãe é já fallecida (...).*"

Manuel Pinto Casimiro, casado, marinheiro, 30 anos de idade, do lugar de Porto de Rei, Barqueiros. Solicita autorização de embarque para o Brasil, "(...) *onde vae pela primeira vez (...).*"

Francisco Pereira Palhas, casado, 37 anos de idade, jornaleiro, do lugar de Vale de Pentieiro, Barqueiros. Requer reconhecimento de identidade para poder embarcar para o Brasil, "(...) *onde vae pela terceira vez (...).*"

José Rodrigues Pinheiro, casado, 39 anos de idade, proprietário na freguesia de Cidadelhe. Pede reconhecimento de identidade para poder embarcar para o Brasil, "(...) *indo desembarcar no porto do Rio de Janeiro. Leva na sua companhia sua mulher Dona Maria dos Remédios Pereira Cardozo, de vinte e cinco annos d'idade, e dous filhos, Natalina, de dous annos e Manoel de quatorze annos (...).*"

**18-03-1909** – António Augusto, oito anos de idade, do lugar de Vale de Pentieiro, Barqueiros. "(...) *Aos dezoito dias do mez de Março do anno de mil nove centos e nove (...), recebeu consentimento de seu avô, Lourenço Ribeiro Alvarenga, para embarcar para São Paulo, (...) afim de ir para companhia de seus paes (...).*"

**27-03-1909** – Filomena da Conceição, solteira, 17 anos de idade, natural de São José de Godim. Recebe consentimento de seu pai, Patrício Jou, casado, jornaleiro, "(...) *afim de embarcar para o Brazil na companhia de seus tios Jou Soares e mulher (...).*" A 1 de Abril é reconhecida a sua identidade.

Joaquim Pereira, 13 anos de idade, da freguesia de Teixeira, concelho de Baião. Filho natural de Maria da Conceição, casada, jornaleira. Recebe consentimento de sua mãe "(...) *para, na companhia de seus tios Jou Soares e mulher se transportar para o Brazil (...).*"

Jou Soares, 42 anos de idade, casado, jornaleiro, da freguesia de São José de Godim, Peso da Régua. Solicita reconhecimento de identidade para poder obter guia de passaporte, "(...) *afim de embarcar para o Brazil, onde vae pela segunda vez, indo desembarcar no porto de Santos (...).*"

**20-04-1909** – Carlos Pinto da Fonseca, 33 anos de idade, casado, jornaleiro, da freguesia de Santa Cristina, Mesão Frio. Solicita reconhecimento de identidade "(...) *afim de embarcar para o porto de Santos, nos Estados Unidos do Brazil, para onde vae pela segunda vez, levando em sua companhia sua mulher Maria Emilia da Conceição, de vinte e nove annos d'idade, e seu filho Antonio de treze annos (...).*"

Antonio da Costa Soura, 41 anos de idade, casado, jornaleiro. Sem referência de naturalidade e residência. Requer guia para poder obter passaporte, "(...) *afim de desembarcar no caes da Glória do porto do Rio de Janeiro, Estados Unidos do Brazil, para onde vae*

*pela segunda vez, levando em sua companhia sua mulher Rita da Conceição de quarenta e um annos d'idade e seus filhos de nomes Ermelinda de dezoito annos, Maria de desesseis, e Manoel de onze (...).*"

**22-04-1909** – António Xavier Pinto Teles de Azevedo, de idade menor. Recebe consentimento de seu pai António Xavier Pinto de Azevedo, proprietário na freguesia de Vila Jusã, para poder embarcar para o Rio de Janeiro, "*(...) onde vae dedicar-se ao commercio (...).*"

**24-05-1909** – Álvaro Correia Caneco, casado, 32 anos de idade, marinho, do lugar de Sub Igreja, Barqueiros. Solicita guia para poder obter passaporte, "*(...) afim de embarcar para os Estados Unidos do Brazil, onde vae pela terceira vez, indo desembarcar no porto de Santos (...).*"

Manuel Bento Ribeiro, 34 anos de idade, marinho, casado, do lugar do Formigal, Barqueiros. Pede reconhecimento de identidade, "*(...) afim de obter guia para passaporte para embarcar para os Estados Unidos do Brazil, onde vae pela primeira vez, indo desembarcar no porto de Santos (...).*"

**27-05-1909** – António Teixeira Cerejo, casado, jornalista, 43 anos de idade, natural de Barqueiros. Solicita reconhecimento de identidade para poder adquirir "*(...) guia para passaporte, afim de embarcar para o Brazil onde vae pela primeira vez (...).*"

Joaquim Pinto Dias, casado, marinho, 32 anos de idade, do lugar de Vale de Pentieiro, Barqueiros. "*(...) o próprio que está presente a solicitar guia para passaporte, afim de embarcar para o Brazil, aonde vae pela terceira vez, indo desembarcar no porto de Santos (...).*"

Francisco Monteiro Novo, casado, jornalista, 29 anos de idade, do lugar de Vale de Moreira, Barqueiros. Pede reconhecimento de identidade "*(...) afim de embarcar para o Brazil, onde vae pela segunda vez, indo desembarcar no porto de Santos (...).*"

José Monteiro Cerejo, casado, marinho, 28 anos de idade, do lugar de Vale de Moreira, Barqueiros. "*(...) Filho natural de Aurea Alves e de José Monteiro Cerejo, legitimado por subsequente matrimonio (...)*" solicita guia para poder embarcar para o Brasil.

António Monteiro de Oliveira Novo, casado, marinho, 34 anos de idade, do lugar de Vale de Pentieiro. Requer termo de reconhecimento de identidade, "*(...) afim de embarcar para o Brazil, onde vae pela quarta vez, indo desembarcar no porto de Santos (...).*"

Pela leitura integral que fiz do *Livro de Termos de Fiança e Responsabilidade*, datado do primeiro decénio do século vinte, e de outros documentos que pesquisei no Arquivo Municipal de Mesão Frio, fácil foi concluir que o maior "deficit" demográfico neste pequeno concelho se verificou na milenar povoação de Barqueiros, a qual, virada desde há centos de anos, exclusivamente, para a navegação no rio Douro, sofreu, neste período, o seu maior fluxo migratório. A "sangria" foi tão vultosa que, ainda hoje, passados mais de noventa anos,

se encontram vestígios de parentes "brasileiros" em todos os agregados familiares desta antiga povoação de arrais, mestres e marinheiros <sup>22</sup>.

Não sabemos quando se estancou este sorvedouro migratório, muito relacionado com o progressivo desaparecimento do barco rabelo e, em menor escala, com a crise que o Douro vinícola atravessava, mas é provável que a emigração se tenha prolongado para além do segundo quartel do século vinte, quando este rudimentar meio de transporte do "rio de mau navegar" entrou na sua derradeira agonia.

## A TRAGÉDIA

*"(...) Não vieram procurar os vinhos êste ano. Bebe-se o vinho do Douro em todo o mundo e não há quem compre um decilitro. Os tonéis estão cheios e não há dinheiro para os cultivos e para viver. Os poderes públicos abandonam à sua sorte o produto mais rico do País, aquêlo que podia dar o oiro que chegasse para equilibrar os orçamentos. Cada litro de vinho que se falsifica é um dia de fome para uma criança do Douro, é uma tijela de caldo que se rouba, tal como se a arrancassem das mãos esquálidas que a seguram.*

*(...) No Alto Douro há semanas que se não trabalha. Pelas colinas verde esmeralda não se perdem as manchas dos trabalhadores. Quando amanhece, saem de casa e ficam parados nos largos das povoações, a jaqueta sobre os ombros, olhando indiferentes, no olhar a condenação muda à causa ignorada que os não deixa trabalhar. (...) Têm todos um grito que de reprêso e sufocado se lhes perde em tons de palavras sôltas, em relances de olhar ou em algum gesto descompassado. (...) "<sup>23</sup>*

João Pina de Morais Júnior, de seu nome completo, nasceu em Valdigem a 6 de Janeiro de 1889, e encontra-se sepultado no cemitério da vila de Portelo de Cambres desde 30 de Janeiro de 1953.

A meia dúzia de passos de Lamego, numa recta onde vinhedos antigos se confundem com patamares reconstruídos ao "compasso" das exigências comunitárias, encontra-se, face à estrada nacional que sobe serpenteando pelo vale do Varosa, vestígios do que resta da Casa de Quintiãõ que pertenceu à família Pina de Morais. Foi aqui, paredes-meias com o arruinado edifício, que encontrei, já octogenário, o senhor José da Silva Marques, neto do

22. "Os seus moradores, inclinados a mayor parte delles á navegação do Douro, discorrem desde a Baleira do Cachão até a cidade do Porto, continuamente em mais de cincoenta barcos, alguns dos quaes são tão grandes, que carregão quarenta e cinco e cincoenta pipas de vinho da feitoria, e della conduzem para vários portos do mesmo Douro todos os generos necessarios da mercancia. Não se empregão menos no serviço de S. Magestade; porque estão obrigados, primeiro que outras embarcações, a conduzir as bagagens, munições, e mais materiais para as Praças de Taz os Montes, e Beira; como tambem a levarem o fio de Fos-Tua, e Arrueda, logrando por este continuo serviço alguns privilegios." Cf. Padre Luís Cardoso, Dicionário Geográfico, 1747/51, Tomo 2, pp. 53 e 54.

23. Pina de Morais, Sangue Plebeu, 1942, pp. 30 e 31.

José Belau que foi protagonista de "carne e osso" da novela *No Douro*, que abre a colecção da *Sangue Plebeu* editado pela Marânus em 1942.

Em Maio de 1917, o autor de *Ânfora Partida* encontrava-se integrado, como tenente miliciano, no Corpo Expedicionário Português que combatia o inimigo alemão nos poentes da Flandres. A memória do que foram aqueles tempos de guerra foi publicado por Pina de Moraes em 1919 (*Ao Parapeito*) e 1921 (*Soldado Saudade*). Mas, enquanto o soldado transmontano se defendia das investidas do invasor nas trincheiras de Neuve Chapelle, o solo da sua região duriense ainda se encontrava maculado do sangue que, em 1915, caíra em frente aos paços do município de Lamego, num epílogo trágico da crise vinícola que se arrastava há longos anos pelos socalcos do Douro.

Em 12 de Agosto de 1914, uma cláusula rectificativa do art.º 6º do tratado luso-anglicano de 12 de Junho de 1891, colocava em confronto a vinicultura do norte e sul do país. De facto, a referida cláusula protegia as denominações dos vinhos "Porto" e "Madeira"; mas, enquanto aos vinhos insulares lhes dava a exclusividade dos vinhos generosos da ilha, ao Vinho do Porto estabelecia que, tal denominação, se referia, genericamente, aos vinhos produzidos em Portugal. A grosso-modo, por força da ambiguidade clausular, todos os vinhos colhidos fora da Região Demarcada do Douro (preferencialmente os do sul, com elevado teor alcoólico...), também poderiam ser comercializados no perímetro dos vinhos finos de Feitoria.

A melindrosa questão foi levantada na Câmara dos Deputados a 6 de Julho de 1915, prolongando-se a discussão por várias sessões e nelas intervindo alguns deputados eleitos pelo círculo nortenho. Aprovada a controversa cláusula por 57 votos contra 21, o Douro começa a agitar-se em várias localidades.

Santa Marta de Penaguião foi dos locais onde mais se fez sentir a revolta dos lavradores. Nesta vila deram-se "(...) acontecimentos anormais como manifestação de protesto por não terem sido ainda atendidas as reclamações dos povos da região duriense. Os sinos tocaram a rebate e os populares, amotinados, lançaram fogo à Repartição de Finanças. No mesmo edifício estavam instaladas a Câmara e outras repartições. Ardeu tudo, restando da casa apenas as paredes. Está já restabelecida a ordem pública e à hora a que escrevo estão chegando forças militares."<sup>24</sup>

Incidentes da mesma amplitude ocorrem, simultaneamente, noutras localidades. Em Provesende o comércio encerra as portas, os trabalhos agrícolas paralisam, os meios de transporte no rio Douro "circulam tarjados de luto", e até nas torres das igrejas "tremulam as bandeiras negras". Lá no alto, em Freixo de Espada à Cinta, também se ouve o toque dos sinos a rebate, mas é em Carrazedo, a 18 de Julho, "que o povo de diversas aldeias, em número superior a duas mil pessoas, armado de varapaus, foices, roçadouras, machados e algumas espingardas caçadeiras (se dirige) ao Tua e, no meio de grande vozeria e ao toque de um clarim, invadiu a estação do caminho-de-ferro e, depois de se dirigir ao chefe, perguntando

24. Alves Redol, *Vindimas de Sangue* (Ciclo Port Wine III), 1980, p. 362.

se ali havia vinho do Sul, foi revistar os vagões de mercadorias. Dentro em pouco, a golpes de machado, foram despedaçados três pipas de vinho e um casco de aguardente."<sup>25</sup> Também na Régua, "os muitos milhares de pessoas de todo o concelho" que ali se tinham concentrado, dirigiram-se à estação da via férrea por lhes constar da existência de uma remessa de vinho do Sul, e, como esta já tinha sido levada no dia anterior para o Alto Douro, os revoltosos tomaram o caminho da Repartição das Finanças e arrombaram as portas. Já no interior queimaram todos os papéis, independentemente do seu valor, incluindo "recibos e verbetes das contribuições em dívida".

Todavia, o desfecho mais trágico destes acontecimentos que "enlutou aquele território que produz os verdadeiros vinhos de carregaço"<sup>26</sup> ocorreu em Lamego. A 26 de Julho, quando uma enorme multidão de lavradores e jornaleiros se dirigiu aos paços do concelho para pedir "a intervenção das autoridades civis", no intuito de pressionar a rectificação do polémico tratado que favorecia todas as outras regiões vinícolas, deflagrou um petardo de fabrico caseiro lançado por mão desconhecida. A Força Pública que guardava o edifício, pretextando julgar-se atacada pelos revoltosos, disparou sobre a multidão que fugia desordenada.

Pina de Moraes, também ele filho de médios lavradores, e testemunha accidental desta tragédia, deu a conhecer nas páginas do *Sangue Plebeu* (apenas publicado vinte e sete anos depois, quando as portas do país se reabriram aos exilados políticos<sup>27</sup>) a versão censurada deste infausto acontecimento que enlutou o Douro vinhateiro, numa das páginas mais comoventes da sua longa história:

*"A 26 de Julho 1915 caíram mortos, por uma causa justa e grande, a causa da sua terra, do seu pão e do prestígio do Vinho do Porto, duma maneira trágica e cobarde, onze durienses, dez homens e uma mulher, homilíssimos trabalhadores da gleba. Foram eles:*

*Maria da Silva Loureiro, Bernardo Pinto, Francisco Guedes, Francisco dos Santos Araújo, José Gomes Rabito, Manuel da Silva, de Canelas; João Cardoso, de Parada do Bispo; José da Rede, de Souto Covo; Maximiniano Ferreira, de Valdigem; António Ribeiro, de Figueira; e Manuel Correia, de Britiande.*

*Pugnando pelo seu pão, defendendo a sua terra, foram metralhados. São as vítimas de milhares de injustiças feitas através dos tempos à Região Duriense. Tôda a história desta Região e do Vinho do Porto, não tem página mais trágica, protesto mais sangrento, violência maior a opor à maior humildade.*

25. Idem, p. 363.

26. In Anais do Instituto do Vinho do Porto, Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro, 1951, III Vol., p. 283.

27. (...) A grande maioria, optou por entrar em Portugal, nos finais de Junho de 1940, após a concessão de um passaporte, pelo prazo de um ano, com a menção de repatriado, no âmbito da lei de amnistia publicada no primeiro dia desse mês. In Luís Farinha, O Revirralho (Revolutas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo - 1926/1940), Ed. Estampa, 1998, p. 263.

*Através duma luta secular em prol dos direitos sagrados que a natureza lhe impôs, nenhum facto mostra duma maneira mais profunda até onde vai o sacrificio supremo do duriense.*

*Não atacaram, pediram.*

*Metralhados de chapéu na mão, na sua terra, na sua casa, tem mais excelsa virtude que os burgueses de Calais que Rodin immortalizou. (...) Morreram quando tentavam afastar com os seus braços descarnados o espectro da miséria.*

*Tratava-se da aclaração ao artigo sexto do tratado comercial com a Inglaterra, que a não se fazer razoirava o vinho do Douro com todos os outros. Era a morte civil do Vinho do Porto.*

*Este vive, êles morreram.*

*As lutas do Douro são tôdas contra a ignorância que do Douro tem o país e da incompreensão da sua vida.*

*O duriense agarra-se à defesa da sua região, como a videira aos seus xistos, isto é, com desespero, porque sabem um e outra, que morrem impiedosamente se lhe tirarem o pão.*

*Que o sacrificio de tantas vidas possa fazer entender ao país que o Douro só fala quando a angústia o afoga ou quando o levam para o desespero irremediável..."<sup>28</sup>*

28. Pina de Morais, ob. cit., pp. 9 e 10.



# VINOS DE OPORTO Y MADEIRA. ANTIGUA ICONOGRAFÍA PUBLICITARIA EMITIDA POR BODEGUEROS DE JEREZ

ANA GÓMEZ DÍAZ-FRANZÓN

---

La gran demanda que se produce, en las últimas décadas del siglo XVIII, de los vinos denominados “de lujo” – sobre todo oporto y jerez –, principalmente por parte de Gran Bretaña y los países de Europa noroccidental, se ha considerado como uno de los factores clave que provocaron la industrialización del sector vitivinícola<sup>1</sup>. Estas circunstancias dieron lugar al establecimiento de nuevas empresas vinateras con fines exportadores, muchas de ellas británicas, en las comarcas vitivinícolas europeas de mayor prestigio y calidad, como Jerez, Oporto y Madeira:

“Fruto del aumento del consumo externo, se creó en Oporto una amplia comunidad de mayoristas exportadores generalmente británicos, que además de intermediar la venta de vinos jóvenes, encabezados y mezclados para satisfacer los pedidos ingleses, empezaron a criar vinos de calidad superior en sus almacenes de Oporto y Vilanova de Gaia. Las localidades del Marco del Jerez fueron asimismo escenario en el período 1760-1840, de un amplio conjunto de transformaciones que afectaron a todos los niveles de la actividad vinícola” (Pan Montojo, 2001: 4-5)

La ampliación de mercados y diversificación en la producción vinícola, que acompañaron a este proceso industrializador, propiciaron también que estos tipos de caldos tan demandados fuesen sistemáticamente imitados y falsificados por parte de las más diversas comarcas vitivinícolas, tal como ocurrió con el *jerez* o *sherry* (*british sherry*; *sherry* del Cabo, *sherry* australiano o *sherry* de Chipre). Así, durante la segunda mitad de siglo XIX y primer tercio del XX, numerosas empresas de diferentes zonas geográficas usurparon la autenti-

---

1. Sobre la industrialización del sector vitivinícola en España se puede consultar los trabajos de Juan Pan-Montojo (1994 y 2001) Para la evolución experimentada en la producción de vinos de Madeira, los trabajos de Albero Vieira (1991) y Huetz de Lempis (1989). Y para el proceso de industrialización vitivinícola de la comarca jerezana el estudio de Maldonado Rosso (1999).

cidad de las más famosas denominaciones de origen, trastocándolas en denominaciones genéricas, al objeto de poder fabricar en cualquier lugar del mundo falsos jerez, oporto y madeira. En palabras de Maldonado Rosso (1998, 145):

“en el mercado vitivinícola internacional reinaba la ley de la selva. En todas partes se producían e imitaban todo tipo de vinos y bebidas”

La comarca jerezana, en cuya esfera comercial se incluye por aquellos años el importante centro mercantil de la ciudad de Cádiz, participó de lleno en este generalizado fenómeno de falsificaciones vinícolas. La concreta producción y comercialización de falsos madeiras en la zona gaditana ha sido ya objeto de un trabajo por parte de Maldonado Rosso (1998, 154), quien afirma:

“La provincia de Cádiz jugó un notable papel en la producción de imitaciones y falsificaciones de madeira, en el tráfico mercantil de supuestos madeiras producidos por terceros en otras zonas vitivinícolas españolas y, en menor medida, en la comercialización de auténticos madeiras”

Durante la segunda mitad del siglo XIX y primeras décadas del XX, se elaboran en la comarca jerezana los tipos de caldos más famosos del mundo, tales como cognac, champagne, ron, malvasía, vermouth, Málaga, marsala y, naturalmente, oporto y madeira. Como contrapartida, en las más variopintas zonas vinícolas, españolas y extranjeras, se fabricaban *sherries* en abundancia. Incluso en las comarcas vitivinícolas jerezana y portuguesas se producían adulteraciones y falsificaciones de sus propios caldos, a fin de atender la gran demanda suscitada.

En relación a estas generalizadas falsificaciones de jerez y oporto, llevadas a cabo por parte de los comerciantes británicos – principales importadores de estos caldos –, se localiza un curioso anuncio publicado en 1866 en *The Times*, que transcribe Julian Jeffs (1994, 123):

“Se busca socio. Destilador con experiencia en los últimos diecisiete años, capaz actualmente de producir un buen oporto y un buen jerez mediante fermentación, sin una sola gota de zumo de uva, desea socio con una aportación de 2.000 a 3.000 libras para abrir una casa en Hamburgo con el fin de producir vinos. Posee ya buenos contactos en el negocio”

En sentido contrario, sobre la elaboración en la comarca jerezana de estos “variados” productos vinícolas, genuinos de otras regiones europeas, resulta muy significativo el comentario publicado en la *Guía Oficial de Jerez* (1893, 51) sobre la bodega jerezana *C. del Pino y C<sup>a</sup>*:

“Tienen además los señores C. del Pino y Compañía” montada una gran fabricación de Vermouth, estilo Torino y Marsella, que se halla a la altura de las más importantes fabricaciones de esta índole, y universalmente conocido es el exquisito Cognac que esta casa produce”

Diversas normativas, nacionales e internacionales – R.D. de 1850 sobre Propiedad Industrial, Convenio de París de 1883, Arreglo de Madrid de 1891, etc. –, se suceden desde mediados del siglo XIX, intentando proteger y regular las denominaciones de origen vitivinícolas, a fin de paliar estos constantes abusos y usurpaciones. Sin embargo, la cuestión no llegará a solucionarse hasta hace pocos años y aún hoy día continúan produciéndose algunos casos fraudulentos.

La investigación sobre la realidad de estos hechos en la comarca jerezana presenta serias dificultades debido a la escasez de estudios y documentos sobre el tema. Por tanto, acudir a otro tipo de fuentes de información como son las piezas publicitarias de estos “singulares” vinos, tales como el etiquetado, carteles comerciales, anuncios ilustrados, notas de precios o folletos divulgativos, resulta de gran interés, pues los contenidos textuales e iconográficos de este material ayudan a constatar el fenómeno de las imitaciones, las legítimas importaciones de caldos portugueses en el área jerezana, así como la presencia de algunos productores jerezanos en las comarcas vinícolas de Portugal.

En principio, atendiendo al origen de estas muestras publicitarias, habría que distinguir **tres categorías empresariales**: un primer grupo está conformado por las firmas vinateras que, por estar radicadas tanto en la comarca jerezana como en las portuguesas, producen legítimamente oporto y madeira; un segundo grupo está compuesto por aquellos industriales de Jerez o Cádiz, que importan estos caldos portugueses para venderlos a terceros, actuando entonces la comarca como centro comercial redistribuidor; y, por último, se detecta un tercer grupo de bodegueros jerezanos que fabrican falsos madeiras y oportos. Si bien, hay que señalar que a, falta de documentación más fehaciente, no siempre es fácil distinguir entre estas tres categorías empresariales. A efectos de iconografía publicitaria, la mayor parte de todo este material publicitario tiene en común la presencia de un vínculo nominativo entre “Jerez-Oporto” o “Jerez-Madeira”, cuyas denominaciones de origen o la de sus productores aparecen asociadas en una misma pieza publicitaria, generándose, por tanto, una **imagen representativa común** para estas comarcas vitivinícolas portuguesas y jerezana.

El conjunto de estos mensajes publicitarios no son muy abundantes, respecto a la totalidad analizada para la comarca jerezana<sup>2</sup>, pero resulta suficientemente significativo para conocer, además de los tres grupos de empresas vinateras mencionadas, otros interesantes aspectos de la época – técnicos, estéticos y sociales –, como la influencia de la

2. El estudio iconográfico de la antigua publicidad generada en la comarca jerezana constituye la base de nuestra tesis doctoral, actualmente en proceso de finalización.

litografía francesa, el gusto estético imperante en la sociedad de aquellos años, las ostentaciones de los productores, las preferencias iconográficas de cada destinatario, algunos símbolos de identidad portugueses o la evolución estilística experimentada durante más de un siglo en este ámbito del arte comercial.

En el primer grupo citado, referido a los vinateros que establecieron **bodegas tanto en Jerez como en Portugal**, al objeto de elaborar ambos tipos de vinos con toda legitimidad, se encuentran constatadas<sup>3</sup> las casas *Croft* – en Oporto desde 1678 –; *Sandeman* – empresa británica fundada 1790 en Londres por George Sandeman para la importación de oporto y jerez, más tarde instalada en Oporto (1811) y Jerez<sup>4</sup> –; *González Byass*<sup>5</sup> – establecida en Oporto en 1896, que liquida el negocio portugués en 1993 (*González Byass* se encuentra en 1928 exportando “vinos de Setúbal y Oporto” a Emanuele Palau di Pietro, en Génova, a la empresa *Saccomanno & Palau*<sup>6</sup>) –; *Díez Hermanos* – instalada en Jerez y en Oporto en 1933 (etiqueta del queen *Amelia*, ilustrada con un fotograbado de busto de esta infanta) – y, más tarde, *Osborne* – adquisición de algunas bodegas en Oporto en 1967 y su totalidad en 1988 –; habiendo perdurando hasta la actualidad tanto en Jerez como en Oporto las firmas *Croft*, *Sandeman* y *Osborne*.

Otras bodegas jerezanas parecen tener también una importante conexión empresarial con las comarcas vitivinícolas portuguesas, cuya circunstancia garantizaría la producción legítima de oporto y madeira, si bien estas vinculaciones tendrían que ser contrastadas de forma más fehaciente. En 1893 (*Guía Oficial de Jerez*) la firma *F. G. Cosens y Compañía* (Jerez) poseía “Casa en Londres (*F. W. Cosens & C<sup>o</sup>*)” y “Casa en Oporto” denominada *Silva y Cosens*. En relación a esta empresa se conoce que en 1798 Bruno de Silva funda en Oporto la empresa *Silva & Cosens*, la cual sigue existiendo como *Silva & Cosens, Lda*. También la firma *Richard Davies* (Jerez) parece vincularse estrechamente a los vinos de Madeira pues esta empresa fue fundada en Jerez (1863) por Ricardo Davies, quien había sido socio en Madeira de *Oliveira y Davies*, cuya bodega era “una de las que en dicha isla obtuvieron mayor crédito y donde aún conservan notables posesiones” (*Guía de Jerez*, 1893: 57). La antigua empresa *Forrester y C<sup>a</sup>* (Jerez) podría conectarse con la fundación inglesa del mismo nombre en 1729, implantada en Oporto en 1803 y luego denominada *Offey Forrester*, pues además en la *Guía de Jerez* 1893 se afirma que *Forrester y C<sup>a</sup>* (Jerez) “tiene casas corresponsales en Londres y Oporto que son antiquísimas, pues su fundación se remonta a más de cien años”. Por su parte, la firma

3. Estos datos pertenecen a la información ofrecida por las propias bodegas y los publicados en la *Cronología del vino de Oporto* ([www.gaiatur.com](http://www.gaiatur.com)).

4. En la *Guía Oficial de Jerez* de 1893 se anuncia la casa *Sandeman Buck & C<sup>a</sup>* (Jerez) del siguiente modo: “tiene corresponsales y agentes en Londres, New York, Lisboa y Oporto, que ensanchan notablemente el círculo de los negocios de esta importantísima casa, que en Jerez se halla dirigida por el Sr. D. Gualterio Buck”

5. *González Byass & C<sup>a</sup> Limited* informa en un anuncio publicitario aparecido en 1908 (José M<sup>a</sup> Macías) sobre las sucursales que tiene abiertas en distintas ciudades europeas, así como los “variados” caldos que comercializa y produce: “Jerez, Londres y Oporto. Vinos de Jerez, Montilla, Sanlúcar y Oporto. “Cognac Jerezano”. Marcas Una, dos y tres copas, Extra y Extra especial. Vinos del Rhin y del Mosela de Deinhard & C<sup>o</sup>. Coblenz”

6. A.H.G.B. Libros de Correspondencia (28-05-1928). Carta de Emanuele Palau di Pietro (Génova).

*Mackenzie & C<sup>o</sup> Ltd.* (Jerez), posiblemente relacionada con *Mackenzie Driscoll*, fue establecida en Oporto en 1852, anunciando en 1931 (*Álbum Nacional*) sus "*Vinos y brandy. Casa en Londres: 20, Eastcheap E.G. 3. Casa en Villanueva de Gaya (Oporto). Jerez de la Frontera (Cádiz)*". Y ya en 1962 *Cockburn's* de Oporto se asocia a *Harveys of Bristol*, pasando a formar parte del grupo *Domecq*.

Respecto a la **importación de caldos portugueses** por los comerciantes y vinateros de la zona gaditana, es necesario destacar que las relaciones entre las comarcas vitivinícolas portuguesas y la jerezana habían sido muy intensas desde antiguo, sobre todo a través de los puertos incluidos en las rutas de navegación atlántica. Durante todo el siglo XVIII y las primeras décadas del XIX, fueron numerosos los intercambios comerciales entre los puertos de Cádiz y Funchal (Madeira), cuyos aspectos, así como el consumo de Madeira en la zona gaditana, han sido tratados por Ramos Santana (1998). En la segunda mitad del siglo XIX y primeras décadas del XX, los vinos de Oporto y Madeira son muy apreciados en Europa como vinos "de lujo" entre la sociedad burguesa y aristocrática, siendo estos caldos de gran calidad y alto precio (Ramos Santana, 1998: 164). También en la zona gaditana los vinos de Madeira eran consumidos habitualmente, de forma que, hacia 1880, los establecimientos de Cádiz venden tanto Madera auténtico importado como madeira de fabricación jerezana, vendiéndose estos últimos a precios más bajos, un 12-15 por ciento más barato que los auténticos (Ramos Santana, 1998: 177).

Sobre estas importaciones de caldos portugueses, por parte de vinateros jerezanos, resulta muy ilustrativo el texto contenido en la contraetiqueta de un vino menestral rosado de *C. del Pino y C<sup>a</sup>*, donde se confirma esta importación de los caldos portugueses para ser embotellados y comercializados a terceros desde la comarca jerezana:

"Embotellado en Jerez por C. del Pino y C<sup>a</sup>. Menestral Rosado Sup<sup>r</sup>. Importado de Portugal. Medidas 12 botellas o 24 medias contienen 9 litros. Embotellado por C. del Pino y C<sup>a</sup> en perfectas condiciones de transparencia, siendo sin embargo conveniente tener esmero al servirlo, porque a esta clase de vinos son muy sensibles los cambios de temperatura y la agitación de los envases"

Además de las empresas citadas, se localizan otros muchos bodegueros del actual Marco de Jerez que, supuestamente, producen de forma fraudulenta vinos de oporto y madeira, puesto que no se ha hallado hasta el momento documentación alguna que legitime la producción o comercialización de estos caldos.

Todas las empresas pertenecientes a los tres grupos mencionados comercializaron, etiquetaron y anunciaron por doquier sus oportos y madeiras – predominando los primeros –, vinculándose entre sí estas importantes comarcas vinateras a través de sus imágenes comerciales. A falta de documentación más rigurosa sobre el tema, estas piezas publicitarias refe-

ridas a los caldos portugueses, además de algunas otras fuentes, se convierten en excelentes testigos para dejar constancia de la presencia en la comarca jerezana de estos específicos caldos y sus productores. Se mencionan a continuación las firmas vinateras localizadas a través del material publicitario, al objeto de completar en lo posible la relación de los productores y comercializadores, legítimos o fraudulentos, de vinos de Oporto y Madeira en el actual Marco de Jerez.

Por referencias bibliográficas se conoce que desde 1883 la casa jerezana *Isasi y Compañía* cuenta con la marca *Isasi Port*. En la *Guía Oficial de Jerez* de 1893 varias empresas de la comarca jerezana anuncian sus madeiras y oportos, como *José de Fuentes Parrilla* (Jerez)<sup>7</sup> o *Fernández Leña-Rendón & C<sup>o</sup>* (Jerez)<sup>8</sup>. A través de otras fuentes se localiza *A. Santarelli* (El Puerto de Santa María)<sup>9</sup>. Y, mediante antiguas etiquetas de composición casi exclusivamente textual, están presentes el Funchal Madeira de *Pedro Domecq*; Vino Madeira de *C. de Otaolaurruchi* (Sanlúcar); Madeira superior de *Joaquín Leonar* (Sanlúcar); *Madère de Lacave & Cía* (Cádiz); antiguo Madeira de *Osborne* (Puerto de Santa María); oporto de *A. R. Valdespino* (Jerez); oporto de *Conde de Morphy* (Jerez); porto de *Marqués del Mérito* (Jerez), o el oporto de *Florido Hermanos* (Sanlúcar de Barrameda), entre otros.

Otro tipo de piezas publicitarias, que sirven también como fuentes de información para constatar la existencia de estos caldos y empresarios, son las antiguas notas de precios, tarjetas publicitarias o folletos divulgativos de las bodegas. Por ejemplo, en algunas tarifas de precios aparecen como productores o comercializadores de oporto y madeira *Pedro Romero Villarreal* (Sanlúcar)<sup>10</sup>, *Lacave y Cía* (Cádiz)<sup>11</sup> o *Abarzuza y C<sup>a</sup>* (Cádiz)<sup>12</sup>. Asimismo, otros madeiras y oportos, con especificación de clases y algunas marcas, se consignan en las notas de precios de *Díez Hermanos* (1902), *Conde de Aldama* (1904), *Arturo Williams*, *Fuentes Parrilla*, *Manuel Misa*, *Pedro Domecq* y *Sánchez Romate Hnos.* (1919) (Maldonado, 1898: 148). Y a varias exposiciones nacionales y regionales concurren con estos caldos *Rafael María de Alba* y *Jorge Thuiller* (El Puerto)<sup>13</sup>.

7. *José de Fuentes Parrilla* (Jerez) se anuncia en 1893 (*Guía Oficial de Jerez...*) como "Almacenista, Cosechero y Extractor de Vinos de Jerez, manzanilla de Sanlúcar, Madeira, Porto, Alicante y Valdepeñas"

8. *Fernández Leña-Rendón & C<sup>o</sup>* (Jerez) se presenta en 1893 (*Guía Oficial de Jerez...*) como "Almacenistas y extractores de vinos de Jerez, Sanlúcar, Málaga, Madeira y Porto".

9. En la *Guía Rosetty* de 1891 la casa *A. Santarelli* (El Puerto de Santa María) anuncia sus "Vinos de Jerez, Sanlúcar, Málaga y Alicante, Madera y Oporto. Exportación a todos los países" (Ramos Santana, 1998: 169). *A. Santarelli* obtuvo del Ayuntamiento de El Puerto, en 1891 y 1892, certificaciones de origen de sus exportaciones de "vino de madeira" a Génova y Palermo, cuyos caldos son calificados por Santarelli como "vinos legítimos de Jerez procedentes de mi bodega" (Maldonado Rosso, 1998: 147)

10. En una tarifa de precios de *Pedro Romero Villarreal* (Sanlúcar) se consigna un Oporto extra y un Madeira superior.

11. En otra nota de precios de *Lacave y Cía* (Cádiz) consta que tenía "maisons d'achats" en Funchal y en un folleto publicitario de esta misma casa se reseña que exportaba "cantidades enormes de su Madera de Jerez" (Maldonado, 1998: 149).

12. En una antigua tarjeta publicitaria de *Abarzuza y C<sup>a</sup>* (Cádiz), se anuncian sus "Vinos selectos Genuinos de España y Portugal. Bodegas en Jerez y en los principales centros de cada zona vinícola. Bodega de exportación en El Puerto de Santa María. Escritorio en Cádiz".

13. En la exposición Nacional Vinícola de Madrid de 1877 *Rafael María de Alba* presenta vinos de Madera y Oporto y en la Exposición Regional de Cádiz de 1879 la casa portuense *Jorge Thuiller* acudió con un vino madeira (Maldonado, 1998: 148).

Dentro del conjunto de **piezas publicitarias ilustradas** con diferentes composiciones figurativas, que promocionan los oportos y madeiras, elaborados o comercializados por bodegueros de la comarca jerezana, se pueden establecer **cinco categorías**, en función de su iconografía.

## 1. MOTIVOS VITIVINÍCOLAS

Las más antiguas muestras conservadas son algunas etiquetas y anuncios ilustrados pertenecientes a finales del siglo XIX y primeros años del XX. En estas piezas publicitarias predomina un código iconográfico de signo vitivinícola. Las antiguas etiquetas, que acompañan a estos oportos y madeiras finiseculares, están ilustradas con decorativas orlas vinícolas, compuestas de racimos y vides que, en ocasiones, se hacen más abigarradas incorporando diversas filacterias y cartelitas, que llegan a ocupar toda la superficie del soporte. Estas primeras etiquetas fueron elaboradas en talleres extranjeros, alemanes o franceses, como E. Pichot que, aunque radicado en París, tuvo sucursal abierta en Barcelona. Este taller trabaja profusamente para distintas bodegas de la comarca jerezana y, al parecer, también elaboró material publicitario para las empresas portuguesas, como se desprende de la correspondencia comercial que mantiene E. Pichot con la bodega *González Byass*. Así, en unas cartas de 1876 y 1877, este litógrafo francés afirma que *"el número de mis relaciones en España y Portugal es prueba reconocida de la superioridad..."*<sup>14</sup>. Y, en 1880, en una nueva misiva de Pichot a *González Byass*, se vuelve a incidir sobre las excelentes relaciones comerciales que mantenía por aquellos años este taller con las empresas portuguesas:

"La superioridad de ejecución, la finura de los dibujos, los colores vivos de los trabajos de mi casa con precios moderados me han merecido relaciones con las principales casas de España y Portugal, el mérito de estos trabajos ha sido reconocido por una medalla de plata en la Exposición Universal de París, 1878, la mayor recompensa en esta industria"<sup>15</sup>

Habitualmente estos talleres extranjeros contaban con unos catálogos, donde se mostraban a los clientes unos modelos de etiquetas ya impresos con las denominaciones de los caldos más conocidos del mundo. Así, por ejemplo, se conserva un modelo francés para una antigua etiqueta de "Madera", procedente de la litografía Mallofré (Aviñó, 24), en la cual no aparece la reimpresión de la firma vinatera y se encuentra ilustrada mediante unos

14. A.H.G.B. Libros sobre Publicidad. Cartas de E. Pichot a *González Byass* y *C<sup>a</sup>* (1876 y 1877).

15. A.H.G.B. Libros sobre Publicidad. Carta de E. Pichot (marzo, 1880).

alegres angelotes que juguetean con botellas y racimos de uvas, situándose todo ello alrededor de un escudón central donde se inscribe el nombre del caldo. Por su parte, en un catálogo del taller alemán Gebrüder Jllert (Klein Ahueim-Hanau)<sup>16</sup>, especializado en la elaboración de etiquetas para bebidas, se ofrece un muestrario de etiquetas estandarizadas donde están presentes los tipos de caldos más conocidos del mundo, como sherry, moscatel, Málaga, Madeira, portowein, samos o lacrimae chisti. A estos modelos preestablecidos tan sólo había que añadir, a través de una segunda reimpresión tipográfica, los componentes textuales referidos a cada específica empresa bodeguera, abaratándose así los costes. Esta es la causa por la que, con frecuencia, se localizan varias etiquetas iguales para diferentes firmas vinateras, en las que sólo varían los datos propios de cada bodega. Algunos de estos modelos extranjeros fueron más tarde imitados, con más o menos pericia, por los talleres catalanes, malagueños o jerezanos.

Dentro de este primer grupo iconográfico, se incluyen las etiquetas, elaboradas en el taller de E. Pichot, de un fine port de *Mackenzie & Co*<sup>os</sup> (Jerez), cuya composición está centrada por una esmerada orla vitícola en tonalidad sepia; y otra antigua estampa de oporto también de *Mackenzie & Co*, la cual se ilustra ahora con un complejo entramado de vides, racimos y filacterias que ocupa toda la superficie del soporte, en tonos azules y plateados que destacan sobre el fondo blanco del soporte. También de elaboración francesa (Dreyfus & Cía. París) son las antiguas etiquetas de un Madeira y un porto de *González Byass & Co*<sup>a</sup>, ilustradas tan sólo con el escudo de España y varias recompensas industriales. Todas estas composiciones vinateras se distinguen por su esmerada ejecución técnica, como no podía ser menos en uno de los países pioneros en las técnicas litográficas.

Este lenguaje iconográfico basado en iconos vitivinícolas también comparece en antiguos anuncios y carteles publicitarios. En tal sentido se presenta un sencillo anuncio de *González, Byass & Co L<sup>a</sup>* que, enmarcado por una decorativa orla modernista, se encuentra ilustrado únicamente con la figura de una clásica botella jerezana de color negro, la cual se sitúa en primer plano como asunto principal. En el contenido literario de este anuncio vuelven a caminar unidos los nombres de Jerez y Oporto:

“Proveedores efectivos de S.M. D. Alfonso XIII. Casas en Londres, París y Oporto. Bodegas en Jerez, Sanlúcar y Oporto. Vinos de Jerez, Sanlúcar, Montilla y Oporto. Coñac Jerezano”.

Durante las primeras décadas del siglo XX, las principales firmas vinateras de la comarca jerezana se anuncian, mediante estos sencillos anuncios, en algunas revistas especializadas del sector industrial, así como en la prensa de ámbito nacional, provincial o local.

16. A.B.O. Este catálogo se conserva en el Archivo de Bodegas Osborne (El Puerto de Santa María).

Por ejemplo, en la contraportada de una *Guía de Sanlúcar de Barrameda* de 1921 (Castillo), aparece un fotgrabado de una vista general de las bodegas de González, Byass y C<sup>a</sup>, donde se anuncian sus "Vinos de Jerez. Manzanillas de Sanlúcar. Coñac Jerezano. Vinos de Oporto. Casas en Jerez, Sanlúcar, Oporto y Londres". Y, en 1934, González Byass sigue promocionando su oporto en el periódico madrileño *La Nación*<sup>17</sup>.

La mayor parte de los carteles publicitarios de esta época se articulan mediante composiciones similares a las anteriores, prevaleciendo las figuras de botellas y las perspectivas bodegueras, además de los escudos de la casa real española cuando el anunciante poseía el privilegio de ser "Proveedor de la Real Casa", siendo este último elemento muy característico de los nuevos hábitos representativos puestos en marcha por la burguesía industrial surgida durante la Restauración. En relación a estos carteles publicitarios, se puede hablar de un esquema compositivo de carácter estandarizado, que permanecerá vigente hasta los años 30. Se trata de una composición articulada por una o varias reproducciones de bodegas, exteriores e interiores, donde además se suelen reseñar los nombres de las viñas, instalaciones y sucursales de la empresa con sus respectivas direcciones. También es frecuente añadir los tipos de vinos más conocidos de la casa, esto es, sus "Marcas predilectas". A veces estos carteles se reproducían íntegramente en las publicaciones periódicas de la época en forma de anuncios ilustrados, tal como se observa en el que González, Byass y C<sup>a</sup> inserta en la edición española del *The Times*, en 1926, compuesto por cuatro vistas bodegueras y los escudos reales de España y Portugal, especificándose:

"Casas y bodegas en Jerez, Sanlúcar, Londres y Oporto; Antiguos proveedores de la Real Casa. Marcas Predilectas: Vinos de Jerez. Fino Gaditano, Tío Pepe, Viña AB, Néctar y Solera del Rey 1847, Cognac Jerezano, Tres Copas, Soberano, Insuperable. Vinos de Oporto. Old Portugal. Vinos de Jerez y Oporto, Manzanilla de Sanlúcar, Coñac Jerezano".

## 2. SÍMBOLOS IDENTIFICATIVOS DE PORTUGAL

Un segundo grupo iconográfico está configurado por aquellas muestras publicitarias cuyas denominaciones de marca o contenidos iconográficos aluden a los símbolos más identificativos de Portugal, como país de origen de los oportos y madeiras que se anuncian, siendo estos emblemas fácilmente identificados por parte del consumidor. Así, en algunas de estas piezas publicitarias no sólo se usurpan las denominaciones de origen, sino también sus más significativos símbolos.

17. A.H.G.B. Libros sobre publicidad (1935) Este anuncio se publicó en *La Nación* el 15-06-1934.

Entre estas composiciones destaca la etiqueta de Vinho do Porto 1847 (González, Byass & Cía. Oporto), centrada con el **escudo de Portugal** a gran tamaño, cuya estampa se encuentra impresa en la Litografía Jerezana (Jerez). Esta composición se asemeja bastante a una antigua etiqueta francesa de un “Vinho de Porto” que Pichot había enviado a *González Byass*. Así, resulta éste un ilustrativo ejemplo de las mencionadas imitaciones que realizaron los talleres españoles de los modelos extranjeros, si bien la etiqueta francesa ofrece una ejecución técnica mucho más esmerada que la jerezana. Entre otras etiquetas ilustradas con el escudo de Portugal se puede citar la de Vino de Porto Blanco de *Gutiérrez Hermanos*; la estampa de un porto de *A. R. Valdespino* (Jerez-Oporto); además de varios ejemplares de *Sebastián Argudo* (Jerez) – brandy estilo coñac *La Perla* (1913) y otra estampa ilustrada con el busto de un torero –, en cuyos ángulos superiores se representan los escudos de España y Portugal, por contar esta casa con el privilegio de ser “Proveedor de las Reales Casas de España y Portugal”.

Algunos **personajes históricos** se convirtieron en símbolos de Portugal por su destacada valentía y extraordinarias hazañas. Algunos de estos héroes nacionales se reproducen en el etiquetado vinatero o bien se utilizan sus nombres como denominaciones de marca, de tal forma que tales personajes resultan ser presentadores publicitarios muy efectivos para identificar el origen del caldo embotellado. Es el caso de la etiqueta de oporto *Viriato* (*A. R. Valdespino*), ilustrada exclusivamente con el blasón usado por esta empresa jerezana y cuya marca alude al célebre caudillo lusitano transformado en símbolo de la resistencia peninsular contra la dominación romana. Por otra parte, el nombre de otro “héroe” portugués más próximo en el tiempo distingue el lagrima cristi porto *Presidente Almeida* (*R. O’Oneale*), cuya composición está centrada por el escudo heráldico de esta bodega jerezana, refiriéndose su denominación de marca a Antonio José de Almeida, presidente de la primera república portuguesa (1919 y 1923).

Más llamativa resulta la antigua etiqueta de un madeira de *Juan Carrasco & Hermanos, S.* (Jerez), cuya composición se encuentra protagonizada por una joven ataviada con el **traje típico** portugués, completándose la ilustración con el escudo de Jerez. Esta imagen resulta suficientemente identificativa del país de origen del caldo que se presenta. Más reciente es la etiqueta del vino tipo oporto *Estoril* (*Pedro Domecq Colombia Ltda.*), donde contrastan vivamente los componentes textuales y una representación convencional del Estoril medieval delineados en blanco sobre el soporte de color negro

### 3. ICONOGRAFÍA SEGÚN DESTINO

Un tercer conjunto de mensajes publicitarios está diseñado **en función del destino** que tenían estos caldos, al objeto de establecer la máxima conexión posible entre la imagen promocional de vino en cuestión y sus potenciales consumidores. Es el caso de la antigua etiqueta de “Jerez estilo porto” *London Club* (*Manuel Fer-*

nández), "Porto rojo superior", ilustrada únicamente con el escudo de Jerez y algunas recompensas industriales y cuya denominación de marca se refiere al centro recreativo, posiblemente británico, donde se comercializaba exclusivamente este vino. Más atractiva resulta la ilustración de un porto de C. *Do Pinho & C<sup>a</sup>* (C. del Pino y C<sup>a</sup>. Jerez), donde curiosamente el nombre comercial de esta empresa jerezana se consigna en portugués. Esta estampa se encuentra protagonizada por una barrica de madera captada de perfil, ubicándose sobre ella el escudo de Portugal y el logotipo de la bodega, además de la frase: "*Vinhos legítimos do Porto*". Este caldo estaba "*especialmente embotellado para la Compañía Sud-Americana de Vapores*", tal como consta en la etiqueta, apareciendo el anagrama de esta Compañía presidiendo la composición. Esta misma ilustración será utilizada para acompañar al "velho superior" de la misma casa, "*embotellado especialmente para los vapores del lago Titicaca*", cuya etiqueta aparece ahora encabezada por un aviñetado barco de vapor.

El mayoritario destino de estos caldos portugueses a Gran Bretaña queda bien reflejado en la iconografía de algunas etiquetas ilustradas con figuras de zorros, cuyo animal ha sido desde antiguo muy apreciado entre los británicos aficionados a la cinegética. Entre ellas se localiza la estampa de port *Silver Fox-Fine Tawny* (González, Byass & C<sup>o</sup>), embotellado y producido en Portugal, ilustrada con la representación de un zorro. Otras dos ilustraciones vinateras muy similares son las de porto *Three Eagle* (González Port. González Byass y C<sup>a</sup>. Oporto), "Produce of Portugal" y "Printed in Portugal", centrada por tres sintéticas figuras de águilas, las cuales aparecen delineadas en color blanco sobre el fondo negro del soporte; así como la etiqueta de oporto *Diez' Port* (Díez Hermanos. Oporto), protagonizada ahora por tres aviñetadas cabezas de zorro, todo en tonalidad blanca sobre el soporte negro.

En función de esa abundante combinación cromática de "blanco sobre negro", que se produce en la presentación gráfica de los oportos, habría que considerar la posibilidad de la existencia de un específico código plástico establecido para la exclusiva presentación de estos caldos (etiqueta negra de *González Port*).

#### 4. LOS VINOS PORTUGUESES Y EL MAR

Un cuarto grupo de ilustraciones publicitarias se encuentran vinculadas a la tradicional **vocación marítima de Portugal** y a sus importantes gestas descubridoras de la Edad Moderna, relacionándose al mismo tiempo estos motivos iconográficos con el tradicional **tráfico marítimo de los vinos**. En este contexto se podría incluir la etiqueta de porto *Colón* (A. R. Valdespino), presidida por un busto aviñetado de Cristóbal Colón, cuyo personaje histórico será ampliamente utilizado por la más antigua publicidad española. En el mismo grupo cabe situar la ilustración de un Fine old Port de *Garvey*, "Produce of Portugal", cuya composición está centrada por uno de los tradicionales rabelos

utilizados en el tráfico vinatero dourriense, en cuyo velamen queda inscrito el escudo usado por esta empresa. Se mantiene aquí el mencionado código plástico por el que todos los elementos icónicos y textuales se componen en color blanco sobre el fondo negro del soporte.

Una de las ilustraciones más interesantes de este grupo, desde la perspectiva publicitaria, es la etiqueta del port *Canteen* (González Byass & C<sup>o</sup>. Oporto), cuya iconografía está más relacionada con el elegante mundo de la navegación deportiva y los cruceros recreativos, tan en boga durante la segunda y tercera décadas del siglo XX. La stampa está protagonizada por la llamativa figura de un distinguido y sonriente capitán de barco, tocado con su característica gorra de plato, que luce pantalón negro y chaquetilla del mismo color rojo que la base del soporte con el que se confunde parcialmente, de forma que el personaje parece emerger del fondo de color, especialmente la mano con la que el bigotudo capitán se encuentra brindando al tiempo que dirige su mirada al espectador, construyéndose un mensaje de gran fuerza implicativa. Esta novedosa composición gráfica se aproxima a las formas estéticas propias del dandysmo Art Deco característico de los años 20.

Una variante compositiva del anterior personaje fue elaborada para distinguir el nombre comercial *González-Port* (González Byass), a modo de logotipo o imagen de identidad empresarial, si bien ahora la figura se reduce a escala de busto, siendo su ejecución técnica de menor calidad que la precedente. Este motivo aparecerá reproducido en diferentes soportes publicitarios, tales como el papel de correspondencia comercial – carta fechada en 1934 en Casablanca – que utiliza *González Port* en la década de los años 30, donde la figura del capitán se inscribe en un rectángulo al que acompaña la frase “Port in Sight...”, es decir “Puerto a la vista”, jugándose publicitariamente con el doble sentido de la palabra “port” (“puerto” y “vino de oporto”). Este mismo asunto centrará las servilletas de papel que, como “moderno” soporte publicitario, utiliza *González Byass* en esta década de los años 30 para distribuir en los establecimientos de bebidas. En 1934 esta bodega jerezana encarga 50.000 ejemplares de estas servilletas<sup>18</sup>, de orillas onduladas, que estaban destinadas al establecimiento “H.L.H. Huvelliez” (Casablanca), tal como consta en su impresión, donde además se promocionan los caldos de la casa “jerez quina”, “*Solera 1847*”, “brandy *Tres Copas*” y “porto *González*”, en cada uno de los ángulos del soporte.

## 5. EVOLUCIÓN ESTILÍSTICA A TRAVÉS DE LA MUJER

Un quinto y último grupo de muestras publicitarias diseñadas para anunciar estos “singulares” oportos y madeiras, está compuesto por una **iconografía muy variada**. A pesar de su heterogeneidad, a través de estas ilustraciones se puede

18. A.H.G.B. Libros de Correspondencia (10-04-1934).

seguir la **evolución estética** experimentada en este arte comercial durante el primer tercio del siglo XX, en consonancia con las corrientes estilísticas de la época. Asimismo, en este grupo de mensajes se observa la tradicional utilización de la **figura femenina** como uno de los principales atractivos publicitarios.

El recurso del "trampantojo" o imágenes engañosas, muy usado en la más antigua publicidad comercial, se localiza en la etiqueta de un oporto blanco de *Manuel Gamboa Ramírez* (Jerez), la cual está centrada por un apergaminado estandarte – símbolo de la vejez del caldo –, sostenido sobre una ornamental barra metálica superior, la cual se halla supuestamente clavada al soporte de la etiqueta mediante un figurado clavo superior, situándose todos los componentes textuales en el interior del pabellón. Una composición muy diferente a la anterior, de gran efectividad publicitaria, es la de oporto *Trébol* (Gutiérrez Hermanos. Jerez), cuya etiqueta queda centrada por un gran trébol de la suerte, de cuatro hojas y llamativo color verde.

Dentro de los cánones academicistas propiamente decimonónicos, que tanto gustaron de las alegorías femeninas, se sitúa la antigua etiqueta de un madeira superior de *Juan Carasco & Hermanos S.* (Jerez), ilustrada con una personificación femenina del vino, la cual aparece vestida como matrona clásica, "a la romana", y en acción de brindar con una esbelta copa de tipo francés que, junto a las alargadas botellas también presentes, relaciona este modelo iconográfico con los elaborados en talleres extranjeros. Al lado de este llamativo personaje se sitúa una bota con el escudo de Jerez, de cuya barrica un gracioso amorcillo clásico se encuentra sacando vino con su correspondiente venencia.

El posterior costumbrismo casticista, tan próspero en la plástica bajoandaluza durante la segunda mitad del siglo XIX y primeros años del XX, está también presente en este grupo iconográfico, mediante la cromática ilustración de un "oporto oscuro" de *Lamadrid y Calderón* (Jerez), que ocupa toda la base del soporte, situándose los elementos textuales de forma secundaria en el interior de la orla perimetral que rodea a la etiqueta. En la estampa se muestra una escena de costumbres populares a la puerta de una taberna, donde se hallan dos castizos majos, ataviados al estilo dieciochesco, en acción de beber el vino que se presenta al tiempo que cortejan a dos graciosas majas de mantilla y abanico.

En línea semejante a la anterior comparece una castiza dama tocada de mantilla blanca, que actúa como presentadora del oporto blanco Esp<sup>al</sup> de la *Gran Confitería de Santiago*, siendo éste el nombre comercial del destinatario, de forma que en la etiqueta principal no se consignan los datos de la firma productora. Estas figuras femeninas de mantilla fueron muy utilizadas para presentar diferentes productos comerciales durante las décadas de entresiglos, funcionando como eficaces símbolos de identificación respecto al origen español o andaluz del caldo en cuestión. Dentro de este contexto hay que citar también la pareja de majos, él a la guitarra y ella bailando, que protagoniza la etiqueta de un oporto de *R & B*. Y un símbolo específicamente español, como es el universal personaje cervantino

de *don Quijote*, adoptado como logotipo de *A & A Sancho* (El Puerto), es el único motivo iconográfico que ilustra una etiqueta de Jerez Oro, donde se consigna que esta empresa comercializaba “*Vinos superiores de Jerez, Madera, Málaga y Porto*”.

En el contexto de un costumbrismo propiamente andalucista se sitúa el cartel comercial que anuncia, al mismo tiempo, los Ports & Sherries de *Sandeman's*. En la composición se reproduce una pintura de Septimus Scott, pintor escasamente conocido que fue miembro de la Real Academia Británica, por quien aparece firmada en 1910. En este cartel se representa un clásico cuadro flamenco de mesón o venta, protagonizado por un grupo de varios majos y toreros, los cuales tocan la guitarra y palmean a una bailaora gitano-andaluza. Junto al grupo se ubica, en primer plano, una caja rotulada con “*Sandeman Port*”, sobre la que asienta una botella y copa de este caldo. Los componentes textuales de esta composición quedan relegados a la orla perimetral, consignándose en los laterales: “*Ports Three star picador partners*” y “*Sherries. Three star amada brown bang*”, en referencia a cada uno de los productos promocionados en esta pieza publicitaria. El flamenquismo de que está dotada esta ilustración se halla muy próximo a ciertos grabados y pinturas del costumbrismo romántico andaluz.

Tal como demuestra el mensaje anterior, la publicidad de principios del siglo XX recurre a los diferentes espectáculos populares, como fuente de alimentación para construir sus imágenes. Otra buena muestra de esta tendencia es la etiqueta de un oporto blanco de *Sánchez Romate Hnos.* (Jerez), protagonizada por una artista de variedades de tintes sicalípticos, que aparece ligeramente vestida de “*marinerito*” y recostada sobre el velamen de una embarcación. Esta estampa pertenece a una serie editada por esta bodega jerezana, donde se representan diferentes figuras de *cocottes* extraídas de aquellos frívolos espectáculos musicales de *varietés*, tan populares en la época, cuyos mensajes se encuentran claramente dirigidos hacia un consumidor masculino.

Dentro de la estética propia de los primeros *affiches* modernistas, franceses y catalanes, se localiza un cartel comercial de *González & Byass*, donde se promocionan de forma genérica sus vinos de “*Jerez – London – Oporto*”<sup>19</sup>. Se trata de una composición firmada por Siul (Luis Pérez) hacia 1906, cuyo mensaje publicitario, de tipo mostrativo, está protagonizado por una alegre joven *cherettiana*, vestida de azul y tocada con gran sombrero de plumas, que aparece montada sobre un espléndido corcel, al tiempo que sostiene en su mano una botella del *Néctar* de la casa. En esta composición se evidencia también la influencia de otros importantes cartelistas franceses de la época, como Leonetto Capiello o Jean D'ylen – autor de dos llamativos carteles para anunciar el port de *Sandeman* –, quienes marcaron nuevos hitos en la evolución del cartel publicitario heredero de Chéret.

19. En los márgenes se puede leer: “*Vifias en los renombrados pagos de Macharnudo, Carrascal y otros*”, “*Bodegas en Sanlúcar y Montilla*” y “*Especialidades en vinos de Jerez y cognac Jerezano*”.

Derivada de la estética modernista, aunque muy próxima ya a los nuevos cánones del Art Deco, se enmarca la bonita ilustración que encabeza una carta de menú de 1927, donde *González Byass y C<sup>a</sup>* anuncia de nuevo sus "Vinos de Jerez y Oporto", además del coñac *Jerezano*. Este menú fue diseñado especialmente para el banquete celebrado en Vigo y Pontevedra en honor de Manuel Barbeito Segovia, decano de la Beneficencia Municipal<sup>20</sup>. La composición está protagonizada por una hermosa joven, que recuerda a las "doncellas-flor" del Art Nouveau, la cual aparece sobre un fondo vegetal de llamativos colores y porta dos grandes canastas repletas de botellas, completándose la ilustración con la reproducción de una botella jerezana, etiquetada con el nombre de uno de los caldos de la empresa, que se ubica en el lateral izquierdo del soporte.

Ya plenamente Art Deco es el anuncio ilustrado de *González Byass y C<sup>a</sup> Limited* (Jerez de la Frontera), que aparece publicado en el *Catálogo de Exportadores Españoles* del Consejo de la Economía Nacional de 1929. La composición está centrada por una estilizada figura femenina, vestida con llamativo traje de color rojo y gran pámela, la cual se encuentra en acción de alzar en su mano una de las botellas de la casa, mientras unas sintéticas ramas en flor aparecen en primer plano, reproduciéndose en el lateral una gran botella de la firma. Insertos en recuadros se consignan los clásicos datos que suele reseñar esta bodega en sus anuncios: "Vinos de Jerez. Vinos de Oporto. Manzanilla de Sanlúcar. Brandy Jerezano", "Casas y bodegas en Jerez, Sanlúcar, Londres y Oporto", repitiéndose estos textos en la base de la composición en tres idiomas diferentes.

Ente los pequeños objetos utilitarios que se ponen muy de moda, como soportes publicitarios, en las décadas de los años 20 y 30, se puede citar la partida de cinco mil sacacorchos publicitarios encargados en 1927 por *González Byass* a Paul A. Henckels, "Fábrica de artículos de Reclamo" de Solingen (Alemania), en los que aparece la inscripción "*González Byass. Jerez. Oporto*"<sup>21</sup>.

Pero, sin duda, la imagen publicitaria más famosa de todo este conjunto publicitario es "The Don" de *Sandeman*. Esta misteriosa silueta de un caballero envuelto en una amplia capa negra, de "estudiante portugués", que oculta también su rostro bajo un ancho sombrero español – capa y sombrero que parecen actuar como símbolos del origen del port y el sherry promocionados –, al tiempo que sostiene en su mano una copa del caldo que anuncia. La pintura original, realizada por George Brown Massiot en 1928, se encuentra actualmente en las oficinas londinenses de *The House of Sandeman*. Este "hombre de la capa negra" terminará por convertirse en imagen de identidad empresarial y símbolo de la casa *Sandeman*, apareciendo en todo su etiquetado, jerezano y

20. A.H.G.B. Banquete celebrado en el Place Hotel de Pontevedra y en el Palace Hotel de Vigo, en homenaje al Decano de la Beneficencia Municipal, D. Manuel Barbeito Segovia, que le dedicaron el "Cuerpo Médico Municipal, Real Academia de Medicina, Colegio Médico Provincial, las clases sanitarias y sus amigos". Este menú fue elaborado en el taller de Reclamos Vda. de Moya (Barcelona).

21. A.H.G.B. Libros sobre Publicidad. Carta de 12-11-1927. Cada una de estas piezas importó 2,25 pesetas.

portugués<sup>22</sup>. A partir de 1931 esta figura se constituye en la imagen publicitaria por excelencia del “Port & Sherry Sandeman”, anunciando uno u otro tipo de vino de forma independiente o al unísono. El *The Don* ha sido reproducido en los más variados soportes publicitarios, tales como cartelería comercial, anuncios ilustrados, etiquetas, calendarios, chapas metálicas, vallas de carretera, cristales pintados, e incluso reproducido en unas curiosas jarras de cerámica en tres dimensiones, que fueron realizadas en 1931 por la empresa Royal Doulton, a cuya edición siguieron otras series de jarras diseñadas también por Wedgwood Company.

En definitiva, el análisis de este conjunto de piezas publicitarias pone al descubierto aquellos iconos que han acompañado, durante más de un siglo, a estos peculiares oportos y madeiras elaborados legítimamente por vinateros establecidos en Jerez y Portugal, falsificados en la comarca jerezana, o importados desde Portugal para su posterior comercialización desde el actual Marco de Jerez. Desde la perspectiva publicitaria, todos estos mensajes han generado una característica imagen comercial, estética y cultural, que singulariza a estos específicos caldos, donde prevalece una asociación nominal e iconográfica entre las comarcas vitivinícolas universalmente conocidas de Oporto-Jerez y Madeira-Jerez, concretándose tales vinculaciones en una imagen publicitaria común.

## FUENTES DOCUMENTALES

A.H.G.B.: Archivo Histórico González Byass (Jerez de la Frontera).

A.B.O.: Archivo Bodegas Osborne (El Puerto de Santa María).

A.M.S.B.: Archivo Municipal de Sanlúcar de Barrameda.

COLECCIONES de material publicitario: Bodegas González Byass, Bodegas Garvey, Bodegas Osborne, Vicente Rabadán, Juan Ivison, Ramón Bayo y Milagros Montes.

## BIBLIOGRAFÍA

*Álbum Nacional de la “Actualidad Española” para 1931*. Madrid.

BARNICOAT, John (1995): *Los carteles, su historia y su lenguaje*. Barcelona: Gustavo Gili.

CARULLA, Jordi y Arnau (1998): *La publicidad en 2.000 carteles*. Barcelona: Postermil.

CIRICI NARVÁEZ, Juan Ramón (1996): “La estética de las etiquetas antiguas del vino fino”, en Maldonado Rosso, J (ed.): *Actas de las I Jornadas del vino fino*. El Puerto de Santa María (Ayuntamiento).

---

22. En 1958, cuando *Sandeman* entra en el mercado español, lo hace a través de la figura del *The Don* y, en honor a esta enigmática figura, la más popular de sus imágenes publicitarias, denominará a su brandy de Jerez “Capa Negra” (1964).

- EGUIZÁBAL MAZA, Raúl (1998): *Historia de la publicidad*. Madrid: Eresma & Celeste.
- FERNÁNDEZ DE BOBADILLA, Vicente (1990): *El brandy de Jerez*. Consejo Regulador de la Denominación Específica "Brandy de Jerez". Madrid: CRYSESA.
- HUETS DE LEMPS, Alain (1989): *Le vin de Madère*. Grenoble: Glémat.
- JEFFS, Julián (1994): *El vino de Jerez*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz.
- Guía Oficial de Jerez, Sanlúcar de Barrameda y Puerto de Santa María para 1893*. Ed. Manuel Fernández Peralvo, Manuel. Jerez de la Frontera.
- CASTILLO, Alberto de y GONZÁLEZ, J. Luis (1921): *Guía del Veraneante. Carnet oficial de festejos de Sanlúcar de Barrameda*.
- MACÍAS, José María (1908): *Breve descripción de Sanlúcar de Barrameda*. Valencia: Imprenta de F. Vives Mora.
- MALDONADO ROSSO, Javier (1998): "Producción y comercialización de "Madeiras" en la provincia de Cádiz (siglos XIX y XX)". En Seminario Internacional *Os Vinhos licorosos e a história*. Centro de Estudos de História do Atlântico.
- MALDONADO ROSSO, Javier (1999): *La formación del capitalismo en el Marco de Jerez*. Madrid: Huerga y Fierro.
- PAN-MONTOJO, Juan (1994): *La bodega del mundo. La vid y el vino en España (1800-1936)*. Madrid: Alianza Universal – Mapa.
- PAN-MONTOJO, Juan (2001): "Industrialización y vitivinicultura en España, 1760-1900: una visión de conjunto". En *VII Congreso de la Asociación de Historia Económica (AHE)*. Zaragoza, 2001. ([www.unizar.es/eueez/cahe/sesion16.html](http://www.unizar.es/eueez/cahe/sesion16.html))
- RAMOS SANTANA, A. (1998): "Comercio y consumo de Madeira en Cádiz", en Seminario Internacional *Os Vinhos licorosos e a história*. Centro de Estudos de História do Atlântico.
- SATUÉ, Enric (1997): *El diseño gráfico en España*. Madrid: Alianza.
- VIEIRA, Alberto (1991): *Breviário da vinha e do vinho na Madeira*. Ponta Delgada (Açores).
- VIEIRA, Alberto (1993): *História do vinho da Madeira. Documentos e textos*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico.
- [www.sandeman.com](http://www.sandeman.com)
- [www.gaiatur.com](http://www.gaiatur.com) (Cronología de los vinos de Oporto)



# VINOS DE OPORTO Y MADEIRA. ANTIGUA ICONOGRAFÍA PUBLICITARIA EMITIDA POR BODEGUEROS DE JEREZ

ANA GÓMEZ DÍAZ-FRANZÓN

---

La gran demanda que se produce, en las últimas décadas del siglo XVIII, de los vinos denominados “de lujo” – sobre todo oporto y jerez –, principalmente por parte de Gran Bretaña y los países de Europa noroccidental, se ha considerado como uno de los factores clave que provocaron la industrialización del sector vitivinícola<sup>1</sup>. Estas circunstancias dieron lugar al establecimiento de nuevas empresas vinateras con fines exportadores, muchas de ellas británicas, en las comarcas vitivinícolas europeas de mayor prestigio y calidad, como Jerez, Oporto y Madeira:

“Fruto del aumento del consumo externo, se creó en Oporto una amplia comunidad de mayoristas exportadores generalmente británicos, que además de intermediar la venta de vinos jóvenes, encabezados y mezclados para satisfacer los pedidos ingleses, empezaron a criar vinos de calidad superior en sus almacenes de Oporto y Vilanova de Gaia. Las localidades del Marco del Jerez fueron asimismo escenario en el período 1760-1840, de un amplio conjunto de transformaciones que afectaron a todos los niveles de la actividad vinícola” (Pan Montojo, 2001: 4-5)

La ampliación de mercados y diversificación en la producción vinícola, que acompañaron a este proceso industrializador, propiciaron también que estos tipos de caldos tan demandados fuesen sistemáticamente imitados y falsificados por parte de las más diversas comarcas vitivinícolas, tal como ocurrió con el *jerez* o *sherry* (*british sherry*; *sherry* del Cabo, *sherry* australiano o *sherry* de Chipre). Así, durante la segunda mitad de siglo XIX y primer tercio del XX, numerosas empresas de diferentes zonas geográficas usurparon la autenti-

---

1. Sobre la industrialización del sector vitivinícola en España se puede consultar los trabajos de Juan Pan-Montojo (1994 y 2001) Para la evolución experimentada en la producción de vinos de Madeira, los trabajos de Alberio Vieira (1991) y Huetz de Lempis (1989). Y para el proceso de industrialización vitivinícola de la comarca jerezana el estudio de Maldonado Rosso (1999).

ciudad de las más famosas denominaciones de origen, trastocándolas en denominaciones genéricas, al objeto de poder fabricar en cualquier lugar del mundo falsos jerez, oporto y madeira. En palabras de Maldonado Rosso (1998, 145):

“en el mercado vitivinícola internacional reinaba la ley de la selva. En todas partes se producían e imitaban todo tipo de vinos y bebidas”

La comarca jerezana, en cuya esfera comercial se incluye por aquellos años el importante centro mercantil de la ciudad de Cádiz, participó de lleno en este generalizado fenómeno de falsificaciones vinícolas. La concreta producción y comercialización de falsos madeiras en la zona gaditana ha sido ya objeto de un trabajo por parte de Maldonado Rosso (1998, 154), quien afirma:

“La provincia de Cádiz jugó un notable papel en la producción de imitaciones y falsificaciones de madeira, en el tráfico mercantil de supuestos madeiras producidos por terceros en otras zonas vitivinícolas españolas y, en menor medida, en la comercialización de auténticos madeiras”

Durante la segunda mitad del siglo XIX y primeras décadas del XX, se elaboran en la comarca jerezana los tipos de caldos más famosos del mundo, tales como cognac, champagne, ron, malvasía, vermouth, Málaga, marsala y, naturalmente, oporto y madeira. Como contrapartida, en las más variopintas zonas vinícolas, españolas y extranjeras, se fabricaban *sherries* en abundancia. Incluso en las comarcas vitivinícolas jerezana y portuguesas se producían adulteraciones y falsificaciones de sus propios caldos, a fin de atender la gran demanda suscitada.

En relación a estas generalizadas falsificaciones de jerez y oporto, llevadas a cabo por parte de los comerciantes británicos – principales importadores de estos caldos –, se localiza un curioso anuncio publicado en 1866 en *The Times*, que transcribe Julian Jeffs (1994, 123):

“Se busca socio. Destilador con experiencia en los últimos diecisiete años, capaz actualmente de producir un buen oporto y un buen jerez mediante fermentación, sin una sola gota de zumo de uva, desea socio con una aportación de 2.000 a 3.000 libras para abrir una casa en Hamburgo con el fin de producir vinos. Posee ya buenos contactos en el negocio”

En sentido contrario, sobre la elaboración en la comarca jerezana de estos “variados” productos vinícolas, genuinos de otras regiones europeas, resulta muy significativo el comentario publicado en la *Guía Oficial de Jerez* (1893, 51) sobre la bodega jerezana *C. del Pino y C<sup>ª</sup>*:

“Tienen además los señores C. del Pino y Compañía” montada una gran fabricación de Vermouth, estilo Torino y Marsella, que se halla a la altura de las más importantes fabricaciones de esta índole, y universalmente conocido es el exquisito Cognac que esta casa produce”

Diversas normativas, nacionales e internacionales – R.D. de 1850 sobre Propiedad Industrial, Convenio de París de 1883, Arreglo de Madrid de 1891, etc. –, se suceden desde mediados del siglo XIX, intentando proteger y regular las denominaciones de origen vitivinícolas, a fin de paliar estos constantes abusos y usurpaciones. Sin embargo, la cuestión no llegará a solucionarse hasta hace pocos años y aún hoy día continúan produciéndose algunos casos fraudulentos.

La investigación sobre la realidad de estos hechos en la comarca jerezana presenta serias dificultades debido a la escasez de estudios y documentos sobre el tema. Por tanto, acudir a otro tipo de fuentes de información como son las piezas publicitarias de estos “singulares” vinos, tales como el etiquetado, carteles comerciales, anuncios ilustrados, notas de precios o folletos divulgativos, resulta de gran interés, pues los contenidos textuales e iconográficos de este material ayudan a constatar el fenómeno de las imitaciones, las legítimas importaciones de caldos portugueses en el área jerezana, así como la presencia de algunos productores jerezanos en las comarcas vinícolas de Portugal.

En principio, atendiendo al origen de estas muestras publicitarias, habría que distinguir **tres categorías empresariales**: un primer grupo está conformado por las firmas vinateras que, por estar radicadas tanto en la comarca jerezana como en las portuguesas, producen legítimamente oporto y madeira; un segundo grupo está compuesto por aquellos industriales de Jerez o Cádiz, que importan estos caldos portugueses para venderlos a terceros, actuando entonces la comarca como centro comercial redistribuidor; y, por último, se detecta un tercer grupo de bodegueros jerezanos que fabrican falsos madeiras y oportos. Si bien, hay que señalar que a, falta de documentación más fehaciente, no siempre es fácil distinguir entre estas tres categorías empresariales. A efectos de iconografía publicitaria, la mayor parte de todo este material publicitario tiene en común la presencia de un vínculo nominativo entre “Jerez-Oporto” o “Jerez-Madeira”, cuyas denominaciones de origen o la de sus productores aparecen asociadas en una misma pieza publicitaria, generándose, por tanto, una **imagen representativa común** para estas comarcas vitivinícolas portuguesas y jerezana.

El conjunto de estos mensajes publicitarios no son muy abundantes, respecto a la totalidad analizada para la comarca jerezana<sup>2</sup>, pero resulta suficientemente significativo para conocer, además de los tres grupos de empresas vinateras mencionadas, otros interesantes aspectos de la época – técnicos, estéticos y sociales –, como la influencia de la

2. El estudio iconográfico de la antigua publicidad generada en la comarca jerezana constituye la base de nuestra tesis doctoral, actualmente en proceso de finalización.

litografía francesa, el gusto estético imperante en la sociedad de aquellos años, las ostentaciones de los productores, las preferencias iconográficas de cada destinatario, algunos símbolos de identidad portugueses o la evolución estilística experimentada durante más de un siglo en este ámbito del arte comercial.

En el primer grupo citado, referido a los vinateros que establecieron **bodegas tanto en Jerez como en Portugal**, al objeto de elaborar ambos tipos de vinos con toda legitimidad, se encuentran constatadas<sup>3</sup> las casas *Croft* – en Oporto desde 1678 –; *Sandeman* – empresa británica fundada 1790 en Londres por George Sandeman para la importación de oporto y jerez, más tarde instalada en Oporto (1811) y Jerez<sup>4</sup> –; *González Byass*<sup>5</sup> – establecida en Oporto en 1896, que liquida el negocio portugués en 1993 (*González Byass* se encuentra en 1928 exportando “vinos de Setúbal y Oporto” a Emanuele Palau di Pietro, en Génova, a la empresa *Saccomanno & Palau*<sup>6</sup>) –; *Díez Hermanos* – instalada en Jerez y en Oporto en 1933 (etiqueta del queen *Amelia*, ilustrada con un fotograbado de busto de esta infanta) – y, más tarde, *Osborne* – adquisición de algunas bodegas en Oporto en 1967 y su totalidad en 1988 –; habiendo perdurando hasta la actualidad tanto en Jerez como en Oporto las firmas *Croft*, *Sandeman* y *Osborne*.

Otras bodegas jerezanas parecen tener también una importante conexión empresarial con las comarcas vitivinícolas portuguesas, cuya circunstancia garantizaría la producción legítima de oporto y madeira, si bien estas vinculaciones tendrían que ser contrastadas de forma más fehaciente. En 1893 (*Guía Oficial de Jerez*) la firma *F. G. Cosens y Compañía* (Jerez) poseía “Casa en Londres (*F. W. Cosens & C<sup>o</sup>*)” y “Casa en Oporto” denominada *Silva y Cosens*. En relación a esta empresa se conoce que en 1798 Bruno de Silva funda en Oporto la empresa *Silva & Cosens*, la cual sigue existiendo como *Silva & Cosens, Lda*. También la firma *Richard Davies* (Jerez) parece vincularse estrechamente a los vinos de Madeira pues esta empresa fue fundada en Jerez (1863) por Ricardo Davies, quien había sido socio en Madeira de *Oliveira y Davies*, cuya bodega era “una de las que en dicha isla obtuvieron mayor crédito y donde aún conservan notables posesiones” (*Guía de Jerez*, 1893: 57). La antigua empresa *Forrester y C<sup>a</sup>* (Jerez) podría conectarse con la fundación inglesa del mismo nombre en 1729, implantada en Oporto en 1803 y luego denominada *Offey Forrester*, pues además en la *Guía de Jerez* 1893 se afirma que *Forrester y C<sup>a</sup>* (Jerez) “tiene casas corresponsales en Londres y Oporto que son antiquísimas, pues su fundación se remonta a más de cien años”. Por su parte, la firma

3. Estos datos pertenecen a la información ofrecida por las propias bodegas y los publicados en la *Cronología del vino de Oporto* ([www.gaiatur.com](http://www.gaiatur.com)).

4. En la *Guía Oficial de Jerez* de 1893 se anuncia la casa *Sandeman Buck & C<sup>a</sup>* (Jerez) del siguiente modo: “tiene corresponsales y agentes en Londres, New York, Lisboa y Oporto, que ensanchan notablemente el círculo de los negocios de esta importantísima casa, que en Jerez se halla dirigida por el Sr. D. Gualterio Buck”

5. *González Byass & C<sup>a</sup> Limited* informa en un anuncio publicitario aparecido en 1908 (José M<sup>a</sup> Macías) sobre las sucursales que tiene abiertas en distintas ciudades europeas, así como los “variados” caldos que comercializa y produce: “Jerez, Londres y Oporto. Vinos de Jerez, Montilla, Sanlúcar y Oporto. “Cognac Jerezano”. Marcas Una, dos y tres copas, Extra y Extra especial. Vinos del Rhin y del Mosela de Deinhard & C<sup>o</sup>. Coblenz”

6. A.H.G.B. Libros de Correspondencia (28-05-1928). Carta de Emanuele Palau di Pietro (Génova).

*Mackenzie & C<sup>o</sup> Ltd.* (Jerez), posiblemente relacionada con *Mackenzie Driscoll*, fue establecida en Oporto en 1852, anunciando en 1931 (*Álbum Nacional*) sus "*Vinos y brandy. Casa en Londres: 20, Eastcheap E.G. 3. Casa en Villanueva de Gaya (Oporto). Jerez de la Frontera (Cádiz)*". Y ya en 1962 *Cockburn's* de Oporto se asocia a *Harveys of Bristol*, pasando a formar parte del grupo *Domecq*.

Respecto a la **importación de caldos portugueses** por los comerciantes y vinateros de la zona gaditana, es necesario destacar que las relaciones entre las comarcas vitivinícolas portuguesas y la jerezana habían sido muy intensas desde antiguo, sobre todo a través de los puertos incluidos en las rutas de navegación atlántica. Durante todo el siglo XVIII y las primeras décadas del XIX, fueron numerosos los intercambios comerciales entre los puertos de Cádiz y Funchal (Madeira), cuyos aspectos, así como el consumo de Madeira en la zona gaditana, han sido tratados por Ramos Santana (1998). En la segunda mitad del siglo XIX y primeras décadas del XX, los vinos de Oporto y Madeira son muy apreciados en Europa como vinos "de lujo" entre la sociedad burguesa y aristocrática, siendo estos caldos de gran calidad y alto precio (Ramos Santana, 1998: 164). También en la zona gaditana los vinos de Madeira eran consumidos habitualmente, de forma que, hacia 1880, los establecimientos de Cádiz venden tanto Madera auténtico importado como madeira de fabricación jerezana, vendiéndose estos últimos a precios más bajos, un 12-15 por ciento más barato que los auténticos (Ramos Santana, 1998: 177).

Sobre estas importaciones de caldos portugueses, por parte de vinateros jerezanos, resulta muy ilustrativo el texto contenido en la contraetiqueta de un vino menestral rosado de *C. del Pino y C<sup>a</sup>*, donde se confirma esta importación de los caldos portugueses para ser embotellados y comercializados a terceros desde la comarca jerezana:

"Embotellado en Jerez por *C. del Pino y C<sup>a</sup>*. Menestral Rosado Sup<sup>r</sup>. Importado de Portugal. Medidas 12 botellas o 24 medias contienen 9 litros. Embotellado por *C. del Pino y C<sup>a</sup>* en perfectas condiciones de transparencia, siendo sin embargo conveniente tener esmero al servirlo, porque a esta clase de vinos son muy sensibles los cambios de temperatura y la agitación de los envases"

Además de las empresas citadas, se localizan otros muchos bodegueros del actual Marco de Jerez que, supuestamente, producen de forma fraudulenta vinos de oporto y madeira, puesto que no se ha hallado hasta el momento documentación alguna que legitime la producción o comercialización de estos caldos.

Todas las empresas pertenecientes a los tres grupos mencionados comercializaron, etiquetaron y anunciaron por doquier sus oportos y madeiras – predominando los primeros –, vinculándose entre sí estas importantes comarcas vinateras a través de sus imágenes comerciales. A falta de documentación más rigurosa sobre el tema, estas piezas publicitarias refe-

ridas a los caldos portugueses, además de algunas otras fuentes, se convierten en excelentes testigos para dejar constancia de la presencia en la comarca jerezana de estos específicos caldos y sus productores. Se mencionan a continuación las firmas vinateras localizadas a través del material publicitario, al objeto de completar en lo posible la relación de los productores y comercializadores, legítimos o fraudulentos, de vinos de Oporto y Madeira en el actual Marco de Jerez.

Por referencias bibliográficas se conoce que desde 1883 la casa jerezana *Isasi y Compañía* cuenta con la marca *Isasi Port*. En la *Guía Oficial de Jerez* de 1893 varias empresas de la comarca jerezana anuncian sus madeiras y oportos, como *José de Fuentes Parrilla* (Jerez)<sup>7</sup> o *Fernández Leña-Rendón & C<sup>o</sup>* (Jerez)<sup>8</sup>. A través de otras fuentes se localiza *A. Santarelli* (El Puerto de Santa María)<sup>9</sup>. Y, mediante antiguas etiquetas de composición casi exclusivamente textual, están presentes el Funchal Madeira de *Pedro Domecq*; Vino Madeira de *C. de Otaolaurruchi* (Sanlúcar); Madeira superior de *Joaquín Leonar* (Sanlúcar); *Madère de Lacave & Cía* (Cádiz); antiguo Madeira de *Osborne* (Puerto de Santa María); oporto de *A. R. Valdespino* (Jerez); oporto de *Conde de Morphy* (Jerez); porto de *Marqués del Mérito* (Jerez), o el oporto de *Florido Hermanos* (Sanlúcar de Barrameda), entre otros.

Otro tipo de piezas publicitarias, que sirven también como fuentes de información para constatar la existencia de estos caldos y empresarios, son las antiguas notas de precios, tarjetas publicitarias o folletos divulgativos de las bodegas. Por ejemplo, en algunas tarifas de precios aparecen como productores o comercializadores de oporto y madeira *Pedro Romero Villarreal* (Sanlúcar)<sup>10</sup>, *Lacave y Cía* (Cádiz)<sup>11</sup> o *Abarzuza y C<sup>a</sup>* (Cádiz)<sup>12</sup>. Asimismo, otros madeiras y oportos, con especificación de clases y algunas marcas, se consignan en las notas de precios de *Díez Hermanos* (1902), *Conde de Aldama* (1904), *Arturo Williams*, *Fuentes Parrilla*, *Manuel Misa*, *Pedro Domecq* y *Sánchez Romate Hnos.* (1919) (Maldonado, 1898: 148). Y a varias exposiciones nacionales y regionales concurren con estos caldos *Rafael María de Alba* y *Jorge Thuiller* (El Puerto)<sup>13</sup>.

7. *José de Fuentes Parrilla* (Jerez) se anuncia en 1893 (*Guía Oficial de Jerez...*) como "Almacenista, Cosechero y Extractor de Vinos de Jerez, manzanilla de Sanlúcar, Madeira, Porto, Alicante y Valdepeñas"

8. *Fernández Leña-Rendón & C<sup>o</sup>* (Jerez) se presenta en 1893 (*Guía Oficial de Jerez...*) como "Almacenistas y extractores de vinos de Jerez, Sanlúcar, Málaga, Madeira y Porto".

9. En la *Guía Rosetty* de 1891 la casa *A. Santarelli* (El Puerto de Santa María) anuncia sus "Vinos de Jerez, Sanlúcar, Málaga y Alicante, Madera y Oporto. Exportación a todos los países" (Ramos Santana, 1998: 169). *A. Santarelli* obtuvo del Ayuntamiento de El Puerto, en 1891 y 1892, certificaciones de origen de sus exportaciones de "vino de madeira" a Génova y Palermo, cuyos caldos son calificados por Santarelli como "vinos legítimos de Jerez procedentes de mi bodega" (Maldonado Rosso, 1998: 147)

10. En una tarifa de precios de *Pedro Romero Villarreal* (Sanlúcar) se consigna un Oporto extra y un Madeira superior.

11. En otra nota de precios de *Lacave y Cía* (Cádiz) consta que tenía "maisons d'achats" en Fuchal y en un folleto publicitario de esta misma casa se reseña que exportaba "cantidades enormes de su Madera de Jerez" (Maldonado, 1998: 149).

12. En una antigua tarjeta publicitaria de *Abarzuza y C<sup>a</sup>* (Cádiz), se anuncian sus "Vinos selectos Genuinos de España y Portugal. Bodegas en Jerez y en los principales centros de cada zona vinícola. Bodega de exportación en El Puerto de Santa María. Escritorio en Cádiz".

13. En la exposición Nacional Vinícola de Madrid de 1877 *Rafael María de Alba* presenta vinos de Madera y Oporto y en la Exposición Regional de Cádiz de 1879 la casa portuense *Jorge Thuiller* acudió con un vino madeira (Maldonado, 1998: 148).

Dentro del conjunto de **piezas publicitarias ilustradas** con diferentes composiciones figurativas, que promocionan los oportos y madeiras, elaborados o comercializados por bodegueros de la comarca jerezana, se pueden establecer **cinco categorías**, en función de su iconografía.

## 1. MOTIVOS VITIVINÍCOLAS

Las más antiguas muestras conservadas son algunas etiquetas y anuncios ilustrados pertenecientes a finales del siglo XIX y primeros años del XX. En estas piezas publicitarias predomina un código iconográfico de signo vitivinícola. Las antiguas etiquetas, que acompañan a estos oportos y madeiras finiseculares, están ilustradas con decorativas orlas vinícolas, compuestas de racimos y vides que, en ocasiones, se hacen más abigarradas incorporando diversas filacterias y cartelitas, que llegan a ocupar toda la superficie del soporte. Estas primeras etiquetas fueron elaboradas en talleres extranjeros, alemanes o franceses, como E. Pichot que, aunque radicado en París, tuvo sucursal abierta en Barcelona. Este taller trabaja profusamente para distintas bodegas de la comarca jerezana y, al parecer, también elaboró material publicitario para las empresas portuguesas, como se desprende de la correspondencia comercial que mantiene E. Pichot con la bodega *González Byass*. Así, en unas cartas de 1876 y 1877, este litógrafo francés afirma que *"el número de mis relaciones en España y Portugal es prueba reconocida de la superioridad..."*<sup>14</sup>. Y, en 1880, en una nueva misiva de Pichot a *González Byass*, se vuelve a incidir sobre las excelentes relaciones comerciales que mantenía por aquellos años este taller con las empresas portuguesas:

"La superioridad de ejecución, la finura de los dibujos, los colores vivos de los trabajos de mi casa con precios moderados me han merecido relaciones con las principales casas de España y Portugal, el mérito de estos trabajos ha sido reconocido por una medalla de plata en la Exposición Universal de París, 1878, la mayor recompensa en esta industria"<sup>15</sup>

Habitualmente estos talleres extranjeros contaban con unos catálogos, donde se mostraban a los clientes unos modelos de etiquetas ya impresos con las denominaciones de los caldos más conocidos del mundo. Así, por ejemplo, se conserva un modelo francés para una antigua etiqueta de "Madera", procedente de la litografía Mallofré (Aviñó, 24), en la cual no aparece la reimpresión de la firma vinatera y se encuentra ilustrada mediante unos

14. A.H.G.B. Libros sobre Publicidad. Cartas de E. Pichot a *González Byass* y *C<sup>a</sup>* (1876 y 1877).

15. A.H.G.B. Libros sobre Publicidad. Carta de E. Pichot (marzo, 1880).

alegres angelotes que juguetean con botellas y racimos de uvas, situándose todo ello alrededor de un escudón central donde se inscribe el nombre del caldo. Por su parte, en un catálogo del taller alemán Gebrüder Jllert (Klein Ahueim-Hanau)<sup>16</sup>, especializado en la elaboración de etiquetas para bebidas, se ofrece un muestrario de etiquetas estandarizadas donde están presentes los tipos de caldos más conocidos del mundo, como sherry, moscatel, Málaga, Madeira, portowein, samos o lacrimae chisti. A estos modelos preestablecidos tan sólo había que añadir, a través de una segunda reimpresión tipográfica, los componentes textuales referidos a cada específica empresa bodeguera, abaratándose así los costes. Esta es la causa por la que, con frecuencia, se localizan varias etiquetas iguales para diferentes firmas vinateras, en las que sólo varían los datos propios de cada bodega. Algunos de estos modelos extranjeros fueron más tarde imitados, con más o menos pericia, por los talleres catalanes, malagueños o jerezanos.

Dentro de este primer grupo iconográfico, se incluyen las etiquetas, elaboradas en el taller de E. Pichot, de un fine port de *Mackenzie & Co*<sup>os</sup> (Jerez), cuya composición está centrada por una esmerada orla vitícola en tonalidad sepia; y otra antigua estampa de oporto también de *Mackenzie & Co*, la cual se ilustra ahora con un complejo entramado de vides, racimos y filacterias que ocupa toda la superficie del soporte, en tonos azules y plateados que destacan sobre el fondo blanco del soporte. También de elaboración francesa (Dreyfus & Cía. París) son las antiguas etiquetas de un Madeira y un porto de *González Byass & Co*<sup>a</sup>, ilustradas tan sólo con el escudo de España y varias recompensas industriales. Todas estas composiciones vinateras se distinguen por su esmerada ejecución técnica, como no podía ser menos en uno de los países pioneros en las técnicas litográficas.

Este lenguaje iconográfico basado en iconos vitivinícolas también comparece en antiguos anuncios y carteles publicitarios. En tal sentido se presenta un sencillo anuncio de *González, Byass & Co L<sup>a</sup>* que, enmarcado por una decorativa orla modernista, se encuentra ilustrado únicamente con la figura de una clásica botella jerezana de color negro, la cual se sitúa en primer plano como asunto principal. En el contenido literario de este anuncio vuelven a caminar unidos los nombres de Jerez y Oporto:

“Proveedores efectivos de S.M. D. Alfonso XIII. Casas en Londres, París y Oporto. Bodegas en Jerez, Sanlúcar y Oporto. Vinos de Jerez, Sanlúcar, Montilla y Oporto. Coñac Jerezano”.

Durante las primeras décadas del siglo XX, las principales firmas vinateras de la comarca jerezana se anuncian, mediante estos sencillos anuncios, en algunas revistas especializadas del sector industrial, así como en la prensa de ámbito nacional, provincial o local.

16. A.B.O. Este catálogo se conserva en el Archivo de Bodegas Osborne (El Puerto de Santa María).

Por ejemplo, en la contraportada de una *Guía de Sanlúcar de Barrameda* de 1921 (Castillo), aparece un fotgrabado de una vista general de las bodegas de González, Byass y C<sup>a</sup>, donde se anuncian sus "Vinos de Jerez. Manzanillas de Sanlúcar. Coñac Jerezano. Vinos de Oporto. Casas en Jerez, Sanlúcar, Oporto y Londres". Y, en 1934, González Byass sigue promocionando su oporto en el periódico madrileño *La Nación*<sup>17</sup>.

La mayor parte de los carteles publicitarios de esta época se articulan mediante composiciones similares a las anteriores, prevaleciendo las figuras de botellas y las perspectivas bodegueras, además de los escudos de la casa real española cuando el anunciante poseía el privilegio de ser "Proveedor de la Real Casa", siendo este último elemento muy característico de los nuevos hábitos representativos puestos en marcha por la burguesía industrial surgida durante la Restauración. En relación a estos carteles publicitarios, se puede hablar de un esquema compositivo de carácter estandarizado, que permanecerá vigente hasta los años 30. Se trata de una composición articulada por una o varias reproducciones de bodegas, exteriores e interiores, donde además se suelen reseñar los nombres de las viñas, instalaciones y sucursales de la empresa con sus respectivas direcciones. También es frecuente añadir los tipos de vinos más conocidos de la casa, esto es, sus "Marcas predilectas". A veces estos carteles se reproducían íntegramente en las publicaciones periódicas de la época en forma de anuncios ilustrados, tal como se observa en el que González, Byass y C<sup>a</sup> inserta en la edición española del *The Times*, en 1926, compuesto por cuatro vistas bodegueras y los escudos reales de España y Portugal, especificándose:

"Casas y bodegas en Jerez, Sanlúcar, Londres y Oporto; Antiguos proveedores de la Real Casa. Marcas Predilectas: Vinos de Jerez. Fino Gaditano, Tío Pepe, Viña AB, Néctar y Solera del Rey 1847, Cognac Jerezano, Tres Copas, Soberano, Insuperable. Vinos de Oporto. Old Portugal. Vinos de Jerez y Oporto, Manzanilla de Sanlúcar, Coñac Jerezano".

## 2. SÍMBOLOS IDENTIFICATIVOS DE PORTUGAL

Un segundo grupo iconográfico está configurado por aquellas muestras publicitarias cuyas denominaciones de marca o contenidos iconográficos aluden a los símbolos más identificativos de Portugal, como país de origen de los oportos y madeiras que se anuncian, siendo estos emblemas fácilmente identificados por parte del consumidor. Así, en algunas de estas piezas publicitarias no sólo se usurpan las denominaciones de origen, sino también sus más significativos símbolos.

17. A.H.G.B. Libros sobre publicidad (1935) Este anuncio se publicó en *La Nación* el 15-06-1934.

Entre estas composiciones destaca la etiqueta de Vinho do Porto 1847 (González, Byass & Cía. Oporto), centrada con el **escudo de Portugal** a gran tamaño, cuya estampa se encuentra impresa en la Litografía Jerezana (Jerez). Esta composición se asemeja bastante a una antigua etiqueta francesa de un “Vinho de Porto” que Pichot había enviado a *González Byass*. Así, resulta éste un ilustrativo ejemplo de las mencionadas imitaciones que realizaron los talleres españoles de los modelos extranjeros, si bien la etiqueta francesa ofrece una ejecución técnica mucho más esmerada que la jerezana. Entre otras etiquetas ilustradas con el escudo de Portugal se puede citar la de Vino de Porto Blanco de *Gutiérrez Hermanos*; la estampa de un porto de *A. R. Valdespino* (Jerez-Oporto); además de varios ejemplares de *Sebastián Argudo* (Jerez) – brandy estilo coñac *La Perla* (1913) y otra estampa ilustrada con el busto de un torero –, en cuyos ángulos superiores se representan los escudos de España y Portugal, por contar esta casa con el privilegio de ser “Proveedor de las Reales Casas de España y Portugal”.

Algunos **personajes históricos** se convirtieron en símbolos de Portugal por su destacada valentía y extraordinarias hazañas. Algunos de estos héroes nacionales se reproducen en el etiquetado vinatero o bien se utilizan sus nombres como denominaciones de marca, de tal forma que tales personajes resultan ser presentadores publicitarios muy efectivos para identificar el origen del caldo embotellado. Es el caso de la etiqueta de oporto *Viriato* (*A. R. Valdespino*), ilustrada exclusivamente con el blasón usado por esta empresa jerezana y cuya marca alude al célebre caudillo lusitano transformado en símbolo de la resistencia peninsular contra la dominación romana. Por otra parte, el nombre de otro “héroe” portugués más próximo en el tiempo distingue el lagrima cristi porto *Presidente Almeida* (*R. O’Oneale*), cuya composición está centrada por el escudo heráldico de esta bodega jerezana, refiriéndose su denominación de marca a Antonio José de Almeida, presidente de la primera república portuguesa (1919 y 1923).

Más llamativa resulta la antigua etiqueta de un madeira de *Juan Carrasco & Hermanos, S.* (Jerez), cuya composición se encuentra protagonizada por una joven ataviada con el **traje típico** portugués, completándose la ilustración con el escudo de Jerez. Esta imagen resulta suficientemente identificativa del país de origen del caldo que se presenta. Más reciente es la etiqueta del vino tipo oporto *Estoril* (*Pedro Domecq Colombia Ltda.*), donde contrastan vivamente los componentes textuales y una representación convencional del Estoril medieval delineados en blanco sobre el soporte de color negro

### 3. ICONOGRAFÍA SEGÚN DESTINO

Un tercer conjunto de mensajes publicitarios está diseñado **en función del destino** que tenían estos caldos, al objeto de establecer la máxima conexión posible entre la imagen promocional de vino en cuestión y sus potenciales consumidores. Es el caso de la antigua etiqueta de “Jerez estilo porto” *London Club* (*Manuel Fer-*

nández), "Porto rojo superior", ilustrada únicamente con el escudo de Jerez y algunas recompensas industriales y cuya denominación de marca se refiere al centro recreativo, posiblemente británico, donde se comercializaba exclusivamente este vino. Más atractiva resulta la ilustración de un porto de C. *Do Pinho & C<sup>a</sup>* (C. del Pino y C<sup>a</sup>. Jerez), donde curiosamente el nombre comercial de esta empresa jerezana se consigna en portugués. Esta estampa se encuentra protagonizada por una barrica de madera captada de perfil, ubicándose sobre ella el escudo de Portugal y el logotipo de la bodega, además de la frase: "*Vinhos legítimos do Porto*". Este caldo estaba "*especialmente embotellado para la Compañía Sud-Americana de Vapores*", tal como consta en la etiqueta, apareciendo el anagrama de esta Compañía presidiendo la composición. Esta misma ilustración será utilizada para acompañar al "velho superior" de la misma casa, "*embotellado especialmente para los vapores del lago Titicaca*", cuya etiqueta aparece ahora encabezada por un aviñetado barco de vapor.

El mayoritario destino de estos caldos portugueses a Gran Bretaña queda bien reflejado en la iconografía de algunas etiquetas ilustradas con figuras de zorros, cuyo animal ha sido desde antiguo muy apreciado entre los británicos aficionados a la cinegética. Entre ellas se localiza la estampa de port *Silver Fox-Fine Tawny* (González, Byass & C<sup>o</sup>), embotellado y producido en Portugal, ilustrada con la representación de un zorro. Otras dos ilustraciones vinateras muy similares son las de porto *Three Eagle* (González Port. González Byass y C<sup>a</sup>. Oporto), "Produce of Portugal" y "Printed in Portugal", centrada por tres sintéticas figuras de águilas, las cuales aparecen delineadas en color blanco sobre el fondo negro del soporte; así como la etiqueta de oporto *Diez' Port* (Díez Hermanos. Oporto), protagonizada ahora por tres aviñetadas cabezas de zorro, todo en tonalidad blanca sobre el soporte negro.

En función de esa abundante combinación cromática de "blanco sobre negro", que se produce en la presentación gráfica de los oportos, habría que considerar la posibilidad de la existencia de un específico código plástico establecido para la exclusiva presentación de estos caldos (etiqueta negra de *González Port*).

#### 4. LOS VINOS PORTUGUESES Y EL MAR

Un cuarto grupo de ilustraciones publicitarias se encuentran vinculadas a la tradicional **vocación marítima de Portugal** y a sus importantes gestas descubridoras de la Edad Moderna, relacionándose al mismo tiempo estos motivos iconográficos con el tradicional **tráfico marítimo de los vinos**. En este contexto se podría incluir la etiqueta de porto *Colón* (A. R. Valdespino), presidida por un busto aviñetado de Cristóbal Colón, cuyo personaje histórico será ampliamente utilizado por la más antigua publicidad española. En el mismo grupo cabe situar la ilustración de un Fine old Port de *Garvey*, "Produce of Portugal", cuya composición está centrada por uno de los tradicionales rabelos

utilizados en el tráfico vinatero dourriense, en cuyo velamen queda inscrito el escudo usado por esta empresa. Se mantiene aquí el mencionado código plástico por el que todos los elementos icónicos y textuales se componen en color blanco sobre el fondo negro del soporte.

Una de las ilustraciones más interesantes de este grupo, desde la perspectiva publicitaria, es la etiqueta del port *Canteen* (González Byass & C<sup>o</sup>. Oporto), cuya iconografía está más relacionada con el elegante mundo de la navegación deportiva y los cruceros recreativos, tan en boga durante la segunda y tercera décadas del siglo XX. La stampa está protagonizada por la llamativa figura de un distinguido y sonriente capitán de barco, tocado con su característica gorra de plato, que luce pantalón negro y chaquetilla del mismo color rojo que la base del soporte con el que se confunde parcialmente, de forma que el personaje parece emerger del fondo de color, especialmente la mano con la que el bigotudo capitán se encuentra brindando al tiempo que dirige su mirada al espectador, construyéndose un mensaje de gran fuerza implicativa. Esta novedosa composición gráfica se aproxima a las formas estéticas propias del dandysmo Art Deco característico de los años 20.

Una variante compositiva del anterior personaje fue elaborada para distinguir el nombre comercial *González-Port* (González Byass), a modo de logotipo o imagen de identidad empresarial, si bien ahora la figura se reduce a escala de busto, siendo su ejecución técnica de menor calidad que la precedente. Este motivo aparecerá reproducido en diferentes soportes publicitarios, tales como el papel de correspondencia comercial – carta fechada en 1934 en Casablanca – que utiliza *González Port* en la década de los años 30, donde la figura del capitán se inscribe en un rectángulo al que acompaña la frase “Port in Sight...”, es decir “Puerto a la vista”, jugándose publicitariamente con el doble sentido de la palabra “port” (“puerto” y “vino de oporto”). Este mismo asunto centrará las servilletas de papel que, como “moderno” soporte publicitario, utiliza *González Byass* en esta década de los años 30 para distribuir en los establecimientos de bebidas. En 1934 esta bodega jerezana encarga 50.000 ejemplares de estas servilletas<sup>18</sup>, de orillas onduladas, que estaban destinadas al establecimiento “H.L.H. Huvelliez” (Casablanca), tal como consta en su impresión, donde además se promocionan los caldos de la casa “jerez quina”, “*Solera 1847*”, “brandy *Tres Copas*” y “porto *González*”, en cada uno de los ángulos del soporte.

## 5. EVOLUCIÓN ESTILÍSTICA A TRAVÉS DE LA MUJER

Un quinto y último grupo de muestras publicitarias diseñadas para anunciar estos “singulares” oportos y madeiras, está compuesto por una **iconografía muy variada**. A pesar de su heterogeneidad, a través de estas ilustraciones se puede

18. A.H.G.B. Libros de Correspondencia (10-04-1934).

seguir la **evolución estética** experimentada en este arte comercial durante el primer tercio del siglo XX, en consonancia con las corrientes estilísticas de la época. Asimismo, en este grupo de mensajes se observa la tradicional utilización de la **figura femenina** como uno de los principales atractivos publicitarios.

El recurso del "trampantojo" o imágenes engañosas, muy usado en la más antigua publicidad comercial, se localiza en la etiqueta de un oporto blanco de *Manuel Gamboa Ramírez* (Jerez), la cual está centrada por un apergaminado estandarte – símbolo de la vejez del caldo –, sostenido sobre una ornamental barra metálica superior, la cual se halla supuestamente clavada al soporte de la etiqueta mediante un figurado clavo superior, situándose todos los componentes textuales en el interior del pabellón. Una composición muy diferente a la anterior, de gran efectividad publicitaria, es la de oporto *Trébol* (Gutiérrez Hermanos. Jerez), cuya etiqueta queda centrada por un gran trébol de la suerte, de cuatro hojas y llamativo color verde.

Dentro de los cánones academicistas propiamente decimonónicos, que tanto gustaron de las alegorías femeninas, se sitúa la antigua etiqueta de un madeira superior de *Juan Carasco & Hermanos S.* (Jerez), ilustrada con una personificación femenina del vino, la cual aparece vestida como matrona clásica, "a la romana", y en acción de brindar con una esbelta copa de tipo francés que, junto a las alargadas botellas también presentes, relaciona este modelo iconográfico con los elaborados en talleres extranjeros. Al lado de este llamativo personaje se sitúa una bota con el escudo de Jerez, de cuya barrica un gracioso amorcillo clásico se encuentra sacando vino con su correspondiente venencia.

El posterior costumbrismo casticista, tan próspero en la plástica bajoandaluza durante la segunda mitad del siglo XIX y primeros años del XX, está también presente en este grupo iconográfico, mediante la cromática ilustración de un "oporto oscuro" de *Lamadrid y Calderón* (Jerez), que ocupa toda la base del soporte, situándose los elementos textuales de forma secundaria en el interior de la orla perimetral que rodea a la etiqueta. En la estampa se muestra una escena de costumbres populares a la puerta de una taberna, donde se hallan dos castizos majos, ataviados al estilo dieciochesco, en acción de beber el vino que se presenta al tiempo que cortejan a dos graciosas majas de mantilla y abanico.

En línea semejante a la anterior comparece una castiza dama tocada de mantilla blanca, que actúa como presentadora del oporto blanco Esp<sup>al</sup> de la *Gran Confitería de Santiago*, siendo éste el nombre comercial del destinatario, de forma que en la etiqueta principal no se consignan los datos de la firma productora. Estas figuras femeninas de mantilla fueron muy utilizadas para presentar diferentes productos comerciales durante las décadas de entresiglos, funcionando como eficaces símbolos de identificación respecto al origen español o andaluz del caldo en cuestión. Dentro de este contexto hay que citar también la pareja de majos, él a la guitarra y ella bailando, que protagoniza la etiqueta de un oporto de *R & B*. Y un símbolo específicamente español, como es el universal personaje cervantino

de *don Quijote*, adoptado como logotipo de *A & A Sancho* (El Puerto), es el único motivo iconográfico que ilustra una etiqueta de Jerez Oro, donde se consigna que esta empresa comercializaba “*Vinos superiores de Jerez, Madera, Málaga y Porto*”.

En el contexto de un costumbrismo propiamente andalucista se sitúa el cartel comercial que anuncia, al mismo tiempo, los Ports & Sherries de *Sandeman's*. En la composición se reproduce una pintura de Septimus Scott, pintor escasamente conocido que fue miembro de la Real Academia Británica, por quien aparece firmada en 1910. En este cartel se representa un clásico cuadro flamenco de mesón o venta, protagonizado por un grupo de varios majos y toreros, los cuales tocan la guitarra y palmean a una bailaora gitano-andaluza. Junto al grupo se ubica, en primer plano, una caja rotulada con “*Sandeman Port*”, sobre la que asienta una botella y copa de este caldo. Los componentes textuales de esta composición quedan relegados a la orla perimetral, consignándose en los laterales: “*Ports Three star picador partners*” y “*Sherries. Three star amada brown bang*”, en referencia a cada uno de los productos promocionados en esta pieza publicitaria. El flamenquismo de que está dotada esta ilustración se halla muy próximo a ciertos grabados y pinturas del costumbrismo romántico andaluz.

Tal como demuestra el mensaje anterior, la publicidad de principios del siglo XX recurre a los diferentes espectáculos populares, como fuente de alimentación para construir sus imágenes. Otra buena muestra de esta tendencia es la etiqueta de un oporto blanco de *Sánchez Romate Hnos.* (Jerez), protagonizada por una artista de variedades de tintes sicalípticos, que aparece ligeramente vestida de “*marinerito*” y recostada sobre el velamen de una embarcación. Esta estampa pertenece a una serie editada por esta bodega jerezana, donde se representan diferentes figuras de *cocottes* extraídas de aquellos frívolos espectáculos musicales de *varietés*, tan populares en la época, cuyos mensajes se encuentran claramente dirigidos hacia un consumidor masculino.

Dentro de la estética propia de los primeros *affiches* modernistas, franceses y catalanes, se localiza un cartel comercial de *González & Byass*, donde se promocionan de forma genérica sus vinos de “*Jerez – London – Oporto*”<sup>19</sup>. Se trata de una composición firmada por Siul (Luis Pérez) hacia 1906, cuyo mensaje publicitario, de tipo mostrativo, está protagonizado por una alegre joven *cherettiana*, vestida de azul y tocada con gran sombrero de plumas, que aparece montada sobre un espléndido corcel, al tiempo que sostiene en su mano una botella del *Néctar* de la casa. En esta composición se evidencia también la influencia de otros importantes cartelistas franceses de la época, como Leonetto Capiello o Jean D'ylen – autor de dos llamativos carteles para anunciar el port de *Sandeman* –, quienes marcaron nuevos hitos en la evolución del cartel publicitario heredero de Chéret.

19. En los márgenes se puede leer: “*Vifiás en los renombrados pagos de Macharnudo, Carrascal y otros*”, “*Bodegas en Sanlúcar y Montilla*” y “*Especialidades en vinos de Jerez y cognac Jerezano*”.

Derivada de la estética modernista, aunque muy próxima ya a los nuevos cánones del Art Deco, se enmarca la bonita ilustración que encabeza una carta de menú de 1927, donde *González Byass y C<sup>a</sup>* anuncia de nuevo sus "Vinos de Jerez y Oporto", además del coñac *Jerezano*. Este menú fue diseñado especialmente para el banquete celebrado en Vigo y Pontevedra en honor de Manuel Barbeito Segovia, decano de la Beneficencia Municipal<sup>20</sup>. La composición está protagonizada por una hermosa joven, que recuerda a las "doncellas-flor" del Art Nouveau, la cual aparece sobre un fondo vegetal de llamativos colores y porta dos grandes canastas repletas de botellas, completándose la ilustración con la reproducción de una botella jerezana, etiquetada con el nombre de uno de los caldos de la empresa, que se ubica en el lateral izquierdo del soporte.

Ya plenamente Art Deco es el anuncio ilustrado de *González Byass y C<sup>a</sup> Limited* (Jerez de la Frontera), que aparece publicado en el *Catálogo de Exportadores Españoles* del Consejo de la Economía Nacional de 1929. La composición está centrada por una estilizada figura femenina, vestida con llamativo traje de color rojo y gran pámela, la cual se encuentra en acción de alzar en su mano una de las botellas de la casa, mientras unas sintéticas ramas en flor aparecen en primer plano, reproduciéndose en el lateral una gran botella de la firma. Insertos en recuadros se consignan los clásicos datos que suele reseñar esta bodega en sus anuncios: "Vinos de Jerez. Vinos de Oporto. Manzanilla de Sanlúcar. Brandy Jerezano", "Casas y bodegas en Jerez, Sanlúcar, Londres y Oporto", repitiéndose estos textos en la base de la composición en tres idiomas diferentes.

Ente los pequeños objetos utilitarios que se ponen muy de moda, como soportes publicitarios, en las décadas de los años 20 y 30, se puede citar la partida de cinco mil sacacorchos publicitarios encargados en 1927 por *González Byass* a Paul A. Henckels, "Fábrica de artículos de Reclamo" de Solingen (Alemania), en los que aparece la inscripción "*González Byass. Jerez. Oporto*"<sup>21</sup>.

Pero, sin duda, la imagen publicitaria más famosa de todo este conjunto publicitario es "The Don" de *Sandeman*. Esta misteriosa silueta de un caballero envuelto en una amplia capa negra, de "estudiante portugués", que oculta también su rostro bajo un ancho sombrero español – capa y sombrero que parecen actuar como símbolos del origen del port y el sherry promocionados –, al tiempo que sostiene en su mano una copa del caldo que anuncia. La pintura original, realizada por George Brown Massiot en 1928, se encuentra actualmente en las oficinas londinenses de *The House of Sandeman*. Este "hombre de la capa negra" terminará por convertirse en imagen de identidad empresarial y símbolo de la casa *Sandeman*, apareciendo en todo su etiquetado, jerezano y

20. A.H.G.B. Banquete celebrado en el Place Hotel de Pontevedra y en el Palace Hotel de Vigo, en homenaje al Decano de la Beneficencia Municipal, D. Manuel Barbeito Segovia, que le dedicaron el "Cuerpo Médico Municipal, Real Academia de Medicina, Colegio Médico Provincial, las clases sanitarias y sus amigos". Este menú fue elaborado en el taller de Reclamos Vda. de Moya (Barcelona).

21. A.H.G.B. Libros sobre Publicidad. Carta de 12-11-1927. Cada una de estas piezas importó 2,25 pesetas.

portugués<sup>22</sup>. A partir de 1931 esta figura se constituye en la imagen publicitaria por excelencia del “Port & Sherry Sandeman”, anunciando uno u otro tipo de vino de forma independiente o al unísono. El *The Don* ha sido reproducido en los más variados soportes publicitarios, tales como cartelería comercial, anuncios ilustrados, etiquetas, calendarios, chapas metálicas, vallas de carretera, cristales pintados, e incluso reproducido en unas curiosas jarras de cerámica en tres dimensiones, que fueron realizadas en 1931 por la empresa Royal Doulton, a cuya edición siguieron otras series de jarras diseñadas también por Wedgwood Company.

En definitiva, el análisis de este conjunto de piezas publicitarias pone al descubierto aquellos iconos que han acompañado, durante más de un siglo, a estos peculiares oportos y madeiras elaborados legítimamente por vinateros establecidos en Jerez y Portugal, falsificados en la comarca jerezana, o importados desde Portugal para su posterior comercialización desde el actual Marco de Jerez. Desde la perspectiva publicitaria, todos estos mensajes han generado una característica imagen comercial, estética y cultural, que singulariza a estos específicos caldos, donde prevalece una asociación nominal e iconográfica entre las comarcas vitivinícolas universalmente conocidas de Oporto-Jerez y Madeira-Jerez, concretándose tales vinculaciones en una imagen publicitaria común.

## FUENTES DOCUMENTALES

A.H.G.B.: Archivo Histórico González Byass (Jerez de la Frontera).

A.B.O.: Archivo Bodegas Osborne (El Puerto de Santa María).

A.M.S.B.: Archivo Municipal de Sanlúcar de Barrameda.

COLECCIONES de material publicitario: Bodegas González Byass, Bodegas Garvey, Bodegas Osborne, Vicente Rabadán, Juan Ivison, Ramón Bayo y Milagros Montes.

## BIBLIOGRAFÍA

*Álbum Nacional de la “Actualidad Española” para 1931*. Madrid.

BARNICOAT, John (1995): *Los carteles, su historia y su lenguaje*. Barcelona: Gustavo Gili.

CARULLA, Jordi y Arnau (1998): *La publicidad en 2.000 carteles*. Barcelona: Postermil.

CIRICI NARVÁEZ, Juan Ramón (1996): “La estética de las etiquetas antiguas del vino fino”, en Maldonado Rosso, J (ed.): *Actas de las I Jornadas del vino fino*. El Puerto de Santa María (Ayuntamiento).

---

22. En 1958, cuando *Sandeman* entra en el mercado español, lo hace a través de la figura del *The Don* y, en honor a esta enigmática figura, la más popular de sus imágenes publicitarias, denominará a su brandy de Jerez “Capa Negra” (1964).

- EGUIZÁBAL MAZA, Raúl (1998): *Historia de la publicidad*. Madrid: Eresma & Celeste.
- FERNÁNDEZ DE BOBADILLA, Vicente (1990): *El brandy de Jerez*. Consejo Regulador de la Denominación Específica "Brandy de Jerez". Madrid: CRYSESA.
- HUETS DE LEMPS, Alain (1989): *Le vin de Madère*. Grenoble: Glémat.
- JEFFS, Julián (1994): *El vino de Jerez*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz.
- Guía Oficial de Jerez, Sanlúcar de Barrameda y Puerto de Santa María para 1893*. Ed. Manuel Fernández Peralvo, Manuel. Jerez de la Frontera.
- CASTILLO, Alberto de y GONZÁLEZ, J. Luis (1921): *Guía del Veraneante. Carnet oficial de festejos de Sanlúcar de Barrameda*.
- MACÍAS, José María (1908): *Breve descripción de Sanlúcar de Barrameda*. Valencia: Imprenta de F. Vives Mora.
- MALDONADO ROSSO, Javier (1998): "Producción y comercialización de "Madeiras" en la provincia de Cádiz (siglos XIX y XX)". En Seminario Internacional *Os Vinhos licorosos e a história*. Centro de Estudos de História do Atlântico.
- MALDONADO ROSSO, Javier (1999): *La formación del capitalismo en el Marco de Jerez*. Madrid: Huerga y Fierro.
- PAN-MONTOJO, Juan (1994): *La bodega del mundo. La vid y el vino en España (1800-1936)*. Madrid: Alianza Universal – Mapa.
- PAN-MONTOJO, Juan (2001): "Industrialización y vitivinicultura en España, 1760-1900: una visión de conjunto". En *VII Congreso de la Asociación de Historia Económica (AHE)*. Zaragoza, 2001. ([www.unizar.es/eueez/cahe/sesion16.html](http://www.unizar.es/eueez/cahe/sesion16.html))
- RAMOS SANTANA, A. (1998): "Comercio y consumo de Madeira en Cádiz", en Seminario Internacional *Os Vinhos licorosos e a história*. Centro de Estudos de História do Atlântico.
- SATUÉ, Enric (1997): *El diseño gráfico en España*. Madrid: Alianza.
- VIEIRA, Alberto (1991): *Breviário da vinha e do vinho na Madeira*. Ponta Delgada (Açores).
- VIEIRA, Alberto (1993): *História do vinho da Madeira. Documentos e textos*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico.
- [www.sandeman.com](http://www.sandeman.com)
- [www.gaiatur.com](http://www.gaiatur.com) (Cronología de los vinos de Oporto)



# O VINHO DO PORTO E AS MOVIMENTAÇÕES SOCIAIS NOS ANOS DE 1914-15<sup>1</sup>

CARLA SEQUEIRA \*

---

Os anos de 1914-15 constituíram um período particularmente agitado sob o ponto de vista social, assistindo-se a várias movimentações das principais forças directamente dependentes do vinho do Porto, particularmente comerciantes e produtores, assumindo particular importância enquanto instrumento de caracterização das relações entre estas duas classes.

Desde há muito tempo que a região do Douro vinha sofrendo os efeitos da crise comercial, caracterizada pela dificuldade de colocação do produto vinícola em virtude da retracção da procura. Esta crise, de superprodução, afectando principalmente a lavoura, era decorrente das fraudes praticadas pelo comércio (concretamente as falsificações de vinho do Porto com vinhos do Sul), originando uma grande baixa de preços ao produtor. É esta crise estrutural, particularmente sentida no sector vitícola, que vai constituir o principal factor de clivagens, agitando e mobilizando os povos do Douro por um lado, comerciantes por outro. No entanto, se por um lado a história social deste período se caracteriza por uma clara oposição de interesses entre comércio e lavoura (particularmente consubstanciada na *questão duriense*), verifica-se igualmente a existência de determinadas questões conjunturais em que, embora implicando a defesa de interesses diferentes, se verifica uma certa união perante uma mesma causa de crise para estes dois sectores (foi o que se verificou a propósito do Tratado de Comércio entre Portugal e a Inglaterra). Paralelamente, notar-se-á uma reciprocidade nos tipos de actuação: por um lado, a popular, isto é, a intervenção directa dos povos do Douro; por outro, a institucional, a cargo de entidades oficiais.

---

\* Investigadora da equipa de História Contemporânea do GEHVID.

1. Texto, com algumas modificações, da comunicação apresentada ao *II Congresso Internacional Sobre o Rio Douro*, em 1996.

## 1. A QUESTÃO DURIENSE NOS ANOS DE 1914-15

### 1.1. Na Região Duriense

Nos anos de 1914-15, o Douro vive intensamente a *questão duriense*<sup>2</sup>, espelhada na luta, empreendida pela viticultura, contra as falsificações nacionais de vinho do Porto, praticadas pelos comerciantes, quer em Vila Nova de Gaia quer no próprio Douro, com vinho do Sul. Deste modo, a *questão duriense* caracterizar-se-á não só pela oposição de interesses entre viticultura e comércio, mas também pela existência de antagonismos relativamente à lavoura do Sul, suscitando movimentações sociais, por vezes de excitação bastante violenta, protagonizadas pelo sector da produção.

Perante a situação descrita, o Douro reclama do Governo a tomada de medidas: maior fiscalização sobre a entrada de vinho do Sul no Douro, bem como nos armazéns de Gaia, e a adopção do princípio do exclusivo do fabrico do vinho generoso tipo *Porto* para a Região Duriense, já consagrado na lei de 1908, acompanhado de alterações ao regulamento dos vinhos do Douro<sup>3</sup>.

O processo reivindicativo é iniciado pelas entidades oficiais, representando a viticultura duriense, através do estabelecimento de um processo diplomático, envolvendo Câmaras Municipais, Governadores Civis e Governo. Assiste-se à realização de várias reuniões entre Governadores Civis e elementos do Poder Central, ao envio de várias representações dos povos do Douro – através de várias entidades oficiais – aos Presidente do Ministério e Ministro do Fomento, e ainda à efectivação de algumas diligências empreendidas pelo Governador Civil de Vila Real junto do Governo. Em simultâneo, verifica-se o empreender de acções revestidas do mesmo carácter, a nível local. O comprometimento das entidades locais nesta questão, empenhando-se num esforço de organização colectiva, é patente pela efectivação de diversas reuniões: de lavradores da Região, algumas delas organizadas pelas entidades oficiais – Governadores Civis, por exemplo<sup>4</sup> –, outras organizadas pelos próprios lavradores; das Câmaras durienses, tendo lugar no Porto, pedindo a intervenção da respectiva Câmara Municipal junto do Governo a favor do Douro<sup>5</sup>; das Comissões de Defesa do Douro, no Pinhão (decidindo-se pelo envio de telegramas ao Presidente do Ministério e Ministro do Fomento, instando pela efectivação das medidas solicitadas); da secção de viticultura da Associação Central de Agricultura Portuguesa (que enviará representações,

2. Conflito económico e social decorrente da crise vitícola e comercial que afectava o sector do vinho do Porto.

3. Torquato de Magalhães, em entrevista a "O Século" afirma que «o Douro não precisa de exclusivos de fabrico de vinhos, mas tão somente o cumprimento da lei de 1908 em vigor, com as alterações no seu regulamento que o exercício de seis annos demonstrou serem indispensáveis». In *A QUESTÃO do Douro*. O Independente Regoense. Régua (23 Maio 1914) 1.

4. Cf., a título de exemplo, *A QUESTÃO do Douro. Grande reunião de lavradores - o Douro agita-se! - Para a frente!* O Independente Regoense. Régua (13 Maio 1914) 1.

5. Cf. *A QUESTÃO do Douro*. O Independente Regoense. Régua (27 Maio 1914) 2.

respeitando ao projecto de fiscalização de vinhos)<sup>6</sup>; de proprietários em Lamego, acompanhados dos jornaleiros; de viticultores em Viseu, protestando contra a entrada de vinhos do Sul no Douro.

Ao mesmo tempo, assiste-se à acção popular, pela ocorrência de tumultos, comícios e concentrações em várias localidades do Douro, de que são exemplo Alijó, Pinhão e Régua, quer em 1914, quer em 1915, com diferentes graus de intensidade. Os movimentos populares ocorridos na Régua e em Alijó revestiram-se de carácter ordeiro, caracterizando-se pela reunião dos populares, junto à Câmara local, exigindo a tomada de medidas tendentes à resolução do problema. Mas no Pinhão, em 1914, e na Régua, em 1915, os movimentos assumem características mais violentas. No primeiro caso, o povo, amotinado, assaltou um armazém de vinhos da Quinta da Barca, arrombando as portas dos armazéns e as pipas de vinho fino e ateando fogo (já nesta mesma Quinta tinha a Comissão de Viticultura Duriense apreendido uma pipa de calda de açúcar, onze pipas de tinta de baga e cinco sacos de baga de sabugueiro, parecendo demonstrar tratar-se de um armazém onde se praticam falsificações, o que terá levado o povo a revoltar-se); na Régua, populares e lavradores, dirigindo-se à estação do caminho-de-ferro, arrombam 10 pipas de vinho do Bombarral aí depositadas, por suspeitarem que se tratava de vinho que seria fraudulentamente introduzido na região do Douro para ser posteriormente exportado como vinho do Porto. Pode-se, então, concluir que a causa principal destes movimentos populares, à semelhança das acções diplomáticas, é a falsificação de vinho do Porto e a introdução de vinho do Sul no Douro, contra o que se tenta lutar, também por meio de uma via mais radical, demonstrando a vivência de um clima de grande excitação. Por outro lado, a intervenção popular, embora constituindo uma outra forma de actuação, não pode ser dissociada da de carácter diplomático; uma e outra não diferem entre si, mas constituem dois momentos diferentes do mesmo processo reivindicativo. Verifica-se que, por vezes, as entidades oficiais assumem a função de “caciques” perante as acções populares, que ocorrem quase simultaneamente. Temos, como exemplo, a ocorrência de uma concentração popular ocorrida em Junho de 1914 na Régua, que tinha sido “ordenada” na reunião de lavradores ocorrida na mesma localidade uns dias antes: «*preciso [...] reunir-se todo o povo das freguesias próximas, alli, nos paços do Concelho, para todos se apresentarem á câmara, que effectua n’esse dia a sua sessão ordinária, e perante ella, apresentarem os seus pedidos[...]»*<sup>7</sup>.

Além destas duas formas de movimentação, a lavoura duriense organiza a sua luta através da imprensa regional que, defendendo os seus interesses, vai funcionar como um meio eficaz de pressão junto do Governo. Através dos *artigos de fundo* e *editoriais*, em que é feita a defesa da causa do Douro, apela ao protesto e à reivindicação. Além disso, constitui-

6. Cf. A *QUESTÃO do Douro*. O Independente Regoense. Régua (1 Julho 1914) 2.

7. *FOME no Douro! Grande reunião de lavradores - É preciso que o governo acuda a tanta miseria*. O Independente Regoense. Régua (17 Junho 1914) 1.

se em instrumento de unidade de toda a viticultura, pelos contínuos apelos à organização dos lavradores numa Associação, considerando-a como a única forma possível de verem as suas pretensões realizadas: «o Douro precisa [...] da união da classe dos lavradores, por meio de uma Associação Geral dos Lavradores, para defeza, integridade e progresso da classe»<sup>8</sup>. Está subjacente o princípio de uma defesa «permanente para ser eficaz»<sup>9</sup>, tentando conferir um espírito de unidade ao sector vitícola.

## 1.2. Resposta do Governo

Perante as movimentações do sector vitícola, o Governo decreta o lançamento de um imposto de 20 réis por hectolitro sobre todo o vinho proveniente da região do Douro entrado nas barras de Porto, Vila Nova de Gaia e Leixões, que se destinava a pagar as despesas de fiscalização a ser exercida pela Comissão de Viticultura Duriense<sup>10</sup>. Decreta ainda algumas alterações ao regulamento dos vinhos do Douro de 27 de Novembro de 1908.

## 1.3. Contra-resposta do comércio

Se, como já foi referido, a *questão duriense* significava a existência de uma oposição latente entre a lavoura e o comércio, as medidas tomadas pelo Governo, respondendo às reivindicações da viticultura e tendentes a beneficiar a região do Douro, suscitam o agravamento desse conflito. Uma série de movimentações no sector comercial, na salvaguarda dos seus próprios interesses, traduz a oposição estrutural que caracteriza as relações entre estas duas classes.

O lançamento de um novo imposto sobre todos os vinhos provenientes da Região Duriense provocou sobressaltos entre os comerciantes, desencadeando um processo de reclamações encabeçadas pela Associação Comercial do Porto e apoiadas pela sua própria imprensa (“O Comércio do Porto”). Utilizando a via diplomática, a Associação Comercial do Porto procede ao envio de um telegrama à Câmara dos Deputados, reclamando contra o alargamento do regime de restrições ao vinho do Porto, significado no estabelecimento do novo imposto, defendendo que tal medida iria prejudicar o comércio de vinhos: «[...] inconveniência de se onerar com quaesquer imposições novas o vinho do Douro, a pretexto de custeio de uma fiscalização [...] tanto mais quanto se póde afoitamente assegurar que não é mais

8. A *QUESTÃO do Douro - III*. O Independente Regoense. Régua (20 Junho 1914) 1.

9. MATOS, Júlio de Melo e - *Os motins no Douro*. A Tribuna. Lamego (9 Agosto 1914) 1.

10. Lei n.º 253, de 20 de Julho de 1914.

*favoravel, no actual momento, a situação do commercio de exportação de vinhos pela barra do Porto – António da Silva Cunha, presidente»*<sup>11</sup>. Também as alterações ao regulamento de 27 de Novembro de 1908, especialmente a subida do limite mínimo da gradação alcoólica para 18,5º nos vinhos exportados para Inglaterra, provocam alarme no comércio de vinho do Porto<sup>12</sup>. Este facto significaria uma subida da escala tributária e, conseqüentemente, uma diminuição das margens de lucro, visto aquela na Inglaterra fundar-se na força alcoólica. Tal situação acarretaria grandes prejuízos para o comércio de vinhos do Porto, tanto mais que o consumo de vinhos de baixa gradação em Inglaterra vinha a aumentar.

## 2. O TRATADO DE COMÉRCIO LUSO-BRITÂNICO

Uma segunda questão que agita este período é o Tratado de Comércio entre Portugal e a Inglaterra, celebrado a 12 de Agosto de 1914, destacando-se pela importância que assumiu na economia do Norte, e de todo o país, bem como pela dimensão das movimentações junto do Governo.

O Tratado tinha por principal objectivo acabar com a enorme concorrência sofrida pelo vinho do Porto no mercado britânico, relativamente a falsificações e imitações estrangeiras. Contudo, continha uma cláusula (6.ª, da autoria de Freire de Andrade) tida como muito prejudicial para a lavoura duriense e para o comércio de vinho do Porto, por considerar como tal todo o vinho generoso procedente do nosso país. Ao mesmo tempo que constituía grave prejuízo para o Douro, significava um grande benefício para o Sul, que mais facilmente colocaria as suas imitações em Inglaterra, principal mercado de vinho do Porto. Em consequência, o Tratado de Comércio Luso-Britânico significa, para a viticultura, o reacender da velha *questão duriense* constituindo objecto de verdadeira mobilização de todas as forças sociais e agentes económicos pela defesa do Douro<sup>13</sup>. Passamos, então, a assistir a uma união de esforços entre produção e comércio, embora defendendo interesses diferentes (a lavoura pretende pôr termo às falsificações de vinho do Porto; o comércio pretende impedir a intromissão do Sul no mercado de vinho do Porto), ao mesmo tempo que se aprofunda o antagonismo entre o Norte e o Sul.

11. ASSOCIAÇÃO Commercial do Porto – *as últimas propostas de lei sobre o vinho*. O Comércio do Porto. Porto (30 Junho 1914) 1.

12. Na realidade, ter-se-á tratado de erro tipográfico o estabelecimento de tal limite de gradação; após as reclamações do comércio de vinho do Porto, as instâncias oficiais prontamente esclarecem que este se situava nos 16,5º e não nos 18,5º.

13. Desempenharão papel de preponderância a Associação Commercial do Porto e a Comissão de Viticultura Duriense, como representantes do comércio e da viticultura, respectivamente.

## 2.1. Movimentações no sector comercial...

As formas de movimentação e reivindicação do sector comercial assumem características semelhantes às anteriormente enunciadas. Optando preferencialmente pela via diplomática, assiste-se a uma troca de notas entre o Governo e a Associação Comercial do Porto. A nível institucional, verifica-se igualmente o empenhamento do Centro Comercial do Porto e de inúmeras Associações Comerciais e Industriais (Barcelos, Vila do Conde, Póvoa de Varzim, Matosinhos, entre outras) que, respondendo a um apelo da Associação Comercial do Porto, prestam o seu apoio e solidariedade a esta questão, enviando telegramas e representações ao Poder Central. É que a Associação Comercial do Porto, ao mesmo tempo que enceta diligências directas junto do Governo, procede ao envio de circulares às Câmaras Municipais durienses e outras Associações Comerciais do Norte, apelando a uma acção coligada junto dos órgãos governamentais para que se adoptem medidas eficazes de protecção ao Douro e ao mercado do vinho do Porto<sup>14</sup>. Deste modo, todos os organismos comerciais do Norte passam a estar empenhados em alcançar um objectivo comum: alteração da doutrina consignada no artigo 6.º, salvaguardando os interesses do Douro pela conservação do seu exclusivismo como única região produtora de vinho do Porto.

Assiste-se a algumas reacções a este Tratado também em Inglaterra, patentes através da imprensa (“Ridley’s Wine & Spirit Trade Circular”, “Times”, “Wine Trade Review”, “Wine & Spirit Gazette”), cujos artigos constituem o eco das preocupações dos comerciantes ingleses (exportadores de Gaia), em salvaguardar a posição alcançada pelo vinho do Porto no mercado britânico<sup>15</sup>. Neste sentido, secundando a Associação Comercial do Porto, apelam às corporações comerciais e agrícolas do Norte de Portugal para que empreguem todos os esforços no sentido de que o Tratado não seja ratificado com a redacção original da cláusula 6.ª, considerando que tal constituiria a completa ruína do Douro. Contudo, assim como Portugal se encontra dividido, entre Norte e Sul, também aqui se verifica um confronto de opiniões, havendo importadores ingleses, nomeadamente “Southard & Ca.”, que admitem os vinhos de Lisboa como “Portos”, pelos seus preços moderados<sup>16</sup>.

Outras formas de reivindicação foram encontradas, particularmente a realização de algumas reuniões entre viticultores, lavradores, exportadores, Associação Comercial do Porto, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros. Uma das mais importantes teve lugar na Câmara Municipal do Porto, em 10 de Julho de 1915, contando com a participação de várias Câma-

14. Cf. ASSOCIAÇÃO Comercial do Porto - *Tratado de commercio com a Inglaterra*. O Comércio do Porto. Porto (19 Novembro 1914) 2.

15. A própria imprensa do Porto se encarregará de manifestar estas preocupações, publicando extractos de alguns artigos britânicos. Cf., a título de exemplo, *O TRATADO anglo-portuguez. Vinhos do Porto*. O Comércio do Porto. Porto (26 Novembro 1914) 2, e *O TRATADO de commercio anglo-portuguez*. O Comércio do Porto. Porto (28 Novembro 1914) 2.

16. Cf. *O TRATADO anglo-portuguez e os vinhos do Porto de Lisboa*. O Comércio do Porto. Porto (15 Dezembro 1914) 2.

ras do Douro, Associações Comerciais do Norte, vereadores da Câmara Municipal do Porto, lavradores durienses, etc., da qual saiu uma comissão que se deslocou a Lisboa para negociar com o Governo<sup>17</sup>, conseguindo a elaboração de uma proposta de lei em que ficavam garantidos os interesses da região do Douro. Em face deste avanço, Antão de Carvalho, figura-chave de todo este processo enquanto presidente da Câmara Municipal da Régua e da Comissão de Viticultura Duriense, apela às Câmaras Municipais do Norte que telegrafem ao Governo solicitando a aprovação do referido projecto de lei.

## 2.2. ... e na viticultura duriense

Na Região Duriense assiste-se, simultaneamente, ao desenvolver de um movimento reivindicativo que se irá caracterizar não só pelo recurso às vias institucionais, envolvendo inúmeras Câmaras Municipais, mas ficará especialmente marcado pelas acções de carácter directo, algumas particularmente violentas.

Do ponto de vista diplomático, assiste-se ao recurso a várias formas de reclamação, desde o envio de telegramas por parte de várias entidades oficiais ao Governo, até à realização de comícios e reuniões conjuntas de lavradores, Comissão de Viticultura Duriense, sindicatos agrícolas e Câmaras Municipais, fortemente empenhadas nesta questão. Em todo este processo, Alijó parece ter assumido a liderança, particularmente com a realização de uma missão de propaganda anti-Tratado, organizada pela respectiva Câmara Municipal. Como consequência, esta localidade será justamente designada como principal centro de reivindicações, donde «*têm saído os movimentos que produziram para o Douro os poucos benefícios que tem alcançado*»<sup>18</sup>.

Em simultâneo às acções de carácter diplomático tem lugar a participação popular, desencadeando tumultos e motins (de modo particular, em Julho de 1915 e em várias localidades: Régua, Sabrosa, Mesão-Frio, Alijó, Tabuaço, Pinhão, Meda, Provesende, Santa Marta de Penaguião e Lamego), claro sintoma do sobressalto causado por esta questão entre os povos do Douro, que agem directamente face à não resolução do problema pelas entidades competentes. Num cenário de idênticas características – suspensão dos trabalhos agrícolas e encerramento dos estabelecimentos comerciais e das repartições públicas – são de destacar dois casos particulares: o motim da Régua, de 18 de Junho de 1915, em que a causa próxima é a penhora de bens, levando à invasão das repartições e destruição dos docu-

17. Cf. A *QUESTÃO do Douro. Uma reunião importante*. O Comércio do Porto. Porto (11 Julho 1915) 2. Os convites à Associação Comercial do Porto para que convocasse esta magna reunião vinham sendo feitos já há alguns meses, por parte da Câmara Municipal da Régua e outras edilidades durienses (cf. *ASSOCIAÇÃO Commercial do Porto - Tratado de commercio com a Inglaterra*. O Comércio do Porto. Porto (15 Dezembro 1914) 1.

18. *QUESTÕES do Douro. O Tratado comercial com a Inglaterra - Conferência de lavradores de Alijó na Camara de Lamego*. A Tribuna. Lamego (20 Dezembro 1914) 1-2.

mentos aí existentes, e o motim de Lamego, de 20 de Julho de 1915 (relacionado com os acontecimentos de Peso da Régua), assumindo contornos mais graves, com a ocorrência de várias mortes<sup>19</sup>.

À semelhança de momentos anteriores, o Douro e o Porto contam com um mecanismo reivindicativo muito eficaz: uma imprensa própria que, mais uma vez, através dos *artigos de fundo*, confere unidade ao movimento reivindicativo, incitando a uma participação nas acções de protesto pelo maior número de interessados. Exercendo uma acção de pressão de grande alcance, publica repetidos apelos à Associação como única forma da viticultura conseguir a satisfação das suas reivindicações.

### 2.3. Resultados obtidos

Ante a onda de protestos, o Governo redige a lei n.º 298, de 23 de Janeiro de 1915, contendo a aclaração ao artigo 6.º, em que é considerado vinho do Porto somente o vinho generoso produzido na região do Douro. Contudo, as movimentações continuarão a verificar-se até se conseguir que essa aclaração fique consignada no Tratado.

### 2.4. Reacção do Sul

A questão suscitada pelo Tratado de Comércio Luso-Britânico assumiu um carácter de grande complexidade provocando a divisão do país em duas metades, pelo desenvolvimento de rivalidades a nível comercial e económico, entre Norte e Sul.

À semelhança do Norte, em que se vive um clima de ansiedade perante a perspectiva de legalização da fraude vinícola e das pretensões do Sul em colocar os seus vinhos em Inglaterra nas mesmas condições do vinho do Porto, também no Sul se verificarão algumas movimentações. Como contraponto à *questão duriense*, fazem surgir a *questão do sul*<sup>20</sup>, alegando que o Douro, com as suas reclamações, apenas pretende «*contrariar a expansão do commercio dos vinhos do sul*»<sup>21</sup>. Insurgindo-se contra as reivindicações do Norte, os vicultores do Centro e do Sul organizam várias reuniões e enviam representações ao Governo, combatendo as reclamações dos vicultores durienses e pretendendo que a cláu-

19. Também em Armamar, e pela mesma altura, o povo, amotinado, incendia a Repartição das Finanças. Cf. *RELATÓRIO dos acontecimentos de Lamego, do dia 20 de Julho de 1915, pelo juiz de direito da comarca do Mogadouro, snr. dr. António Sérgio Carneiro*. A Tribuna. Lamego (6 Fevereiro 1916) e seguintes.

20. Cf. *A QUESTÃO vinícola*. Lisboa, 23. O Comércio do Porto. Porto (24 Julho 1915) 4.

21. *O TRATADO de commercio com a Inglaterra*. Lisboa, 1. O Comércio do Porto. Porto (2 Julho 1915) 4.

sula 6.<sup>a</sup> seja mantida sem alterações<sup>22</sup>. Tal facto ser-lhes-ia particularmente benéfico, pois facilmente conquistariam o principal mercado de vinhos do Porto, facto que não escondem: «[...] se o tratado traz vantagens ao Douro, quem mais lucrará com elle serão os vinhos do sul, pois só estes vinhos poderão pela sua barateza bater-se com outros Portos que inundam o mercado inglez»<sup>23</sup>.

### 3. CONCLUSÃO

Da análise feita às questões em foco, é possível extrair diversas conclusões. Em primeiro lugar, salienta-se a capacidade de mobilização demonstrada, particularmente pelo sector da viticultura, cabalmente traduzida nas inúmeras e intensas manifestações populares verificadas.

Em segundo lugar, verifica-se que vicultores e comerciantes, servindo-se de idênticas formas de actuação, atribuíram papel fundamental à Imprensa, usando-a como pólo aglutinador e factor de unidade, o que se veio a revelar de particular importância, de modo especial na Região Duriense.

Finalmente, e no que diz respeito à caracterização das relações entre os principais agentes sócio-económicos directamente implicados no sector do vinho do Porto, constata-se a existência de um claro antagonismo e confronto de interesses, que se alarga relativamente a outras regiões vitícolas. Este facto, por si só, denuncia a importância do vinho do Porto na economia portuguesa. E essa mesma importância é sublinhada pela aproximação entre viticultura e comércio verificada a propósito do Tratado Luso-Britânico de 1914, bem como pela viva reacção suscitada entre os vicultores do Sul, questão que procuraremos aprofundar em próximos estudos.

### FONTES E BIBLIOGRAFIA

#### FONTES

##### a) Imprensa

O COMÉRCIO do Porto. Porto. 1914-1915

O INDEPENDENTE regoense. Régua. 1914-1915

A TRIBUNA. Lamego. 1914-1916

22. Assiste-se igualmente à realização de uma conferência entre negociantes de vinhos do Sul e a Comissão de Viticultura Duriense, no sentido de que esta permita a exportação de vinhos com o nome "Lisboa-Porto".

23. O TRATADO de commercio com a Inglaterra. Lisboa, 1. O Comércio do Porto. Porto (2 Julho 1915) 4.

**b) Legislação**

*Colecção Oficial de Legislação Portuguesa. 1914-15*

**BIBLIOGRAFIA**

- COMISSÃO DE VITICULTURA DA REGIÃO DURIENSE – *Relatório da Comissão Executiva do ano de 1914*. Boletim da Direcção Geral da Agricultura. Lisboa. 13.º ano: n.º 5 (1917).
- AZEREDO, Francisco de – *A Questão dos Douro*. I a VIII. Gazeta das Aldeias. Porto. Vol. 40: n.º 1026 a 1033 (1915).
- GAMA, Júlio – *A falsificação dos nossos vinhos*. Gazeta das Aldeias. Porto. Vol. 38: n.º 990 (1914).
- MARTINS, Conceição Andrade – *Memória do vinho do Porto*. Lisboa: ICS/Universidade de Lisboa, 1990.
- MATOS, Júlio de Melo e – *A lição da desgraça*. Gazeta das Aldeias. Porto. Vol.: 38: n.º 967 (1914) 13-14.
- MATOS, Júlio de Melo e – *Os motins no Douro*. Gazeta das Aldeias. Porto. Vol. 38: n.º 970 (1914) 49-50.
- MATOS, Júlio de Melo e – *Uma videira nova*. Gazeta das Aldeias. Porto. Vol. 38: n.º 987 (1914) 253.
- MATOS, Júlio de Melo e – *Questão do Douro*. Gazeta das aldeias. Porto. Vol. 39: n.º 994 (1915).
- MATOS, Júlio de Melo e – *Defesa agrícola*. Gazeta das Aldeias. Porto. Vol. 40: n.º 1021 (1915) 37-38.
- PEREIRA, Gaspar Martins – *Um Vinhedo Milenar, um Vinho Universal*. In *ENCICLOPÉDIA dos Vinhos de Portugal: o Vinho do Porto, Vinhos do Douro*. Dir. António Lopes Vieira. Lisboa: Chaves Ferreira – Publicações, S. A., 1998, p. 37-77.
- ROSEIRA, Luís – *Uma vida pelo Douro*. Porto: Edições Asa, 1992.

# A ITINERAÇÃO NA ANTIGA COMARCA DE TORRE DE MONCORVO<sup>1</sup>

CARLOS D'ABREU \*

---

## O TERRITÓRIO ADMINISTRATIVO

A Comarca ou Correição de Torre de Moncorvo, era no Século XVII, sede de uma das 26 Comarcas existentes no Reino. A sua pujança económica nesta época, está patente nas cartas de 24 de Julho e 17 de Agosto de 1617 que a Câmara Municipal envia a D. Filipe II, solicitando a criação de uma diocese na Comarca com sede na Vila, justificando como razões a grande distância que a separa de Braga e os inconvenientes daí resultantes em matéria de fé, a sua localização geográfica como ponto central, possuir igreja das mais formosas do Reino, colegiada com quatro raçoeiros e beneficiados de que se poderiam fazer quatro canonicatos, comenda, ao todo poderia ter dez cónegos, rendimentos suficientes para a manutenção das estruturas e despesas (SOARES 1982, 100).

Durante o Século XVIII várias foram as iniciativas levadas a cabo com vista a um melhor conhecimento da realidade geográfica, económica, demográfica, social, administrativa e cultural do País, com a finalidade de tornar a Administração mais eficaz. Neste contexto decide-se executar uma nova divisão e demarcação das Comarcas do Reino (Carta de Lei de 19 de Julho de 1790) sendo nomeados os respectivos juizes demarcantes em 2 de Julho de 1792, com beca honorária por Decreto de 8 de Janeiro de 1793, entre eles Columbano Pinto Ribeiro de Castro, encarregado de proceder à divisão das Comarcas da Província de Trás-os-Montes (SOUSA 1977, 5), constituídas por Bragança, Miranda do Douro, Torre de Moncorvo e Vila Real.

Integravam então a Comarca de Torre de Moncorvo, as vilas de Torre de Moncorvo, Água Revez, Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Chacim, Cortiços, Castro Vicente, Frechas,

---

\* Técnico Superior do Ministério da Educação; Mestre em Arqueologia pela FLUP.

1. Comunicação apresentada em Torre de Moncorvo, no âmbito das II Jornadas Culturais de Balsamão (1-5/X/1999).

Freixo de Espada à Cinta, Mirandela, Monforte de Rio Livre, Mós, Pinhovel, Sampaio, Sezulfe, Torre de Dona Chama, Valdasnes, Vilas Boas, Vila Flor e Vilarinho da Castanheira, mais 236 freguesias e 27 povoações anexas (SÁ 1795); o Concelho de Murça de Panóias pertenceu-lhe também, sendo apenas desagregado por força da Lei de 7 de Janeiro de 1792 (SÁ 1795) que o ligou à Comarca de Vila Real (constituída no Século XVIII com o território da Comarca de Lamego a Norte do Douro), assim como aos Concelhos de Abreiro, Freixiel e Lamas de Orelhão que anteriormente haviam pertencido a Torre de Moncorvo; Linhares e Nozelos igualmente estiveram dentro da sua jurisdição (COSTA 1868, I, 366). Atravessava assim a Província, desde a fronteira com Castela (Freixo de Espada à Cinta) até à da Galiza, por entre as Comarcas de Trancoso (a Sul), Vila Real (a Oeste), Bragança (a NE e a NO) e Miranda (a Este); note-se que os territórios das Comarcas nem sempre eram contínuos, possuindo por vezes enclaves noutras jurisdições, como são os casos por exemplo, da Freguesia-Concelho de Água Revez, no território da Ouvidoria de Bragança (parte localizada a NO da Comarca de Torre de Moncorvo) (SILVEIRA 1997, mapa 4), ou de Abreiro e Freixiel que, pertencendo a Vila Real se encontravam em território de Torre de Moncorvo (SÁ 1795); ou Cortiços, Pinhovel, Sezulfe e Valdasnes que no Século XVII pertenciam à Comarca de Lamego se bem que encravados na Ouvidoria de Bragança (HESPANHA 1994, 95/570).

Em termos religiosos, Torre de Moncorvo era sede de uma das cinco comarcas eclesiásticas do arcebispado de Braga, tendo sido elevada a essa categoria em data anterior a 1552, pois cerca desse ano, a actual igreja matriz por decisão pontifical passou a ser cabeça dessa mesma comarca, ou Vicariato (ADB 1567). Segundo o "*Mapa dos Vottos que se pagão à Serenissima Mitra Primas das Hespanhas na commarca da Torre de Moncorvo ...*" datado de 1764 (AFONSO 1982), compunham o seu Vicariato catorze concelhos num total de 114 freguesias (SOUSA 1983, 210). Lembre-se que o Vicariato corresponde a um território eclesiástico autónomo, em quase tudo equivalente a uma diocese, resultado da grande extensão do arcebispado e governado por um vigário-geral, de eleição episcopal e com grandes poderes, coadjuvado por um corpo administrativo.

## AS VIAS DE COMUNICAÇÃO

Parece ser opinião unânime entre os estudiosos da itinerância em Portugal que as vias terrestres na Idade Média, nas suas linhas gerais, continuavam a ter por base as redes traçadas durante a Romanização; naturalmente que novos percursos se foram abrindo, encontrando-se o País no final de Quatrocentos, coberto por estradas e caminhos (MARQUES 1987, 124), se bem que tudo indique, representar este período "*o ponto da situação quanto ao estado de desenvolvimento das vias de comunicação*" (MORENO 1982, 5), assistindo-se a partir daí, a uma certa estagnação neste domínio, até

ao último quartel do Século XVIII, época em que a preocupação do poder central nesta matéria se começa a fazer sentir, através da publicação de vários diplomas legais, “*ainda que o alcance das mesmas não fosse tão amplo como seria necessário*” (MENDES 1981, 103), julgando nós que só no período “*fontista*” foi o problema verdadeiramente encarado de frente.

Também na região de Trás-os-Montes e Alto Douro, a via romana que ligava “*Bracara Augusta*” a “*Asturica Augusta*”, serviu de base para a abertura de outras estradas durante o período medieval. Essa via atravessava a região com o seguinte percurso (MORENO 1982, 5): Braga, margem esquerda do Cávado, Salamonde, Ruivães, cruzava o Rabagão, inflectia para Vila da Ponte, Cruz de Leiranque, Gralhós, Antigo de Arcos, Seara Velha, Soutelo, Vale de Anta, Chaves, ponte sobre o Tâmega, Monforte, Vinhais, Soeira, Cova da Lua e daqui para Puebla de Sanabria; com ramais de Chaves por Boticas (?) até às minas de Paço das Freitas; de Chaves para Verin; de Vinhais para território espanhol por Soutelo, Bouça, Gustei, Castro de Avelãs, Gimonde e Babe.

Através da análise dos itinerários régios se poderá constatar a existência, nesta mesma região, das vias seguintes (MORENO 1982, 13): de Guimarães a Bragança, por Vila Pouca de Aguiar, Carrzedo de Montenegro e Valpaços; Porto a Vila Real, por Paço de Sousa e Amarante; de Vila Real a Bragança, por Murça, com ramal próximo de Murça, para Linhares (Ansiães) e daqui para Torre de Moncorvo, ligando-se esta vila a Bragança, através de Alfândega da Fé; eventualmente de Bragança pelo planalto mirandês em direcção a Barca d’Alva e daqui para a Beira; de Vila Real para Lamego, através de Poiares (Régua), via que seguia depois para Coimbra, por Viseu, e para a Guarda, por Sernancelhe e Trancoso.

Durante os Séculos XIV e XV, encontrava-se a nossa região ligada a Castela, por três vias principais (MARQUES 1987, 126): uma que partia de Amarante, por Campeã, Lamas de Orelhão e Bragança, com variante de Lamas para Torre de Moncorvo e Freixo de Espada à Cinta; outra, de Guimarães por Carrzedo, Valpaços e Bragança; e ainda, uma de menor circulação que seguia de Braga a Bragança, por Chaves.

Calcula-se que nesta mesma época, a distância-tempo, por terra, de Lisboa – Porto era na ordem de 1 semana, de Lisboa – Évora de 3 dias e de Lisboa – Bragança de 10 dias, demoras estas que não tinham a ver só com problemas de ordem física mas por ser a circulação “*alvo de apertada regulamentação*” com restrições de toda a ordem, proibindo ou obrigando a determinados percursos (MARQUES 1987, 131/137). Tal é o motivo de uma queixa da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo a D. Afonso V, em virtude de os viajantes que entravam em Trás-os-Montes através da barca do Douro, não cumprirem o determinado numa postura municipal, ou seja, seguirem pelo “*camjnho pubrico que vay pera a dita uilla*” em vez de subirem directamente o Vale da Vilariça, sendo este caminho do Vale muito mais directo, com a vantagem de não ter portagem (ALVES 1975/90, IV, 297).

Estes percursos barravam muitas vezes com cursos de água, pelo que, para os transpor, era necessário construir pontes ou criar barcas de passagem. A construção e manuten-

ção de pontes, constituiu uma nítida preocupação durante a Idade Média, preocupação esta atestada por inúmeros documentos, nomeadamente testamentos (ABREU ET ALLI 1998).

O caudaloso e de curso arrebatado rio Douro que só no Século XIX veio a conhecer a primeira ponte (no Porto), teve um projecto que se começou a executar para esse fim, já no Século XII, ao tempo de D. Afonso Henriques, para ligar a estrada que vindo do Porto para Lamego e que atravessava o Tâmega em Canaveses, cruzava o Douro em Vila Nova (Concelho de Resende, percurso S. Gonçalo da Ribeira – Porto de Rei, um pouco antes de Vilar de Barrô), ou seja, entre os antigos portos das barcas do Bernardo e Porto de Rei, onde ainda se podiam ver antes da existência da albufeira do Carrapatelo, vestígios dos pilares que aí se construíram (em número de quatro e parte do arco na margem esquerda), no sítio que sugestivamente é conhecido por Piares (de pilares), ponte esta que ainda nos Séculos XVI e XVIII, se pugnava pela sua conclusão (PINTO 1998, 5).

O problema do encargo da aposentadoria, motivou durante a Idade Média, muitas queixas aos monarcas que, repetidamente ordenavam aos viajantes que se hospedassem nas estalagens, para o que promoveram a sua construção e reparação. Ao longo dos Séculos XIV e XV, porque o aboletamento em casas particulares chegou mesmo a contribuir para o despovoamento de algumas terras, foram criadas muitas hospedarias por todo o País, quer seja por iniciativa dos Concelhos, quer por particulares. A partir do estudo da concessão de cartas de privilégio aos estalajadeiros, é possível localizar as respectivas estalagens, permitindo afirmar que se concentravam maioritariamente nas regiões de Lamego e Riba Côa (aqui só Vilar Torpim, termo de Castelo Rodrigo, possuía 4) e que eram numerosas nas zonas de Trancoso e Guarda e mais dispersas em Trás-os-Montes, contando por exemplo Torre de Moncorvo com 3, Freixo de Espada à Cinta com outras 3 e Fornos (termo de Freixo EC) com igual número (GONÇALVES 1967, 143-144/154).

Julga-se que o aumento do número de estalagens particulares, está intimamente relacionado com o progressivo crescimento da circulação interna, por acção dos almocreves (MORENO..., 17).

Sabemos através do relato de Leão de Rosmital (1466) que Torre de Moncorvo através de Freixo de Espada à Cinta, certamente por Mós, era “*acessível por pedregoso e embaraçoso caminho*” (CAVALHEIRO 1942), situação que melhora na centúria seguinte, pois por volta de 1549, outro relato nos informa que da “*Villa da Torre athè Mos vão duas legoas, onde está hua calçada toda de ferro*” (BARROS 1919, 120), ou seja, pelo menos o percurso Mós – Torre de Moncorvo, era calçadado, com pepitas hematíticas, aqui abundantes, sendo-o provavelmente também a partir desta antiga sede de concelho para Freixo de Espada à Cinta, pois ainda tivemos oportunidade de conhecer uma calçada medieval (em xisto) nesse percurso, entretanto destruída.

O panorama das deficientes vias, pelo menos na nossa região haveria de manter-se, pois em 1609 o Chantre da Sé de Évora, na sua viagem até Miranda, depois de passar o Douro

na barca de Torre de Moncorvo, se queixa de ter percorrido a légua até esta vila, por “*asperimo, e trabalhoso caminho por cima de picos de montes mui estreitos, e perigosos de modo que em muitas partes he necessario ir a pé*”, isto é, deixar as andas em que viajava (SERRÃO 1974, 112/114). Todavia a nível nacional há indícios de melhoramento da viação terrestre entre os fins do Século XV e princípios do Século XVII (MAGALHÃES 1993, 323). No termo de Torre de Moncorvo, construiu-se a expensas do Concelho, no reinado de D. Manuel I, a imponente ponte da Portela, sobre o rio Sabor, alvo de referência especial, por parte de João de Barros, pois afirma que “*Na Derruida [vila morta de Santa Cruz] està hua ponte de mais de cem couados de alto*” (BARROS 1919, 120), ponte esta que continua ainda hoje a cumprir o seu objectivo.

Durante Setecentos, continua a ouvir-se queixas sobre as vias de comunicação no nosso País, encontrando-se várias referências ao assunto na chamada literatura de viagens, elaborada por estrangeiros, registando por exemplo Link que “*a Portugal, só o que falta são estradas e canais*” (CHAVES 1987, 46).

A análise ao mapa de Trás-os-Montes de 1762, permite referir a existência de várias estradas principais (CARPINETTI 1762): uma que provinha da Província do Minho, passando por V. P. de Aguiar, Mirandela ( próx.), Bragança e daqui para Espanha; duas provenientes da Galiza, em direcção a Bragança; uma via de Bragança a Miranda, por Outeiro e Vimioso; uma estrada de Torre de Moncorvo para o entroncamento de Mirandela, por Vila Flor.

A preocupação com este assunto da viação a partir do último quartel do Século XVIII, está patente, como se disse, em vários documentos, fazendo-se aqui referência a alguns deles.

1 – “*Informação sobre as providências que parecem necessárias para a abertura e conservação das estradas reais*”, Lisboa, 1781.08.12 (MATOS 1980, 491): aqui se descrevem os traçados das várias estradas reais, dizendo respeito à nossa região, apenas a 4.<sup>a</sup> que deveria principiar no fim da Rua Bela da Princesa, em Lisboa, seguir para Chaves, por Santarém, Golegã, Tomar, Figueiró, Viseu, Lamego e Vila Real; a 6.<sup>a</sup> estrada real que deveria começar no fim da Rua do Bonjardim (Porto) e seguir para Chaves, por Guimarães e Barroso; a 7.<sup>a</sup> que deveria empeçar no fim da Rua das Patas (Porto) até Bragança, por Penafiel, Amarante, Vila Real e Mirandela; um ramal a partir da 4.<sup>a</sup> estrada real, para Torres Novas, Tancos, Covilhã, Guarda e Almeida e também ligação a S. Pedro do Sul; uma ramificação a partir da 7.<sup>a</sup> estrada em Vila Real, em direcção ao rio Douro, seguindo o curso do Ceira até Goiães, “*ramificação que será só de doze milhas, será de uma utilidade infinita para a condução dos vinhos e outros frutos para o Porto e do que vier desta cidade para o centro da província de Trás-os-Montes*”.

2 – Alvará de 1788.12.13 que determina a construção de estradas no Alto Douro, lançando ali um imposto durante 10 anos, de 200 réis por pipa de vinho de embarque e 100 por pipa de vinho de ramo que fosse carregado, assim como 2 réis por cada quartilho de vinho

que se vendesse avulso, em Lamego, Vila Real, S. João da Pesqueira, Barqueiros, Mesão Frio e Teixeira, contribuindo também a Companhia das Vinhas e os moradores do Porto, uma vez que se reconhecia, “*não haver na longitude daquele districto huma estrada, que sirva de auxilio à navegação dos barcos, que sobem, e descem pelo Rio Douro*” (MENDES 1981, 103-104).

3 – “*Instruções para a administração das estradas do Alto Douro, com as obrigações das pessoas encarregadas na mesma administração*”, Queluz, 1789.10.12 (MATOS 1980, 501).

4 – “*Descrição do Rio Douro para Cima do Cachão de: Sam Salvador denominado no Paíz = Cachão da Baleira = com o Mappa das Freguezias superiores ao mesmo Cachão, e outro das Freguezias confinantes com Castella, rezumo das Estrádas, e Itenerário da Digressão que fizêrão os Commissarios encarregá-dos d'esta averiguação*”, Jan-Fev de 1790 (OLIVEIRA ET ALLI 1996, 215); julgámos resultar este levantamento, directamente das obrigações decorrentes do Alvará de 1788.12.13, regulamentado em 1789.10.12, pois aqui se percebe claramente que a entidade financiadora das obras é a Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro (MATOS 1980, 501).

A análise do capítulo III desta “*Descrição...*”, referente às estradas e caminhos “*tanto das que se achão vadiáveis de carro, como das que se devem compor, para poderem vadiar*”, permite-nos afirmar que, para a Companhia, são consideradas 23 freguesias na margem N., correspondentes a 6 concelhos (o de Vilarinho da Castanheira entretanto extinto) e, na margem S., consideradas 19 freguesias, correspondentes a 8 concelhos (Almeida, Freixo de Numão, Ranhados, Sedovim e Valongo dos Azeites, entretanto extintos); estas são servidas na sua ligação com o rio por 27 estradas e caminhos que conduzem a 18 cais, no caso do território da margem N. e, 19 estradas e caminhos que conduzem a 9 cais, no caso do território da margem S. (OLIVEIRA ET ALLI 1996, 252-255). Naturalmente que a maioria destas vias eram muito rudimentares, não sendo, em alguns casos sequer vadiáveis por carro, ou então, dificultosas para o trânsito de carros carregados, o que se percebe, tendo em conta que todas as sedes destas freguesias se localizam nos cumes mais elevados do vale do Douro. Provavelmente relacionado com estes difíceis acessos ao Rio, se procurava transformar a uva o mais próximo possível das vinhas, constatação possível, graças à existência de vários testemunhos arqueológicos de antigos lagares que conhecemos, por exemplo no termo da Lousa, nomeadamente no Vale da Vinha, Bezerral, Telhada, etc.

5 – “*Método da construção de estradas no Douro*”, Lamego, 1816.12.06 (MATOS 1980, 528).

Por finais de Setecentos confirma-se a multiplicação das preocupações com a rede viária, na Comarca de Torre de Moncorvo, através das correições e respectivos provimentos do corregedor José António de Sá, em 1790. Numa “*Memoria dos abuzos...*” por si elaborada, descreve a análise que havia feito às irregularidades das Câmaras Municipais e prepotências dos numerosos magistrados e oficiais, com as respectivas propostas de solução (SOUSA 1974, 8).

No capítulo referente às estradas, pontes e fontes, diz o Corregedor que “*achei toda a comarca no estado mais lamentavel a este respeito principalmente as estradas, as quaes não se tendo concertado em tempo algum estavam cheias de fragas, e penedia com descidas precepitadas denegando tranzito às carroagens, e dando o perigozissimo aos viajantes de cavallo, tudo com grave damno da agricultura, e comercio. Igualmente havia falta de pontoens para a passagem de rios, e regatos caudelosos; e pontes notaveis que noutro tempo se construirão a grande custo, se hião arruinando por falta de concerto (...)* Provi que se consertassem, e reedificassem todas as estradas pela forma melhor que fosse possivel, começando primeiro pelas mais realengas, e de maior passagem (...), *Tem-se deixado nalgumas partes o trilhado antigo, e aberto montes para evitar descidas, e em outras altos paredoens para concervar o nivel, e direitura possivel. Provi tambem que se fizessem fontes nas mais precizas, e nos citios de passagem; e os pontoens, e concertos de pontes; o que igualmente se tem executado, e vay executando regular, e ordenadamente (...)* Para a obra de ponte *Seca de Moncorvo* tão preciza, e da primeira necessidade, pelo grande perigo e precepicio dos passageiros. Fis aplicar todas as propinas que levavão os officiaes da camera e ministros, e custou 200.000 reis. Para a estrada da Barca destiney 300.000 reis de liquido da receita e despeza, e Sua Magestade me fes a merce de pencionar o rendimento da Barca com 50.000 reis annuaes para a sua reedificação, e conservação” (SOUSA 1974, 71-73).

No Concelho de Torre de Moncorvo, foram ainda objecto de obras, as estradas reais da barca (Pocinho), da ponte do Sabor, de Lamelas (que seguia para Mós) e da fonte dos Chibos (para a foz do Sabor), a própria ponte do Sabor, bem como as fontes do Carvalho, da Praça, de Santo António e das Aveleiras (SOUSA 1974, 93/96).

Refira-se que, na estrada da fonte dos Chibos, hoje denominada do Rego da Barca, se podem observar alguns troços de antigos traçados, nomeadamente no sítio da Fonte do Velho, aqui bem conservados; como sabemos da existência desde há alguns anos, de um projecto de construção de uma variante que fará a ligação da Vila ao Itinerário Principal 2, aproveitamos desde já, para alertar a Câmara Municipal quanto à importância da sua conservação e, já agora, se nos é permitido, sugerir a criação de um espaço de lazer, aproveitando a existência de outras estruturas arquitectónicas ali existentes, nomeadamente uma fonte de mergulho com arco de volta inteira, um forno de secar figos, vestígios de outras edificações e os socalcos no suave declive até ao Ribeiro dos Chibos.

Nos dois primeiros anos de exercício do cargo de corregedor, J. A. de Sá, através dos seus “*provimentos de correição*”, colocou “*toda a comarca em revolução para as referidas obras*”, como ele próprio comenta, pois em 1790, contabilizou obras em 68 estradas, mais de 141 fontes, e 35 pontes (SOUSA 1974, 73/93-98).

Segundo o “*Mappa thopografico*” do mesmo J. A. de Sá (1795) – elaborado a partir do “*Mappa do Reino de D. Thomas Lopes*” estampado em 1778 – com proposta de nova demarcação para a Comarca de Torre de Moncorvo, poderemos constatar a existência das seguin-

tes estradas, a partir da vila de Torre de Moncorvo (S<sup>À</sup> 1795): para S., atravessando o Douro no Pocinho (Estrada da Barca); para a Barca d'Alva, certamente por Maçores e Ligares; para Freixo de Espada à Cinta, por Mós; para Miranda, passando próximo de Estevais e Mogadouro; para a foz do rio Tua, através da Vilaríça e Ansiães; para Mirandela (com continuação para Bragança), passando próximo de Sampaio, por Vila Flor, Vilas Boas e Frechas; esta com ramal, próximo de Sampaio, para Castro Vicente, passando nas proximidades de Valdasnes e Vale Benfeito e daqui ainda com desvio para Alfândega da Fé; de Vilas Boas saía também uma variante para Vila Real, passando por Abreiro e Murça; a N. da Comarca, registam-se ligações a Chaves, através de Mirandela, bem como a Bragança, pelas proximidades de Sezulf e Nozelos; da zona de Chaves parte uma via para Monforte que liga a Lebução e daqui certamente para Vinhais e Bragança, por Vale das Fontes.

Uma das estradas propostas para o Alto Douro pelo Alvará de 1788.12.13 e já considerada como de muito importante pela “*Informação...*” de 1781.08.02, que provindo do Porto, passava por Mesão Frio, ligava ao Douro e seguia para Lamego, já se encontrava executada em 1796, como nos refere o Juiz Demarcante da Província de Trás-os-Montes, Columbano Pinto Ribeiro de Castro (MENDES 1981, 104).

Para o estudo da viação no Portugal do Antigo Regime, conhecemos ainda duas cartas militares, publicadas no início do Século XIX. A “*Carta Militar das Principais Estradas de Portugal*”, de 1808, indicando a partir de Torre de Moncorvo, uma estrada para S. (Pocinho), outra para O. (Portela) e outra para NE (Carviçais) (ALMEIDA 1808) e, a “*Nova Carta Militar do Reyno de Portugal. Com estradas montanhas e rios. Levantada sobre os lugares*”, de 1810, indicando as mesmas vias, pelo menos na nossa região (FORTES 1810).

Refira-se de passagem que, foi precisamente nos finais de Setecentos que o Estado chamou a si o serviço público de correios em Portugal, extinguindo o “*Ofício do Correio-Mor do Reino*” (MOURA 1997) por alvará de 1797.01.18 e criando a respectiva regulamentação “*das postas, correios e diligências de terra e mar*”, por alvará de 1797.03.16 (ROMARIZ 1943, 23); este serviço público fora criado por D. Manuel por carta de 1520.11.06, nomeando Correio-Mor, Luís Homem, Cavaleiro da Casa Real (FERREIRA 1946, 29); este ofício foi no entanto vendido a Luís Gomes da Mata, por D. Filipe II, por contrato de 1606.07.19 (ROMARIZ 1943, 17), mantendo-se nessa família até à referida extinção do cargo.

Todavia o serviço de mala-posta, isto é, o transporte de correio efectuado por carro, só foi criado no ano seguinte, através da publicação das “*Instruções para o estabelecimento das diligências entre Lisboa e Coimbra*”, em 1798.09.17, redigidas pelo Desembargador José Diogo Mascarenhas Neto, futuro Superintendente Geral dos Correios e Postas do Reino e à data Superintendente Geral das Estradas, cargo para que fora nomeado em 1791, havendo já em 1788 sido encarregado de dirigir a construção da estrada de Lisboa ao Porto (concluiu-se sob sua orientação o troço Lisboa-Coimbra), experiência que lhe permitiu publicar no Porto, em 1790, o “*Método para construir as estradas de Portugal*” (FERREIRA 1946, 33-51).

Em jeito de remate se dirá que, ontem assim como hoje, careceu esta Região de vias de comunicação capazes, continuando por isso, este tema a ser de grande actualidade.

Obrigado pela V. atenção!

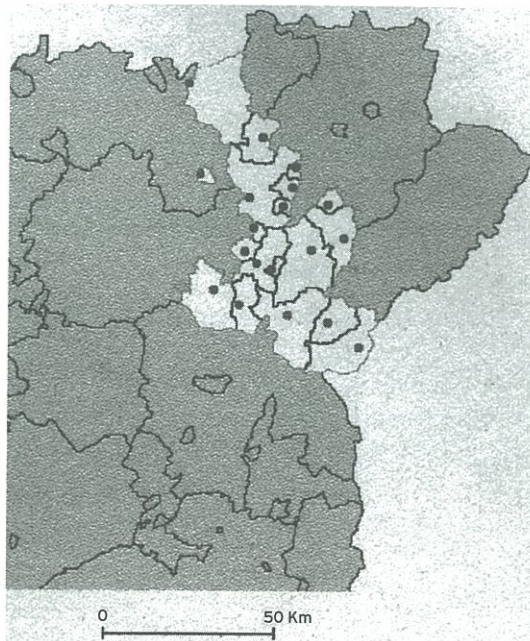
Vila de Torre de Moncorvo, 03-X-1999

## BIBLIOGRAFIA

- ABREU (1996) – ABREU, Carlos d', *Torre de Moncorvo: território e administração (1285-1994)*, comunicação apresentada no 2º. Congresso Internacional sobre o Rio Douro (25-IV a 1-V-96), no prelo, Vila Nova de Gaia, 1996.
- ABREU (1998) – ABREU, Carlos d', *Torre de Moncorvo – percursos e materialidades medievais e modernos*, dissertação de Mestrado em Arqueologia (1994-1998), Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998.
- ABREU ET ALLI (1998) – ABREU, Carlos d' e TORRES RODRÍGUEZ, Jose Ignacio de la, *O Douro, Vila Nova de Foz Côa e Torre de Moncorvo – duas margens de alguma conflituosidade na Idade Média*, Ciclo de Colóquios e Conferências – Abertura do Circuito Turístico-Arqueológico de Freixo de Numão (25 a 27.IV.1997), actas in: *Côavisão*, N.º. 0, Vila Nova de Foz Côa, 1998, pp. 69-77.
- A DB (1567) – Arquivo Distrital de Braga, *Carta da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo ao Arcebispo D. Fr. Bartolomeu dos Mártires relativa aos embargos postos ao Vigário da Comarca pelo Comendador da igreja daquela Vila que pretendia impedir as obras determinadas pelo Visitador*, Gaveta das Cartas, doc. 51, 1567.08.29.
- AFONSO (1982) – AFONSO, Belarmino, *O Vicariato de Moncorvo, parcela territorial de Braga, análise de um manuscrito*, sep. "O Distrito de Braga", vol. V, 2ª. Série (IX), 1982, 9 pp.
- ALMEIDA (1808) – ALMEIDA, Romão Eloy de, *Carta Militar das Principais Estradas de Portugal*, Lisboa, 1808, IBNL [1810 – 1:1000000].
- ALVES (1975/90) – ALVES, Francisco Manuel, *Memórias Arqueológico – Históricas do Distrito de Bragança*, 11 vol., Bragança, reedições "fac-similadas" do Museu do Abade de Baçal, 1975 a 1990.
- BARROS (1919) – BARROS, João de, *Geografia d'entre Douro e Minho e Tras-os-Montes*, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1919.
- CARPINETTI (1762) – CARPINETTI Lisbonense, João Silverio, *Mappas das Provincias de Portugal Novamente Abertos, e Estampados em Lisboa, Com huma Illustração, em que se dá huma breve noticia da Geografia, ensina-se o modo de usar dos mappas, explicão-se os seus caracteres, e se poem huma breve, mas curiosa, noticia do nosso Reino, Provincias, Cidades, e Villas mais principaes delle. offeridos ao illustrissimo, e Excellentissimo Senhor Conde de Oeyras, Do Conselho de Sua magestade, e seu Secretario de Estado dos Negocios do Reino etc. por ...*, (mapa correspondente à "Provincia de Traz os Montes") Lisboa, [1762].

- CAVALHEIRO (1942) – CAVALHEIRO, Rodrigues, *Turismo no Século XV. Como uma Embaixada Boémia visitou e viu Portugal*, in: Panorama – Revista de Arte e Turismo, n.º 8, Abril de 1942 [vd. tb. Diário de Notícias de 1928.10.28].
- CHAVES (1987) – CHAVES, Castelo Branco, *Os livros de viagens em Portugal no Século XVIII e a sua projecção europeia*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, col. Biblioteca Breve 2, 1987.
- COSTA (1868) – COSTA, P. António Carvalho da, *Corografia Portuguesa e descripçam topografica do Reyno de Portugal*, t. I, 2.ª. Ed., Braga, 1868 (1.ª. ed., 3 vols., Lisboa, 1706, 1707 e 1712 respectivamente).
- FERREIRA (1946) – FERREIRA, Godofredo, *A mala-posta em Portugal, algumas notas para a sua história*, Lisboa, 1946.
- FORTES (1810) – FORTES, Constantino (grav.), *Nova Carta Militar do Reyno de Portugal. Com estradas montanhas e rios. Levantada sobre os lugares. Pello celebre Elliot e extrahida da que se publicou em Londres*, 1810, IBNL.
- GONÇALVES (1967) – GONÇALVES, Iria, *Privilégios de Estalajadeiros Portugueses (Séculos XIV e XV)*, in: Revista da Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, III Série, n.º 11, 1967, pp. 143-157.
- HESPAHHA (1994) – HESPAHHA, António Manuel, *As Vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político. Portugal – século XVII*, Coimbra, Livraria Almedina, 1994.
- MAGALHÃES (1993) – MAGALHÃES, Joaquim Romero, *A estrutura das trocas*, in: História de Portugal, dir. José Mattoso, vol. III (No Alvorecer da Modernidade), Lisboa, Editorial Estampa, 1993, p. 315-353.
- MARQUES (1987) – MARQUES, A. H. de Oliveira, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, in: Nova História de Portugal, dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. IV, Editorial Presença, Lisboa, 1987.
- MATOS (1980) – MATOS, Artur Teodoro de, *Transportes e Comunicações em Portugal, Açores e Madeira (1750-1850)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1980.
- MENDES (1981) – MENDES, José Maria Amado, *Trás-os-Montes nos fins do Século XVIII segundo um manuscrito de 1796*, Coimbra, Centro de História da Sociedade e Cultura da Universidade de Coimbra/INIC, textos de história-2, 1981.
- MORENO... – MORENO, Humberto Baquero, *A acção dos almocreves no desenvolvimento das comunicações inter-regionais portuguesas nos fins da Idade Média*, Porto, Brasília Editora, s/d.
- MORENO (1982) – MORENO, Humberto Baquero, *Linhas de comunicação em Trás-os-Montes no Século XV*, sep. Boletim do Arquivo Distrital do Porto, Porto, 1982.
- MOURA (1997) – MOURA, Fernando, *1797/1997 – 200 Anos do Alvará de Criação do Serviço Público de Correio*, pagela comemorativa dos CTT Correios, Lisboa, 1997.10.09.
- OLIVEIRA ET ALLI (1996) – OLIVEIRA, Aurélio e COSTA, Natália Fauvrelle da, *Um manuscrito inédito sobre o Douro Superior em finais do Século XVIII*, in: Douro – Estudos & Documentos, vol. I (1), Instituto do Vinho do Porto/Universidade do Porto/UTAD, Porto, Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto (GEHVID), Primavera de 1996, pp. 197-259.
- PINTO (1998) – PINTO, Joaquim Caetano, *A Ponte dos Piores*, in: Jornal de Resende, n.º 174, Ano XII, 1998.02.28, p. 5.

- ROMARIZ (1943) – ROMARIZ, Claudino, *Modestas divagações sobre o Correio, o Sêlo e a sua evolução através dos tempos*, sep. rev. “Portugal D’Aquém e D’Além-Mar”, Porto, 1943.
- SÁ (1795) – SÁ, José António de, *Demarcação da Comarca de Moncorvo com hum Mappa Topografico que o demonstra*, ANTT, Ministério do Reino, maço 356, Cx. 476 e Coleção de Plantas Mapas e outros, Documentos Iconográficos, Comarca de Moncorvo, Doc. 56, 1795.
- SERRÃO (1974) – SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Viagens em Portugal de Manuel Severim de Faria 1604-1609-1625*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1974.
- SILVEIRA (1997) – SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da, *Território e Poder – Nas Origens do Estado Contemporâneo em Portugal*, Cascais, Patrimonia Historica – Série Estudos/Instrumentos de Trabalho, 1997.
- SOARES (1982) – SOARES, Franquelim Neiva, *Aspectos da vida sócio-religiosa da comarca de Moncorvo nos últimos séculos da administração bracarense. O desmembramento desta comarca da diocese de Braga e a renúncia do arcebispo*, in: Brigantia, vol. II, n.º. 1, Bragança, Jan-Mar 1982, pp. 89-108.
- SOUSA (1974) – SOUSA, Fernando de, *A Memória dos Abusos Praticados na Comarca de Moncorvo de José António de Sá (1790)*, sep. Revista da Faculdade de Letras, Série de História, vol. IV, Universidade do Porto, Porto, 1974, 109 pp.
- SOUSA 1977 – SOUSA, Fernando de, *A indústria em Trás-os-Montes (1780-1813)*, Cdernos Culturais II, Núcleo Cultural de Vila Real, Vila Real, 1977, 33 pp.
- SOUSA 1983 – SOUSA, Fernando de, *Os votos de Santiago na comarca de Moncorvo (Século XVIII)*, in: *Estudos de História de Portugal, vol. II (Séculos XVI-XX)*, homenagem a A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, editorial Estampa, col. Imprensa Universitária, n.º 24, 1983, pp. 205-226.



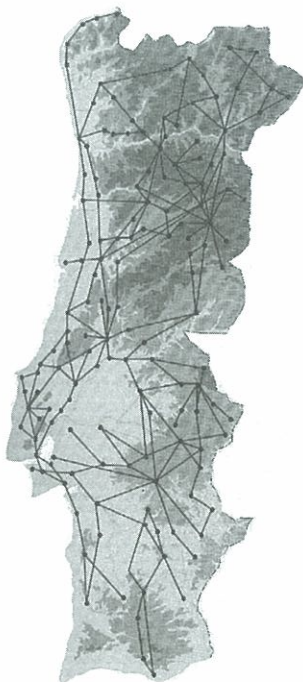
(SILVEIRA 1997)

ESTAMPA I: COMARCA DE TORRE DE MONCORVO NO ANTIGO REGIME (1826).



(MORENO 1982)

ESTAMPA II: VIAS MEDIEVAIS EM TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO.



(MAGALHÃES 1993)

ESTAMPA III: ALGUMAS DAS LIGAÇÕES VIÁRIAS EM MEADOS DO SÉC. XVIII.

Estampa IV: Ligações por estrada a partir de Torre de Moncorvo, respectivo Itinerário e distância (meados do Século XVIII - meados do Século XIX).

<b>PARA LISBOA</b>	<b>LÉGUAS</b>	Fernande	1	Frechas	2
Pocinho	1	Bidoído	-	Mirandela	1
Marvão	2	Sortes	1	Eixes	1
Rabaçal	3	Rebordões	-	Rio Torto	1
S. Martinho	2	Bragança	2	Valpaços	1
Celorico da Beira	3	TOTAL	14	Ervões	1
Tomar	28	<b>PARA FREIXO EC</b>	<b>LÉGUAS</b>	S. Lourenço	2
Santarém	8	Mós	2	Chaves	1
Lisboa	14	Freixo Esp. Cinta	3	TOTAL	14
TOTAL	61	TOTAL	5	<b>PARA VILA REAL</b>	<b>LÉGUAS</b>
<b>PARA BRAGANÇA</b>	<b>LÉGUAS</b>	<b>PARA MIRANDA</b>	<b>LÉGUAS</b>	Carrascal	2
Portela	1	Carviçais	2	Vila Flor	1
Junqueira	1	Mogadouro	4	Vilas Boas	1
Santa Comba	2	Viladala	2	Abreiro	1
Trindade	1	Sendim	3	Monte de Febres	2,5
Burga	-	Miranda do Douro	2	Murça	1,5
Bornes	1	TOTAL	13	Parasita	2
Vale Benfeito	1	<b>PARA CHAVES</b>	<b>LÉGUAS</b>	Justes	1
Grijó	1	Portela	1	Vila Real	2
Vale de Prados	1	Vila Flor	2	TOTAL	14
Quintela Lampaças	1	Meireles	1	---	---

(MATOS 1980)

Estampa V: Relação das Estradas Reais, Fontes e Pontes na Comarca de Torre de Moncorvo (exceptuando Torre de Moncorvo) objecto de obras em 1790.

CONCELHO	ESTRADAS REAIS	FONTES	PONTES
ÁGUA REVÉS	- da Serra do rio Torto - Santa Maria de Emeres	- na vila (2) - em Brunhais (2) - em fonte Mercê (2) - em Carreiro Martinho	- da ribeira das Relvas - de Fonte Mercê
ALFÂNDEGA DA FÉ	- de TM - de Bragança - de Miranda Douro - de Vila Flor - Porto	<i>"ficarão para consertar todas as do conselho"</i>	- da rib <sup>a</sup> . de Alvez - do Corno do Cervo - várias (10)
ANSIÃES	- para porto Foz Tua - da barra da Sobreira - da Fontelonga - da Alagoa	- em todo o termo (43)	- do ribeiro Largo - do ribeiro de S. Pedro em Foz Tua
CASTRO VICENTE	- de Alfândega da Fé - Remondes - para Chacim	-	-
CHACIM	- de Chacim - Olmos - do Peredo - Miranda - de Gebelim - TM	-	- do Bairrinho - do bairro da Ribeira
CORTIÇOS	- para Bragança - de Miranda Douro - de Mirandela e Porto - de TM	- na vila, por baixo do Chafariz	-

FRECHES	- para Mirandela - de TM	- na vila - em Vale de Sancha	-
FREIXO DE ESPADA À CINTA	- para Miranda Douro - de TM - de Sauzelhe - da Fialhosa - Castela - da Barca d'Alva	-	- do Ron - da Matança - da estrada de Sauzelhe
MIRANDELA	- de Carvalhais - Bragança - da pontinha da pedra - ponte de cantaria - para TM - para Torre D. Chama - de Vale de Telhas - ponte da Barca	- junto ao rio Feca - nos Aciprestes <i>"se bebia do rio por não haver huma so fonte"</i>	- ponte grande - da Pontinha para Chelas
MONFORTE DO RIO LIVRE	- da Bouça - Rebentão - Chaves - de Lebução - TM - de Lebução - Vinhais	- por todo o termo (18)	- do rio do Gorgoço - do Calvo
MÓS	- de Carviçais - Miranda - de Mós - FEC	- da Eira do Velho - na vila (2)	-
MURÇA	- para Mirandela - para TM - da barca da Sobreira - Pegarinhos - para o Porto - para Braga - para Chaves	- nas Carvas - na Adega Velha (2) - depois da ponte na estrada do Porto (3) - em Castorigo (4) - em Pegarinhos (3) - em Palheiros (3) - em Monfobres	- pontão da ribeira de Noura - no ribeiro do Carvalhal - das Tábuas
PINHO VELHO	- para Bragança - Miranda - para D. Chama - Chaves - para TM	-	- da ribeira de Macedo
SAMPAIO	- para Vila Flor - para Alfândega da Fé - para TM	-	-
SEZULFE	- de TM - de Torre D. Chama	- do Cachão	-
TORRE D. CHAMA	- para Chaves - de Bragança - de TM	- na vila (6) - em Guide (2) - Ribeirinha (2) - Vale de Maior - Vale de Gouvinhas (3) - Ferradosa - Frásidela (2) - Ervideira (2) - S. Pedro Velho (2) - Vilar Doiro (2) - Fornos - Argana - Lamalonga (2) - Vila Nova (3) - Melhes (3) - Regudeira - Vilares (2) - Murias	- da Pedra - do Arquinho - dos Vilares

		– Mosteiro – Gandaricas – Couços	
VALDASNES	– para Mirandela – Chaves – de Bragança – Miranda – de TM – Caravelas	—	– na ribeira que vai para Cedães
VILA FLOR	– para TM – para Mirandela – Chaves – para Alfândega da Fé – de St <sup>o</sup> . Comba – Bragança	– em Benlhevai – do Olmo, entrada vila	—
VILARINHO DA CAST.	– por Valtorno – TM – para Mirandela – Chaves – da barca do Douro	– no Pinhal (aldeia)	– na Osseira
VILAS BOAS	– para Mirandela – Chaves – da ponte de Abreiro – Porto	—	—
TOTAL	64	137	34

(SOUSA 1974, 93-98)



(ABREU 1998)

ESTAMPA VI: TROÇO DA ESTRADA DA FONTE DOS CHIBOS (SÍTIO DA FONTE DO VELHO), COM VESTÍGIOS DE DOIS ANTIGOS TRAÇADOS, EM COTA INFERIOR.



# OS PEDROSSEM - UMA FAMÍLIA DE ELITE NO PORTO SETECENTISTA

PEDRO TEIXEIRA PEREIRA \*

---

## INTRODUÇÃO

O presente estudo teve a sua génese numa investigação realizada no decurso da nossa licenciatura em História<sup>1</sup>. Numa primeira fase, o trabalho pautou-se pelo levantamento e tratamento sistemático de documentação notarial no Arquivo Distrital do Porto. Deste esforço resultou a construção de bases de dados que se revestem de uma importância fulcral. De facto, fruto de uma abrangente tipologia documental, foram diversas as temáticas que nos suscitaram grande interesse para a elaboração do nosso projecto pessoal. Não obstante, desde sempre a leitura e pesquisa de informação sobre o passado da cidade do Porto tem constituído, para nós, uma actividade fascinante que temos procurado realizar. Neste contexto, o século XVIII é um período que nos interessa de sobremaneira.

Por outro lado, e tendo em conta a multiplicação de figuras sociais que perpassam ao longo dos múltiplos registos, encara-se a possibilidade de construção de microbiografias – *une voie de connaissance pour l'Histoire de la société portugaise au XVIIIe siècle: les micro-biographies*<sup>2</sup>.

Deste modo, ao encontrarmos e analisarmos um documento notarial datado de 17 de Julho de 1780<sup>3</sup>, em que Vicente Pedrossem da Silva se constituía como primeiro outorgante, ficamos desde logo fascinados com a ideia de estudarmos os Pedrossem, sobrenome inscrito na toponímia da cidade, que nos intrigava havia já muito – sem mais considerar, abraçamos esse projecto.

---

\* Professor estagiário de História / E-mail: p-pereira@mail.pt.

1. O nosso agradecimento à Prof.ª Doutora Inês Amorim que orientou com incansável interesse, compreensão e paciência esta investigação. O nosso reconhecimento, igualmente, ao Prof. Doutor António Barros Cardoso pela publicação deste estudo.

2. SILVA, Andrée Mansuy Diniz - *Une voie de connaissance pour l'Histoire de la société portugaise au XVIIIe siècle: les micro-biographies*, in "Clío", vol. I, Lisboa, 1979, p. 21.

3. ADP - SN, PO 4º, 1ª s., Livro n.º 326, fl. 51.

Embora desconhecendo, quase sempre, a veracidade histórica da família Pedrossem, bem como as suas personagens e respectivas vivências, a verdade é que o tempo não apagou a sua lembrança, ainda que difusa e indefinida. Esta família, ou melhor o seu sobrenome, apresenta-se, de certa forma, perpetuado nos resquícios da memória dos Portuenses. Assim, através desta investigação procuraremos a reconstrução do percurso dos Pedrossem, contemplando particular atenção a Vicente Pedrossem da Silva. Propomo-nos, neste contexto, alargar o âmbito documental, através do cruzamento com diferentes fontes, com o objectivo de organizar e articular as informações recolhidas.

O que está em causa é, de alguma forma, contribuir para um estudo das elites locais, as elites portuenses, numa perspectiva que consigne os processos de posicionamento social na governação, nos quadros económicos, sociais e políticos que projectam o indivíduo a um conjunto de competências visíveis, na consolidação das hierarquias sociais.

A estruturação do texto terá o propósito, numa primeira parte, de tentar esclarecer a polémica em torno da família *do Sem*, motivada pelas imprecisões que a historiografia gerou sobre a distinção entre esta família, cuja existência se localiza no período medieval, e os Pedrossem. Seguidamente, na segunda parte, centrar-nos-emos nos Pedrossem. O objectivo é o de traçar um quadro sobre os seus mais destacados elementos: Pedro Pedrossem, Vicente Pedro Pedrossem, Maria Teresa Pedrossem da Silva, João Pedrossem da Silva e Pedro Pedrossem da Silva, e o seu posicionamento familiar. A terceira parte versará a figura nuclear do nosso estudo, Vicente Pedrossem da Silva, em duas vertentes: por um lado, a análise do homem e do seu meio, as suas vivências e actividades, por outro, o homem para lá da sua morte.

A verificação de determinadas hipóteses de trabalho só se poderá efectuar mediante microanálise, e, neste caso, com o recurso ao cruzamento de fontes que permitam um detalhe necessário ao apuramento pretendido. Desta forma, iniciamos a nossa investigação no Arquivo Distrital do Porto através da análise de documentação notarial<sup>4</sup> que a breve trecho, estendemos a outros arquivos e fontes. Depois de termos analisado vários *Livros de Notas* do 4.º cartório notarial do Porto sentimos a necessidade de expandir a pesquisa a outros cartórios com a esperança de encontrar e reunir mais informações<sup>5</sup>.

Com o intento de reconstituir a malha familiar com rigor e credibilidade, algo que faltava à bibliografia, decidimos investigar outra fonte: os registos paroquiais (registos de baptismos, casamentos e óbitos). Esta documentação foi a que evidenciou maior fiabilidade no que concerne a datas e permitiu-nos expandir, em muito, as informações sobre os Pedrossem<sup>6</sup>.

4. PO 4.º - livro 326.

5. Assim analisamos 4 livros da primeira série do 2.º cartório, 97 livros da primeira série do 4.º cartório, 1 livro da primeira série do 8.º cartório e 30 livros da quarta série do 9.º cartório.

6. Para o estudo dos Pedrossem analisamos grande parte de documentação respeitante à freguesia de S. Nicolau, desde o último quartel do século XVII aos inícios do século XIX; bem como, da freguesia de Cedofeita, desde a última década do século XVIII à primeira do século XIX. Acrescendo à grande massa documental dos registos paroquiais, o facto da sua consulta ser em microfilme dificultou e atrasou em muito a pesquisa, devido à dificuldade de leitura.

Ainda neste arquivo, impulsionados por informações colhidas nos registos paroquiais, empreendemos uma pesquisa na documentação do cartório da Mitra do Porto<sup>7</sup>. Seguindo uma indicação contida no precioso ficheiro "Dr. Magalhães Basto", fomos remetidos para documentação do cartório do Cabido da Sé do Porto<sup>8</sup>.

A exploração destas diversas fontes no Arquivo Distrital do Porto constituiu a primeira vertente do nosso plano de trabalho, que exigiu o alargamento da investigação a outros arquivos da cidade. Com efeito, os registos de óbito demonstraram que todos os Pedrossem que analisamos fizeram-se sepultar na igreja da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco do Porto. Tal facto motivou-nos a empreender uma pesquisa no arquivo privado da dita Ordem, para melhor perceber esta tão forte e constante ligação dos Pedrossem a esta instituição<sup>9</sup>.

Continuando o nosso périplo pelos arquivos portuenses, o Arquivo Histórico Municipal do Porto foi a nossa próxima "casa". Aqui procuramos, primeiramente, aquilatar sobre a inscrição da família Pedrossem nos *corpus* constituintes dos elencos camarários<sup>10</sup>. Neste arquivo conseguimos encontrar e aceder ao derradeiro documento de Vicente Pedrossem da Silva, o seu testamento, registado com o nome de Vicente "Pedroza" da Silva, o que trouxe dificuldades acrescidas à sua localização. O documento encontra-se no *Livro do Registo Geral de Testamentos*, n.º 33, e revela-nos apenas o património adstrito à disposição da sua "terça de alma", tendo o testador discriminado com precisão as suas últimas vontades.

Por último, impôs-se a consulta do Arquivo da Paróquia de S. Pedro de Miragaia, através da análise do *Livro das Eleições para mordomo da cidade e provedor às festas do Espírito Santo de 1764-1765*, assim como de documentação depositada no Instituto de Arquivos Nacionais / Torre do Tombo<sup>11</sup> e no Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas<sup>12</sup> com o fito de cruzar os elementos já apreciados, e ainda com a bibliografia disponível.

Consideramos proveitoso a inclusão de anexos e apêndice documental compostos pela árvore genealógica dos Pedrossem, as assinaturas de Vicente Pedrossem da Silva e de D. Maria do Ó de Caminha Hopman, sua esposa, e a transcrição do testamento deste Pedrossem, instrumentos passíveis de reutilização.

7. João Pedrossem da Silva, tio de Vicente, foi Deão da Sé do Porto e por isso tentámos, com sucesso, descobrir o período em que desempenhou essas funções, através da análise do Livro Principal das Obras da Sé: de Julho de 1766 a Dezembro de 1768.

8. Livro das Sentenças, n.º 37, que nos forneceu mais alguma informação sobre Pedro Pedrossem da Silva, pai de Vicente.

9. Aqui consultamos o *Livro de Profissões*, n.º 1, que regista as entradas na Ordem e o *Livro das Eleições*, n.º 3, que nos permitiram traçar os seus percursos enquanto professos, bem como desenhar os seus percursos ascendentes dentro do órgão dirigente que era a Mesa.

10. Para a prossecução deste objectivo analisamos, mormente, os *Livros de Vereação*, o que nos facultou informação sobre que cargos os vários Pedrossem desempenharam na Câmara, os seus limites cronológicos e quem compunha com eles as diferentes posições na edilidade portuense. Assim, compulsamos os *Livros de Vereação* números 68 ao 93, sendo o primeiro referente aos anos 1712-1713 e o último referente às vereações de 1795-1796, ano em que Vicente Pedrossem da Silva desempenhou a função de vereador municipal pela última vez. Contudo, a fonte é omissa no que diz respeito à posição pessoal de cada membro em relação às diversas matérias discutidas nas sessões de vereação.

11. Analisamos os processos de habilitação para a Ordem de Cristo de Vicente e de seu pai, dos quais recolhemos informações sobre os trâmites dos respectivos processos; sobre os habilitandos (ainda que escassa), bem como os elementos identificativos das testemunhas inquiridas.

12. Procuramos investigar a documentação referente às actividades comerciais e industriais de Vicente Pedrossem da Silva, contidas na *Junta de Comércio*.

## 1. DOS DO SEM AOS PEDROSSEM

Um dos primeiros objectivos deste nosso trabalho é contribuir para o esclarecimento de algumas imprecisões que circulam em torno de duas das mais importantes famílias da cidade do Porto, que existiram em épocas completamente distintas.

Vulgarmente e de forma indiferenciada enunciam-se Pedro do Sem, Pedro Docem, Pedro Sem, Pedro Pedrossem, ou, ainda, Pero do Sem, desconhecendo-se as devidas distâncias entre eles. Enumeram-se tais nomes sem se conhecer, muitas das vezes, que existem grandes e profundas diferenças entre os citados. Por se identificar os *do Sem* e os Pedrossem como uma única família, esta surge como remota no tempo, os seus membros como donos da Torre da Marca<sup>13</sup>, que ainda chegaram a ser grandes homens da governança e do comércio da cidade do Porto, durante o século XVIII. Ora, tal não é verdade, pois não existe ligação entre elas.

A principal causa para a desordenação e conseqüente confusão de famílias foi o facto de, em meados do século XVII, ter chegado ao Porto, um mercador de origem hamburguesa, de seu nome Peter Peterson<sup>14</sup>, que se casou com D. Luísa Piper<sup>15</sup>, também da mesma origem. O aporuguesamento de um sobrenome estrangeiro trazia vantagens: a pronúncia tornava-se comum promovendo assim a integração social da pessoa no novo meio. Isto faz-nos considerar que o nome Pedrossem seja uma corruptela em português de *Peter-son*. E, assim, chegamos ao ponto em que a grafia conduziu a homofonia e com o passar dos anos, "criaram-se" laços familiares, inexistentes, entre os *do Sem* e os Pedrossem.

Para melhor se compreender esta imprecisão, convém, primeiramente, distinguir entre os *do Sem*<sup>16</sup>, medievais na sua origem, e os Pedrossem, modernos e estrangeiros, na sua geração inicial.

Da família *do Sem* há notícia, aproximadamente, durante duzentos e quarenta anos, marcando os meados do século XVI o seu desaparecimento. Em relação aos Pedrossem, estes tiveram uma existência bastante menor em relação aos primeiros, tendo vivido desde meados do século XVII até aos inícios da centúria de Oitocentos, como tentaremos provar mais à frente.

13. Vide: ponto 1.2.

14. BASTO, Augusto de Magalhães - *Silva de História e Arte*, Porto, Notícias Portucalenses, 1945, p. 206.

15. Vide: nota n.º 40.

16. Neste nosso esforço de clarificação tivemo-nos que cingir, devido ao contexto em que está inserido este estudo, e pela conseqüente limitação temporal, aos contributos que nos oferece MORAIS, Cristóvão Alão de - *Pedatura Lusitana (nobiliário das famílias de Portugal)*, tomo III, vol. II, Porto, ed. Marânus, 1945. Impõe-se então a advertência que esta obra não nos permite ter segurança nos seus conteúdos, uma vez que omite as suas fontes. FREIRE, Braamcamp - *Brazões da Sala de Cintra*, vol. II, Lisboa, impresso por Francisco Luiz Gonsalvez, 1901, é a fonte que maior rigor nos oferece, ao indicar as fontes de onde colheu a informação.

### 1.1. Os do Sem<sup>17</sup>

Estes são inicialmente descendentes de Álvaro Fernandes de Almeida, adoptando posteriormente, o sobrenome *do Sem*<sup>18</sup>. Perscrutando-se a génese da família presume-se que esta seja originária do reino de Aragão, pois no tomo sexto dos Anais Aragoneses faz-se referência a um Miguel Docem, isto, no ano de 1310 – e assi se pode conjecturar que havendo naquele Reino este apelido, alguma pessoa delle passaria a este de Portugal em companhia da Rainha Santa Isabel, visto haver desdeste tempo memorias suas<sup>19</sup>.

Diz-nos Vasco Valente que a família *Docem*<sup>20</sup>, de origem escalabitana, era remota em Portugal e notabilizada através das Letras<sup>21</sup>. Tentando ordenar correctamente alguns membros, Pedro Docem ou Pero do Sem aparece na base da nossa estruturação, assim o defende Braamcamp Freire, considerando-o como *o mais remoto ascendente que os nobiliários dão à família, já servia D. Afonso IV*. O autor advoga também, que *deve ter sido este Chancellor-mór o fundador da velha torre de Pero do Sem no Pôrto*<sup>22</sup>.

Este Pedro do Sem foi pai de João do Sem e, por sua vez, avô de Gil do Sem. Este último foi doutor em Direito, na corte de D. Fernando, tornando-se chanceler-mor do reino, após a morte do Dr. João das Regras<sup>23</sup>. Gil do Sem teve os seguintes filhos: Pedro Gil Docem, filho e herdeiro da casa e morgado<sup>24</sup>; Martim do Sem, que foi chanceler-mor do Infante D. Duarte, tendo falecido em Fevereiro de 1431<sup>25</sup> e D. Inês do Sem<sup>26</sup>. Todavia, não é claro quem tenha, de facto, sucedido como herdeiro.

Um João do Sem aparece-nos referenciado como sendo neto de Gil do Sem<sup>27</sup>. Desconhecemos, porém, quem foi seu pai. João do Sem foi, à semelhança dos seus antepassados, chanceler-mor do reino, neste caso durante o reinado de D. Duarte<sup>28</sup>. Segue-se António do Sem que ainda era vivo em 1502 e teve três filhos: António do Sem, Pedro do Sem e D. Maria de Meireles – Pedro do Sem, o herdeiro faleceu no ano de 1542, em cativo<sup>29</sup>.

17. Braamcamp Freire, na sua obra já referida, considera que, a forma mais correcta de se escrever o sobrenome da família é *do Sem*. Todavia, como o autor escreve, na documentação da chancelaria de D. Afonso IV diversas grafias são utilizadas, como, *Petrus de Senssum*, ou, *Petrus desensuu* e *Pet' de Sensu* (livro IV, fls. 49v, 54, 82). Como não existe consenso sobre como escrever o apelido, adoptamos a forma *do Sem*, seguindo a interpretação de Freire, bem como, a designação mais usual.

18. FREIRE, Braamcamp - *Brazões ... o. c.*, p. 113.

19. MORAIS, Cristóvão Alão de - *Pedatura ... o. c.*, p. 102.

20. Aparece-nos também esta forma diferente de grafia, para a mesma família.

21. VALENTE, Vasco - *Em redor de um problema heráldico*, in "Boletim Cultural da C.M.P.", vol. VIII, Porto, ed. Marânus, 1945, p. 208.

22. FREIRE, Braamcamp - *Brazões ... o. c.*, pp. 118-119.

23. MORAIS, Cristóvão Alão de - *Pedatura ... o. c.*, p. 103.

24. VALENTE, Vasco - *Em redor... o. c.*, p. 208.

25. FREIRE, Braamcamp - *Brazões ... o. c.*, p. 116.

26. MORAIS, Cristóvão Alão de - *Pedatura ... o. c.*, p. 104.

27. FREIRE, Braamcamp - *Brazões ... o. c.*, p. 115.

28. VITERBO, Joaquim de Santa Rosa - *Elucidário de palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usavam*, Livraria Civilização (edição de Mário Fiúza), vol. II, Porto-Lisboa, 1966, p. 311.

29. FREIRE, Braamcamp - *Brazões ... o. c.*, p. 151 e seqs.

Tal acontecimento fez com que sua irmã, D. Maria de Meireles, sucedesse no morgadio e este passasse para seu filho D. Diogo Coutinho.

Em súpula, assim se extingue esta família por falta de um herdeiro varão, que desse continuidade ao sobrenome do Sem. Concluímos então, que desde o reinado de D. Afonso IV até aos meados do século XVI, alguns membros desta família desempenharam importantes papéis no domínio das Letras e no funcionalismo burocrático da Coroa Portuguesa.

## 1.2. Os *do Sem* e a Torre da Marca<sup>30</sup>

Torna-se pertinente um esclarecimento em torno da associação que a historiografia local portuense tem estabelecido entre os *do Sem* e a Torre da Marca.

O Douro foi durante séculos a "porta" da cidade do Porto. Todavia, o rio nunca foi de fácil navegação. Diz-nos Cosme de Medicis aquando da sua viagem à Península Ibérica – *La barra é lontana meno d'une mezza lega, pessima e difficilissima a pigliarsi per la stretezza e obliquità del Canale*<sup>31</sup>. Ora, devido às dificuldades causadas pelas inconstantes e traiçoeiras correntes da embocadura do rio Douro, pontos de apoio e de sinalização tinham substancial importância e serventia. A título de exemplo, defronte do Palácio das Sereias existia o mastro onde se içava a bandeira a informar se na cidade grassava, ou não, peste, controlando a entrada dos navios no porto.

Outro ponto de referência que os mareantes usavam, durante parte do século XVI, para chegar à barra em segurança era o chamado Pinheiro da Marca. Era uma árvore sobranceira que se encontrava onde hoje existem os jardins do Palácio de Cristal, facilmente visível a quem do mar arribava. No ano de 1533, chegava à Câmara da cidade a notícia de que o pinheiro havia sofrido graves danos, aos quais era necessário acudir. A verdade é que em 1537 o pinheiro já não existia. Pediu-se auxílio ao monarca, D. João III, para suprir esta falta e no seguimento desta consulta da cidade à Coroa foi decidido a construção de uma marca sinalizadora. Assim, em 1542, foi erigida *alta muralha de granito com um arco inscrito, encimada por três ameias*<sup>32</sup> – a Torre da Marca, que se situava um pouco a poente do lugar onde actualmente cita a capela de Carlos Alberto<sup>33</sup>, nos jardins do Palácio de Cristal.

30. Para a elaboração deste ponto, toda a informação foi colhida do esclarecedor artigo de BARROS, Amândio - *Barcos e Gentes do Mar do Porto (séculos XIV-XVI)*, in "Revista da Faculdade de Letras. História", II s., vol. XIV, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 1997, pp. 167-230.

31. *Viagem de Cosme de Medicis*, Madrid, p. 324, cit. por COUTINHO, Bernardo Xavier - *Assistência e arte na cidade do Porto dos séculos XII a XV*, in "História da Cidade do Porto", dir. por Damião Peres, vol. I, Porto, Portucalense Editora, 1962, p. 541.

32. CRUZ, António - *Evolução Topográfica da cidade durante o século XVI*, in "História da Cidade do Porto", dir. por Damião Peres, vol. II, Portucalense Editora, 1964, p. 150.

33. QUARESMA, Maria Clementina de Carvalho - *Inventário Artístico de Portugal. Cidade do Porto*, vol. XIII, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1995, p. 77.

Chegamos agora à questão da sua posse.

Pelo contexto e percurso da feitura da Torre verificamos que se trata de uma obra executada pelo município, ou seja, uma obra camarária, com o apoio/indicação régia. Isto põe de parte a possibilidade de alguém ter possuído a dita Torre, em nome pessoal. Assim, a ideia de que a Torre da Marca pertenceu à família *do Sem* afigurasse-nos como fortemente improvável.

A conhecida Torre de Pedro do Sem encontra-se onde se situa a residência episcopal, antiga morada da família do Sem que, nos meados do século XVI, passou para os antepassados da família dos Terenas<sup>34</sup>.

## 2. OS PEDROSSEM E AS SUAS DINÂMICAS

Os Pedrossem não são portugueses na sua origem, mas sim da nação hamburguesa, tendo-se instalado no Porto por meados do século XVII<sup>35</sup>.

Os Pedrossem são, acima de tudo, homens de negócio – podemos, seguramente, afirmar que o comércio e o investimento são as forças motrizes desta família. Contudo, não é este o único domínio de afirmação, cujos contornos procuraremos definir. Analisemos então, para dar suporte e base à nossa afirmação, os seus membros mais significativos.

### 2.1. Pedro Pedrossem (primeira geração)

Para melhor se compreender as relações familiares, convém analisar a sua linhagem – Peter Peterson (Pedro Pedrossem) é o elemento mais remoto, do qual se tem notícia<sup>36</sup>. No processo de habilitação para Ordem de Cristo de seu neto, Pedro Pedrossem da Silva, este teve dificuldades em provar a sua qualidade e limpeza de sangue, uma vez que seu avô era natural da cidade de Hamburgo, havendo por isso, como refere o processo de habilitação, o risco do seu antepassado ter sido herege<sup>37</sup>. Até à sua chegada ao Porto não há notícia da sua vida e das suas actividades. Todavia, uma vez instalado na cidade, pelas suas relações comerciais com o estrangeiro podemos considerar que fora um homem ligado ao trato mercantil.

Aliás, os Flamengos que estavam ligados a Portugal exploravam o mercado, dedicando-se principalmente ao comércio. Podemos considerar que se dividiam em três categorias:

34. BASTO, Augusto de Magalhães - *Silva de... o. c.*, p. 207.

35. *Id.*, *Ibid.*, p. 206.

36. *Id.*, *Ibid.*

37. IAN/TT - PHOC, *Pedro Pedrossem da Silva*, maço 11, n.º 166.

os que se podiam considerar como "grandes mercadores" e que negociavam no Reino em nome pessoal; por oposição, os "pequenos mercadores" com negócios de menor envergadura, que podiam trabalhar por conta própria ou ainda associados, e finalmente havia ainda aqueles que traziam e levavam mercadorias, sem grandes ligações às terras onde aportavam<sup>38</sup>.

O Porto sempre foi uma cidade de pendor comercial e por isso mercadores de nações estrangeiras afluíam à cidade. A colónia flamenga na cidade tinha um peso considerável, até que começou a sofrer uma pressão por parte dos ingleses. Estes, de uma forma faseada, desde os meados do século XVII foram adquirindo uma posição sobranceira entre as diversas nações dentro da cidade<sup>39</sup>.

Assim, neste contexto em que vários estrangeiros assumiam preponderância ao nível mercantil e financeiro na cidade do Porto, onde se situariam os Pedrossem? Em qual destas categorias se integrariam? Procuraremos responder a estas interrogações, através deste estudo.

Pedro Pedrossem casou com D. Luísa Piper, de origem flamenga<sup>40</sup>, e tiveram catorze filhos<sup>41</sup>: Maria da Piedade, a 11 de Janeiro de 1671, baptizada a 18<sup>42</sup>; Isabel, a 31 de Dezembro de 1671, baptizada a 4 de Janeiro de 1672<sup>43</sup>; Arnão Piper, a 18 de Outubro de 1673 e foi baptizado a 19<sup>44</sup>; Francisca Piper, a 3 de Outubro de 1674<sup>45</sup>; Pedro Pedrossem, a 15 de Janeiro de 1676 e foi baptizado a 26<sup>46</sup>; Vicente Pedro, a 31 de Janeiro de 1677<sup>47</sup>; Nicolau, a 13 de Julho de 1678 e foi baptizado a 16<sup>48</sup>; Inês, a 20 de Janeiro de 1680<sup>49</sup>; Teresa Luísa, em 1683<sup>50</sup>; Luís Piper, em 1685<sup>51</sup>; Catarina Piper, a 21 de Novembro de 1689<sup>52</sup>; Luísa, a 18 de Julho de 1693 e foi baptizada a 25<sup>53</sup> e Úrsula Maria<sup>54</sup>.

O filho varão, o primogénito do casal foi homónimo de seu pai, chamando-se igualmente Pedro Pedrossem. Tal facto, coloca-nos perante uma incerteza. Um Pedro Pedrossem

38. JOUKES, Veronika - *Os Flamengos no Noroeste de Portugal (1620-1670). Subsídios para a reconstrução da vida dos Flamengos no noroeste de Portugal de 1620 até 1670*, dissertação de mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras do Porto, Porto, 1999, p. 176.

39. *Id.*, *Ibid.*, p. 158.

40. A documentação da paróquia de S. Nicolau respeitantes ao período de 1655 a 1675 está desaparecida. Tal facto torna impossível aceder ao registo de casamento, uma vez que pensamos ter-se realizado no início da década de 70 do século XVII. Não obstante, o matrimónio de Pedro e Luísa é provado pelos registos de baptismo dos seus inúmeros filhos. A título de exemplo, citamos: ADP - RP, S. Nicolau, Livro de Baptismos n.º 1, fl. 396v., (MF 366) - respeitante ao assento de baptismo da primeira filha do casal, Maria da Piedade, a 11 de Janeiro de 1671.

41. *Vide*: árvore genealógica dos Pedrossem apresentada em anexo.

42. ADP - RP, S. Nicolau, Livro de Baptismos n.º 1, fl. 396v., (MF 366). Foram seus padrinhos Francisco Braga e Pedro Burmester (estrangeiro).

43. ADP - RP, S. Nicolau, Livro de Baptismos n.º 1, fl. 400., (MF 366).

44. ADP - RP, S. Nicolau, Livro de Baptismos n.º 1, fl. 405, (MF 366).

45. ADP - RP, S. Nicolau, Livro de Baptismos n.º 1, fl. 408v., (MF 366).

46. ADP - RP, S. Nicolau, Livro Misto n.º 4, fl. 9, (MF 376).

47. ADP - RP, S. Nicolau, Livro Misto n.º 4, fl. 22, (MF 376).

48. ADP - RP, S. Nicolau, Livro Misto n.º 4, fl. 37v., (MF 376).

49. JOUKES, Veronika - *Os Flamengos ... o. c.*, anexo LXXV.

50. *Id.*, *Ibid.*

51. *Id.*, *Ibid.*

52. *Id.*, *Ibid.*

53. ADP - RP, S. Nicolau, Livro de Baptismos n.º 2, fl. 22v., (MF 370). Foram seus padrinhos João e Jacoba Vanzeller.

54. JOUKES, Veronika - *Ibid.*

aparece registado como tendo desempenhado diversas funções na administração do município, entre 1712 a 1713 foi vereador, nos anos de 1742 e 1750 fora almotacé e finalmente, de 1745 a 1749, assumiu o cargo de procurador da cidade.

Ana Peixoto na sua dissertação de mestrado intitulada *História Social da Administração do Porto (1700-1750)* faz referência a esta imprecisão de personagens, mas assume que tenha sido a mesma pessoa a exercer estes cargos<sup>55</sup>. Ora, tal situação não é possível.

Vejam os: na sessão de vereação camarária de 6 de Fevereiro de 1712, Pedro Pedrossem (sénior) é empossado vereador da cidade<sup>56</sup>. Exerceu a função até 18 de Março de 1713, data da sua última assinatura nos livros da Câmara, precisamente no termo de juramento dos *vereadores mais novos*<sup>57</sup>. Este Pedro Pedrossem, o fundador desta família, faleceu a 2 de Maio de 1721<sup>58</sup>. Embora a documentação não faça, *de per si*, a distinção entre Pedro Pedrossem pai e filho, a comparação das respectivas assinaturas (que se revelam distintas entre si) e a própria lei da vida através da morte do pai, mostram que foram dois Pedro Pedrossem a exercer cargos na administração municipal do Porto na primeira metade do século XVIII. Assim, anos mais tarde, em 1742 e 1750, Pedro Pedrossem (filho) foi almotacé da cidade<sup>59</sup> e de 1745<sup>60</sup> a 1750<sup>61</sup> ocupou a posição de procurador da cidade. Tentamos deste modo clarificar as dúvidas e imprecisões veiculadas sobre este(s) Pedrossem.

Pedro Pedrossem (sénior) morreu, como vimos, aos 2 de Maio de 1721 e foi sepultado na igreja de S. Francisco<sup>62</sup>. Foram seus herdeiros apenas dois dos seus filhos, Vicente Pedro e Luís Piper<sup>63</sup>. Veremos como de uma geração para a geração seguinte, o património e as funções sociais se foram acumulando, até chegar ao poder de Vicente Pedrossem da Silva.

## 2.2. Vicente Pedro Pedrossem (segunda geração)

Com o intuito de criar uma estruturação clara iremos, essencialmente, cingir à linha directa que leva ao homem, Vicente Pedrossem da Silva, figura central deste estudo.

Remontemos a Vicente Pedro Pedrossem, seu avô.

55. PEIXOTO, Ana Sílvia A. de O. N. de Lemos - *História Social da Administração do Porto (1700-1750)*, dissertação de mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1991, pp. 69-70.

56. AHMP - Livro de Vereações n.º 68, fls. 120v.-121. Tomaram igualmente posse como vereadores Diogo Leite Pereira, António Velho do Amaral e António de Freitas de Faria.

57. AHMP - Livro de Vereações n.º 68, fl. 284v.

58. ADP - RP, S. Nicolau, Livro de Óbitos n.º 2, fl. 102v., (MF 374).

59. PEIXOTO, Ana Sílvia A. de O. N. de Lemos - *História Social... o. c.*, p. 70.

60. AHMP - Livro de Vereações n.º 79, fl. 202v. Sessão de vereação de 30 de Abril de 1745; Livro das Sentenças n.º 10, fl. 335.

61. AHMP - Livro de Vereações n.º 81, fl. 2v.

62. ADP - RP, S. Nicolau, Livro de Óbitos n.º 2, fl. 102v., (MF 374).

63. ADP - RP, S. Nicolau, Livro de Óbitos n.º 2, fl. 102v., (MF 374).

Vicente Pedro<sup>64</sup> nasceu a 31 de Janeiro de 1677<sup>65</sup> e foi casado com D. Brízida (ou Brígida) Maria da Silva<sup>66</sup>, uma lisboeta. Deste casamento resultaram três filhos: João Pedrossem da Silva, Pedro Pedrossem da Silva e Maria Teresa Pedrossem da Silva, de quem tratamos à frente.

Nascido no seio de uma família empreendedora, Vicente adquiriu e desenvolveu de sobremaneira as suas capacidades para o mundo dos negócios e investimentos.

Em 1705, aos 28 anos de idade, Vicente Pedro Pedrossem cria uma sociedade mercantil, Vicente Pedro & C.<sup>a</sup> que se prolongou até 1747 sob a sua tutela, sociedade essa que negociava através da importação e exportação de bens, tendo 119 navios a si consignados, o que lhe confere um lugar de primazia dentro do círculo de mercadores portugueses a exercer a actividade na cidade do Porto<sup>67</sup>.

**Quadro 1:** Principais mercadores portugueses da praça portuense na primeira metade do século XVIII

Nome	Anos	N.º de navios	Média Anual
Vicente Pedro	1705-1747	119	2,8
Luís de Amorim	1728-1735	17	2,1
Domingos da Costa Guimarães	1709-1715	12	1,7
António Moreira da Cruz	1720-1740	11	0,5
Manuel Lopes Barbosa	1727-1731	8	1,6
Francisco da Silva Guimarães	1734-1744	7	0,6
Fernando Soares da Costa	1715-1721	3	0,4
Valério Lopes	1741-1742	3	1,5
João Bezerra Lima	1731	1	1
João Pinto Homem	1721	1	1
André Carneiro de Sousa	1721	1	1

Fonte: CARDOSO, António Barros - *Baco e Hermes... o. c.*, pp. 190-192. (adaptado)

Uma observação mais fina dos elementos documentais, através do apuramento das médias anuais, confirmam a posição de destaque que Vicente Pedro detinha em relação aos demais portugueses que mercadejavam no Porto da época.

Importa agora abordar as relações de forças entre os mercadores portugueses e os estrangeiros a actuar na nossa praça. Todavia, salogue-se a devida distância entre os mercadores nacionais e os estrangeiros a comerciar no Porto. Vejamos: neste período, primeira metade do século XVIII, 50,3 % dos mercadores estrangeiros tiveram mais de 10 navios consignados e 23,4% mais do que 50 embarcações para o trato das suas mercadorias<sup>68</sup>. Por

64. Em toda a documentação notarial e paroquial que analisamos, este Pedrossem assinou, invariavelmente, apenas Vicente Pedro, omitindo-se o seu sobrenome. A título de exemplo, *vide*: ADP - RP, S. Nicolau, Livro de Baptismos n.º 2, fl. 203v., (MF 370) - baptismo de seu filho Pedro Pedrossem da Silva, onde assina Vicente Pedro.

65. ADP - RP, S. Nicolau, Livro Misto n.º 4, fl. 22, (MF 376).

66. ADP - RP, S. Nicolau, Livro de Casamentos n.º 2, fl. 49, (MF 372). Brízida Maria é filha de Francisco Corrêa da Silva e de D. Catarina Piper, sendo por isso parente em segundo grau de Vicente Pedro.

67. CARDOSO, António Barros - *Baco e Hermes: o Porto e o comércio interno e externo dos vinhos do Douro (1700-1756)*, dissertação de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras do Porto, Porto, 2001, p. 166.

68. *Id.*, *Ibid.*, p. 165.

**Quadro 2:** Mercadores e as suas nacionalidades na primeira metade do século XVIII

Nacionalidades	Referência
Inglese	125
Portugueses	116
Hamburgueses	11
Holandeses	9
Franceses	4

Fonte: CARDOSO, António Barros - *Baco e Hermes... o. c.*, p. 165.

contraste, somente 4,3% dos mercadores nacionais obtiveram 10 ou número superior de navios consignados, sendo a honrosa excepção a firma de Vicente Pedro & C.<sup>69</sup>.

Como já foi referido, esta sociedade foi constituída nos inícios do século XVIII. Mesmo após a morte do seu fundador em 1748, a firma prosseguiu a laborar e mais tarde ficou sob a direcção de Vicente Pedrossem da Silva, até 1781<sup>70</sup>, seu neto.

Embora o negócio dos vinhos não fosse o sustentáculo da firma de Vicente Pedro, nos anos de 1704, 1705, 1709, 1711, 1712, 1713, 1719 e 1723, esta adquiriu um total de 730 pipas, exportando 700 delas, a maioria das quais para o porto de Hamburgo com o qual mantinha vivas relações comerciais – assim como com Estocolmo, Amsterdão, Londres e Plymouth, estes últimos em menor escala<sup>71</sup>. Também chegam ao Porto navios consignados a Vicente Pedro vindos da França (5), Baía (4), Pernambuco (3), Danzig (2), Prússia (1) e de Könisberg (1)<sup>72</sup>.

A nível interno, da capital "importava" ferro, sal, arroz, papel, sola, cereais, cevada, adue-las e manteiga que comercializava no Porto<sup>73</sup>.

Em súmula, as mercadorias que a firma de Vicente Pedro & C.<sup>a</sup> mercadejava eram as seguintes:

**Quadro 3:** Mercadorias transaccionadas por Vicente Pedro & C.<sup>a</sup> na primeira metade do século XVIII

Mercadorias	Número de navios
Ferro	68
Aduela	37
Aço	28
Linho	24
Tabuado	22
Trigo	14
Fardos de fazendas secas	9
Açúcar	7
Sola	7
Sal	2
Cominhos	1
Tintas	1

Fonte: CARDOSO, António Barros - *Baco e Hermes... o. c.*, p. 197.

69. *Id.*, *Ibid.*

70. *Id.*, *Ibid.*, p. 194.

71. *Id.*, *Ibid.*, p. 195.

72. *Id.*, *Ibid.*, p. [195-196].

73. *Id.*, *Ibid.*, p. 196.

Para lá dos negócios de importação e exportação que Vicente Pedro desenvolvia, também a indústria lhe foi cara. Em 1708, em sociedade com José Maria Otone, mestre papelheiro de origem italiana, Vicente Pedro Pedrossem fundou com alvará régio, a Real Fábrica de Nossa Senhora da Lapa, de papel fino para escrever, na freguesia de S. Paio de Oleiros, concelho da Vila da Feira<sup>74</sup>.

Pelo exposto, Vicente Pedro Pedrossem, através das suas intensas actividades na vida económica, mercantil e industrial, foi o homem que conferiu ao seu sobrenome todo o peso, significado e importância que fez desta família uma das mais respeitáveis e proeminentes da sociedade setecentista portuense.

Neste contexto, também a vivência local não era estranha a Vicente Pedro que esteve profundamente ligado às festas do Espírito Santo, tendo sido eleito mordomo da cidade a 4 de Junho de 1702<sup>75</sup>, e sucessivamente reeleito até 8 de Junho de 1710<sup>76</sup>.

A esposa de Vicente, Brízida Maria da Silva faleceu em Agosto de 1747, com 67 anos, tendo sido sepultada no carneiro da capela-mor da igreja dos Terceiros de S. Francisco, deixando como seus herdeiros o marido e seu filho Pedro Pedrossem da Silva<sup>77</sup>.

Vicente Pedro Pedrossem faleceu a 28 de Outubro de 1748 e *demonstrava ter de idade setenta e oito anos*, ficando sepultado no carneiro da capela-mor da igreja dos Terceiros de S. Francisco<sup>78</sup>. O único herdeiro e testamenteiro é o seu primogénito Pedro Pedrossem da Silva<sup>79</sup>.

### 2.3. Maria Teresa Pedrossem da Silva (terceira geração)

Maria Teresa, única filha de Vicente Pedro, nasceu a 17 de Outubro de 1709<sup>80</sup>. A 18 de Dezembro de 1728, Maria Teresa casou com Arnaldo Van Zeller<sup>81</sup>, pertencente aos Van Zeller, outra importante família da sociedade portuense setecentista, esta com a particularidade de ainda hoje perdurar. Ligados, desde sempre, ao Douro vinhateiro, a família Van Zeller foi proprietária da Quinta do Noval, na zona de Pinhão, durante mais de duzentos anos<sup>82</sup>. Actualmente, a família, na pessoa de Cristiano Vanzeller, bem como João Vanzeller, é proprietária da Quinta do Roriz<sup>83</sup>.

74. SANTOS, Maria José Ferreira dos - *A Indústria do Papel em Paços de Brandão e Terras de Santa Maria (séculos XVIII-XIX)*, S. Maria da Feira, C.M.S.M.F., 1997, pp. 41-43.

75. APSPM - Livro das eleições dos Mordomos e provedor ao Espírito Santo de 1764-1765, fl. 3v.

76. APSPM - Livro das eleições dos Mordomos e provedor ao Espírito Santo de 1764-1765, fls. 4-7.

77. ADP - RP, S. Nicolau, Livro de Óbitos n.º 3, fl. 38v., (MF 374). Embora no assento do óbito esteja escrito o dia do falecimento, as palavras encontram-se parcialmente ilegíveis: *vinte e ...* [palavra ilegível].

78. ADP - RP, S. Nicolau, Livro de Óbitos n.º 3, fl. 53v., (MF 374). Deparamo-nos com uma imprecisão da fonte, pois contava com 71 anos aquando da sua morte.

79. ADP - RP, S. Nicolau, Livro de Óbitos n.º 3, fl. 53v., (MF 374).

80. ADP - RP, S. Nicolau, Livro de Baptismos n.º 2, fl. 242, (MF 370). Foi baptizada pelo Reverendo Padre D. Francisco de Assumpção, cônego regular da congregação de St. Cruz de Coimbra.

81. ADP - RP, S. Nicolau, Livro de Casamentos n.º 3, fl. 53v., (MF 372).

82. MASSON, Christine, *Douro, terra de Porto*, Paris, Éditions LPM, 2001, p. 25.

83. *Id.*, *Ibid.*, p. 85. Também demonstrativo dos vários alcances desta família, é o facto de Francisco Vanzeller ser o actual presidente da Confederação Industrial Portuguesa.

#### 2.4. João Pedrossem da Silva (terceira geração)

João Pedrossem da Silva nasceu a 24 de Junho de 1713, tendo sido baptizado a 19 do mês seguinte<sup>84</sup>. Este seguiu uma carreira eclesiástica. Esteve ligado à Venerável Ordem Terceira de S. Francisco do Porto, tendo ingressado nesta instituição a 9 de Maio de 1751<sup>85</sup>, onde foi mesário, primeiro como Definidor Eclesiástico no ano de 1752, ainda como padre<sup>86</sup> e posteriormente, já Vice-Ministro em 1754, como cônego<sup>87</sup>, tendo, finalmente, chegado a Ministro a 8 de Junho de 1755<sup>88</sup>.

João Pedrossem desempenhou também um papel activo numa das instituições da maior importância para a cidade, que foi e ainda é, a Santa Casa da Misericórdia do Porto. Aquando da eleição para Provedor, no ano de 1748, de D. Lourenço de Amorim da Gama Lobo, o Reverendo João Pedro Pedrossem da Silva (assim é referido nesta documentação) foi o escrivão. Na eleição de 1752 foi novamente o escrivão, mas, agora já como Reverendo Cônego; o mesmo se passa para o ano de 1755; finalmente, em Julho de 1763 é eleito, como Provedor, o “Reverendo Deão João Pedro Pedrossem da Silva”<sup>89</sup>.

Este Pedrossem teve ainda posição de relevo na hierarquia eclesiástica secular portuense durante a década de 70, tendo sido Deão da Sé desta cidade<sup>90</sup>.

João Pedrossem da Silva faleceu a 3 de Abril de 1782, aos 69 anos de idade e foi sepultado na Sé do Porto<sup>91</sup>.

Destes três filhos de Vicente Pedro, apenas Pedro Pedrossem da Silva prolongou o sobrenome, uma vez que João Pedrossem era clérigo e Maria Teresa casou, adoptando o nome do marido.

#### 2.5. Pedro Pedrossem da Silva (terceira geração)

Pedro Pedrossem da Silva nasceu a 31 de Março de 1707 e recebeu o sacramento de baptismo a 7 de Abril<sup>92</sup>.

84. ADP - RP, S. Nicolau, Livro de Baptismos n.º 3, fl. 9, (MF 367).

85. AOTSFP - Livro das Profissões n.º 1, fl. 33.

86. AOTSFP - Livro das Eleições das Mesas n.º 3, fls. 1-3v.

87. AOTSFP - Livro das Eleições das Mesas n.º 3, fls. 11-13v.

88. AOTSFP - Livro das Profissões n.º 1, fl. 61. Desempenhou o cargo até 9 de Maio de 1756.

89. FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e - *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, vol. III, Porto, S.C.M.P., 1995, p. 226 e segs. Note-se que as eleições eram sempre realizadas ao segundo dia do mês de Julho.

90. ADP - Cartório da Mitra do Porto, *Livro Principal das Obras da Sé: de Julho de 1766 a Dezembro de 1768*, fl. 1: o termo de abertura foi assinado a 8 de Julho de 1766 pelo Deão João Pedrossem da Silva; a 15 do mesmo, declara ter rubricado a última página do livro (fl. 222v). Contudo, a 7 de Janeiro de 1769, é já Peixoto Alão a assinar, tendo-lhe este sucedido no Deado (fl. 200v.).

91. ADP - RP, S. Nicolau, Livro de Óbitos n.º 4, fl. 142v., (MF 374).

92. ADP - RP, S. Nicolau, Livro de Baptismos n.º 2, fl. 203v., (MF 370). Foram seus padrinhos Pedro Pedrossem e D. Clara Piper.

Foi casado por duas vezes. Um primeiro casamento com D. Antónia Barbosa Joaquina de França Palhares, natural da freguesia da Sé<sup>93</sup>. Deste casamento enviuvou<sup>94</sup> sem que haja notícia de terem tido filhos. Em segundas núpcias casou-se com D. Ana Maria Micaela Fraga da Silva<sup>95</sup>. Deste casamento nasceu Vicente Pedrossem da Silva em 1747<sup>96</sup>.

Os elementos reunidos parecem apontar para uma progressão económica e social de maior relevo e impacto, que o terão posicionado nos quadros da elite da sociedade portuense. Vejamos: esteve ligado à Casa Real como Moço Fidalgo<sup>97</sup>. Como era norma no século XVIII, dada a sua capacidade económica e social, Pedro Pedrossem da Silva era detentor de um hábito religioso, tendo sido cavaleiro professo na Ordem de Cristo, desde a década de 30<sup>98</sup>. Além disso, habilitou-se, tendo-o conseguido, a Familiar do Santo Officio<sup>99</sup>.

Pedro Pedrossem da Silva, à semelhança do seu avô e tio, também desempenhou funções na câmara municipal, assumindo o cargo de procurador da cidade no ano de 1758<sup>100</sup>.

Exerceu o cargo de juiz da Confraria do Santíssimo Sacramento da Igreja de S. Nicolau em 1760<sup>101</sup>, eventualmente, por mais de seis anos consecutivos<sup>102</sup>. Por outro lado, tornou-se credor de grande confiança por parte das autoridades eclesiásticas do Porto, aquando da sua nomeação como procurador do Cabido em 1766, para cobrar todas as rendas que a dita instituição tinha direito, como a *terça parte de toda a renda da Mitra Episcopal do Porto, outros benefícios, legados, foros, laudémios, ltuosas, chancelaria e de outras quaisquer rendas*<sup>103</sup>. Dentro das prerrogativas de procurador encontrava-se o direito de fazer requerimentos em nome do Cabido, fazer arrematações e arrendamentos pelos anos que melhor lhe parecesse – *para o que tudo lhe damos todos os poderes em Direito necessários*<sup>104</sup>.

Do ponto de vista económico, este Pedrossem alargou as suas competências àquilo que se pode considerar uma elite. Em 1756, ano em que a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro foi fundada<sup>105</sup>, Pedrossem da Silva foi mesário da primeira

93. VALENTE, Vasco - *Em redor... o. c.*, p. 212.

94. Esta informação resultou da análise do seu segundo casamento: *vide* nota seguinte.

95. ADP - RP, Cedofeita, Livro de Casamentos n.º 1, fl. 29, (MF 324). A noiva era filha de Domingos Gonçalves Fraga e Angela Micaela, ambos da freguesia de S. Pedro de Miraçaia. A cerimónia realizou-se na capela de Vicente Pedro Pedrossem, sita em Vilar.

96. ADP - RP, S. Nicolau, Livro de Baptismos n.º 5, fl. 98v., (MF 367).

97. IAN/TT - PHOC, *Pedro Pedrossem da Silva*, maço 11, n.º 166. A fonte não permite datar a informação.

98. IAN/TT - PHOC, *Pedro Pedrossem da Silva*, maço 11, n.º 166.

99. IAN/TT - PHOC, *Vicente Pedrossem da Silva*, maço 2, n.º 10. A fonte não permite datar a informação.

100. VALENTE, Vasco - *Homens da governança da cidade do Porto desde 1428 a 1949*, in "Boletim Cultural da C.M.P.", vol. XIII, Porto, ed. Marânus, 1950, p. 69.

101. ADP - SN, PO 9º, Livro n.º 25, fl. 44v.

102. Indicação colhida em: VITERBO, Sousa - *O Pedro Cem (extracto de Branco e Negro)*, I vol., Lisboa, s/ed., 1897.

103. ADP - Cartório do Cabido da Sé do Porto, Livro das Sentenças n.º 37, fls. 330-331.

104. ADP - Cartório do Cabido da Sé do Porto, Livro das Sentenças n.º 37, fls. 330-331.

105. ADP - Cartório do Cabido da Sé do Porto, n.º 449. O alvará da criação da Companhia é de 10 de Setembro de 1756.

direcção da Companhia<sup>106</sup>, o que, à luz do articulado que criou o conselho de administração, este deveria ser constituído por nobres, devendo a posição de provedor ser ocupada por uma das pessoas importantes do Porto, que estivesse relacionada com homens de negócios<sup>107</sup>.

Com o negócio de importação / exportação temos a informação de que ganhava cerca de 100.000 cruzados por ano; através da importação de aduelas para as pipas de vinho e géneros alimentícios vindos da cidade de Hamburgo e da Holanda. Exportava, ainda, géneros para o Brasil<sup>108</sup>. Isto é tanto mais significativo uma vez que *a principal via para a rápida acumulação de capital económico terá sido sempre, sem discussão, o comércio de grosso trato, principalmente quando envolvia as colónias*<sup>109</sup>. Este homem possuía um espírito tão desperto e empreendedor que até Vila Real de Santo António e o comércio da sardinha estiveram dentro do seu raio empresarial<sup>110</sup>.

Pedro Pedrossem da Silva faleceu a 9 de Fevereiro de 1775, aos 67 anos de idade e foi sepultado na capela dos Terceiros de S. Francisco<sup>111</sup>. O seu único filho e herdeiro era Vicente Pedrossem da Silva.

### 3. VICENTE PEDROSSEM DA SILVA

#### 3.1. O homem e o seu meio

Vicente Pedrossem da Silva nascido a 17 de Julho de 1747 na freguesia de S. Nicolau<sup>112</sup>, dentro das muralhas da cidade, foi, como vimos atrás, filho único de Pedro Pedrossem da Silva e D. Ana Maria Micaela Fraga da Silva.

À semelhança de todas as gerações da sua família, este Pedrossem nasceu e viveu, grande parte da sua vida, na rua da Reboleira, ou seja, no centro vital de fluxos e refluxos mercantis que era a zona ribeirinha, uma vez que o cais era a porta de entrada e de saída do sustento da cidade e o rio Douro o seu principal meio de comunicação e de toda a região norte de Portugal. Aliás, podemos afirmar que a freguesia de S. Nicolau albergava o maior número de burgueses na cidade do Porto<sup>113</sup>.

106. MACEDO, J. Borges de - *A situação económica no tempo de Pombal*, 2ª ed., Lisboa, Moraes Editores, 1982, p. 139.

107. SCHNEIDER, Susan - *O Marquês de Pombal ... o. c.*, pp. 65 e segs.

108. *Id.*, *Ibid.*, p. 134. Infelizmente, esta informação não se encontra datada.

109. MONTEIRO, Nuno Gonçalo - *Elites locais e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime*, in "Análise Social", 4ª s., vol. XXXII, n.º 141, 1997, p. 367.

110. CORREIA, José Eduardo Capa Horta - *Vila Real de Santo António - Urbanismo e Poder na Política Pombalina*, Porto, FAUP Publicações, 1997, p. 63. Este aspecto será melhor desenvolvido no capítulo seguinte.

111. ADP - RP, S. Nicolau, Livro de Óbitos n.º 4, fl. 73v., (MF 374).

112. ADP - RP, Livro de Baptismos n.º 5, fl. 98v., (MF 367). O pároco que fez o assento registou o dia 27 como o do nascimento de Vicente. Todavia, nos assentos seguintes a data continua de 17 em diante, o que nos leva a afirmar que tal seja um erro, sendo 17, o dia exacto do nascimento.

113. SANTOS, Cândido dos - *A população do Porto de 1700 a 1820, contribuição para o estudo da demografia urbana*, Porto, Centro de História da Universidade do Porto, 1979, p. 15.

A escalada na hierarquia social e no próprio aparelho burocrático do Estado conseguida através do grande poderio económico era norma para as famílias abastadas de uma cidade mercantil, não constituindo uma excepção Vicente, que teve um percurso de vida bastante similar ao de seu pai.

Assim, em 1760, aos 13 anos de idade, Vicente Pedrossem da Silva recebeu o foro de Moço Fidalgo de Sua Majestade, durante o reinado de D. José<sup>114</sup>. Note-se que *a fidalguia constituía (...) uma categoria superior dentro da nobreza*<sup>115</sup>. Ora, uma das prerrogativas que os fidalgos podiam usufruir, caso tivessem, pelo menos, o estatuto de moço fidalgo, era o acesso ao Colégio dos Nobres<sup>116</sup>. Assim, por aqui poderá ter passado a educação de Vicente Pedrossem da Silva, probabilidade não confirmada<sup>117</sup>.

A obtenção do grau de cavaleiro através do acesso a um hábito de uma ordem militar seria o meio mais usual para se atingir uma distinção dentro da nobreza. Por isso este estatuto estava igualmente nos objectivos deste Pedrossem, mais uma vez seguindo os passos paternos. Neste contexto, a 12 de Dezembro de 1764, a Mesa da Ordem de Cristo aprova a habilitação de Vicente, mas como não havia ainda completado 18 anos, não foi aceite na Ordem. Meses depois, a 7 de Julho do ano seguinte, é plenamente admitido por corresponder já aos requisitos da idade<sup>118</sup>, não obstante, só 10 dias depois o habilitando completaria, efectivamente, a idade de 18 anos<sup>119</sup>.

A obtenção do hábito de uma das Ordens Militares, nomeadamente a de Cristo<sup>120</sup>, *tor-nou-se num objectivo supremo para muita gente que granjeara sucesso nas actividades mercantis ou serviço régio*<sup>121</sup>. Todavia, nem todos atingiam tal posição, uma vez que os estatutos da dita Ordem de Cristo advertem que os candidatos a seus professos *devem ser Nobres, Fidalgos, Cavaleiros, ou Escudeiros, limpos sem mácula alguma em seus nascimentos, nem outros impedimentos e defeitos que se apontem nos interrogatórios*<sup>122</sup>. Ora, apenas uma elite poderia almejar envergar a Cruz de Cristo, fazendo parte dela Vicente Pedrossem da Silva.

114. AHMP - Livro das Chapas, n.º 2, fl. 355.

115. MONTEIRO, Nuno Gonçalo - *Notas sobre Nobreza, Fidalguia e Titulares nos finais do Antigo Regime*, in "Ler História", n.º 10, 1987, p. 19.

116. *Id.*, *Ibid.*, p. 22.

117. Todavia, é mais provável que este tenha estado ao cuidado de perceptores particulares, como era costume na época.

118. IAN/TT - PHOC, *Vicente Pedrossem da Silva*, maço 2, n.º 10.

119. Tal ocorrência é somente um exemplo da falta de rigor e de imprecisão das fontes com que nos deparamos ao longo do processo de investigação.

120. Sobre esta temática *vide*: SILVA, Isabel Luisa Morgado de Sousa e - *A Ordem de Cristo (1417-1521)*, dissertação de doutoramento em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras do Porto, 3 vols., Porto, 1998.

121. SILVA, Francisco Ribeiro da - *O Porto. Das Luzes... o. c.*, p. 44.

122. *Diffinições, & Estatutos dos Cavalleyros, e Freyres da Ordem de Nosso Senhor Jesu Christo*, I parte, tit. XVIII, Lisboa, oficina de Pascoal da Sylva, 1717, p. 25. Foram testemunhas abonatórias no processo de Vicente, os portuenses: Fr. Pedro Henquel, 47 anos, professo na Ordem de Cristo, morador na Rua Nova da freguesia de S. Nicolau; Rev. Dr. Manuel de Almeyda Costa, 50 anos, advogado do Número da Relação desta cidade do Porto; Cap. João Couto de Azevedo, 62 anos, morador na Rua da Reboleira; Manuel Rodrigues Leytão, 65 anos, homem de negócios igualmente morador na Reboleira; Gaspar Barbosa Carneiro, 60 anos, homem de negócios, morador na Rua Nova e João Ferreyra Dias, 76 anos, também homem de negócios e morador na Rua Nova: IAN/TT - PHOC, *Vicente Pedrossem da Silva*, maço 2, n.º 10. Estes homens tiveram que responder a um interrogatório para se averiguar da condição deste Pedrossem. A título de exemplo, destacamos aqui algumas das algumas questões colocadas às testemunhas na inquiri-

Também com a idade de 17 anos (1764), Vicente Pedrosserem da Silva surge referenciado como Juiz da Confraria da Nossa Senhora da Soledade, *sita no convento de S. Francisco desta cidade*<sup>123</sup> do Porto. As confrarias, no século XVIII, revestiam-se de grande importância para o tratamento da alma aquando da morte, pois estas surgem, na Idade Média, *com o fim de velar através da oração pela obtenção da boa morte aliviando as penas do Purgatório dos confrades falecidos – um dos motivos de peso na adesão às confrarias, estava representado no facto de preverem nos seus estatutos a celebração das missas de sufrágio pelos irmãos falecidos, ao mesmo tempo que asseguravam as indulgências*<sup>124</sup>. Assim, e igualmente pelo inegável estatuto social que conferia, Vicente cedo se tornou confrade.

A 29 de Junho de 1765, Vicente casa-se com D. Maria do Ó de Caminha Hopman, igualmente moradora na freguesia de S. Nicolau, mas na rua Nova<sup>125</sup>, que era considerada como uma das ruas *aristocráticas*<sup>126</sup> e uma das *melhores da cidade*<sup>127</sup>. A união parece obedecer a uma estratégia patrimonial. Com efeito, sabemos que nos grupos sociais mais elevados, durante o Antigo Regime, era frequente que os casamentos se realizassem entre membros da mesma condição social, isto porque o casamento *era um mundo de relações que está para lá da simples união de dois indivíduos*<sup>128</sup>. Assim sendo, o caso de Vicente Pedrosserem da Silva é paradigmático: por um lado, casou-se com uma descendente dos Caminha (por ascendência materna), ilustre família da nobreza da cidade do Porto<sup>129</sup>; por outro, Arnaldo Hopman, pai de D. Maria do Ó, era holandês, mercador<sup>130</sup> e cônsul da Holanda<sup>131</sup>.

Com a excepção de nobres, aristocratas, fidalgos ou privilegiados pela fortuna, a idade média no primeiro casamento durante o Antigo Regime é bastante mais elevada do que se julgou durante muito tempo, uma vez que os cálculos das idades eram efectuados tendo por "amostra" os já referidos grupos privilegiados e, conseqüentemente,

rições: *se conhece o pretendente?; se conhecem ou conheceram os seus pais?; como se chamavam ou chamam?; de onde foram naturais?; aonde moravam ou moram?; se conhecem os quatro avós de ambas as partes?; se é informado de algum caso grave, e de tal maneira que sua opinião e fama esteja abatida entre os homens bons?; se é filho ou neto de herege, ou de quem cometeu crime de Lesa Majestade?; se é filho ou neto de oficial mecânico?; se é casado e se sua mulher é contente de ele entrar nesta religião; se passa de cincoenta anos, ou é menos de dezoito?; Diffinições, & Estatutos... o. c., tit. XIX, p. 31.*

123. ADP – SN, PO 9º, 4ª s., Livro n.º 57, fl. 41v.

124. GOMES, Maria de Fátima Isidro Martins, *Temendo a Morte*, dissertação de mestrado em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras do Porto, Porto, 1996, p. 53.

125. ADP – RP, S. Nicolau, Livro de Casamentos n.º 5, fls. 274v.-275 (MF 372). A cerimónia foi celebrada pelo Deão João Pedrosserem da Silva, tio do noivo e teve lugar na capela da Nossa Senhora da Graça, cita na Quinta de S. Vicente, no lugar da Pena, freguesia de Cedofeita, propriedade de seu pai, Pedro Pedrosserem da Silva.

126. SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto e o seu termo (1580-1640). Os Homens, as Instituições e o Poder*, I vol., Porto, C.M.P., 1988, p. 107. Actualmente possui a nomenclatura de Rua do Infante D. Henrique.

127. SILVA, Francisco Ribeiro da – *Ibid.*, p. 287.

128. GOUVEIA, António Camões – *A linhagem ou o tempo da memória, D. Francisco Manuel de Melo e o nobre seiscentista*, in "Ler História", n.º 18, 1990, p. 5.

129. COSTA, Agostinho Rebelo da – *Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto*, 3ª ed., Lisboa, Frenesi, 2001, p. 23.

130. Este possuía uma firma "Arnaldo Hopman & C.ª", que entre 1729 e 1747 movimentou 108 embarcações. CARDOSO, António Barros – *Baco e Hermes... o. c.*, p. 183.

131. As informações sobre Arnaldo Hopman foram colhidas do assento de casamento de sua filha supracitado: ADP – RP, S. Nicolau, Livro de Casamentos n.º 5, fls. 274v.-275, (MF 372).

minoritários<sup>132</sup>. Ora, neste contexto, Vicente Pedrossem da Silva pertencia, de facto, ao primeiro grupo.

Tentaremos agora aproximarmo-nos dos diversos desempenhos, económicos e sociais, que preencheram a sua vida. A actividade comercial desenvolvida por este Pedrossem. Os seus investimentos são marcados pela diversificação das apostas, numa política de rentabilização dos capitais, o que demonstra um forte poder financeiro. Senão vejamos: no ano de 1772, instala-se em Aveiro a Fábrica de Algodão<sup>133</sup>. Esta é financiada pelo Cofre da Barra, do qual se podia retirar 12 contos de reis para serem investidos na unidade fabril<sup>134</sup>. Não obstante, Vicente Pedrossem da Silva disponibilizou cerca de 30.000 cruzados para serem injectados no capital da fábrica, montante que o italiano Locatelli (figura dirigente) recusou<sup>135</sup>. A esta posição respondeu Vicente afirmando ser-lhe *indiferente estabelecer neste ou em qualquer outro porto de mar negócio avultado*<sup>136</sup>.

Ao longo desta década de 70 do século XVIII, este homem de negócios tornou-se conhecido das gentes e poderes de Aveiro, chegando mesmo a ser encarregue da compra de estacas de amoreiras vindas de Trás-os-Montes para serem semeadas na Comarca de Aveiro<sup>137</sup>. Mais, atestando o seu poder financeiro, Vicente arrendou as sisas em Aveiro de 1776 a 1781<sup>138</sup>.

Continuando na área da indústria, Vicente Pedrossem da Silva, em sociedade com Januário Barreto Ferraz Teixeira Pimentel, ilustre nobre aveirense, funda a Fábrica de "Louça Fina" de Aveiro<sup>139</sup>. A data que reúne maior consenso para o início da sua laboração é o ano de 1775<sup>140</sup>. A este respeito declarou que *tendo já com a sua fábrica de louça dado um principio de estabelecimento de negócio, pretende ampliá-lo e estabelecer um ramo de negócio digno do mesmo nome*<sup>141</sup>.

Mudando de sector, também a indústria papelreira foi explorada por Vicente Pedrossem da Silva. Como já referimos, seu avô Vicente Pedro havia fundado a Real Fábrica de Nossa Senhora da Lapa de papel fino para escrever, em S. Paio de Oleiros (Vila da Feira) no ano de 1708<sup>142</sup>. Em 1739, Vicente Pedro Pedrossem apresenta à Coroa um pedido de renovação de privilégios, por mais trinta anos, o que deu novo fôlego à fábrica<sup>143</sup>. A Fábrica da Lapa

132. LEBRUN, François - *A Vida Conjugal no Antigo Regime*, Lisboa, Edições Rolim, s/d, pp. 38-39.

133. AMORIM, Inês - *Os poderes urbanos face às mudanças económicas: a Fábrica de Algodão de Aveiro - 1769/78*, in "Revista da Faculdade de Letras. História", 2ª s., vol. XI, Porto, Faculdade de Letras, 1992, p. 140.

134. *Id.*, *Ibid.*, p. 148. O Cofre da Barra era um depósito dos capitais destinados às obras de desassoreamento da barra de Aveiro.

135. *Id.*, *Ibid.*, p. 151.

136. *Id.*, *Ibid.*

137. AMA - Livro de Vereações n.º 8, ss. de 2 de Março de 1772, cit. por AMORIM, Inês - *Ibid.*, p. 141.

138. AMORIM, Inês - *Aveiro e a sua Provedoria no séc. XVIII (1690-1814). Estudo económico de um espaço histórico*, Coimbra, CCRC, 1996, p. 556.

139. AMORIM, Inês - *A cerâmica de Aveiro no século XVIII: das Olarias à Fábrica de "Louça Fina"*, in "Revista da Faculdade de Letras. História", II s., vol. XIII, Porto, Faculdade de Letras, 1996, pp. 411-412.

140. DIAS, Fernando de Carvalho - *A Relação das Fábricas de 1788*, Coimbra, s/ed., 1955, p. 49.

141. AMA - Livro de Vereações n.º 8, p. 224, cit. por AMORIM, Inês - *A cerâmica de Aveiro... o. c.*, p. 412.

142. *Vide*: nota n.º 74. Com a edificação desta unidade fabril ocorre o arranque da indústria papelreira no concelho de Santa Maria da Feira.

143. SANTOS, Maria José Ferreira dos - *A Indústria do Papel... o. c.*, p. 43.

é um exemplo de longevidade e a prová-lo está o facto de anos mais tarde, Vicente Pedrossem da Silva, seu neto, surgir à frente da mesma unidade fabril – a documentação que analisámos atesta que desde 1781, senão antes, o último Pedrossem era *dono e administrador de uma fabrica de papel no lugar da Lapa, freguesia de S. Payo de Oleyros*<sup>144</sup>.

Em 1806, a fábrica torna-se posse, por via testamenteira, do capitão Francisco Novais Moreira, do regimento de milícias de Penafiel. Na segunda década de Oitocentos, a Fábrica da Lapa encontrava-se em decadência produzindo somente papel pardo de embrulho. Nos anos 30 do século XIX, a Real Fábrica era já conhecida por *Engenho Velho*, tendo recuperado o prestígio dos seus inícios<sup>145</sup>.

Também no sul de Portugal (Algarve), os Pedrossem tiveram interesses e marcaram presença. Do algodão, da cerâmica e do papel, o seu alcance negocial atinge agora a actividade da pesca da sardinha e da sua salga.

Os homens espanhóis tinham grande importância no comércio da sardinha por terras algarvias. Assim, aquando da sua saída de Monte Gordo, o vazio fez-se notar, mas logo foi colmatado quer pela Companhia das Reais Pescarias do Algarve, bem como pela já referida Companhia do Alto Douro. Todavia, também sociedades de particulares desempenharam o seu papel. Cinco sociedades foram constituídas por homens de negócio da cidade do Porto – importa aqui realçar Vicente Pedrossem da Silva, bem como seu pai, que se comprometeram a iniciar a feitorização e comercialização da sardinha, revitalizando este importante comércio<sup>146</sup>.

Neste âmbito, a 17 de Março de 1774 lança-se a primeira pedra de Vila Real de Santo António, sendo o lote de terreno número um, pertença de Vicente Pedrossem da Silva para a construção de armazéns privativos para a salga<sup>147</sup>.

O sector vitivinícola não foi, igualmente, desconhecido e alheio aos interesses económicos deste Pedrossem. No ano de 1779, fruto da sua posição de accionista<sup>148</sup>, Vicente constituiu a Junta da Companhia da Companhia Geral da Agricultura e Vinhas do Alto Douro, sendo nesse ano seu provedor<sup>149</sup>.

Por conseguinte, todos os vários e diversificados investimentos desenvolvidos por este homem de negócios portuense comprovam, para lá de qualquer dúvida, a sua capacidade financeira e de visão empresarial, bem como o seu génio empreendedor.

144. ADP - SN, PO 4º, 1ª s., Livro n.º 335, fls. 84v.-85v.

145. A informação para a elaboração deste parágrafo foi colhida de: SANTOS, Maria José Ferreira dos - *Ibid.*, p. 44.

146. A informação para a elaboração deste parágrafo foi colhida de: CORREIA, José Eduardo Capa Horta - *Vila Real de Santo António... o. c.*, p. 63.

147. CORREIA, José Eduardo Capa Horta - *Ibid.*, pp. 94-95.

148. Embora desconhecendo o número de acções da Companhia que Vicente Pedrossem da Silva era titular, a partir do seu preço unitário podemos acautelar da fortuna pessoal deste portuense, uma vez que cada acção custava 607.536 reis. Encontramos esta informação num documento notarial (ADP - SN, PO 4º, 1ª s., Livro n.º 348, fl. 82v.) que, não dizendo respeito a Vicente Pedrossem, todavia permite-nos chegar a conclusões.

149. FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira de - *As Demarcações Marianas no Douro Vinhateiro*, Porto, I.V.P., 1996, pp. 316-318. Constituíam a Junta da Companhia: um Provedor; um Intendente Geral da Companhia para assistir na Corte; oito Deputados; um Secretário; um Inspector; um Tesoureiro; três Conselheiros; um Intendente na província do Douro e três Intendentes Administradores no Brasil. FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira de - *Ibid.*, p. 25.

Em termos de sociabilidade, à semelhança das gerações anteriores da família, também Vicente Pedrosses da Silva esteve ligado à Venerável Ordem Terceira de S. Francisco do Porto. A 13 de Fevereiro de 1774, Vicente e sua esposa tornam-se professos na Ordem tendo pago, cada um, a quantia de 960 réis pelas respectivas inscrições<sup>150</sup>. Este tornou-se no primeiro acto de uma progressão no seio desta instituição. Com efeito, os Terceiros de S. Francisco organizavam-se através de uma hierarquia dirigente: quem dirigia os destinos da Ordem era a Mesa, que se compunha pelos Irmãos Ministro, Vice-Ministro, Secretário, Síndico, Definidor Eclesiástico, Vigário do Culto Divino e sete Definidores, estes obrigatoriamente seculares. O seu mandato tinha a duração de um ano, sendo a eleição realizada no dia do Pentecostes ou do Espírito Santo<sup>151</sup>. De facto, *a Mesa era o órgão supremo administrativo da Ordem e as suas decisões irrevogáveis*<sup>152</sup>.

Neste contexto, Vicente trilhou um percurso que o levou à posição cimeira – logo em 1775, surge como sétimo definidor<sup>153</sup>; anos mais tarde, mais precisamente a 10 de Maio de 1788, torna-se Ministro desta instituição<sup>154</sup>. No ano seguinte, a 30 de Maio é *reeleito e aclamado*<sup>155</sup>, sendo a sua última assinatura do *livro das profissões* de 14 de Junho de 1789<sup>156</sup>. Mas, quais eram então os requisitos necessários e o que significava desempenhar as funções de Ministro? Este devia ser *de exemplar procedimento, autorizado, e inteligente, de forma que sempre se elege o melhor, e mais benemérito, eclesiástico ou secular*<sup>157</sup>. Importa agora, resumidamente, expor as obrigações do Ministro: na primeira Mesa tinha exortar os Irmãos mesários à caridade, dando ele o exemplo com uma esmola; na sua primeira semana de funções tinha que visitar o Hospital e a Capela da Ordem; a feitura da cerimónia do lava-pés era à sua custa; quando entrava capital na Ordem tinha que levar o dinheiro imediatamente para o cofre, fazendo o respectivo assento no livro, declarando de quem o recebeu e a que administração pertencia; aquando da saída de dinheiro, a mesma obrigação de registar; pelo menos duas vezes por mês devia ir ao hospital e observar se o regimento estava a ser cumprido; de meio em meio ano apurava quais os Irmãos que estavam em falta; obrigava o solicitador da Ordem a ir, pelo menos duas vezes por mês, à Mesa para dar conta dos negócios a seu cargo; tinha poder sobre qualquer empregado da Ordem; mandava entrar no hospital todos os Irmãos doentes que quisesse ou mandava assistir ao domicílio, por força de contágio; pode ainda passar patentes aos Irmãos professos e tem que numerar,

150. AOTSFP - Livro das Profissões, n.º 1, fl. 135v.

151. AOTSFP - *Estatuto e Regra da Ordem Terceira do Serafim Humano o Glorioso Patriarcha S. Francisco da cidade do Porto*, Lisboa, oficina de Manoel Soares Vivas, 1751, cap. XX.

152. EIRAS, José Aníbal G. Costa - *Os Terceiros Franciscanos da cidade do Porto*, dissertação de licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras do Porto, Porto, 1972, p. 227.

153. AOTSFP - Livro das Eleições das Mesas n.º 3, fls. 70v.-73.

154. AOTSFP - Livro das Eleições das Mesas n.º 3, fl. 122.

155. AOTSFP - Livro das Eleições das Mesas n.º 3, fl. 127.

156. AOTSFP - Livro das Profissões, n.º 1, fl. 213v.

157. AOTSFP - *Estatuto e Regra da Ordem Terceira do Serafim Humano o Glorioso Patriarcha S. Francisco da cidade do Porto*, Lisboa, oficina de Manoel Soares Vivas, 1751, cap. XX, par. VIII.

rubricar com seu sobrenome as folhas de todos os livros para o serviço da Ordem e fazer os seus respectivos termos<sup>158</sup>.

Por outro lado, *se o Ministro anterior tivesse cumprido o seu cargo com diligência e se viesse à Ordem, poderia ser sucessivamente reeleito*<sup>159</sup>. Assim, Vicente Pedrosssem da Silva não só correspondia às exigências iniciais, como cumpriu com as suas obrigações, tendo mesmo provado ser merecedor de uma recondução.

Vicente também se integrou na política local. Uma das principais características da organização municipal portuguesa no Antigo Regime, e que lhe confere singularidade, é o facto de os elegíveis para as posições de vereadores<sup>160</sup>, bem como para juizes camarários, isto é, aqueles que reuniam condições para constarem nos *arrolamentos*, corresponderam igualmente aos mais nobres e *principais* das respectivas terras<sup>161</sup>. Assim, existirá uma fusão entre as *oligarquias municipais* e as elites sociais locais. *Pensava-se que os membros das famílias mais antigas, nobres e ricas eram os que davam maiores garantias de isenção e independência no desempenho dos seus ofícios e os que dispunham de uma autoridade natural, no sentido de construída pelo tempo e, por isso, mais facilmente acatada*<sup>162</sup>.

Neste contexto, o *fidalgo* Vicente Pedrosssem da Silva desempenhou cargos na edilidade local. Por carta de D. Maria I de 27 de Outubro de 1790, Vicente é reconhecido como vereador<sup>163</sup> da Câmara da cidade do Porto<sup>164</sup>. A pauta de nomeação foi aberta na vereação de 23 de Novembro de 1790<sup>165</sup>. Quatro anos passados, na sessão de 26 de Março de 1794, Vicente é reeleito<sup>166</sup>, através da leitura da carta de confirmação régia, datada de 1 de Fevereiro de 1794<sup>167</sup>. A 18 de Março de 1795, Vicente Pedrosssem da Silva assinou a sua última vereação<sup>168</sup>.

É de enfatizar que a Câmara municipal portuense era a *mais aristocrática câmara eleita do país, onde somente se arrolavam fidalgos da casa real*<sup>169</sup>. Mas o espartilho dos critérios sobre os elegíveis não ficava por aqui, era também parco o número daqueles que participavam

158. AOTSFP - *Estatuto e Regra da Ordem Terceira do Serafim Humano o Glorioso Patriarcha S. Francisco da cidade do Porto*, Lisboa, oficina de Manoel Soares Vivas, 1751, cap. XVIII, it. 1 a 12.

159. AOTSFP - *Estatuto e Regra da Ordem Terceira do Serafim Humano o Glorioso Patriarcha S. Francisco da cidade do Porto*, Lisboa, oficina de Manoel Soares Vivas, 1751, cap. XX, par. VIII.

160. *Vereador deriva do verbo verear que significa verificar a boa administração da terra e vigiar pelo bem público*: SILVA, Francisco Ribeiro da - *Tempos Modernos*, in "História da Cidade do Porto", dir. por Luís A. de Oliveira Ramos, 3ª ed., Porto, Porto Editora, 2000, p. 345.

161. MONTEIRO, Nuno Gonçalo - *Elites locais... o. c.*, pp. 337 e segs.

162. *Id.*, *Ibid.*, p. 340.

163. *O ofício de vereador era o mais genuinamente municipal e, durante todo o Antigo Regime, havia na Câmara quatro vereadores (...) as reuniões de vereação realizavam-se, desde tempos remotos, às quartas-feiras e sábados de manhã*: SILVA, Francisco Ribeiro da - *O Porto. Das Luzes... o. c.*, p. 113.

164. AHMP - Livro das Próprias n.º 17, fl. 39.

165. AHMP - Livro de Vereações n.º 91, fl. 93v. Foram igualmente vereadores Gaspar Cardoso de Carvalho, Bernardo de Melo Macedo Vieira e Tomás da Silva Ferraz.

166. AHMP - Livro de Vereações n.º 92, fl. 147v. António de Freitas de Faria, João Bernardo de Meireles Guedes e Bernardo Melo Vieira da Silva e Menezes também foram empossados vereadores.

167. AHMP - Livro das Próprias n.º 17, fl. 73.

168. AHMP - Livro de Vereações n.º 93, fl. 45v.

169. MONTEIRO, Nuno Gonçalo - *Elites locais... o. c.*, p. 352.

nas vereações, e ainda mais diminuto aqueles que se sucediam a eles próprios em tais posições<sup>170</sup>. Ora, todas estas disposições atestam, a respeitável posição que Vicente Pedrossem da Silva granjeou entre os círculos sociais e políticos da cidade do Porto.

A partir de determinada altura, julgamos que depois de ter enviuvado, Vicente Pedrossem da Silva passou a residir na Quinta de S. Vicente da Pena na freguesia de Cedofeita<sup>171</sup>, propriedade que fora de seu pai, como constatamos no registo paroquial do casamento de Vicente, que se realizou na capela da dita Quinta<sup>172</sup>.

A respeito das Quintas existentes no Porto da segunda metade de Setecentos, numa perspectiva arquitectónica e paisagística, diz-nos Rebelo da Costa, destacando neste contexto a Quinta de Vicente Pedrossem, que *raríssima haverá da qual se não goze vista de rio e mar; raríssima a que não tenha, dentro dos seus muros, copados bosques de frondosos castanheiros, carvalhos e outras árvores pomposas. Os lagos e tanques de água perene são nelas frequentíssimos, de sorte que, com o impulso e peso da sua corrente, trabalham alguns moinhos e azenhas*<sup>173</sup>. Numa abordagem económica e social, *a constituição de propriedades de certa extensão e de certa «nobreza», como Quintas, Herdades, Granjas, etc., que desde havia algum tempo se vinha verificando e agora sofre novo incremento (...) pouco de novo trazem; (...) se é certo que favorecem algo a melhoria da exploração sobretudo através das tapagens e vedações sólidas, isso traz acima de tudo um outro selo, uma outra marca: a nobilitação através da posse da terra e da constituição de respeitável extensão portadoras de um certo estatuto da nobreza*<sup>174</sup>.

Em suma, Vicente Pedrossem da Silva foi um portuense profundamente ligado à vivência da sua cidade, marcando presença nos domínios sociais, económicos, políticos e culturais. Para lá do Porto, desenvolveu uma actividade industrial que tocou diversos sectores, numa clara aposta de diversificação e multiplicação de investimentos, e, consequentemente, de dividendos.

*Aos tres dias do mês de Maio do anno de mil oito centos e seis falesceo da vida presente com todos os Sacramentos Vicente Pedroza [sic] da Sylva Viuvo e morador na sua Quinta da Penna desta freguezia de Cedofeita fez Testamento e deixou por seu Herdeiro e Testamenteiro a seu afillhado o Cappitaõ Francisco de Novaes Moreira morador na Rua da Revoleira [sic] desta cidade teria a idade de cincoenta e nove annos pouco mais ou menos foi involto no Habito da sua Ordem de Christo e sepultado da Cappela de sua ordem de Sam Francisco: E por constar mandei fazer este assento que assigney. Par.º Manoel Pereira*<sup>175</sup>.

170. *Id.*, *Ibid.*, p. 357.

171. No instrumento de aprovação do seu testamento, o tabelião declara: ... neste Lugar da Pena freguezia de Saõ Martinho de Cedofeita Caza e quinta de Vicente Pedroza da Silva (...) aonde eu Tabelliaõ vim...: AHMP - Livro do Registo Geral dos Testamentos n.º 33, fl. 496.

172. *Vide*: nota n.º 125.

173. COSTA, Agostinho Rebelo da - *Descrição Topográfica...* o. c., p. 56.

174. OLIVEIRA, Aurélio de - *A renda agrícola em Portugal durante o Antigo Regime (séculos XVII-XVIII)*, in "Revista de História Económica e Social", n.º 6, 1980, p. 4.

175. ADP - RP, Cedofeita, Livro Misto, n.º 7, fl. 192v., (MF 327).

### 3.2. O testamento – o homem para lá da morte<sup>176</sup>

O testamento de Vicente Pedrossem da Silva materializa as últimas e prospectivas vontades de assegurar uma boa morte cristã, afinal, correspondendo aos anseios da sua época<sup>177</sup>.

O capitão Francisco Novais Moreira, afilhado do testador, foi com efeito, o seu universal herdeiro e testamentário – *portanto lhe deixo tudo aquilo de que sou senhor e possuidor*<sup>178</sup>. Nesta vaga e imprecisa expressão reside o nosso malogro. Não podemos assim aceder ao todo patrimonial de Vicente Pedrossem da Silva. No entanto, a vasta documentação percorrida permite-nos apurar uma parcela desse espólio. São disto exemplos: as já referidas fábricas de papel em S. Paio de Oleiros e também a fábrica de “Louça Fina” fundada em Aveiro; através da entrega de um prazo que fizeram Vicente e sua esposa a Maria Lopes de Oliveira, constatamos que também por terras de Paramos, termo da cidade da Feira, era possuidor de um campo denominado *Salgueiro de Baixo*<sup>179</sup>. A juntar a este conjunto, a sua casa cita na rua da Reboleira, onde passou grande parte da sua vida, bem como a Quinta de S. Vicente da Pena, onde veio a falecer. Parece-nos poder aqui incluir a doação de serviços que outorgou D. Maurícia Antónia Micaela de Caminha, a seu sobrinho Vicente Pedrossem da Silva, *em quem tem encontrado muito amor e amizade, pois a tem conservado em sua casa*<sup>180</sup>, engrossando a sua fortuna pessoal.

São estes e porventura outros bens que o testamento não faz alusão que terão constituído a herança de Francisco Novais Moreira. O auto de posse da fábrica de papel datado de 2 de Junho de 1806 em favor do mesmo<sup>181</sup> assim o comprova, bem como a Quinta da Pena, que em 1875 ainda se encontrava na posse dos descendentes do dito capitão, como refere Eugénio da Cunha e Freitas, na sua obra *Toponímia Portuense*<sup>182</sup>.

Debrucemo-nos agora sobre a análise do testamento propriamente dita.

Decidimos agrupar os bens legados consoante a sua tipologia para permitir uma melhor análise e é seguindo essa linha que vamos reger a nossa abordagem – bens de alma, bens de raiz e bens móveis.

176. Vide: transcrição em apêndice documental.

177. A análise deste documento constitui a concretização de um dos principais objectivos desta investigação, pois vem consolidar toda a nossa linha de pensamento sobre os Pedrossem e em particular sobre Vicente Pedrossem da Silva. Todavia, não podemos afirmar que as expectativas nele depositadas se tenham totalmente cumprido. Inicialmente, julgávamos encontrar um completo rol, ou pelo menos extenso, sobre o património do testador, que nos permitisse aquilatar sobre o seu poder material. Contudo, estas expectativas foram de certa forma goradas. Podemos afirmar que o testamento é omissivo. Isto porque, com a excepção de algumas breves referências a determinados bens, aos quais Vicente estipula os respectivos beneficiários, as disposições da escritura denotam mais prementemente, a preocupação de assegurar uma boa morte cristã, do que proceder à devida distribuição dos bens.

178. AHMP - Livro do Registo Geral dos Testamentos n.º 33, fl. 494.

179. ADP - SN, PO 4, 1ª s., Livro n.º 339, fl. 123.

180. ADP - SN, PO 4, 1ª s., Livro n.º 353, fl. 6.

181. AHMOP - JC, n.º 8, Processo de licenciamento de fabricas e matriculas de servidores-papel. 1760-1833, cit. por SANTOS, Maria José Ferreira dos - *A Indústria do Papel... o. c.*, p. 44.

182. FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e - *Toponímia Portuense*, Porto, Contemporânea Editora, s/d, p. 27.

Vicente Pedrossem da Silva é um homem do seu tempo, pois também ele revela preocupação na salvação da sua alma. Primazia que se pode verificar na redacção do seu testamento, concretamente na frequência e meticulosidade com que surge esse cuidado.

*Ofícios e missas eram os sufrágios que mais interessavam para a salvação da alma, não sendo, portanto, de admirar que esta seja uma das rubricas onde os testadores bracarense mais investem, como alias faziam todos os católicos deste período*<sup>183</sup>. Vicente Pedrossem da Silva não constitui excepção a esta regra. No seu testamento estipulou que se rezassem na totalidade 2653 missas, da seguinte forma distribuídas:

**Quadro 4:** Missas testadas

Número de missas	Em honra de...	Percentagem
1000	Próprio	37,7%
1000	Esposa e Pais	37,7%
200	Tios e todos os parentes	7,5%
200	Avós	7,5%
100	Escravos e criados	3,8%
100	Sogros	3,8%
50	Santos celebrados no dia do falecimento	1,9%
3	Rainha	0,1%

Seguindo de perto o estudo de Margarida Durães<sup>184</sup>, os familiares mais citados nos testamentos eram os progenitores e os cônjuges. Esta intenção de celebrar missas pela alma dos parentes funciona, segundo a autora, como uma última homenagem, a perpetuação da sua memória e contribuição para a sua salvação.

Julgamos digno de realçar as missas em honra da Rainha, bem como dos seus escravos e criados. Seria importante um estudo comparativo sobre o *corpus* testamental condizente com o mesmo período, a fim de apurar com rigor o significado desta disposição. Para já, a atenção dedicada aos seus serventes, faz chegar até nós a generosidade, como um traço da sua personalidade. Aliás, o testador contempla com duas moedas cada um dos criados que estejam ao seu serviço aquando da sua morte.

Tratando agora do valor das ditas missas, Vicente Pedrossem da Silva investiu entre 480.720 e 520.720 reis, mais um carro de pão<sup>185</sup>.

Da análise do documento ressaltam dois andamentos, um primeiro momento respeitante ao instante da morte do testador e acompanhamento do corpo, que agora segue, e um posterior que concerne às suas disposições para lá da morte.

183. DURÃES, Margarida - *Herança e Sucessão: Leis, Práticas e Costumes no termo de Braga (sécs. XVIII-XIX)*, Braga, Instituto de Ciências Sociais do Minho, 2000, p. 442.

184. DURÃES, Margarida - *Ibid.*, pp. 459-460.

185. O testador estipula que se celebrem 1000 missas no dia do seu falecimento, sendo estas de esmola de 240 reis cada uma. As que não se realizassem nesse dia, completar-se-iam nos seguintes, mas estas com o valor de 200 reis. Pelo facto de desconhecermos o número de missas que se celebraram no dia de corpo presente, não podemos apresentar uma cifra exacta.

Vicente Pedrossem da Silva não deixa de estipular determinadas especificidades dos seus bens de alma: a escolha da mortalha, o acompanhamento do seu corpo, o local de sepultura, o luto e as esmolas destinadas aos pobres. Vejamos: no seu registo de óbito lê-se que foi envolto no hábito da Ordem de Cristo<sup>186</sup>; no seu funeral, para o acompanhamento à sepultura pagou ao pároco 14.400 reis, mais direitos paroquiais; mandou também distribuir 30 moedas de ouro pelos irmãos pobres para o mesmo fim; aos religiosos de S. Francisco 100.000 reis. Relativamente ao local de sepultura, determinou que seu corpo fosse sepultado na capela da Ordem Terceira de S. Francisco. Gertrudes Rita Bredero, sua prima, ficou encarregue de fazer o seu luto, sendo-lhe entregue a quantia de 100.000 reis.

*O cortejo fúnebre que devia acompanhar o corpo do seu domicílio para a igreja, era em geral, constituído por cinco componentes principais: confrarias ou irmandades, pobres, religiosos, padres, parentes e vizinhos*<sup>187</sup>. Raramente, porém, os testadores analisados por Margarida Durães expressaram a vontade de ter um acompanhamento tão completo e magnífico. Ora, como já referimos, sendo Vicente confrade da Confraria na Nossa Senhora da Soledade, podemos depreender que todos estes requisitos tão dificilmente reunidos, foram cumpridos nas suas exéquias. Temos que ter em consideração que subjacente a estas manifestações, está a própria mentalidade Setecentista, em que *as pompas fúnebres se tornam mais notórias e o aparato mais visível, sendo igualmente um momento de grande explosão de piedade*<sup>188</sup>.

Quanto aos bens móveis consignados no testamento, Vicente Pedrossem da Silva destinou a instituições de assistência, nomeadamente ao Colégio dos Órfãos, 1.100.000 reis; para a Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1.000.000 reis e para os hospitais que esta instituição administrava 100.000 reis; para cada hospital da cidade, *grandes e pequenos*, 200.000 reis e para a Ordem Terceira de S. Francisco, à qual estava vinculado, destinou a maior parcela, 2.400.000 reis.

Por quatro particulares distribuiu a quantia de 592.000 reis, sendo um dos beneficiários o seu cirurgião, José Vicente Paranhos, *pelas suas assistencias*. A Ana Margarida de Carvalho foi assente que se pagasse 300.000 reis por ano, em satisfação dos alugueres das casas da rua Nova.

Além das mencionadas 2 moedas destinadas aos seus criados por altura da sua morte, Vicente destaca ainda cinco criadas pelas quais reparte mais 8 moedas.

*A recorrência das dívidas era uma característica ainda mais marcante na aristocracia em Portugal do que em outras monarquias da época*<sup>189</sup>. Neste domínio, Vicente não constituiu excepção: no seu testamento declara-se devedor de oito contos e tantos mil reis a Arnaldo Wan-

186. ADP - RP, Cedofeita, Livro Misto n.º 7, fl. 192v., (MF 327).

187. DURÃES, Margarida - *Herança e Sucessão... o. c.*, p. 422.

188. RODRIGUES, Maria Manuela B. Martins - *Morrer no Porto durante a época barroca: atitudes e sentimento religioso*, dissertação de mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras do Porto, Porto, 1991, p. 276.

189. MONTEIRO, Nuno Gonçalo - *A Casa e o Património dos Grandes Portugueses (1750-1832)*, dissertação de doutoramento em História Social, Lisboa, FCSH, 1995, p. 482.

zeler, seu primo, e estipula, igualmente, que se entregue 480.000 reis a Guilherme Ameinque, bem como que se saldem as contas de Jacob de Clerque e todas as outras que constassem dos livros de sua Casa.

Por último, os bens de raiz, que se circunscrevem a 3 propriedades: o prazo da Torre, situado em Valga, foi entregue a sua afillhada Juliana; o prazo da Laranjeira, cito em Cedofeita, foi destinado a Margarida de Novais. A Jerónimo Lobo, seu escudeiro, foi legada uma morada de casas, localizadas na rua das Cangostas.

Consequência da inquietação provocada pelo facto de não ter descendência directa e também que as suas últimas vontades não fossem executadas, principalmente, no que concerne às disposições para a salvação de sua alma, Vicente Pedrossem da Silva encontrou no documento jurídico a certeza que o seu herdeiro e restantes beneficiados dariam seguimento aos seus desígnios.

Concluindo, e não obstante a natureza deste testamento, é possível aferir que *a autoria do documento em questão provem de uma elite detentora de saber que lhe conferia os conhecimentos necessários para dar cumprimento às condições jurídicas e espirituais que a elaboração do testamento implicava, e sobretudo do próprio testador visto ser a sua vontade que nele está expressa*<sup>190</sup>.

## CONCLUSÃO

Quando principiámos o presente estudo, motivados pelo empenho de conhecer intimamente a vivência de Vicente Pedrossem da Silva, sabíamos de antemão que não seria fácil a tarefa e nem sempre bem sucedida. Estávamos, porém, longe de pensar que o trabalho de pesquisa nos levaria tão longe, revelando-nos, a cada passo, novos testemunhos.

Julgamos ter cumprido o nosso objectivo inicial, clarificando as dúvidas que envolvem as famílias *do Sem* e Pedrossem, para que definitivamente esta questão se esclareça e para que estudos posteriores não se deparem com as ambiguidades com que nos fomos confrontando.

O nosso propósito principal foi acercarmo-nos de Vicente Pedrossem da Silva, inteirarmo-nos das suas actividades, dos seus interesses, do seu raio de acção, sempre que possível, da sua mentalidade, e no fundo, de tudo o que diz respeito ao homem.

Ao longo do nosso trabalho fomos construindo o percurso de uma família que nos conduziu sempre à percepção de um determinado posicionamento social – Vicente Pedrossem da Silva revelou-se-nos um portuense de elite.

---

190. RODRIGUES, Maria Manuela B. Martins - *Morrer no Porto... o. c.*, p. 235.

O que nos levou a tal consideração foi, primeiramente, o seu nascimento. Vicente teve na sua família os alicerces que lhe permitiram alcançar uma posição de relevo na sociedade portuense do século XVIII. Não obstante, não se limitou a preservar o edificado como também se empenhou na expansão do mesmo. À semelhança do pai e avô, Vicente esteve presente em diversos sectores industriais distribuídos por todo o país. Não conhecemos, propriamente, os resultados destes investimentos, mas traduzem uma dinâmica multisectorial, cujo objectivo era a rentabilização do investimento, independentemente do ramo e do local, na salvaguarda de possíveis perdas.

Ora, o poder económico desta família é resultado ou factor de ascensão ao poder político e consequente prestígio social. Na Câmara Municipal do Porto, os Pedrossem foram uma presença constante, desde o Pedro Pedrossem (fundador da família) a Vicente Pedrossem da Silva (seu bisneto), sendo estes, aliás, os que mais se destacaram: Pedro Pedrossem foi vereador camarário; Vicente Pedro Pedrossem, desempenhou a função de morador da cidade; Pedro Pedrossem da Silva, foi procurador da cidade, e numa posição cimeira, Vicente Pedrossem da Silva assumiu o cargo de vereador em dois mandatos consecutivos. Relembre-se que só os fidalgos da Casa Real eram considerados para as eleições a estas funções.

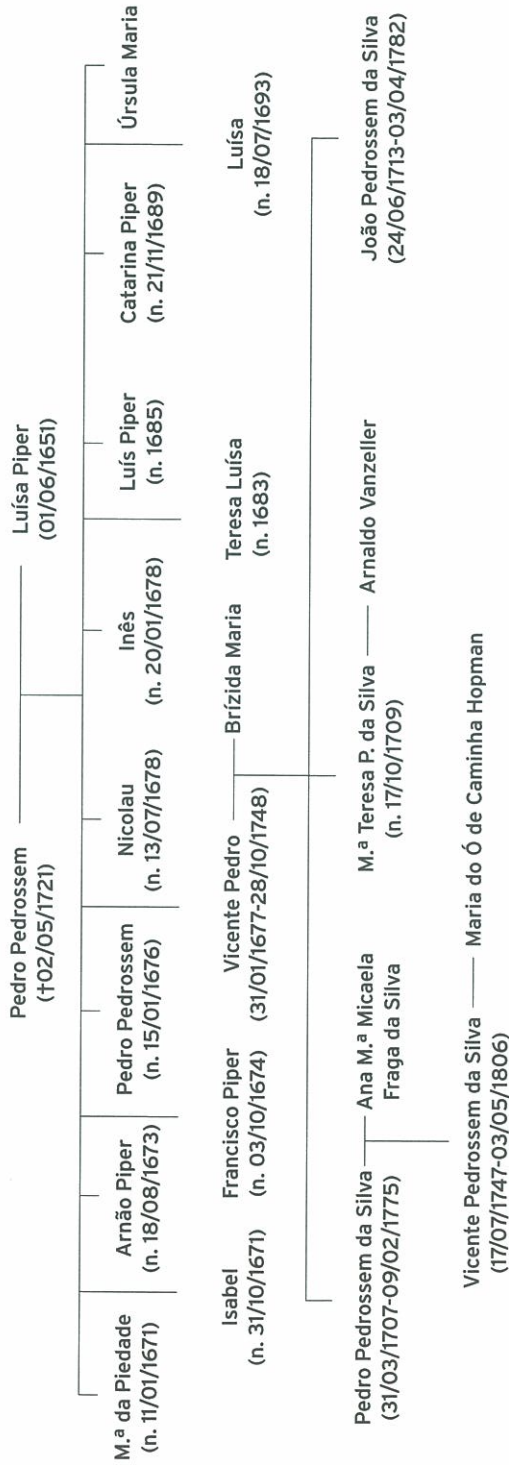
Para o estudo das elites locais e para a afirmação destas como tal, importa todos os estatutos e funções que conferiam a estes homens notoriedade, prestígio e influência. Cavaleiro professo na Ordem de Cristo e Fidalgo da Casa de Sua Magestade, Vicente Pedrossem da Silva foi ainda Ministro da Ordem Terceira de S. Francisco do Porto; Juiz da Confraria da Nossa Senhora da Soledade e fundador da Junta da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, entre outros.

Deste modo, à questão, constituiria Vicente Pedrossem da Silva uma "amostra" representativa de uma elite urbana, consideramos que sim. Não temos dúvidas que a família e concretamente Vicente tratar-se-iam de membros de uma alta burguesia urbana de relevo social.

No termo deste trabalho gostaríamos de realçar o carácter provisório destes resultados, no quadro de um plano de investigação mais amplo que pretendemos prosseguir. Este estudo, embora de índole particular, pretende contribuir para a historiografia geral no âmbito do estudo das elites sociais urbanas no Antigo Regime, área sobre a qual pretendemos desenvolver as nossas futuras investigações.

**ANEXO A**

**Árvore genealógica dos Pedrossem**



ANEXO B

Assinaturas de Vicente Pedrossem da Silva e de D. Maria de Ó de Caminha Hopman



Vicente Pedrossem da Silva



D. Maria de Ó de Caminha Hopman

Fonte: ADP - SN, PO 4º, 1ª s., Livro n.º 339, fl. 124v.

## APÊNDICE DOCUMENTAL

### Transcrição do testamento de Vicente Pedrossem da Silva

Registo do Testamento com que faleceo Vicente Pedroza [sic] da Silva Cavalleiro Profeço na Ordem de Christo e Fidalgo da Caza de Sua Alteza Real, do Lugar da Pena freguezia de Cedofeita Arrabalde da Cidade do Porto.

Em Nome da Santissima Trindade, Padre, Filho e Espirito Santo, em quem firme creio e em cuja fé protesto viver e morrer, determino eu Vicente Pedrossem da Silva, afazer meu Testamento declaro, que fui cazado com Dona Maria do Ó de Caminha Hopman, e deste matrimónio não tive filhos: e porque não tenho outro algum erdeiro [sic] forçado descendente, nem Ascendente instituo por meu universal herdeiro e testamenteiro a meu Afilhado o Capitão Francisco de Novaes Moreira comigo assistente. Portanto lhe deixo tudo aquillo, de que sou senhor, e possuidor, e que por qualquer via me pertença, ou possa pertencer, e lhe nomeio todos os meus prazos de qualquer natureza, que sejaõ, e todo o Direito e a aquizição da renovação, e melhoramento dos mesmos, esperando, que os Direitos Senhorios a esta minha dispozição prestem todo o seu consentimento e autoridade; tudo porem debaixo da obrigação de satisfazer todas as minhas dividas e de cumprir e perencher [sic] todas as minhas dispozições que neste vão declaradas. E no cazo, em que isto nelle se não venha a verificar quer em razaõ de fallecer primeiro do que eu, quer pelo motivo de não querer aceitar a minha herança, e as ditas nomeações com os sobreditos encargos, instituo entãõ por meu universal herdeiro o Illustrissimo Senhor Bernardo de Mello Vieira da Silva, e o nomeio nos ditos meus prazos com as mesmas, e juntamente o Constituo meu testamenteiro. Sendo Deos servido chamarme a Sua Divina Prezença quero, que meu corpo seja sepultado na Capella da Veneravel Ordem terceira de Saõ Francisco, e que no dia do meu falecimento podendo ser, alias no seguinte se mandem dizer pela minha alma missas geraes de esmola de duzentos e quarenta reis em todas as Igrejas da Cidade, e que nos dias sucessivos se completem mil missas, sendo as que senãõ chigare[m] [sic] a dizer no dia de Corpo presente, de esmola de duzentos reis. Mais se mandaraõ dizer em tempo oportuno outras mil missas pelas almas de minha mulher, e de meus Pais; duzentas pelas de meus Avós, Thios, e de todos os meus Parentes; cem pelas de meus escravos, e creados; outras cem pelas de meus Sogros. As quaes todas seraõ de esmola de Cento e vinte reis. Tambem se mandaraõ dizer no dia do meu fallecimento, ou no seguinte cincoenta missas de esmola de duzentos e quarenta reis em honra e Louvor do Santo, Santa, ou Santos, que nelle se festejar, onde que rezar a Igreja; e as tres missas da Rainha em Saõ Bento dos Frades, dando-se-lhes de esmola por ellas sete centos e vinte, que vem a ser duzentos e quarenta por cada huma. Deixo ao meu Reverendo Parocho quatorze mil e

quatro centos reis por me acompanhar á sepultura, e mais Direitos Parochiais. Determino, que ao Irmaõ Sindico da minha sobredita Veneravel Ordem se entreguem por huma ves somente trinta moedas de ouro para serem repartidas pelos Irmaons Pobres, que acompanharem meu Corpo à sepultura, e pelos mais Irmaons enfermos do nosso Hospital homens e mulheres. Deixo cem mil reis para a rouparia do Collegio dos meninos orfaons desta Cidade; outros cem para serem distribuidos pelos enfermos, que se acharem em os Hospitais, que administra a Santa Caza da Mizercordia [sic] da mesma, a qual distribuição contudo será feita por meu herdeiro e testamenteiro como muito bem lhe parecer. Deixo a minha prima a Senhora Dona Getrudes [sic] Rita Bredero de cem mil reis para o seu luto por huma ves somente; a cada hum dos meus Creados e Creadas, que se acharem no meu serviço no dia do meu fallecimento duas moedas, a Francisca Roza outras duas, a Anna Joaquina Roza tres, a Marcelina Roza Calabro huma, a sua filha Maria outra, e a sua filha Marcelina outra; tudo por huma só ves. Continuará meu erdeiro [sic] e testamenteiro a dar annualmente a Bonifacia Francisca da freguezia de Valladares a tença de doze mil reis pelo Saõ Miguel, que minha mulher lhe deixou em seu Testamento observando exactamente o mais que ella nelle decretou tanto a respeito desta legataria, como da Escrava Francisca na verba do mesmo testamento que lhe dis respeito. Nomeio em minha Afilhada Juliana o prazo da Torre em Valga foreiro ás Religiosas de Arouca sem encargo algum mais do que tem<sup>191</sup> da minha alma. Igualmente nomeio em Margarida de Novaes o meu prazo da Larangeira da freguezia de Cedofeita com a obrigação primeiro, de dar passagem ás agoas, que vem para esta quinta de Saõ Vicente da Pena, segundo, de dar annualmente depois do Natal hum carro de pão ao Reverendo Padre Manoel Severino por hum terno de missas do mesmo Natal, que elle será obrigado a dizer a senaõ achar impossitado [sic] por molestia na Capella desta mesma Quinta, sendo applicadas pela minha alma, e pela de minha mulher, Pais, e Avós; e não aceitando ella a nomeação com este encargo, a hei por naõ nomeada, e nomeio entaõ o dito prazo no mesmo Reverendo Padre Manoel Severino. Da mesma forma nomeio em meu escudeiro Jeronimo Lobo a morada de Cazas, que possuiu na Rua das Cangostas foreiras a Jozé Corrêa Pinto Montenegro. E com estas tres nomeçoins [sic] se entenderá limitada e declarada a nomeação universal, que de todos os meus prazos acima fis no meu instituido erdeiro [sic], e afilhado, e na falta delle no outro, que lhe substitui. Deixo a minha Veneravel Ordem terceira de Saõ Fram Francisco digo Veneravel Ordem Terceira de Saõ Francisco seis mil cruzados para fundo dos seus Hospitais dos Febricitantes, e invalidos; á Santa Caza da Misericordia desta Cidade hum Conto de reis para ajuda do Curativo dos enfermos do seu Hospital; ao Collegio dos meninos orfaons da mesma outro Conto de reis; a cada hum dos outros Hospitais da Cidade ou sejaõ grandes ou pequenos duzentos mil reis; aos Relegiosos de Saõ Francisco cem mil reis, e [sic] cada uma das mais Relegioins Men-

191. Palavra riscada ilegível.

dicantes de Santo Antonio da Cidade e de Val de Piedade cincoenta mil reis, tudo por huma ves somente, e Com a obrigaçã de cada huma dellas dezerem hum terno de missas de Natal por minha alma, de minha mulher, de meus Pais e de meus Avós. Deixo a Anna Margarida de Carvalho annualmente emquanto viva trezentos mil reis pagos pelo Saõ Miguel dos alugueres das Cazas da Rua nova [sic], pois com este encarrego he que as nomeio e deixo ao meu instituido erdeiro [sic], e não de outra forma para que infalivelmente á dita legataria todos os annos lhe sejaõ satisfeitos os ditos trezentos mil reis. Deixo a meu cirurgiaõ Jozé Vicente Paranhos cim [sic] mil reis por huma ves somente em satisfaçã das suas assistencias. Declaro, que a minha Caza he devedora de oito contos e tantos mil mil [sic] reis a meu Primo o Senhor Arnaldo Wanzeler da Cidade de Lisboa dinheiro, que nella ficou de Sua Maÿ a Senhora Dona Maria Floriana da Silva, dos quaes na escriptura dotal, que se celebrou com seu Paÿ Joaõ Vicente Wanzeler se destinaraõ quatro contos de Reis para se anexarem ao Vinculo instituido pelo Senhor Joaõ Wanzeler Rezidente, que foi da Prussia na sobredita Cidade de Lisboa. Ordeno pois a meu erdeiro [sic] lhos satisfaça da mesma forma, que eu era obrigado attenta a Sobredita escriptura; e mais lhe ordeno e determino, que approntando, e apurando dos bens da minha erança [sic], e dos mais em que fica noneado pelo melhor modo, que conveniente lhe pareça, ou por aquelle, que lhe insinuei, a quantia de quarenta mil cruzados os empregue em foros e bens livres pertencentes ao extinto mosteiro de Pedrozo para se annexarem coa digo annexarem com autoridade Régia, sendo necessaria ao dito Vinculo instituido pelo referido Senhor Joaõ Wanzeler, de que he actual Administrador o sobredito meu Primo e Senhor Arnaldo Wanzeller, e para exacta execuçã e observancia desta minha determinaçã se registará nos Livros da Provedoria competente esta Verba deste meu testamento, esperando da diligencia de meu herdeiro, que ella inteiramente se cumpra sem a menor falta. Declaro, que a minha Caza Recebeo dois contos de reis para huma missa quotidiana na Capella desta quinta instituida por Dona Ursula Piper; e agora quero, que o carro desta mesma quinta pertencente ao Cabido de Cedofeita fique com este encarrego, assim como tambem com o do patrimonio da mesma Capella, que se acha imposto na Caza das Olivizarias, em que mora o Illustrissimo Senhor Bernardo de Mello, e que o legado da missa, que em todos os domingos, e dias Santos se dis no Convento de Saõ Francisco se ajuste com os Padres para, que exactamente se cumpra. Declaro, e ordeno, que se entregue aos erdeiros [sic] de Guilherme Ameinque a quantia de quatro centos e oitenta mil reis por huma ves taõ somente, e da mesma forma, que se liquidem as Contas de Jacob de Clerque de Amsterdaõ, e as mais, que constarem dos Livros da minha Caza. E deste modo hei por findo e acabado este meu testamento, que quero valha como codicillo, ou pela melhor via e modo, que em Direito haja, para cuja observancia inploro [sic] a proleçã de todas as Justiças, a Cujo conhecimento a sua execuçã pertencer. E por me achar alguma coiza molestia e impossibilitado de mais extenças escrita roguei ao Doutor Antonio Jozé Pereira da Costa e Guerra desta Cidade

que o escrevesse aos quinze de Abril de mil oito centos e seis. Por mando do testador em consequência [sic] da dita Causa = António Jozé Pereira da Costa e Guerra = Vicente Pedrossem da Silva.

[Segue este testamento o respectivo Instrumento de Aprovação e termo de Abertura a 5 de Maio de 1806]

Fonte: AHMP – Livro do Registo Geral dos Testamentos, n.º 33, fls. 494-498.

## FONTES MANUSCRITAS

### Arquivo Distrital do Porto

#### Cartório do Cabido da Sé do Porto

Livro das Sentenças n.º 37

Registo n.º 449

#### Cartório da Mitra do Porto

Livro Principal das Obras da Sé: de Julho de 1766 a Dezembro de 1768

#### Registos Paroquiais

##### Freguesia de S. Nicolau

Livro de Baptismos n.º 1 (1624-1692)

Livro de Baptismos n.º 2 (1692-1713)

Livro de Baptismos n.º 3 (1713-1730)

Livro de Baptismos n.º 5 (1743-1756)

Livro de Casamentos n.º 2 (1699-1724)

Livro de Casamentos n.º 3 (1724-1743)

Livro de Casamentos n.º 5 (1756-1765)

Livro de Óbitos n.º 2 (1699-1743)

Livro de Óbitos n.º 3 (1743-1767)

Livro de Óbitos n.º 4 (1767-1796)

Livro Misto n.º 4 (1675-1686)

##### Freguesia de Cedofeita

Livro de Casamentos n.º 1 (1742-1759)

Livro Misto n.º 7 (1805-1811)

### Registos Notariais

4.º cartório, livros n.º 326, 335, 339, 348, 353

9.º cartório, livros n.º 25, 57

### **Arquivo Histórico Municipal do Porto**

Livro das Chapas n.º 2

Livro das Próprias n.º 17

Livro de Vereações n.º 68 (1711-1713)

Livro de Vereações n.º 79 (1744-1746)

Livro de Vereações n.º 81 (1750-1752)

Livro de Vereações n.º 91 (1790-1792)

Livro de Vereações n.º 92 (1793-1794)

Livro de Vereações n.º 93 (1795-1796)

Livro do Registo Geral dos Testamentos n.º 33

### **Arquivo da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco do Porto**

Livro das Eleições das Mesas n.º 3

Livro das Profições n.º 1

### **Arquivo da Paróquia de S. Pedro de Miragaia**

Livro das eleições dos Mordomos e Provedor ao Espírito Santo de 1764-1765

### **Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo**

Processo de habilitação para a Ordem de Cristo de Pedro Pedrossem da Silva, maço 11, n.º 166

Processo de habilitação para a Ordem de Cristo de Vicente Pedrossem da Silva, maço 2, n.º 10

### **FONTES IMPRESSAS**

COSTA, Agostinho Rebelo da – *Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto*, 3ª ed., Lisboa, Frenesi, 2001.

*Diffiniçoens, & Estatutos dos Cavalleyros, e Freyres da Ordem de Nosso Senhor Jesu Christo*, Lisboa, oficina de Pascoal da Sylva, 1717.

Estatuto e Regra da Ordem Terceira do Serafim Humano o Glorioso Patriarcha S. Francisco da cidade do Porto, Lisboa, oficina de Manoel Soares Vivas, 1751.

## BIBLIOGRAFIA

- AMORIM, Inês – *A cerâmica de Aveiro no século XVIII: das Olarias à Fábrica de "Louça Fina"*, in "Revista da Faculdade de Letras. História", II série, vol. XIII, Porto, Faculdade de Letras, 1996, pp. 403 a 422.
- AMORIM, Inês – *Aveiro e a sua Provedoria no séc. XVIII (1690-1814). Estudo económico de um espaço histórico*, Coimbra, CCRC, 1996.
- AMORIM, Inês – *Os poderes urbanos face às mutações económicas: a Fábrica de Algodão de Aveiro – 1769/78*, in "Revista da Faculdade de Letras. História", II série, vol. XI, Porto, Faculdade de Letras, 1992, pp. 137 a 171.
- BARROS, Amândio – *Barcos e Gentes do Mar do Porto (séculos XIV-XVI)*, in "Revista da Faculdade de Letras. História", II série, vol. XIV, Porto, Faculdade de Letras, 1997, pp. 167 a 230.
- BASTO, Augusto de Magalhães – *Silva de História e Arte*, Porto, Notícias Portucalenses, 1945.
- CARDOSO, António Barros – *Baco e Hermes: o Porto e o comércio interno e externo dos vinhos do Douro (1700-1756)*, dissertação de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras do Porto, 3 vols., Porto, 2001.
- CORREIA, José Eduardo Capa Horta – *Vila Real de Santo António – Urbanismo e Poder na Política Pombalina*, Porto, FAUP Publicações, 1997.
- COUTINHO, Bernardo Xavier – *Assistência e arte na cidade do Porto dos séculos XII a XV*, in "História da Cidade do Porto", dir. por Damião Peres, vol. I, Porto, Portucalense Editora, 1962.
- CRUZ, António – *Evolução Topográfica da cidade durante o século XVI*, in "História da Cidade do Porto", dir. por Damião Peres, vol. II, Portucalense Editora, 1964.
- DIAS, Fernando de Carvalho – *A Relação das Fábricas de 1788*, Coimbra, s/ed., 1955.
- DURÃES, Margarida – *Herança e Sucessão: Leis, Práticas e Costumes no termo de Braga (sécs. XVIII-XIX)*, Braga, Instituto de Ciências Sociais do Minho, 2000.
- EIRAS, José Aníbal G. Costa – *Os Terceiros Franciscanos da cidade do Porto*, dissertação de licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras do Porto, Porto, 1972.
- FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira de – *As Demarcações Marianas no Douro Vinhateiro*, Porto, I.V.P., 1996.
- FREIRE, Braamcamp – *Brazões da Sala de Cintra*, vol. II, Lisboa, impresso por Francisco Luiz Gonçalves, 1901.
- FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e – *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, vol. III, Porto, S.C.M.P., 1995.
- FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e – *Toponímia Portuense*, Porto, Contemporânea Editora, s/d.
- GOMES, Maria de Fátima Isidro Martins – *Temendo a Morte*, dissertação de mestrado em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras do Porto, Porto, 1996.
- GOUVEIA, António Camões – *A linhagem ou o tempo da memória*, D. Francisco Manuel de Melo e o nobre seiscentista, in "Ler História", n.º 18, 1990, pp. 3 a 25.
- JOUKES, Veronika – *Os Flamengos no Noroeste de Portugal (1620-1670). Subsídios para a reconstrução da vida dos Flamengos no noroeste de Portugal de 1620 até 1670*, dissertação de mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras do Porto, Porto, 1999.
- LEBRUN, François – *A Vida Conjugal no Antigo Regime*, Lisboa, Edições Rolim, s/d.
- MASSON, Christine – *Douro, terra de Porto*, Paris, Éditions LPM, 2001.

- MACEDO, J. Borges de – *A situação económica no tempo de Pombal*, 2ª ed., Lisboa, Moraes Editores, 1982.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *A Casa e o Património dos Grandes Portugueses (1750-1832)*, dissertação de doutoramento em História Social, Lisboa, FCSH, 1995.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *Elites locais e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime*, in "Análise Social", 4ª série, vol. XXXII, n.º 141, 1997, pp. 335 a 368.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *Notas sobre Nobreza, Fidalguia e Titulares nos finais do Antigo Regime*, in "Ler História", n.º 10, 1987, pp. 15 a 51.
- MORAIS, Cristóvão Alão de – *Pedatura Lusitana (Nobiliário das Famílias de Portugal)*, tomo III, vol. II, Porto, publicado por Alexandre Vasconcelos, António Cruz e Eugénio de Cunha e Freitas, 1945.
- OLIVEIRA, Aurélio de – *A renda agrícola em Portugal durante o Antigo Regime (séculos XVII-XVIII)*, in "Revista de História Económica e Social", n.º 6, pp. 4 a 56.
- PEIXOTO, Ana Sílvia A. de O. N. de Lemos – *História Social da Administração do Porto (1700-1750)*, dissertação de mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras do Porto, Porto, 1991.
- QUARESMA, Maria Clementina de Carvalho – *Inventário Artístico de Portugal. Cidade do Porto*, vol. XIII, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1995.
- RODRIGUES, Maria Manuela B. Martins – *Morrer no Porto durante a época barroca: atitudes e sentimento religioso*, dissertação de mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras do Porto, Porto, 1991.
- SANTOS, Cândido dos – *A população do Porto de 1700 a 1820, contribuição para o estudo da demografia urbana*, Porto, Centro de História da Universidade do Porto, 1979.
- SANTOS, Maria José Ferreira dos – *A Indústria do Papel em Paços de Brandão e Terras de Santa Maria (séculos XVIII-XIX)*, S. M. da Feira, C.M.S.M.F., 1997.
- SCHNEIDER, Susan – *O Marquês de Pombal e o Vinho do Porto. Dependência e subdesenvolvimento no Portugal do século XVIII*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980.
- SILVA, André Mansuy Diniz – *Une voie de connaissance pour l'Histoire de la société portugaise au XVIII<sup>e</sup> siècle: les micro-biographies*, in "Clio", vol. I, Lisboa, 1979.
- SILVA, Francisco Ribeiro da – *Tempos Modernos*, in "História da Cidade do Porto", dir. por Luís A. de Oliveira Ramos, 3ª ed., Porto, Porto Editora, 2000.
- SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto. Das Luzes ao Liberalismo*, Lisboa, Edições Inapa, 2001.
- SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto e o seu termo (1580-1640). Os Homens, as Instituições e o Poder*, 2 vols., Porto, C.M.P., 1988.
- SILVA, Isabel Luisa Morgado de Sousa e – *A Ordem de Cristo (1417-1521)*, dissertação de doutoramento em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras do Porto, 3 vols., Porto, 1998.
- VALENTE, Vasco – *Em redor de um problema heráldico*, in "Boletim Cultural da C.M.P.", vol. VIII, Porto, ed. Marânus, 1945.
- VALENTE, Vasco – *Homens da governança da cidade do Porto desde 1428 a 1949*, in "Boletim Cultural da C.M.P.", vol. XIII, Porto, ed. Marânus, 1950.
- VITERBO, Joaquim de Santa Rosa – *Elucidário de palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usavam*, 2 vols., Porto-Lisboa, Livraria Civilização (edição de Mário Fiúza), 1966.
- VITERBO, Sousa – *O Pedro Cem (extracto de Branco e Negro)*, I vol., Lisboa, s/ed., 1897.

## SIGLAS

**ADP** – Arquivo Distrital do Porto

**AHMOP** – Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas

**AHMP** – Arquivo Histórico Municipal do Porto

**AMA** – Arquivo Municipal de Aveiro

**AOTSFP** – Arquivo da Ordem Terceira de S. Francisco do Porto

**APSPM** – Arquivo da Paróquia de S. Pedro de Miragaia

**IAN/TT** – Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo

## ABREVIATURAS

dir. – dirigido

ed. – edição

cap. – capítulo

cit. – citado

c. – cruzados

fl(s). – fólio(s)

it. – item

MF – microfilme

n.º – número

o. c. – obra citada

p. \_ página

par. – parágrafo

PHOC – processo de habilitação para a Ordem de Cristo

pp. – páginas

RP – registo paroquial

s. – série

séc. – século

SN – secção notarial

v. – verso

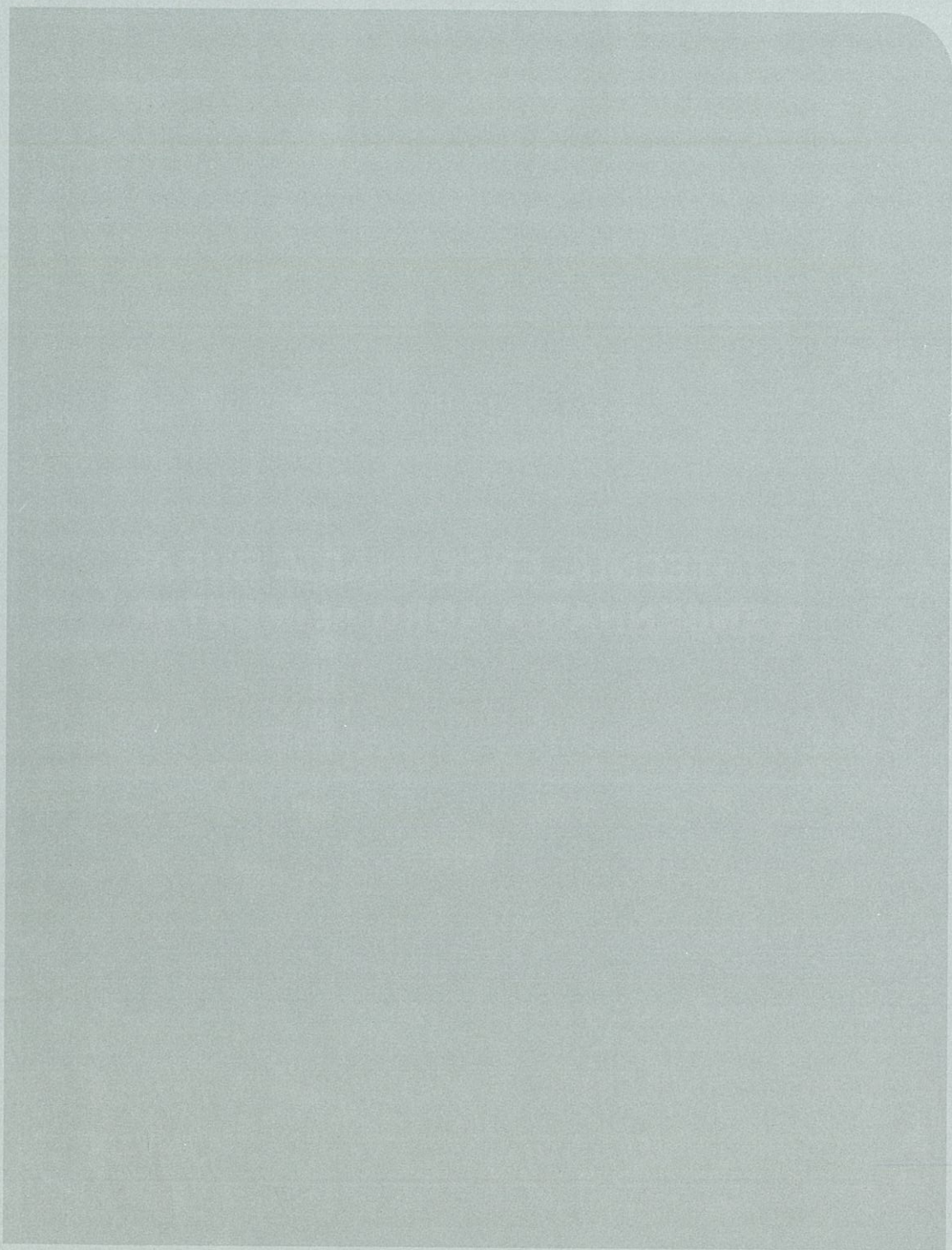
vol(s). – volume(s)

## NORMAS DE TRANSCRIÇÃO

Nas transcrições foram respeitados integralmente os documentos originais, quer na ortografia, quer na pontuação.

The background of the entire page is a dark, monochromatic photograph of a forest floor. The image is out of focus, showing various textures of leaves, twigs, and a prominent tree trunk on the right side. The lighting is low, creating a moody and naturalistic atmosphere. The text is overlaid on a dark, semi-transparent rectangular area in the center of the image.

**FITOTECNIA, ENGENHARIA RURAL  
E ENGENHARIA AGRO ALIMENTAR**



# **TECHNICAL EFFICIENCY AND PRODUCTIVITY GROWTH IN THE FARMING SYSTEM OF THE DOURO REGION: A STOCHASTIC FRONTIER APPROACH**

**JOSÉ VAZ CALDAS \***

**JOÃO REBELO \***

---

## **ABSTRACT**

The objective of this paper is to study the changes on the productive performance of the Douro farming system during 1988-98. We analyse both the productivity growth and technical efficiency of the farms of the Douro. For this purpose we use a stochastic production frontier effects model to compute the returns to scale, total factor productivity growth and the technical efficiency indices. The empirical results show that Douro farms experienced increasing returns to scale after 1995 and a total factor productivity growth of 4.7% per year, on average, which is, essentially, a consequence of a positive technical efficiency change.

## **1. INTRODUCTION**

Due to the full integration of Portugal in the European Union (EU) in the nineties<sup>1</sup>, together with an increased globalised economy and the boom in information technology, Portuguese agriculture has been the object of large structural changes. Between 1989 and 1997, the number of farms, the volume of labour and the agriculturally usable land decreased by 30%, 40%<sup>2</sup> e 5%, respectively, and the Agriculture Gross Value Added, at real prices, only increased at a rate of 0.7% per year, a significantly smaller growth than that of the Portuguese economy, 2.5%/ year<sup>3</sup>. Comparing the situation

---

\* Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

1. Although Portugal joined the EEC in 1986, the effects of its full integration into the EU - namely in terms of the role played by the European Agricultural Guidance and Guarantee Fund (EAGGF) Guarantee - were only felt in the last decade, mainly due to the end of the first phase of the transition period, in 1990 and the CAP reform, in 1992. MADRP (1999) provides a good overview of the structural changes that occurred in this period in Portuguese agriculture.

2. Corresponding to 400, 000 persons.

3. Despite this trend, the Portuguese agro-forestry sector still plays an important role in the national economy, contributing 10.5% to the Portuguese Gross Value Added (valued at market prices), in 1998. In the EU, the importance of this sector is only outweighed in the case of Greece.

with that of the EU as a whole, the average Portuguese farm income is still less than 30% of that of the average EU farmer (MADRP, 1999).

Although Portugal is a small country (3,700,161 ha of usable land and 381,794 farms), it has enormous differences in its climatic and orographic conditions, resulting in a wide diversity of agricultural activities spread across the different regions of the country. Among these is the homogenous agricultural region called the Douro, situated in the north eastern part of Portugal on the banks of the river Douro, including, roughly, the oldest wine demarcated area<sup>4</sup>, known for centuries for its production of the fortified wine known world-wide as Port.

Currently, the Douro agricultural sector contributes 40% to its regional Gross Domestic Product (FRAH, 2000, p.98), comprising 139 097 ha of usable land and close to 32 000 farms, with an average size of 4,35 ha/farm (INE, 2000). However, between 1988 and 1998, there was a reduction both in Douro's number of farms (16%) and in its usable agricultural land of (9.5%). This zone, using the EU classification, may be included in the category of High Natural Value farming systems, where "in place of sustainable and relatively labour-intensive grazing regimes and the maintenance of features such as terracing and stock-proof walls, economic conditions lead to the land being under-managed" (European Commission, DG VI, 1997, p.20). Wine is the most important regional produce covering almost 1/3 of the total usable land, of which almost 78% is situated on steep hills where mechanisation is very difficult to undertake (FRAH, 2000).

Knowing that the competitiveness of the agricultural sector of the Douro region depends on the sustainable growth of the total factor productivity (TFP) of its farms, to define strategies that are able to move the production frontier and to use efficiently the available inputs, it is important to quantify technical efficiency and to explore the origins of the evolution of TFP.

In this context, the main objective of this paper is to study the changes on the productive performance of the Douro farming system during 1988-98. For this purpose we will analyse both technical efficiency and TFP growth over the study period and by type of farm. A Stochastic Frontier Approach (SFA) will be employed to measure technical efficiency (TE) and to decompose TFP growth into two different sources: inefficiency change (IC) and technical change (TC). Furthermore, we will obtain measures of partial input productivity and returns to scale (RTS).

The remainder of this paper is divided into four sections. Section two provides a description of the stochastic frontier model used in this paper. In Section three, data and empirical results are presented and discussed. The final section summarises the major conclusions of our research.

---

4. The Demarcated Area of Douro was established and regulated by a royal diploma, during the reign of José I, in 1756. Due the importance and value of its natural, cultural and scenic heritage, a part of the Demarcated Area of Douro was included in 2001 in UNESCO's "List of World Heritage Sites (Cultural, Living and Evolved Landscape)".

## 2. STOCHASTIC FRONTIER MODEL

Based on the concept of frontier functions, the measurement of technical efficiency<sup>5</sup> has been a popular field of research since the seminal paper by Farrel (1957). Basically, there are two approaches to computing productive efficiency indices, the DEA (data envelopment analysis) and the SFA (stochastic frontier approach). It is not possible to determine which of the two approaches is preferable, since the true level of efficiency is unknown. Because all deviations from the frontier are interpreted as inefficiency in the DEA, the SFA normally yields lower inefficiency level than DEA. Battese (1992), Bravo-Uretta and Pinheiro (1993), and Coelli (1995) all provide comprehensive surveys of frontier production models applied in agricultural economics.

The SFA approach has been applied in the analysis of the technical efficiency and productivity growth of farming systems (Battese and Broca, 1997; Coelli and Battese, 1996; Rebelo, 2000). These studies generally assume that the flexible functional form of the translog production frontier is appropriate in farm-level analysis, so that more general technologies can be accounted for than with the Cobb-Douglas model.

In our empirical analysis, a translog stochastic frontier production effects model proposed by Battese and Coelli (1995) is assumed to specify the production technology of Douro farms during 1988-1998. The model is defined by:

$$\ln Y_{it} = \beta_0 + \sum_{j=1}^5 \beta_j X_{jit} + \frac{1}{2} \sum_{j \leq k=1}^5 \sum_{j \leq k=1}^5 \beta_{jk} X_{jit} X_{kit} + V_{it} - U_{it} \quad (1)$$

where:

- $\ln$  represents de natural logarithm;
- the subscripts  $i$  and  $t$  represents de  $i$ -th farm ( $i = 1, \dots, 11$ ) and  $t$ -th year of observation ( $t = 1, \dots, 11$ ), respectively;
- $Y$  is the gross value of agricultural product (sum of the gross value of crop output and livestock output)<sup>6</sup> in *contos*;
- $X_1$  is the logarithm of the total amount of land used (hectares);

5. Sometimes, measures of partial productivity such as yield per hectare or output per unit of labour are used to compute the efficiency of the Agriculture Sector (MADRP, 1999). However, these indices are impartial and imperfect measures of technical efficiency, because they do not take into account the differences in input bundles, which may affect partial productivity, but are not necessarily related to the efficiency or managerial quality of the firm. This is particularly important when we compare firms with different input mixes. This weakness is overcome by using measures of technical efficiency based on frontier production functions.

6. Given that the dependent variable in the frontier is the aggregated value of the agricultural output, rather than the physical quantity, the inefficiency effects could be influenced by allocative inefficiency. However, as during the study period input and output prices were similar for all farmers and the policy regarding the main items of Douro production (wine, essentially) remained the same, it is to be expected that the inefficiency effects in our frontier model are mostly associated with the technical inefficiency of production.

- $X_2$  is the logarithm of the total of labour consumed (in annual workman units – AWU) from family and hired labour;
- $X_3$  is the logarithm of the total amount of capital (sum of annual depreciation and service costs of building and machinery in *contos*);
- $X_4$  is the logarithm of the value (in *contos*) of other inputs (seeds, fertilisers, fuel and lubricants and other variable costs);
- $X_5$  represents the year of observation, where  $X_5 = 1, \dots, 11$ ;
- $V_{it}$ s are random variables that capture the effects of the unspecified explanatory variable, namely, measurement error, random shocks and other statistical “noise”, and are assumed to be independent and identically distributed with  $N(0, \sigma^2_v)$  distribution and independent of the  $U_{it}$ s.
- $U_{it}$ s are non-negative unobservable random variables associated with technical inefficiency of production, such that, for the given technology and levels of inputs, the observed output falls short of its potential output.  $U_{it}$  is obtained by the truncation (at zero) of the  $N(m_{it}, s^2)$  distribution with<sup>7</sup>:

$$\mu_{it} = \delta_0 + \delta_1 Z_{1it} + \delta_2 Z_{2it} + \delta_3 Z_{3it} + \delta_4 Z_{4it} + \delta_5 Z_{5it} + \delta_6 X_5 + \delta_7 (X_5/2)^2 \quad (2)$$

where:

- $Z_1$  is the weighting applied to crop output as a proportion of the gross value of the agricultural product;
- $Z_2$  is the weighting applied to family labour as a proportion of total labour consumed;
- $Z_3$  is the weighting applied to irrigated land on the amount of total land used;
- $Z_4$  is dummy variable that tries to capture the effects of full adhesion to EU, which takes value 0 if the year of observation is until 1992 and 1 after this year;
- $Z_5$  is a dummy variable that reflects the type of farmer, which takes the value 1 if the farm uses only family labour, and 0 otherwise;
- $X_5$ , as in (1) represents the year of observation, where  $X_5 = 1, \dots, 11$ .

The specification of the second order terms of (1) includes the variable  $X_5$  in such a way that a non-neutral technical change can be considered. The neutral technical change is present if the coefficients of the interactions between the observed year ( $X_5$ ) and the input variables are zero.

The specification of the model for the inefficiency effects, in equation (2), permits the level of technical inefficiency: to be influenced by variables that characterise the farm system

---

7. Compared to the traditional SFA models, this method, by introducing exogenously these variables in the model, evaluates directly and consistently the effects of inefficiency that result from the variables related to the structure and behaviour of the observed production units.

$(Z_1, Z_2, Z_3)$ , to differ from period to period ( $Z_4$ ) and to vary according to the type of farmer ( $Z_5$ ). In addition, the effects are assumed to change in a quadratic fashion over time. This parametric model permits the estimation of productivity growth by taking the derivative of the logarithm of the mean production with respect to time. The rate of productivity growth can be decomposed into technical and inefficiency changes, provided the inefficiency effects are stochastic and have a truncated-normal distribution.

The parameters of the frontier production model, defined by equations (1) and (2), are estimated<sup>8</sup> by the method of maximum likelihood using the software FRONTIER 4.1 (Coelli, 1996).

The hypothesis tests, involving parameters of the stochastic production frontier, is undertaken using the generalised likelihood-ratio test:

$$\lambda = -2 \{ \ln[L(H_0)/L(H_1)] \} \quad (3)$$

where  $L(H_0)$  is the value of the likelihood function for the frontier model, in which the parameter restrictions specified by the null hypothesis,  $H_0$ , are imposed;  $L(H_1)$  is the value of the likelihood function for the general frontier model;  $\lambda$  has a Chi-square (or mix Chi-squared) distribution with degrees of freedom equal to the difference between the parameters estimated under  $H_1$  and  $H_0$ . The technical efficiency of a farm in the  $t$ -th year of observation, given the specifications of the model, is defined (Battese and Coelli, 1993) by:

$$TE_{it} = \exp(-U_{it}) \quad (4)$$

For the translog stochastic frontier production function (1), the elasticities of the mean product are estimated for the four inputs (land, labour, capital and other inputs). The returns to scale are calculated by the sum of these four elasticities.

Technical change (TC) and technical inefficiency change (IC) are two components of the productivity growth. Since the time variable,  $t$ , is included in the frontier production function (1) and in the inefficiency effects model (2), the respective rate (Battese and Broca, 1997) is given by:

$$\frac{\partial \ln E(Y)}{\partial t} = \frac{\partial X\beta}{\partial t} - C_{it} \frac{\partial U_{it}}{\partial t} \quad (5)$$

8. Alternatively, a two-step approach can be used: in a first step only the parameters of equation (1) are estimated, and in a second step a regression is undertaken of the technical (in)efficiency score on the exogenous variables included in (2). An early example of this approach is provided by Pitt and Lee (1981). Bravo-Ureta and Pinheiro (1993) summarise its pros and cons, and Battese and Coelli (1995) criticise the second step since the efficiency indices are not identically distributed.

where  $\partial X\beta/\partial t^9$  and  $C_{it}\partial\mu_{it}/\partial t$  represent the technical change and the technical inefficiency change, respectively, and  $C_{it}$  is given by:

$$C_{it} = \left[ 1 - \frac{1}{\sigma} \left[ \frac{\phi\left(\frac{\mu_{it}}{\sigma} - \sigma\right)}{\Phi\left(\frac{\mu_{it}}{\sigma} - \sigma\right)} - \frac{\phi\left(\frac{\mu_{it}}{\sigma}\right)}{\Phi\left(\frac{\mu_{it}}{\sigma}\right)} \right] \right] \tag{6}$$

and  $\phi$  and  $\Phi$  represent the density and distribution functions of the standard normal random variable, respectively.

### 3. DATA AND RESULTS

#### 3.1. Data

The data used in this study was made available by the Regional Division of the Ministry of Agriculture, Rural Development and Fisheries, from accounts of farms covered by the Farm Accounting Data Network (FADN, known by the Portuguese acronym RICA) and located in the homogeneous agricultural region of the Douro. Our observations were conducted from 1988 to 1998, the latter being the most recent year for which information was available, and globally constitutes a pool of 874 observations. Annual data is expressed in terms of 1988 base year values, using price deflators (agricultural product price indexes for the outputs and the Gross Domestic Product deflator for capital and other inputs, respectively). Otherwise, all variables are expressed in terms of flows (quantity used in a given period), thereby allowing for elasticities to be comparable.

Table 1 contains some statistical information on the variables used in our model. It is important to emphasise that, in the study period, labour is being substituted for capital (an average decrease of 37.1% for labour and increase of 27.5% for capital). Likewise we can also see that the use of land and other inputs also decreased (16.7% and 28.3%, respectively).

9. The rate of TC can be decomposed further in two effects, pure and biased TC (Tzouvelekas et al., 1999) and the technical inefficiency change can be separated into pure inefficiency change and scale change (Färe et al., 1994). The computation of these indicators is outside the scope of this paper.

**Table 1:** Descriptive statistics on the output/input variables

	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
<b>Y = Output *</b>											
Max.	7719	8980	9335	12387	10140	13066	10344	16344	18197	15632	16589
Min.	159	132	208	202	123	87	234	97	60	96	106
Average	2467	2365	2485	2835	2346	1868	2525	2542	2922	2810	2684
C. of variation (%)	87.5	82.8	78.0	82.8	86.6	100.0	82.2	97.1	94.3	94.8	96.9
<b>Y<sub>1</sub> = Land (ha)</b>											
Max.	50	51	52	53	51	55	43	43	43	44	43
Min.	0.28	0.27	0.39	0.28	0.28	0.28	0.1	0.28	0.28	0.28	0.28
Average	12	11	11	11	10	10	10	10	10	11	10
C. of Variation	94.8	94.5	92.6	89.6	87.1	86.7	83.5	91.7	94.4	85.2	89.2
<b>X<sub>2</sub> = Capital</b>											
Max.	763	592	949	1050	1396	1169	997	1817	1384	1730	1588
Min.	1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1
Average	142	128	164	197	179	147	172	163	165	184	181
C. of variation (%)	1.18	106.2	109.5	115.1	139.8	136.6	123.4	177.5	147.9	143.0	162.0
<b>X<sub>3</sub> = Labour (AWU)</b>											
Max.	11.2	10.2	9.7	10.0	10.8	6.0	6.9	8.8	9.5	9.0	8.8
Min.	0.52	0.48	0.66	0.52	0.25	0.28	0.31	0.24	0.37	0.74	0.57
Average	3.5	2.8	3.0	3.1	2.7	2.5	2.4	2.4	2.4	2.4	2.2
C. of variation (%)	81.2	79.6	77.7	70.2	71.4	143.3	60.8	64.0	65.4	58.7	56.3
<b>X<sub>4</sub> = Other inputs</b>											
Max.	5415	2837	4635	4060	2725	2253	1860	3990	4216	4077	4920
Min.	18	29	1	16	13	1	2	23	10	11	15
Average	477	387	407	435	345	306	310	318	363	335	342
C. of variation (%)	1.49	116.8	165.3	147.3	126.2	121.3	107.9	144.6	145.6	143.8	156.6

\* *Contos (1000 escudos = 5 euro) at 1988 price.*

### 3.2. Estimates and tests

Table 2 presents the maximum-likelihood estimates of the parameters in the translog stochastic frontier production function, given the specification for the technical inefficiency effects, as defined by equations (1) and (2).

Because the model defined by equations (1) and (2) involves such a large number of variables and parameters, in order to decide if a simpler model would provide a more accurate representation of the technology observed in the farming systems of the Douro, tests of several null hypotheses concerning the nature of the production function and of the inefficiency effects, were applied first.

**Table 2:** Estimates for parameters of the stochastic frontier and inefficiency effects model

Variable	Parameter	Estimates	Ratio t
<i>Stochastic Frontier</i>			
Constant	$\beta_0$	7.247	1.644
$X_1$	$\beta_1$	0.568	3.634
$X_2$	$\beta_2$	-0.168	-0.627
$X_3$	$\beta_3$	-0.059	-1.010
$X_4$	$\beta_4$	-0.068	-0.485
$X_5$	$\beta_5$	-0.181	-3.112
$X_1X_1$	$\beta_{11}$	-0.093	-2.356
$X_1X_2$	$\beta_{12}$	0.012	0.212
$X_1X_3$	$\beta_{13}$	-0.004	-0.221
$X_1X_4$	$\beta_{14}$	-0,052	-1.468
$X_1X_5$	$\beta_{15}$	-0.002	-0.196
$X_2X_2$	$\beta_{22}$	0,021	0.181
$X_2X_3$	$\beta_{23}$	0,038	1.623
$X_2X_4$	$\beta_{24}$	0,022	0.361
$X_2X_5$	$\beta_{25}$	0,047	3.697
$X_3X_3$	$\beta_{33}$	0,031	3.381
$X_3X_4$	$\beta_{34}$	-0.015	-1.026
$X_3X_5$	$\beta_{35}$	0.010	2.779
$X_4X_4$	$\beta_{44}$	0.075	2.316
$X_4X_5$	$\beta_{45}$	0.009	1.002
$X_5X_5$	$\beta_{55}$	0.008	1.318
<i>Inefficiency effects</i>			
Constant	$\delta_0$	-0.458	-1.001
$Z_1$	$\delta_1$	0.128	0.814
$Z_2$	$\delta_2$	2.023	5.663
$Z_3$	$\delta_3$	-0.098	-1.005
$Z_4$	$\delta_4$	0.265	1.611
$Z_5$	$\delta_5$	0.137	1.100
$X_5$	$\delta_6$	-0.143	-1.549
$X_5X_5$	$\delta_7$	0.000	0.006
<i>Variance parameters</i>			
	$(\sigma_v^2 + \sigma^2)$	0,383	7.891
	$\gamma$	0,722	13.462

The null hypotheses involved and the correspondent value of the statistic tests are given in Table 3. The null hypotheses ( $H_0$ ) specifies that:

- The second order coefficients in the translog production function are equal to zero, and hence the Cobb-Douglas function applies;
- The interaction terms involving the year of observation are zero, showing that there is a neutral technical change in production, relative to the inputs;
- The inefficiency effects in the production function are not present in the model, therefore, Douro farmers are fully technically efficient.

- Since the coefficients of all the seven explanatory variables in the inefficiency model (2) are simultaneously equal to zero, they are not useful in describing the inefficiencies of production of Douro farming systems.

**Table 3:** Likelihood-ratio test of null hypothesis (structural restrictions)

Null hypothesis, $H_0$	Statistic test $\lambda$	Critical value of $\lambda$ (0,05)
$\beta_{jk} = 0, j \leq k = 1,2,\dots,5$	114.30	24.99
$\beta_{j5} = 0, j = 1, 2, \dots, 4$	61.92	9.49
$\gamma = \delta_0 = \delta_1 = \dots = \delta_7$	674.28	16.27*
$\delta_1 = \dots = \delta_7 = 0$	668.40	14.07

\* This critical value is obtained from table 1 of Kodde and Palm (1986) In this case, because  $\gamma = 0$  is on the boundary of the parameter space and the asymptotic distribution of  $\lambda$  is a mixed  $\chi^2$  distribution with degrees of freedom equal to 9 (number of restrictions).

From the statistical value of  $l$ , computed using (3), we can conclude that each one of the four restrictions is strongly rejected at a 5% significance level, and hence the stochastic frontier model, defined by equations (1) and (2), gives an adequate representation of the production technology observed among Douro farmers.

The estimate (0.722) and significance for  $g$  implies that the variance of the inefficiency effects is a significant component of the total variance of the error terms<sup>10</sup>. Furthermore, the d-estimates and the significance of the inefficiency effects model of equation (2) indicate that technical inefficiency tends to increase as the relative weight of family labour increases. These findings confirm our expectations, since farms with readily available family labour tend to use this resource less efficiently, due to seasonality and a reduced pressure to control labour costs in family farms (i.e. there is no need to pay – in the strict sense of the term – for family labour). The other coefficients, individually, are not statistically significant<sup>11</sup>.

### 3.3. Elasticities, Technical efficiency, Technological change and Inefficiency change

Table 4 contains the values of: production elasticities for the four inputs, per year, and type of farm; returns to scale (RTS); technical efficiency (TE), productivity growth (PG) and its components technical change (TC), and inefficiency change (IC).

10. However, as Battese et al.(1998, p. 14) have stressed “ $\gamma$  is not correctly interpreted as the ratio of the variance of the inefficiency effect,  $U_{it}$ , to the sum of the variances of  $U_{it}$  and  $V_{it}$ , because  $\sigma^2$  is the variance of the normal distributions before truncation (at zero) to obtain the distributions of the  $U_{it}$ s”. The hypothesis of  $\gamma$  equal to 1 is also rejected (statistic t equal to 5.261), i.e., the adopted model is significantly different from the deterministic frontier model.

11. The non individual significance of the majority of these parameters, together with the global significance of the  $U_{it}$  regression, suggests the possibility of multicollinearity of the variable assumed as exogenous in the inefficiency effects.

**Table 4:** Production elasticities, returns to scale, technical change, inefficiency change, productivity growth and technical efficiency (averages)

	# farms	Land $X_1$	Labour $X_2$	Capital $X_3$	Other inputs $X_4$	RTS	TC	IC	PG	TE
Year										
1988	62	0.082	0.193	0.027	0.223	0.525	-0.045	-0.079	0.034	0.521
1989	63	0.087	0.237	0.035	0.222	0.581	-0.045	-0.075	0.030	0.568
1990	63	0.093	0.288	0.056	0.214	0.651	-0.033	-0.068	0.035	0.595
1991	75	0.081	0.344	0.069	0.232	0.726	-0.019	-0.058	0.039	0.641
1992	80	0.099	0.375	0.071	0.231	0.776	-0.021	-0.060	0.039	0.616
1993	82	0.102	0.413	0.076	0.230	0.821	-0.017	-0.065	0.048	0.600
1994	71	0.096	0.461	0.083	0.242	0.882	-0.001	-0.061	0.060	0.662
1995	88	0.095	0.504	0.088	0.261	0.948	-0.001	-0.049	0.048	0.679
1996	85	0.087	0.564	0.106	0.272	1.029	0.011	-0.044	0.055	0.716
1997	107	0.080	0.611	0.116	0.274	1.081	0.020	-0.043	0.063	0.711
1998	98	0.081	0.650	0.118	0.286	1.135	0.024	-0.036	0.060	0.713
Average	80	0.089	0.445	0.081	0.248	0.863	-0.009	-0.056	0.047	0.643
Type of farm										
Family	408	0.138	0.423	0.065	0.239	0.865	-0.026	-0.085	0.059	0.514
Others	466	0.046	0.464	0.095	0.256	0.861	0.006	-0.031	0.037	0.756

Using the mean values in our analysis, we can see that in all situations the production partial elasticities of the inputs are between 0 and 1, and with the expected sign, implying the producers are in the well known second stage of production (rational zone of production), that is, *ceteris paribus*, an increase in the consumption of an input corresponds to a less than proportional change in output. Among the inputs, labour is the one that exhibits the highest partial elasticity (average 0.445)<sup>12</sup>, followed by other inputs (0.248), and finally, land and capital with almost identical partial elasticities, respectively, 0.089 and 0.081, suggesting that labour and other inputs have the greatest importance in the production technology of Douro farms. With the exception of the elasticity of land inputs, which remained fairly stable during the study period, all the other elasticities increased over the years, indicating that output increased with changes in the consumption of the inputs of labour, capital and other factors<sup>13</sup>. In other words, in general, given the external environment they faced, Douro farmers were nevertheless able to introduce changes in the production process that enabled them to improve their input use, as shown by the positive relative change in output.

12. We must highlight once more that in the Douro, and particularly in the production of grapes for wine, due to the often steep slopes of the land farmed and the characteristics of the plantation system, mechanisation is difficult. Therefore the use of labour in the production process is of the greatest importance, and explains the high value of its production elasticity.

13. This effect is especially relevant for labour, due to the value of its partial elasticity.

**Table 5:** Matrix of Pearson and rank (Spearman) correlation coefficients

		RTS	PG	TE	Land	Labour	Capital	O.inputs
Pearson	RTS	1.000	0.510*	0.310*	-0.105*	0.035	0.316*	0.171*
	PG		1.000	-0.052	0.239*	0.335*	0.454*	0.325*
	TE			1.000	0.279*	0.412*	0.174*	0.264*
	Land				1.000	0.516*	0.370*	0.312*
	Labour					1.000	0.276*	0.419*
	Capital						1.000	0.573*
	O. inputs							1.000
Spearman	RTS	1.000	0.524*	0.291*	-0.083*	0.128*	0.377*	0.232*
	PG		1.000	-0.059	0.257*	0.407*	0.614*	0.415*
	TE			1.000	0.386*	0.462*	0.168*	0.430*
	Land				1.000	0.601*	0.418*	0.552*
	Labour					1.000	0.363*	0.660*
	Capital						1.000	0.597*
	O. inputs							1.000

\* Correlation is significant at the 0.01 level

From the analysis of the annual value and path of the partial input elasticities, there appear to be evidence of decreasing returns to scale (RTS) until 1995 (sum of output-inputs elasticities less than one) and increasing returns to scale after this year (sum of output-inputs elasticities greater than one)<sup>14</sup>. On the other hand, the correlation coefficients presented in Table 5 suggest that RTS is higher the less land and the more labour, capital and other inputs are used. This result is also confirmed, to some extent, when we compare farms by type, since family farms show returns to scale lower than those with other characteristics ("others").

From the mean values of TE, we can conclude that, based on the production factor consumption, the observed output of Douro farms corresponds only to 64.3% of the potential one (the frontier output), clearly indicating that input usage was inefficient, due to the adoption of inadequate management practices<sup>15</sup>. However, in recent years, these farmers were able to adopt management practices leading to a better input use, expressed by the continuous increase in the TE index. Moreover, and relatively to the technical economic orientation, the farms that show a higher and smaller TE index are, respectively, those that mainly produce grapes for wine (TE = 0.736), and those with a diversified farming system (TE = 0.454).

By type of farm, family farms are the most inefficient in input usage, exhibiting a TE index smaller (0.514) than those with non-family characteristics, the larger and more market orien-

14. In our set of observations, the dominant situation (67.2% of the total) is that of decreasing returns to scale. It is important to highlight that the hypothesis of constant returns to scale, applying the test described in (3), is rejected.

15. By classes, 48% and 52% of the observations have a TE index smaller and higher than 0.7, respectively, showing that a large number of farms have a TE index above the average. The modal class is, therefore, that exhibiting a TE index between 0.8 and 0.9.

ted farms (0.756), and also than the overall average (0.643). The positive sign of the correlation coefficients (table 5) between the TE index and the consumption level of the four production factors allows us to conclude that farmers can improve their technical efficiency by increasing factor consumption.

Table 4 also summarises the results of the PG over time and by farm type, as well as of its components, IC (catching-up) and TC. Until 1995, TC exhibits negative growth rates, but these are decreasing in absolute terms; after 1995, however, its values turn to slightly positive ones. In contrast, the values of IC are always negative<sup>16</sup> (corresponding to positive changes in technical efficiency), notwithstanding the fact that they decrease in absolute terms over time. These findings suggest that between 1988 and 1998, farms had a strong positive change in technical efficiency (expressed by the cumulative value of -63.8% and the average value of -5.6% for the IC), the impact of which, however, was weakened by the inability of farmers to introduce technological improvements capable of moving the production frontier outwards (as seen in the cumulative and average values of TC, -12.7% and -0.9%, respectively). The combination of these two effects led to a positive cumulative and annual growth rate of output (PG)<sup>17</sup> of 51.1% and 4.7%, respectively. That is, when facing a market that is becoming more and more competitive, Douro farmers tended to adopt strategies that led to a more efficient use of the available inputs, allowing them to move closer to the production frontier (expressed by the positive change of technical efficiency), although most of them, especially until 1995, were unable to induce positive changes in the frontier (innovations). These findings raise the following questions: (1) for how long will Douro farmers be able to maintain this positive trend in the productivity of their inputs, and (2) what investment strategies/policies should be applied so that a large majority of them are able to both internalise technological progress and move closer to the new production frontier (i.e. technologically catch up)?

Looking at the results by type of farm, family farms show a negative TC, but the highest IC index, in absolute terms, leading to a higher PG value than that of farms with non-family characteristics (“others”); nevertheless, even the latter have a positive TC value. These findings confirm our expectations, since in our study period it was the larger sized farms that tended to make larger investments in fixed assets. To this end, they used EAGGF-Guidance investment subsidies, leading, *a priori*, to a positive movement in the production frontier (higher TC). However, some farms experienced difficulties in moving towards this new frontier.

16. From the 874 observations, 50.8% (444 observations) and 0.57% (5 observations) exhibit negative values for TC and IC, respectively.

17. The correlation coefficients show that, predictably, the trend in this indicator is related positively with the input partial elasticities and RTS. Nevertheless, we cannot establish any linear relation between PG and TE (the linear and rank correlation coefficients are not significant).

## 4. CONCLUSIONS

A stochastic production frontier effects model was used to compute the returns to scale, total factor productivity growth and the technical efficiency indices. The empirical results show that Douro farms experienced increasing returns to scale after 1995 and a total factor productivity growth of 4.7% per year, on average, which is, essentially, a consequence of a positive technical efficiency change. Moreover, the indices of technical efficiency indicate that the observed output corresponds only in average to 64.3% of the potential output showing clearly an inefficient use of production factors caused by the adoption of inadequate management practices.

We are confident that our findings and conclusions concerning the production structure and performance of Douro farms could be further refined and improved, were we able to obtain additional information on other variables relating to the farms and farmers in our sample that undoubtedly also influence technical efficiency and productivity scores, namely, data on the physical resources of the farm, farmers' age, their professional background/education level, the extent of their use of extension services, and their ability to access market information.

In summary, despite the limitations of the results of our study, we think that they will be of great use in the definition and implementation of agricultural policies for the Douro region. Among these, we can refer, the introduction of technological innovations in vineyards, supported by European Union funds, and, simultaneously, the implementation of initiatives leading to a more efficient use of the available inputs (e.g., professional training, agricultural extension). Finally, the role of private and governmental institutions in assisting farmers to improve their managerial skills is crucial so that they can exploit the full potential of new technologies.

## REFERENCES

- BATTESE, G. E. (1992). Frontier Production Functions and Technical Efficiency: A Survey of Empirical Applications in Agricultural Economics, *Agricultural Economics*, 7, 185-208.
- BATTESE, G. E. and T. J. Coelli (1993). A stochastic Frontier Production Function Incorporating a Model for Technical Inefficiency Effects, *Working Papers in Econometrics and Applied Statistics*, No 69, Department of Econometrics, University of New England, Armidale.
- BATTESE, G. E. and T. J. Coelli (1995). A Model for Technical Inefficiency Effects in a Stochastic Frontier Production Function for Panel Data, *Empirical Economics*, 20, 325-332.
- BATTESE, G. E. and S. S. Broca (1997). Functional Forms of Stochastic Frontier Production Function and Models for Technical Inefficiency Effects: A comparative Study for Wheat Farmers in Pakistan, *Journal of Productivity Analysis*, 8, 395-414.

- BATTESE, G. E., A. HESHMATI and L. HJALMARSSON (1998). Efficiency of Labour Use in the Swedish Banking Industry: A Stochastic Frontier Approach, *CEPA Working Paper*, No 6/98.
- BRAVO-URETA, B.E and A. E. PINHEIRO (1993). Efficiency Analysis of Developing Country Agriculture: A Review of the Frontier Function Literature, *Agricultural and Resource Economic Review*, 22, 88-101.
- COELLI, T. (1995). A Recent Developments in Frontier Modelling and Efficiency Measurement, *Australian Journal of Agricultural Economics*, 39, 219-245.
- COELLI, T. (1996). A Guide to FRONTIER Version 4.1: A Computer Program for Frontier Production Function Estimation, *CEPA Working Paper 96/07*, Department of Econometrics, University of New England, Armidale.
- COELLI, and G. E. BATTESE (1996). Identification of Factors which Influence Technical Efficiency of Indian Farmers, *Australian Journal of Agricultural Economics*, 40, 19-44.
- European Commission, DG VI (1997). Rural Developments, CAP 2000 *Working Document*.
- FÄRE R, S. GROSSKOPF, M. NORRIS and Z. ZHANG (1994). Productivity Growth, Technical Progress and Efficiency Change in Industrialized Countries, *The American Economic Review*, 84(1): 65-83.
- FARREL, M. J. (1957). The Measurement of Productive Efficiency, *Journal of the Royal Statistical Society, Series A*, 120, 253-281.
- Fundação Rei Afonso Henriques – FRAH (2000). *Dossier de Candidatura do Douro a Património Mundial*, Porto.
- Instituto Nacional de Estatística – INE (2000). *Recenseamento Geral Agrícola de 1999*, Lisboa.
- KODDE, David and Franz C. PALM (1986). “Wald Criteria for Jointly Testing Equality and Inequality Restrictions”, *Econometrica*, 54, 1243-1248.
- Ministério da Agricultura Desenvolvimento Rural e Pescas, MADRP, 1999. *Panorama Agricultura, 1998*. GPPAA, Outubro 1999.
- PITT, M. M. and L-F. LEE (1981). Measurement and Sources of Technical Inefficiency in the Indonesian Weaving Industry, *Journal of Development Economics*, 9, 43-64.
- REBELO, João (2000). Medição da Evolução da Produtividade Total dos Factores: O Índice de Malmquist, *Gestão e Desenvolvimento*, 9, 43-78.
- TZOUVELEKAS, V. K. GIANNAKAS, P. MIDMORE and K. MATTAS (1999). Decomposition of Olive Oil Production Growth into Productivity and Size Effects: A Frontier Production Function Approach, *Cahiers d’Economie et Sociologie Rurales*, n.º 51:6-21.

# ALTO DOURO - A PAISAGEM AGRÁRIA E OS EQUILÍBRIOS AMBIENTAIS

JOSÉ ALVES RIBEIRO \*

---

## RESUMO

Faz-se nesta resenha uma abordagem da paisagem duriense numa óptica ao mesmo tempo agronómica e ecologista, chamando a atenção para a tradicional harmonia da instalação da vinha na paisagem, para os novos impactes devidos aos modernos sistemas de implantação, para a problemática da necessidade de uma maior diversificação de culturas agrícolas e para os cuidados a ter para que esses equilíbrios ambientais não sejam demasiado perturbados.

A vinha quase monopoliza a actividade agrária na região demarcada do Alto Douro e tem grande expressão na paisagem, sobretudo na sub-região do Baixo Corgo e mesmo no Cima Corgo. Apenas no Douro Superior se dilui muito mais, de tal modo que em termos globais apenas ocupa 30% no B.C.; 12-15 no C.C. e 5% no D.S. da área geográfica da região demarcada (45.000 hectares de vinha em 250.000 hectares de área global), numa média que, apesar de tudo não é demasiada: 18%.

A sub-região do Douro Superior (Moncorvo, Vilariça, Foz Côa, Freixo e Barca de Alva) é uma zona de expansão natural da vinha duriense, ou seria se a conjuntura económica favorecesse a continuação do investimento na vitivinicultura.

Historicamente o sentido da expansão da vinha duriense foi sempre para maior interioridade, sobretudo desde o rompimento do Cachão da Valeira, nos finais do século XVIII, pois esse era o grande estrangulamento à passagem dos barcos rabêlos, base dos transportes naquela época.

---

\* Dep. de Protecção de Plantas/UTAD - Vila Real.

Também historicamente a plantação de vinhedos tem passado algumas vicissitudes, quer económicas, quer técnico-culturais, desde as crises da filoxera nos finais do séc. XIX e da maromba, já nos princípios do séc. XX. A vinha da época pré-filoxérica era plantada em geios estreitos com duas a três fiadas de videiras, por vezes apenas uma, em patamares horizontais suportados por paredes de xisto. Ainda hoje restam alguns desses geios, mesmo com vinha, embora esta vinha já seja enxertada em bacelos americanos por causa do perigo sempre latente da referida praga. Muitos desses geios estão com outras culturas, sobretudo olival e amendoal. Mas a maioria deles ou foram reconvertidos posteriormente noutros sistemas de implantação da vinha, realizados ao longo deste século, ou foram simplesmente abandonados e recolonizados pela vegetação natural, constituindo os chamados "mortórios", onde em muitos casos ainda se notam as antigas paredes.

Na reconversão posterior, até aos anos 40 e mesmo 50 do século XX, a vinha duriense passou a alargar os geios com um maior número de fiadas de videiras e já apresentando o patamar não de todo horizontal mas com algum declive, embora menor do que o da encosta inicial, pois permanece a construção de paredes de xisto, num trabalho ciclópico de gerações, de muita mão de obra local e imigrada, até da Galiza, nesses tempos mais pobres. São as "pirâmides de xisto" na expressão de Torga.

São essas vinhas que ocupam a maioria da área actual cobrindo cerca de 25.000 ha. E representam um património notável de ordenamento correcto da paisagem, em todos os aspectos, salvaguardadas as limitações à circulação de veículos motorizados e tractores, aspectos que na época não se consideravam obviamente.

Só nos anos 70 e 80, com algumas experiências já nos anos 60, se desenvolveram os dois actuais sistemas de implantação de vinha: terraços com taludes de terra, sem paredes, e a denominada vinha ao alto, também sem paredes. O 1º sistema ocupará cerca de 7.500 hectares e o 2º cerca de 5.500. Nestes dois sistemas estão muitas das modernas vinhas implantadas ao abrigo do PDRITM, mas ao todo ainda representam uma percentagem escassa de vinhas preparadas para a mecanização.. Consideramos aqui na vinha ao alto também a vinha quase plana do sub-planalto.

Há vantagens e inconvenientes de um e outro sistema, mas a prática tem demonstrado que acima de 35 a 40% de declive ambos funcionam mal e tornam difícil quer o controlo das infestantes dos taludes, no 1º caso, quer o trabalho das máquinas no 2º caso.

Por todas as razões é fortemente aconselhável evitar as plantações nesses declives, aliás geralmente próximos de vales de rios, ribeiras e linhas de água, espaços que deverão ser preservados ecologicamente, ou seja com a vegetação natural que nessas linhas de água protegem toda a encosta da denominada erosão basal, que tende a "descalçar" de baixo para cima toda uma linha de água ao longo de uma encosta, quando desprotegida nesse aspecto.

Também se tem abusado da implantação de vinha, no topo das colinas, onde se deverão manter os bosques, pinhais ou matagais aí existentes, pois para além da defesa da erosão e de contribuírem para a retenção de reservas hídricas para toda a colina, constituem um complemento de equilíbrio para a harmonia da paisagem. Há que investir mais em sistemas mistos (numa mecanização adaptada) mantendo alguns muros antigos, havendo actualmente novas técnicas de construção e manutenção dos muros, assim como apostar no sistema de implantação de terraços de uma só linha e baixos taludes.

## CULTURAS COMPLEMENTARES

Não são muitas, dada a pobreza do solo e a orografia enrugada e declivosa da região, para além de algumas limitações climáticas de aridez e excessivo calor estival. Mas é tradicional na região a cultura da oliveira, sendo essencialmente de bordadura no Baixo e Cima Corgo, fazendo algum abrigo à própria vinha e embelezando a paisagem. No Douro Superior, com mais afinidades com a denominada Terra Quente, a oliveira tem ainda maior expressão, assim como a amendoeira, outra cultura tradicional na região duriense e de imenso interesse como cartaz turístico, apesar de algumas limitações ao aspecto económico. Infelizmente nas modernas plantações de vinhedos não se têm plantado oliveiras em bordaduras, desabrigando a vinha e empobrecendo a beleza da paisagem.

Os citrinos estão mais confinados a estreitas várzeas do rio Douro e alguns dos seus afluentes junto à foz, tendo pouca expressão comercial embora de grande tradição e razoável qualidade. É outro complemento interessante na paisagem agrária, havendo mesmo nalgumas zonas, como no Sabor e Vilariça, na foz do Tua, em Barca de Alva e Freixo, na zona da Pala, etc., alguns pequenos mas belos terraços com as viçosas laranjeiras, encastadas na aridez pedregosa do xisto circundante.

Quanto à importância da fruticultura em geral (cerejeiras e outras prunóideas, macieiras, pereiras etc.) esse sector está algo restrito na região demarcada. Praticamente só tem grande expressão nas zonas de transição para as terras altas, quer do lado transmontano, quer do lado beirão (aliás mais desenvolvidas neste lado, desde os belíssimos cerejais de Resende, Penajóia e S. Martinho de Mouros, até aos magníficos pomares de pomóideas de Lamego, Armamar, Tarouca e Moimenta da Beira).

Também Vila Real, Carrazêda de Ansiães, Alfandega da Fé, Macêdo de Cavaleiros e utras do lado Norte são zonas frutícolas por natureza e com potencialidades ainda maiores que a área frutícola que possui. Quanto à fruticultura há que diversificá-la por exemplo nos pequenos frutos (groselhas, framboesas, mirtilos etc.).

## FLORESTA

A floresta é talvez a grande potencialidade futura da região. E pode articular-se com a silvo-pastorícia, com a caça e com o turismo. Além disso os bosques, pinhais e matos arbustivos têm ainda outras missões importantíssimas:

- a) Amenização da excessiva aridez e calor estival.
- b) Compartimentação da paisagem;
- c) Abrigo de ventos;
- d) Abrigo e apoio da fauna;
- e) Espaços de recreio e de lazer;
- f) Embelezamento da paisagem.

Há que investir portanto na floresta duriense, a começar pelo sobreiro, azinheiras e zimbros nas zonas de mais marcada mediterraneidade e nos pinheiros e carvalhos nas zonas mais ocidentais ou sejam de alguma sub-atlanticidade, como é o caso do Baixo Corgo. Há que travar o excesso de eucalipto, demasiado exigente em água e algo sensível a geadas para ser aconselhável nesta região.

Há que acarinhar a floresta natural duriense, mesmo a reinstalada em velhos mortórios e defender o seu património genético e ecológico constituído pela enorme variedade de espécies autóctones, quer arbóreas (sobreiros, azinheiras, carvalheiras, zimbros, etc.) quer arbustivas (medronheiros, estêvas, lentiscos, troviscos, rosmaninhos, tomilhos, oregos, cornalheiras etc., sendo esta última uma espécie aparentada com o pistácio que é um fruto seco possível de cultivar na região).

Na flora duriense abundam espécies vegetais bravias, comestíveis, aromáticas, medicinais, condimentares e melíferas, aspectos que constituem outra potencialidade para o futuro. Também abundam os cogumelos comestíveis e os espargos bravos, também comestíveis na fase de rebentação e muitas outras espécies de elevado valor botânico, ecológico e utilitário. Há que preservar estas espécies e os seus habitats, o que significa que há que ter alguns cuidados com a gestão do ambiente e com a paisagem, para bem do seu equilíbrio, harmonia e biodiversidade, e os principais cuidados serão os seguintes:

- a) Respeitar a vegetação ribeirinha (amieiros, freixos, lódãos, salgueiros etc.);
- b) Respeitar as linhas de água;
- c) Drenar bem as situações de encharcamento;
- d) Não desbastar a vegetação autóctone, sobretudo no topo das colinas e nas linhas de água e antes pelo contrário, repô-la, se necessário!;
- e) Não poluir as linhas de água e evitar extracções de inertes (areia, cascalho, etc) sem critério;

- f) Evitar a proliferação de pequenas lixeiras a céu aberto e transformar as grandes em aterros sanitários;
- g) Evitar a proliferação de espécies exóticas invasoras e desequilibradas da vegetação autóctone (ex: ailantos, mimosas e sumagres). Apesar de as mimosas terem alguma beleza indiscutível e os sumagres uma história interessante: provenientes do Médio Oriente foram cultivados na região durante largas décadas para uso na indústria semi-artesanal da curtimenta de peles, devido ao tanino em que são ricos. Abandonada a sua cultura, hoje é um arbusto infestante de taludes, bordaduras e até das próprias culturas agrícolas, sobretudo das vinhas;
- h) Evitar a degradação dos espaços de lazer (parques merendeiros, miradouros e praias fluviais por exemplo);
- i) Estimular a diversificação de culturas e actividades (incluindo o artesanato) na região;
- j) Sensibilizar os agricultores para as técnicas da Protecção Integrada no uso de agro-químicos, chamando a atenção dos viticultores durienses para um uso criterioso dos pesticidas (herbicidas, insecticidas e fungicidas) até porque as próprias Empresas Agro-químicas já estão a assumir também essa mesma filosofia;
- l) Reequacionar o sistema da implantação de vinhas mais adequado (geios c/ paredes; terraços com altos taludes de terra e duas linhas de videiras; vinha ao alto; terraços c/ baixos taludes de terra e uma linha de videiras...). Deixo a polémica, mas parece-me que o último sistema (em que se perde alguma área útil, mas com a Natureza, nunca se pode ter tudo) será o mais aconselhável para o futuro!;
- m) Manter o mais possível o sistema tradicional com muros de xisto, desde que se adaptem á mecanização, havendo hoje mini-tractores capazes de trabalhar em compassos muito estreitos.
- n) Que os grandes projectos de reconversão agrícola ou florestal sejam sujeitos a estudos de impacto ambiental e não seja permitida a instalação de indústrias poluidoras.
- o) Que sejam mobilizadas acções de investimento público no domínio ambiental: estações de tratamento de efluentes, aterros sanitários, arranjo de locais turísticos, etc.
- p) Que sejam incentivadas acções pedagógicas de educação ambiental a nível de escolas e outras instituições.
- q) Que sejam coordenadas e articuladas as linhas de acção veiculadas pelos diversos programas e projectos de apoio comunitário incidentes na região, bem assim como as estratégias da futura Comunidade Urbana em criação e as do PIOT já criadas para o Alto Douro Património Mundial

Há que ter pois muito cuidado com a Gestão da Paisagem e portanto da Natureza neste sensível Vale do Douro. Mais ainda com o acréscimo de responsabilidades que nos confere o estatuto de Património Mundial. Está em causa todo o equilíbrio ecológico e ambiental desta magnífica e majestosamente bela região duriense.

# CARACTERIZAÇÃO E CONDUÇÃO DE CASTAS TINTAS NA REGIÃO DEMARCADA DO DOURO

NUNO PIZARRO MAGALHÃES

---

Desde a década de 70 do século XX, quando a Brigada de Reconversão das Vinhas do Douro iniciou os seus trabalhos de instalação de novas vinhas em patamares mecanizados, até aos nossos dias, a viticultura da Região Demarcada do Douro sofreu profundas alterações, não só a nível do seu encepamento, mas também no sistema de condução da vinha. De facto, e nomeadamente a partir da implementação do PDRITM (1984) assistiu-se a uma transformação progressiva da paisagem Duriense: paralelamente aos velhos geios replantados após a crise filoxérica e às vinhas tradicionais plantadas segundo as curvas de nível, separadas de onde em onde por muros de pedra, surgiram patamares em taludes em terra, geralmente portadores de duas linhas de videiras e, em menor quantidade, a vinha desenhada segundo as linhas de maior declive – vinha ao alto. Com estas novas formas a mecanização passou a ser possível, com conseqüente redução de custos de produção e de utilização de mão-de-obra. Mas com elas, as condições de crescimento oferecidas às videiras passaram a ser diferentes daquelas que anteriormente existiam. As altas densidades de plantação praticadas nas vinhas tradicionais (4 x 6 palmos), deram lugar, por via da mecanização a menores densidades, oscilando entre os 2 500 a 3 000 pés/ha nas vinhas em patamares até aos 4 500-5 000 pés/ha na vinha ao alto.

Por via disso cada videira passou a dispor de um maior volume de solo para expandir as suas raízes, com menor competição com as adjacentes, pelo que o seu potencial produtivo individual passou a ser superior. Ou seja, do tradicional quilograma, ou menos, por cepa, passaram a produzir-se, nalgumas castas dois, três ou mais quilogramas por planta, o que naturalmente se reflecte nas características qualitativas dos mostos. Para tal contribuiu também a opção por porta-enxertos mais produtivos em substituição do tradicional Monticola (Rupestris du Lot), com destaque para os R99, R110, 1103P e 196-17. Também a forma de condução se modificou, com vista à redução dos tempos de trabalho com a poda e a erguida, tendo dado lugar a condução em vara e torno ao cordão bila-

teral ou unilateral, os quais, para além de pouparem tempo com a poda, dispensam a operação da erguida, dispendiosa e delicada. Com estas novas formas, outras alterações se introduziram na estrutura da videira: o tronco passou a ser mais elevado, com conseqüente agravamento na utilização da água no solo, particularmente evidente na sub-região, mais árida, do Douro Superior, e a carga unitária por videira passou a situar-se a níveis superiores relativamente às vinhas tradicionais, como consequência por um lado do maior potencial vegetativo da videira e por outro com o objectivo de garantir semelhante produtividade por hectare relativamente à obtida nas vinhas tradicionais.

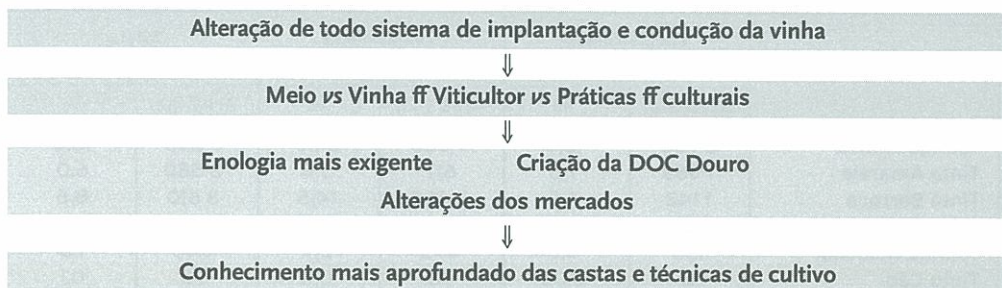
Paralelamente foi alterada a estrutura dos embardamentos, com aumento da altura da parede vegetativa. Assim, a maior produtividade das videiras pôde ser compensada por uma mais ampla área foliar, permitindo conciliar uma produção superior com uma maior quantidade de açúcares produzidos pela folhagem e portanto um nível qualitativo ainda elevado.

Estas modificações no sistema de condução da vinha duriense foram acompanhadas ainda por fertilizações e correcções ao solo geralmente mais criteriosas, fruto de uma assistência técnica que pouco a pouco foi penetrando na Região e de novas estratégias de protecção fitossanitárias, que incluem o combate a pragas e doenças que recentemente se vieram a manifestar – traças, cigarrinha, doenças degenerativas do lenho.

Finalmente, e não menos importante, foi a alteração aos critérios seguidos para os encepamentos, que se consubstanciaram na instalação de parcelas monovarietais, contrariamente à mistura anárquica de castas, praticada outrora, e à eleição de uma meia dúzia de castas que se vieram a revelar de maior potencial qualitativo, quer para a produção de vinho do Porto, quer para consumos de qualidade, cujo mercado dos DOC Douro, entretanto nascido, se tornou mais exigente.

Todas estas profundas alterações ao sistema de implantação e condução da vinha reflectem-se na necessidade de criar novos equilíbrios por parte do viticultor em relação à interacção do meio com as práticas culturais. Uma enologia mais exigente relativamente à matéria-prima, o surgimento da DOC Douro para os vinhos de consumo de alta qualidade e um novo conceito de mercado para estes, implicam pois da parte do viticultor um conhecimento mais aprofundado quer das técnicas de cultivo quer da forma como interpretar o conhecimento das castas para a optimização da sua condução.

○ Esquema 1 sintetiza a ideia que acabou de ser exposta.

**Esquema 1:** Evolução da vitivinicultura na RDD e suas consequências

## EVOLUÇÃO DOS ENCEPAMENTOS

Existem actualmente cerca de 42 000 ha de vinha na Região Demarcada do Douro, dos quais 25 000 ha de vinhas tradicionais e 17 000 ha de vinhas instaladas segundo formas mecanizáveis – patamares e vinha ao alto. A alteração da forma de sistematização do terreno foi acompanhada de uma escolha privilegiada para cinco castas consideradas de superior qualidade, cuja implantação foi obrigatória pelo PDRITM, sendo elas a Touriga Franca, Touriga Nacional, Tinta Barroca, Tinta Roriz e Tinto Cão. Assim, verificaram-se incrementos substanciais de qualquer uma delas na representatividade do encepamento nas vinhas novas em relação às velhas vinhas. Se incluirmos a Tinta Amarela, que apesar de ter diminuído percentualmente nas vinhas novas, mas cujo potencial qualitativo não é de desprezar, constatamos que, actualmente, o conjunto das seis castas representa cerca de 44% do encepamento total, duplicando nas vinhas mecanizadas em relação ao vinhedo tradicional.

Delas se destaca a Touriga Franca, com 18,6% da área plantada, presentemente a casta mais difundida na RDD, seguindo-se por ordem de importância a Tinta Roriz (8,8%), a Tinta Barroca (8,6%) e a Tinta Amarela (6,0%), Quadro 1 e Graf. 1. Apesar de menor expressão, a Touriga Nacional (1,5%) e o Tinto Cão (0,1%) revelaram incrementos muito significativos, em relação à sua posição nas vinhas tradicionais, da ordem de mais de 200% e de 1 200% respectivamente.

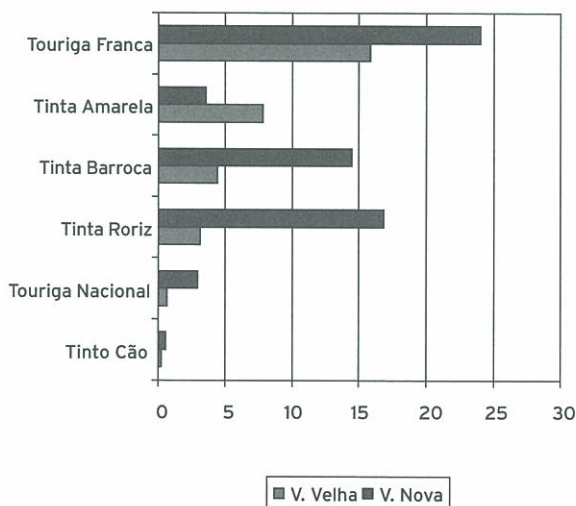
Qualquer uma destas duas castas, que se encontravam quase em vias de extinção, fruto do abandono pela sua baixa produtividade, têm vindo a ser recuperadas não só pelo seu elevado potencial qualitativo, mas também em consequência dos trabalhos de selecção clonal que permitiram situar a sua produtividade a níveis mais compensadores.

O actual encepamento das vinhas modernizadas é pois radicalmente diferente do panorama anterior, ocupando aquelas seis castas no seu conjunto, 62%, contra apenas 8% de outras castas tintas com particular destaque para o Mourisco Tinto, Malvasia Preta e Tinta Carvalha e de 15% da área com castas diversas misturadas, à semelhança das vinhas tradicionais. Finalmente outros 15% são ocupados por castas brancas, instalados sobretudo nas cotas de maior altitude da Região.

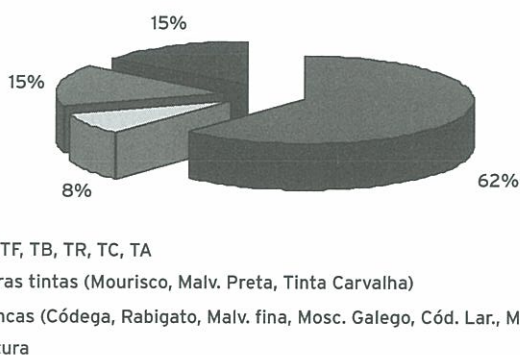
**Quadro 1:** Distribuição do encepamento por vinhas velhas e novas

Castas	Vinhas velhas (25 000 ha)		Vinhas novas (17 000 ha)		Totais (42 000 ha)	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Touriga Franca	3 750	15,0	4 080	24,0	7 830	18,6
Tinta Amarela	1 963	7,8	617	3,6	2 580	6,0
Tinta Barroca	1 142	4,5	2 468	14,5	3 610	8,6
Tinta Roriz	810	3,2	2 880	16,9	3 690	8,8
Touriga Nacional	153	0,6	495	2,9	648	1,5
Tinto Cão	8	0,03	70	0,4	78	0,1
	7 826	31,0	10 610	62,0	18 436	44,0

**Gráfico 1:** Distribuição do encepamento por vinhas velhas e novas



**Gráfico 1:** Distribuição do encepamento em vinhas novas



Esta alteração ao encepamento de castas tintas conduziu a uma melhoria do potencial qualitativo dos vinhos, que juntamente com formas de condução de parede vegetativa mais ampla, compensou de certo modo uma possível redução de qualidade decorrente dos aumentos substanciais da produtividade unitária conseguidos nas novas vinhas mecanizáveis.

## CARACTERIZAÇÃO DAS CASTAS

### Touriga Franca

É a casta de maior expressão na Região Demarcada do Douro, estando presente em quase todas as novas plantações, salvo nas de maior altitude ou pior exposição, onde nem sempre atinge teores de açúcar mínimos aceitáveis.

A videira, com vigor médio, assume um porte erecto o que facilita as operações em verde, sobretudo a ampara da vegetação e a despona mecânica.

Apesar da sua relativamente baixa fertilidade dos gomos basais da vara, o seu cacho, compacto, com 200-300 g de peso, conduz a produções, geralmente regulares e elevadas, mesmo quando conduzida em poda curta. Contudo, a partir de produções médias de 3 kg por cepa, a qualidade pode ressentir-se através de uma diminuição do grau provável e do teor de antocianas.

Com bago de tamanho médio, arredondado, de polpa firme e pouco sumarenta, origina no entanto mostos muito ricos em cor, e vinhos robustos, de aromas florais e frutados persistentes, com elevado potencial oxidante. Podendo dar origem a vinhos DOC Douro monovarietais, concorre em geral no lote, juntamente com outras castas de qualidade, quer para a produção do Porto quer de vinhos de consumo.

É uma casta algo sensível ao oídio e muito atreita à traça da uva e portanto muito susceptível à instalação de podridão acética, pelo que os tratamentos àquela praga deverão ser particularmente criteriosos e oportunos. Pelo contrário, relativamente à cigarrinha verde, praga recente no Douro, que causa estragos consideráveis na folhagem de outras castas, é bastante resistente, sendo limitado os prejuízos nesta casta. Também resiste bem a exposições de forte radiação sendo pouco susceptível ao escaldão quer da folha quer do cacho.

Relativamente aos critérios de escolha para a sua implantação na vinha, são de privilegiar cotas de baixa altitude e boa exposição – quadrantes sul, sudoeste e poente – dadas as suas necessidades de calor e radiação para atingir graduações mínimas compatíveis com a qualidade. Apesar do seu potencial de concentração de açúcares nem sempre ser elevado, outras características como a riqueza polifenólica, a intensidade corante e a sua estrutura aromática associada à sua boa produtividade situam-se no grupo das melhores castas cultivadas no Douro.

## Tinta Roriz

Muito representativa na Região do Douro é igualmente importante e expandida a nível peninsular, desde o Dão ao Alentejo, onde recebe o nome de Aragonês, até diversas regiões espanholas com numerosas designações – Tempranillo em Rioja, Tinto Fino em Ribera del Duero, Cencibel na Mancha ou Ull de Liebre na Catalunha.

Consoante a natureza dos solos assume um vigor médio a elevado, associado a um porte erecto da vegetação, facilitando por isso a sua condução para os arames superiores.

O cacho, de tamanho médio a grande, tem forma cilíndrico-cónica e é geralmente pouco compacto, sobretudo quando ocorre desavinho a que é algo sensível. O bago, de tamanho médio e arredondado possui película grossa, o que lhe confere alguma resistência a temperaturas elevadas.

Quando conduzida em cordão bilateral, manifesta uma fertilidade média dos gomos entre 1,3 e 1,7, a qual, conjugada com um peso médio do cacho de 200-250 g, permite um bom potencial produtivo, facilmente superior a 2,5 kg/cepa.

A sua produtividade interanual é contudo bastante irregular, fruto não só de variações da "nascença", mas também do grau de desavinho que ocorra, em consequência das condições climáticas no período da floração – vingamento do fruto.

A Tinta Roriz é uma casta particularmente sensível às variações de produção, no que diz respeito ao seu reflexo na qualidade. As variações de produtividades podem ter uma base genética (comportamento específico dos clones), serem fruto da oscilação natural da produção entre anos (nascença, desavinho), da fertilidade e teor da humidade do solo ou ainda das características do porta-enxerto utilizado.

Solos fundos, com elevado teor de água disponível, conduzem a produções unitárias indesejavelmente elevadas, que se traduzem em atrasos e irregularidade acentuadas do pintor, originando mostos de cor insuficiente, com taninos agressivos sabores lenhosos e aromas herbáceos. Pelo contrário, solos secos promovem produções moderadas e equilibradas, dando origem a vinhos, que apesar da baixa acidez revelam uma boa graduação alcoólica, cor retinta, estrutura complexa e taninos suaves e redondos. A prova é então comprida, vertical, com aromas a pequenos frutos pretos maduros e a especiarias.

Por seu turno os porta-enxertos exercem igualmente influência na sua produtividade e consequentemente nas características qualitativas dos mostos. Um ensaio conduzido durante 3 anos na sub-região do Douro Superior com os porta-enxertos R99, R110, 1103P e 196-17, revela a sua influência no potencial produtivo da Tinta Roriz, em função de diferentes valores incutidos ao índice de fertilidade (IF) e peso do cacho. (Quadro 2)

**Quadro 2:** Influência dos porta-enxertos sobre a produtividade da Tinta Roriz

Porta-enxerto	Produção/pé (Kg)	IF	Peso/cacho (g)
R99	3,9	1,75	245
R110	3,2	1,70	248
196-17	2,9	1,65	258
1103P	2,6	1,36	245

Verificam-se assim diferenças particularmente significativas entre o R99 e o 1103P, atribuíveis ao menor valor do índice de fertilidade induzido por este último porta-enxerto.

As maiores produtividades registadas parecem contudo não ser as mais adequadas para obter mostos de qualidade. De facto, pela avaliação de parâmetros qualitativos em função de diferentes níveis de produção por pé, registaram-se os seguintes valores, que revelam uma alta sensibilidade da casta a variações de produtividade unitária. (Quadro 3)

**Quadro 3:** Influência da produtividade nos parâmetros qualitativos

Produção/pé (Kg)	Grau provável	Índice de polifenóis	Nota de prova (0-20)
< 1,5	13,7	22,5	18,5
2-3	12,5	16,0	17,5
> 4	10,0	8,0	6,0

Um adequado equilíbrio produção-qualidade pode pois ser obtido através de uma condução (fertilizações incluídas) e da escolha de porta-enxertos que limitem a produtividade a níveis moderados, ou em última instância pelo recurso à monda de cachos no período do pintor, devendo neste caso ser eliminados prioritariamente aqueles que se encontrem num estado mais atrasado de maturação ou os de maior dimensão.

Para além de, em determinadas circunstâncias ser algo susceptível ao desavinho, a Tinta Roriz é também sensível ao míldio e oídio e particularmente sensível à cigarrinha verde, secando as folhas na sua totalidade em caso de forte infestação. Manifesta ainda dificuldade na absorção de boro, em particular quando enxertada sobre 1103P e é muito susceptível ao escaldão da folha quando exposta a quadrantes de intensa insolação.

Dada esta última característica e o facto de ser uma casta muito precoce (cerca de 1200º dia para completar a maturação), devem-lhe ser reservadas exposições a Sul ou mesmo a Nascente e cotas intermédias a altas, relativamente a outras castas. São também de evitar solos profundos e húmidos já que induzem a produções muito elevadas e a maturações irregulares e incompletas, em especial quando associados a exposições do quadrante Norte.

## Tinta Barroca

Casta igualmente muito representativa sobretudo nos novos encepamentos do Douro, é quase exclusiva desta Região, sendo apreciada quer pelo bom potencial produtivo, quer pela facilidade com que atinge graduações elevadas.

Apresenta um vigor elevado, com entrenós compridos, pelo que exige uma maior distância entre cepas na linha quando conduzida para cordão bilateral. O seu porte semi-retombante, se por um lado dificulta a condução da vegetação para arames superiores do embarramento, tem a particularidade de, quando aquela é parcialmente tombada proteger um pouco os cachos dos efeitos da radiação. Estes são grandes, compridos e pouco compactos apresentando bagos algo volumosos (2-2,5 g) mas de película fina, o que lhe confere particular sensibilidade ao escaldão do cacho. Com efeito, sob condições de grande calor e stresse hídrico, facilmente atinge graduações muito elevadas, da ordem dos 16º em potência, o que não traduz uma efectiva capacidade de maturação, já que não é das mais precoces (1 300º dia até à maturação fisiológica), mas sim que revela um estado de sobrematuração precoce, geralmente incompatível com bons níveis qualitativos.

Quando conduzida em situações que não levem à sua sobrematuração apresenta bons rendimentos, rondando os 2,5-3 kg/cepa com os R99 e R110 e 1,5 a 2 kg/cepa com o 1103P ou o 196-17. Já em condições de temperatura excessiva, em particular na sub-região do Douro Superior onde por isso deve ser desaconselhada, para além de apresentar qualidade deficiente, raramente ultrapassa 1 a 1,5 kg/cepa, acrescida de um reduzido rendimento em mosto.

Para além da sua susceptibilidade ao escaldão do cacho e da folha, revela ainda alguma sensibilidade ao desavinho e bagoinha e à escoriose.

Apesar de requerer situações onde não ocorram stresses térmicos e hídricos intensos, em solos de alta fertilidade e grande disponibilidade hídrica, origina vinhos com pouca cor, com taninos discretos, macios mas de pouca estrutura.

Os melhores níveis qualitativos podem ser atingidos pois em situações intermédias, com disponibilidade hídrica quanto baste, onde as graduações se situem na ordem dos 13-14º, sem sobrematuração acentuada. Os vinhos apresentam então uma boa concentração da cor e um perfil aromático, que embora discreto, revela aromas a frutos vermelhos delicados. Embora seja uma casta relativamente difícil de produzir vinhos de mesa elementares, presta um bom contributo nos lotes com outras castas que a completam.

A sua zonagem na vinha é compatível com cotas mais elevadas do que outras castas, ou então em cotas mais baixas com solos profundos mas de disponibilidade hídrica adequada a uma boa maturação.

São de evitar contudo exposições agressivas dos quadrantes Sudoeste ou Poente ou solos delgados e pobres que conduzam a uma reduzida nutrição hídrica.

## Tinta Amarela

Apesar de no período de grande reconversão das vinhas do Douro, ter assumido um papel relativamente modesto nas nossas vinhas, é ainda uma das castas de maior expressão no total dos vinhedos da Região, prevendo-se que pelas suas características qualitativas peculiares venha a manter no futuro um papel razoavelmente significativo.

A Tinta Amarela é de facto uma casta de grande expressão nacional, surgindo particularmente nas regiões vitícolas do Sul com enorme representatividade, sob a designação de Trincadeira Preta, onde por vezes dá origem a vinhos elementares de elevada qualidade.

As suas cepas apresentam um porte erecto e vigor relativamente elevado o que por vezes pode originar fenómenos de dominância apical quando conduzidas em poda em vara, traduzidos por quebras de produção, devidas à inibição do abrolhamento dos gomos basais.

É uma casta que exhibe uma boa produtividade, fruto dos seus cachos de razoável dimensão, cónicos, alados e de grande compacidade, apesar da relativamente reduzida fertilidade dos gomos dos talões e da pequena dimensão dos bagos. Estes caracterizam-se por uma película fina, o que lhes confere bastante sensibilidade ao escaldão do cacho, sendo por isso de evitar a sua exposição directa a sol intenso. Também devido quer à compacidade dos cachos quer à espessura da película é uma casta bastante sensível ao oídio e à podridão cinzenta que em consequência de pode instalar, pelo que são de evitar também situações de humidade elevada do solo ou de humidade relativa do ar. Por estas duas razões torna-se por vezes difícil de conduzir, quer nas zonas particularmente quentes do Douro Superior, quer no Baixo Corgo onde a pluviosidade é mais abundante e os solos por vezes mais férteis.

Por outro lado, quando o seu elevado vigor, associado a condução desequilibrada, conduza a cobertos densos com cachos insuficientemente iluminados e arejados, pode dar origem a vinhos com aromas herbáceos e desagradáveis. Em alternativa, conduções caracterizadas por vigor equilibrado e vegetação bem exposta permitem produzir vinhos com boa graduação e cor, ricos em taninos e em aromas personalizados, bem ajustados para entrar em lotes de Porto ou Douro, ou ainda pontualmente, para vinhos monovarietais.

Dada a sua maturação precoce, a Tinta Amarela pode situar-se na vinha em altitudes semelhantes às da Tinta Barroca, sendo de evitar, tal como esta, os quadrantes cuja exposição possa conduzir à sobrematuração ou então zonas frescas, ensombradas e de elevada fertilidade.

## Touriga nacional

É provavelmente a casta com maior potencial qualitativo da RDD, quer para a produção de DOC Douro monovarietais, quer para lotes dos melhores DOC Douro e Vinhos do Porto. Casta de longínqua tradição na Região, esteve culturalmente muito abandonada, quase em vias de extinção, devido à sua baixíssima produtividade, particularmente nos anos em que as condições ambientais associadas à característica vigorosa da casta provocam intenso desavinho e bagoinha, reduzindo a produção a umas escasas centenas de gramas por cepa. Na sequência dos trabalhos de selecção clonal iniciados nos finais da década de 70 do século XX, que possibilitaram alcançar produtividades regulares e economicamente rentáveis e pelo reconhecimento da qualidade dos vinhos que produz, a Touriga Nacional, embora timidamente enxertada aquando dos projectos do PDRITM, veio pouco e pouco a ganhar expressão nos novos encepamentos sendo já hoje uma das castas mais procuradas por todos aqueles interessados em produzir vinho de alta qualidade.

É uma casta de vigor elevado e porte muito retombante, estando a primeira características associada à propensão para a desavinho e ao alongamento do ciclo vegetativo e a segunda à dificuldade de condução da sua vegetação e ao agravamento das consequências da escoriose, doença do lenho a que é particularmente atreita.

A sua baixa produtividade é não só atribuível à sensibilidade para o desavinho mas também ao pequeno tamanho do cacho (80 a 120 g, raramente excedente os 150 g) que se apresenta geralmente de baixa compacidade. O bago é igualmente pequeno (1-1,5 g) o que associado à característica sumarenta da polpa, constitui um dos factores da sua elevada qualidade, sendo notável a sua concentração polifenólica e aromática.

A produtividade, mesmo a nível de material clonal, raramente excede 1,5 kg por cepa, apesar da elevadíssima fertilidade dos seus gomos a todos os níveis da vara ou do talão.

Devido ao seu carácter vigoroso e ao comprimento do seu ciclo vegetativo, requer por um lado que o vigor seja atenuado pela utilização de porta-enxertos menos vigorosos e por conduções, de preferência de vara empada e horizontalizada ao longo do arame de condução, que originem lançamentos melhor distribuídos e de crescimento moderado, oferecendo assim as melhores condições de maturação. Estas passam fundamentalmente pela escolha de boas exposições e de solos de fertilidade média, já que a completa maturação fenólica só é alcançada no final do ciclo de maturação, quando a uva entra em fase de alguma sobre-maturação.

Enquanto uma má condução ou uma incorrecta escolha da implantação da casta pode originar vinhos que desiludem em todas as suas vertentes, já quando em condições de perfeito equilíbrio cepa/meio os vinhos são agradavelmente surpreendentes e personalizados, com aromas macios e redondos, florais (violeta), a frutos silvestres muito maduros, perfumes doces e resinosos lembrando a esteva e boca complexa com compota, amora e taninos complexos, macios e persistentes.

Dadas as subtilezas do seu comportamento, os critérios para a sua zonagem, requerem cotas não muito elevadas, nas quais a sua maturação seria incompleta, solos de fertilidade equilibrada, evitando os profundos, ricos e húmidos e exposições preferencialmente orientadas a Sul, sendo de evitar as mais frias e de menor insolação, ou pelo contrário as orientadas para os quadrantes (SW e W) que possam conduzir à desfolha por escaldão, a que esta casta é particularmente sensível.

Finalmente, no sentido de garantir níveis de produtividade compatíveis com uma rentabilidade mínima desejável é aconselhável utilizar materiais seleccionados policlonais, os quais permitem obter uma boa regularidade da produção mesmo nos anos em que o desavinho mais se faz sentir nas cepas de Touriga não seleccionada.

### Tinto Cão

É das seis castas apresentadas neste trabalho, aquela que menor expressão tem nos novos encepamentos, apesar de mesmo assim ter crescido mais de 1 000% em relação ao das vinhas tradicionais. Dois factos estarão na base deste fenómeno: um, a sua baixa produtividade que fez com que sempre fosse preterida em relação a outras mais produtivas, o outro o reconhecimento do seu elevado potencial qualitativo consubstanciado nomeadamente pela criação de alguns, mesmo que ainda poucos, vinhos monovarietais excelentes. É contudo pouco consistente na qualidade já que sob idênticas condições nem todos os anos alcança um nível qualitativo superior.

A sua cepa apresenta um vigor elevado, com varas grossas de entrenós compridos, o que, à semelhança da Tinta barroca exige mais espaçamento entre cepas quando conduzida em cordão bilateral.

Talvez devido à sua característica vigorosa o porte é semi retombante quando atinge um estado elevado de desenvolvimento.

Quando em vegetação é facilmente reconhecível pela característica verde pálido das suas folhas, o que contudo não implica na sua rentabilidade fotossintética já que é possível obter graduações do mosto aceitáveis, embora raramente muito elevadas.

A sua produtividade baixa é fruto sobretudo do pequeno tamanho do seu cacho, cónico e medianamente compacto, já que a fertilidade dos gomos basais da vara é aceitável, raramente excedendo a produção de 1,5 kg/cepa. Contudo, apesar de pequena é muito regular não desiludindo nesse sentido o viticultor.

O bago é arredondado e pequeno, com película grossa o que lhe confere uma boa resistência aos raios solares. Também a folha é resistente ao calor, pelo que permite exposições de temperatura mais agressiva.

A produtividade poderá no entanto ser algo aumentada quer pela utilização de materiais clonais, quer por uma poda longa tirando partida da maior fertilidade dos gomos do terço médio da vara.

Com boa resistência ao oídio e podridão cinzenta dos cachos, apresenta por outro lado alguma sensibilidade ao míldio e muito elevada à cigarrinha verde.

Com um ciclo vegetativo bastante longo, semelhante ao da Touriga Nacional, requer por isso boas condições para finalizar da melhor forma a sua maturação, exigindo para alcançar graduações da ordem dos 12,5° a 13,5°, com boa maturação fenólica, elevadas temperaturas e uma boa exposição.

Nas vinhas novas o mosto apresenta-se geralmente ainda com pouca cor, ganhando intensidade com a idade. Em locais frescos releva aromas doces e florais, evoluindo sob condições quentes para apimentados, apresentando os vinhos frescura e elegância, com sabores agradáveis e suaves.

A sua localização na vinha exige pois solos de fertilidade média, que controlem o seu vigor e a tendência para o alongamento do ciclo vegetativo, altitudes baixas a médias e exposições quentes e de boa insolação, podendo mesmo ocupar, à semelhança da Touriga Franca, as do quadrante SW, devido à boa resistência oferecida, em particular pelos cachos, a radiações e temperaturas elevadas.

## BIBLIOGRAFIA

Casa do Douro – Serviço de Cadastro, 2001.

CARDOSO, A. (1985) – Castas recomendadas. Vinho do Porto, ed. Casa do Douro, 32 pp.

MAGALHÃES, N., CARVALHO, B., MARTINS, A. (2000) – A selecção da casta Touriga Nacional, Bol. Inf. CIRDD n.º 2: 13-14.

MAGALHÃES, N., CARVALHO, B., MARTINS, A. (2000) – Resultados da selecção das castas Touriga Franca, Tinta Barroca, Tinto Cão, Tinta Roriz, Bol. Inf. CIRDD n.º 3: 11-12.

MAGALHÃES, N. (2002) – Castas seleccionadas. O que têm? Como obtê-las, Bol. Inf. CIRDD n.º 12: 19-20.

NICOLAU DE ALMEIDA, J. (1998) – As castas do Douro – in Enciclopédia dos Vinhos de Portugal – O vinho do Porto – Vinhos do Douro – pp. 110-133, ed. Chaves Ferreira.

OLIVEIRA, A., CORREIA, M. J., MAGALHÃES, N. (2001) – Critérios de implantação de castas na Região Demarcada do Douro, Bol. Inf. de CIRDD n.º 4: 13-14.



**ECONOMIA E SOCIOLOGIA**

11/11/11

[The main body of the page is a large, dark, rectangular area that is mostly blank, possibly representing a redacted page or a very dark scan of a document. There are some faint horizontal lines visible across the area.]

# OBJECTIVOS E ESTRATÉGIAS DAS EMPRESAS EXPORTADORAS DE VINHO DO PORTO: O CASO DO MERCADO BELGA<sup>1</sup>

ANA PINTO DE MOURA \*  
VICTOR ROCHA \*\*

---

## RESUMO

Procurou-se avaliar o impacto dos objectivos e das estratégias das empresas exportadoras do vinho do Porto no mercado belga. Os resultados da investigação qualitativa, realizada junto dos principais agentes responsáveis pela comercialização do vinho do Porto na Bélgica, revelaram uma forte concentração das vendas de vinho do Porto nas gamas correntes e nas *private labels*, evidenciando uma grande dependência das empresas exportadoras em relação à grande distribuição. Alternativamente, as empresas exportadoras deveriam adoptar uma orientação estratégica mista, apostando simultaneamente no domínio dos custos e na diferenciação, para, a médio/longo prazo, centralizarem as suas actuações nos vinhos de qualidade.

ACIBEV: Associação dos Comerciantes e Industriais de Bebidas Espirituosas e Vinhos; AEVP: Associação das Empresas do Vinho do Porto; ANCEVE: Associação Nacional dos Comerciantes e Exportadores de Vinhos e de Bebidas Espirituosas; CIRDD: Comissão Interprofissional da Região Demarcada do Douro; ICEP: Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal; IVP: Instituto de Vinho do Porto.

## INTRODUÇÃO

O vinho do Porto é um produto-chave da economia nacional e continua a ser um símbolo verdadeiramente representativo de Portugal enquanto nação produtora: mais do que se exportar o produto, exporta-se a fama deste produto (Gui-

---

\* Investigadora do CECA/ICETA, UP; Professora Auxiliar da Universidade Aberta; Doutora em Engenharia de Sistemas Industriais, INPL, Nancy, França.

\*\* Director financeiro do grupo SOGRAPE; Mestre em Contabilidade e Finanças Empresariais, Universidade Aberta; Membro da Confraria do Vinho do Porto.

1. Trabalho baseado no livro intitulado: *A Competitividade do Vinho do Porto no Mercado Belga: Diagnóstico Prospectivo*, GEHVID, dos mesmos autores.

chard, 1997). De facto, o vinho do Porto identifica-se com a “imagem de marca” da viticultura portuguesa (confinando a intervenção dos outros vinhos nacionais de qualidade nos mercados externos) e assume uma posição de relevo no sector vitivinícola: segundo o IVP, as receitas do vinho do Porto representam, actualmente, cerca de 2/3 das exportações de vinhos e 1/5 das exportações dos produtos agro-alimentares. Por outro lado, o vinho do Porto, em 1999, contribuía com 0,4 % para o Produto Interno Bruto português e representava 1,4 % do total das exportações nacionais (Banco de Portugal, 2000; IVP, 2000). A União Europeia (UE) constitui a maior região exportadora, absorvendo, em 1999, cerca de 92 % das vendas totais do vinho do Porto, destacando-se, no seio desta, a França, a Bélgica-Luxemburgo<sup>2</sup>, a Holanda e o Reino Unido.

O mercado belga, apesar de não ser tradicionalmente um mercado consumidor de vinhos, assume-se como um dos mais promissores mercados exportadores, acompanhando as evoluções e as tendências do sector. De facto, em 1999, a Bélgica representava cerca de 13 % do total do vinho do Porto comercializado pelas empresas nacionais, registando um dos mais elevados consumos *per capita* (1,2 litros/*capita*, em 1999). Por outro lado, o mercado belga, enquadrado nos ditos mercados problemáticos (a par da França e da Holanda), estigmatiza bem a realidade do negócio do vinho do Porto na UE: forte concentração das vendas de vinho do Porto de qualidade média/baixa, com especial incidência para as gamas correntes e para as *private labels*, sendo estas vulgarmente designadas na gíria profissional por “BOB’s” (*Buyer’s Own Brands* ou marcas dos clientes).

Todos estes factos justificam uma análise discriminada do comportamento do vinho do Porto no mercado belga, objecto de estudo do presente trabalho, o qual procura avaliar o impacto dos objectivos e das estratégias das empresas exportadoras do vinho do Porto nesse mesmo mercado.

## O SECTOR COMERCIAL DO VINHO DO PORTO: A PERTINÊNCIA DAS EMPRESAS EXPORTADORAS

Para ser comerciante de vinho do Porto (isto é, para que os operadores possam apresentar o vinho do Porto certificado pelo IVP aos mercados distribuidor e consumidor) não basta comprar e vender o vinho, pois a legislação que define o seu estatuto (Decreto-Lei n.º 166/86, de 26 de Junho), obriga o comerciante a possuir armazéns próprios ou adquirir capacidade de armazenagem nos entrepostos de Vila Nova de Gaia ou na Região Demarcada dos Vinhos Generosos do Douro (em ambos os casos, espaços circunscritos a uma determinada zona, logo, muito caros), bem como a manter

2. O IVP agrega nas suas estatísticas de comércio externo os mercados belga e luxemburguês.

uma existência mínima não inferior a 150.000 litros de vinho do Porto. De igual modo, a lei estipula que nenhum comerciante poderá vender anualmente mais do que um terço do *stock* que detinha no início do ano (a conhecida Lei do Terço). Ou seja, as empresas são obrigadas a constituir anualmente um elevado nível de inventários (*stocks*), determinando directamente a sua capacidade de venda do ano seguinte.

Tradicionalmente, os comerciantes tinham os seus armazéns em Vila Nova de Gaia. Porém, a legislação que entrou em vigor em 1986<sup>3</sup> permitiu que os produtores pudessem exportar o seu vinho directamente a partir da Região Demarcada do Douro (reivindicação essa à muito exigida pelos viticultores como forma de acabar com o domínio dos exportadores no comércio do vinho do Porto), surgindo assim duas novas figuras relacionadas com a exportação do vinho do Porto: os comerciantes do Douro (caso da Quinta da Rosa dos Vinhos do Porto ou da Adega Cooperativa de Murça) e os produtores engarrafadores (caso da Quinta do Infantado – Vinhos do Produtor).

Muito embora esta medida tenha possibilitado a valorização do conceito "Produzido e Engarrafado na Origem" (a comercialização do vinho do Porto a partir do entreposto do Douro mais que duplicou, entre 1996 e 1999, evoluindo de 52.983 para 106.513 hectolitros), o comércio do vinho do Porto continua a ser dominado pelas empresas exportadoras sediadas em Vila Nova de Gaia. De facto, das 107 empresas autorizadas pelo IVP a comercializar vinho do Porto (data do registo: 31 de Março de 1999), 57 operavam a partir da Região Demarcada do Douro; as restantes 50 empresas correspondiam à classe dos comerciantes do entreposto de Gaia, tradicionalmente designadas por firmas ou casas exportadoras, dada a sua forte vocação para a exportação, representando estas, cerca de 89 % das vendas totais do vinho do Porto, em 1999 (IVP, 2000). Fica assim patente o domínio das empresas exportadoras na comercialização do vinho do Porto. Em causa esta a importância da dimensão financeira no negócio do vinho do Porto.

De facto, o negócio do vinho do Porto caracteriza-se por ser uma actividade muito cara em todas as fases da cadeia de valor (desde a feitura do vinho até à sua comercialização, passando pelo envelhecimento do vinho), exigindo um montante de capital fora do alcance de quase todos os produtores e das firmas de menor dimensão. Na verdade, é a dimensão financeira que permite às empresas suportarem os elevados custos fixos do negócio do vinho do Porto (provenientes essencialmente da mão-de-obra intensiva – indispensável no granjeio da vinha e na vindima –, da exigência de manter elevados inventários e da necessidade de os armazenar), bem como comportarem as baixas taxas de remuneração do capital a curto prazo, dado o processo produtivo ser extremamente moroso (por exemplo, o envelhecimento do vinho do Porto pode durar anos ou mesmo décadas).

3. A este propósito ver o Decreto-Lei n.º 86/86, de 7 de Maio, documento que autoriza a exportação de vinho do Porto engarrafado pelos produtores do Douro, e o Decreto-Lei n.º 166/86, de 26 de Junho, documento que aprova o Regulamento da Denominação de Origem do Vinho do Porto.

Corolário desta realidade, as empresas exportadoras, ao longo destas últimas décadas, têm sido alvo de movimentos estratégicos que, no seu conjunto, protagonizam a concentração do sector: de um total de meia centena de empresas exportadoras existentes actualmente, cerca de 40 fazem parte de 16 grupos que detêm mais de três quartos do comércio do vinho do Porto. Além disso, um grande número de empresas exportadoras de vinho do Porto realizaram alianças estratégicas com empresas multinacionais (caso da empresa Forrester com a Bacardi Martini, aquela detentora da marca de vinho do Porto Offley) ou foram adquiridas por multinacionais que detêm várias marcas globais de bebidas alcoólicas.

Face ao domínio das grandes empresas multinacionais de bebidas, no negócio do vinho do Porto, o sector encontra-se bastante fragilizado, pois dada a fraca representatividade do vinho do Porto nos *portfólios* das multinacionais, estas poderão facilmente desinteressar-se pelo sector (Felismino, 1998).

## A COMERCIALIZAÇÃO DO VINHO DO PORTO: A HEGEMONIA DAS EXPORTAÇÕES

As exportações do vinho do Porto assumem um papel de destaque nas vendas do sector. De facto, em 1999, 86 % do vinho do Porto comercializado teve como principal destino mercados além-fronteiras.

Contudo, as exportações do vinho do Porto encontram-se profundamente concentradas em quatro países europeus. De facto, a UE constitui a maior região exportadora de vinho do Porto, absorvendo, em 1999, cerca de 92 % das vendas totais. A França é hoje o principal mercado de vinho do Porto com uma quota de 31 % do total do vinho do Porto comercializado (tendo destronado o Reino Unido, em 1963), seguido da Holanda (15 %), de Portugal (14 %), da Bélgica-Luxemburgo (13 %), do Reino Unido (11 %) e da Alemanha (4 %). O “resto do mundo” é fundamentalmente constituído pelos Estados Unidos da América (3 %) e pelo Canadá (2 %). Este segmento, apesar de ter representado, em 1999, apenas 8 % do total do vinho do Porto comercializado, é aquele que mais o valoriza, apostando essencialmente nas “categorias especiais” (ver quadro 1) que, pelo facto de representarem vinhos de qualidade excepcional (caso do *Vintage* ou do *LBV*), oferecem melhores margens (preços de venda mais elevados) e consubstanciam a imagem de requinte do vinho do Porto. Em contrapartida, para os principais mercados da UE, à excepção do Reino Unido, que tradicionalmente valoriza o vinho do Porto de qualidade, privilegia-se o preço em detrimento da qualidade. O perfil daqueles mercados é semelhante: os consumidores interessam-se mais por vinhos baratos e jovens, atribuindo pouco significado à marca (Brito, 1997). De facto, segundo o IVP (2000), o preço médio global por litro de vinho do Porto comercializado, em 1999, foi de 4,15 euros na UE e de 7,68 euros no “resto do mundo”.

Quadro 1: Caracterização dos principais mercados exportadores de vinho do Porto, 1999

Mercados	Categorias sem Designação Especial			Categorias Especiais			Total		
	BOB <sup>1</sup> Caixas 9 litros (10 <sup>3</sup> )	SOB <sup>2</sup> Caixas 9 litros (10 <sup>3</sup> )	Total Caixas 9 litros (10 <sup>3</sup> )	Preço médio (€/litro)	SOB Caixas 9 litros (10 <sup>3</sup> )	Preço médio (€/litro)	Caixas 9 litros (10 <sup>3</sup> )	%	Preço médio (€/litro)
<b>União Europeia</b>									
França	1.416	1.689	3.105	3,15	147	7,81	3.252	31	3,36
Holanda	877	647	1.524	2,81	78	8,60	1.602	15	3,09
Portugal	102	1.223	1.325	3,75	113	16,02	1.438	14	4,71
Bélgica	459	847	1.306	3,37	47	9,22	1.353	13	3,57
Reino Unido	445	234	679	4,01	453	7,16	1.132	11	5,27
Alemanha	92	278	370	3,22	17	9,81	387	4	3,52
Dinamarca	5	146	151	3,36	38	8,00	189	2	4,28
Itália	3	112	115	3,75	7	9,47	122	1	4,07
Espanha	5	114	119	3,58	6	13,08	125	1	4,06
Irlanda	0	43	43	4,93	6	9,91	49	0	5,54
Suécia	11	25	36	4,62	8	7,89	44	0	5,23
Grécia	0	17	17	5,36	1	8,90	18	0	5,56
Finlândia	0	10	10	5,52	1	12,85	11	0	6,19
Austrália	0	10	10	5,95	0	0,00	10	0	5,95
<b>Total</b>	<b>3.415</b>	<b>5.395</b>	<b>8.810</b>	<b>3,33</b>	<b>922</b>	<b>8,75</b>	<b>9.732</b>	<b>92</b>	<b>3,84</b>
%	32	51	83		9				
<b>Resto do Mundo</b>									
E.U.A	2	193	195	5,78	166	15,29	361	3	10,15
Canadá	2	60	62	4,62	116	8,63	178	2	7,23
Brasil	11	73	84	3,88	4	10,83	88	1	4,20
Suíça	21	42	63	3,69	8	16,98	71	1	5,19
Japão	0	18	18	5,19	2	19,46	20	0	6,62
Outros países	4	105	109	3,97	39	10,21	148	1	5,61
<b>Total</b>	<b>40</b>	<b>491</b>	<b>531</b>	<b>4,70</b>	<b>335</b>	<b>12,40</b>	<b>866</b>	<b>8</b>	<b>7,68</b>
%	0	5	5		3				
<b>Total</b>	<b>3.455</b>	<b>5.886</b>	<b>9.341</b>	<b>3,41</b>	<b>1.257</b>	<b>9,72</b>	<b>10.598</b>		<b>4,15</b>
%	33	56	88		12			100	

<sup>1</sup> BOB (Buyer's Own Brands): marcas dos clientes ou marcas dos distribuidores<sup>2</sup> SOB (Shipper's Own Brands): marcas dos vendedores ou marcas tradicionais

Fonte: Adaptado do relatório do IVP (2000).

## O MERCADO BELGA

A UE é constituída por mercados bastante desenvolvidos, os quais oferecem oportunidades muito distintas, tendo em conta os diferentes padrões de consumo existentes em cada Estado-membro. Porém, um mercado desenvolvido não é necessariamente um mercado homogéneo e muito menos pode ser reduzido a um quadro de oportunidades restrito a produtos de “gama alta”. Exemplo desta realidade é o caso

do vinho do Porto no mercado belga, pois não sendo a Bélgica tradicionalmente um mercado consumidor de vinhos, representa, actualmente, um dos maiores consumos *per capita* de vinho do Porto: em 1999, o consumo *per capita* de vinho do Porto ascendia a 1,2 litros por habitante, contrapondo com os 0,93 litros *per capita* da Holanda, os 0,5 da França, os 0,17 do Reino Unido e os 0,04 litros *per capita* da Alemanha (IVP, 2000).

Diversas razões explicam a crescente importância do mercado belga que, em 1999, ocupava o quarto lugar no *ranking* dos principais mercados exportadores de vinho do Porto, com uma quota de 13 %. De facto, não sendo um país por natureza agrícola (o sector primário na Bélgica representou em 1999, apenas 1,2 % do PIB), a Bélgica revela-se um mercado extremamente atractivo para o sector dos vinhos, acolhendo vinhos provenientes dos cinco continentes. Por um lado, os belgas são grandes consumidores de bebidas alcoólicas (gastando proporcionalmente mais em bebidas alcoólicas do que em bebidas não alcoólicas, 71 % e 29 %, respectivamente) e dispõem de um elevado poder de compra: segundo os valores do Eurostat (2001), para um nível médio comunitário de 100 (EUR-15), em 1999, o PIB por habitante, em padrões de poder de compra, foi de 106,5, na Bélgica e de 73,7, em Portugal. Por outro lado, não obstante a cerveja ser a bebida alcoólica tradicional (consumo *per capita*: 118 litros, em 1989 e 99,2 litros, em 1999), os belgas são, cada vez mais, consumidores de vinhos (consumo *per capita* médio: 20 litros, em 1989, e 25 litros, em 1999). Acresce ainda o facto do mercado belga ser um dos principais entrepostos comerciais europeus, devido em parte à sua pluralidade cultural e linguística e à sua fácil acessibilidade (localiza-se na zona central da Europa e dispõe de um sistema de transportes dos mais avançados da Europa), conseguindo reexportar vinhos do Porto, a preços competitivos, para outros mercados (em especial para a Holanda).

Todos estes factores fazem do mercado belga um mercado alvo para qualquer economia, tornando-se, na sua essência, extremamente competitivo. Na realidade, a implementação das empresas exportadoras de vinho do Porto na Bélgica tem vindo a ser dificultada pela actuação dos vinhos do “Novo Mundo” vitícola (vinhos oriundos dos Estados Unidos da América, da África do Sul, da Austrália e do Chile), os quais, sendo extremamente agressivos nas suas políticas de preço, apostam essencialmente na comercialização de vinhos correntes, sobretudo ao nível do vinho de mesa e das imitações/falsificações do vinho do Porto.

## O vinho do Porto no mercado retalhista belga

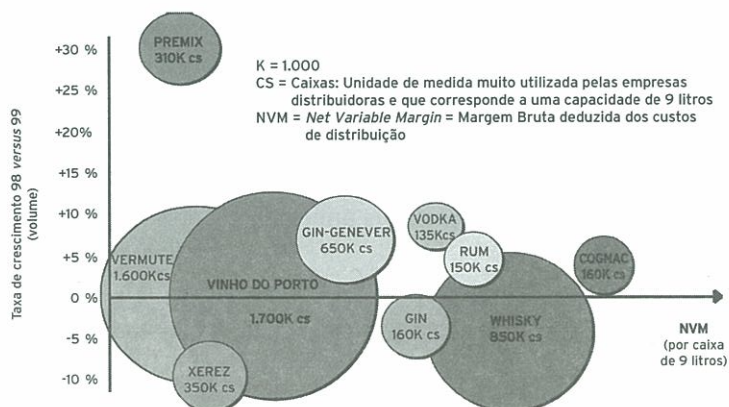
O vinho do Porto, em 1999, foi a quinta bebida alcoólica mais comprada pelos consumidores belgas no comércio a retalho (correspondendo a um volume de vendas de 42.185 mil euros), tendo sido o lugar de topo conquistando pelos vinhos de mesa, logo seguido pelo *Whisky*, pelo *Cognac* e pelo *Champanhe* (Nielsen, 2000).

Por outro lado, nesse mesmo ano, o vinho do Porto, no segmento dos aperitivos/digestivos, foi a bebida que mais contribuiu para as vendas em volume, representando cerca de 1.700 caixas de 9 litros. Todavia, a taxa de crescimento (em volume: caixas de 9 litros) do vinho do Porto no mercado belga é praticamente nula, particularmente se atendermos à expansão das “bebidas leves”<sup>4</sup>, as quais, para este mercado, cresceram, entre 1998/1999, cerca de 39 %. De igual modo, a contribuição por caixa de vinho do Porto para a formação do resultado (*Net Variable Margin*: NVM) é muito reduzida, comparativamente à contribuição por caixa do *Whisky* ou do *Cognac* (ver figura 1).

Por outro lado, a imagem do vinho do Porto na Bélgica vulgarizou-se. Sendo essencialmente dirigida ao público feminino, esta bebida é consumida durante todo o ano, como aperitivo, em particular nas refeições do almoço. Ao contrário do *Whisky* ou do *Cognac*, bebidas às quais estão associadas um estilo de vida moderno e atraente, influenciando positivamente os consumidores, em especial os jovens, através de fortes campanhas comunicacionais, o vinho do Porto, tendo as suas actividades de comunicação essencialmente concentradas nas épocas festivas, consome-se fundamentalmente em casa, com os amigos, sendo pouco representativo o seu consumo em bares ou discotecas (RSCG, 1997). Trata-se, portanto, de uma bebida banal, de carácter mais familiar do que social.

Ou seja, a contribuição do vinho do Porto no mercado belga é essencialmente uma contribuição em volume, facto que deteriora a sua imagem de vinho de qualidade. A corroborar esta análise, atente-se ao excessivo peso que as gamas correntes e as *BOB's* contribuem para as exportações neste mercado.

**Figura 1:** Posicionamento da margem bruta de contribuição para as principais bebidas alcoólicas pertencentes ao segmento dos “aperitivos e digestivos”, e respectiva taxa de crescimento para o mercado belga, entre 1998 e 1999



Fonte: Adaptado do estudo da Canadean (2000).

4. Bebidas de baixo teor alcoólico, resultantes da mistura de várias bebidas alcoólicas e não alcoólicas, identificando-se, a este nível, duas categorias: as bebidas que são previamente embaladas - *Premix* - e aquelas que são preparadas no acto de consumo - *Exotic*.

## Principais segmentos de mercado de vinho do Porto na Bélgica: a predominância da gama média/baixa

Coexistem no mercado belga três grandes segmentos de mercado de vinho do Porto: (i) o segmento das marcas tradicionais/sem designação especial (gamas correntes), caracterizado por representar um vinho de qualidade média/baixa, vendido a um preço médio/baixo (representando, em 1999, 62,6 % do vinho do Porto exportado para o mercado belga), (ii) o segmento de mercado constituído pelas *BOB's*, posicionado nos vinhos do Porto de baixa qualidade e de preço baixo (representando, em 1999, 33,9 % do volume de vinho do Porto exportado para o mercado belga) e, finalmente, (iii) o segmento de mercado, ainda incipiente, relativo às “categorias especiais” (representando, para o mesmo ano, apenas, 3,5 % das exportações para o mercado belga), caracterizado por representar um vinho de qualidade excepcional, reflectindo-se essa qualidade nos preços médios de exportação.

Trata-se, portanto, de um mercado que procura os vinhos do Porto de gama média/baixa, a preços acessíveis. Na verdade, foram as exportações das *BOB's* que, em 1999, contribuíram para que o mercado belga, relativamente ao ano anterior, crescesse cerca de 1 % em volume (exportaram-se 41.265 hectolitros de *BOB's*, comparativamente aos 31.641 hectolitros, de 1998). Em contrapartida, as exportações das marcas tradicionais (cerca de 80.502 hectolitros de vinho), ditas marcas concorrentes, no sentido de representarem um verdadeiro capital de marca, diminuíram, entre 1998 e 1999, aproximadamente 10 %.

Corolário desta realidade, segundo o IVP (2000), o mercado belga, em 1999, era aquele que apresentava os mais baixos preços médios de exportação, para qualquer dos segmentos referidos: 8,83 euros/litro para as categorias especiais (9,72 euros/litro para a média do sector), 3,57 euros/litro para o vinho do Porto corrente (4,69 euros/litro para a média do sector) e 2,72 euros/litro para as *BOB's* (3,07 euros/litro para a média do sector). Ou seja, os baixos preços das *BOB's*, arrastaram os preços das marcas tradicionais para baixo, incentivando a concorrência aguerrida entre as marcas, essencialmente ao nível do preço, facto que conduziu à desvalorização média do vinho do Porto e enfraqueceu a base negocial das empresas exportadoras em relação aos seus principais clientes: a grande distribuição.

## A importância da grande distribuição no comércio do vinho do Porto no mercado belga

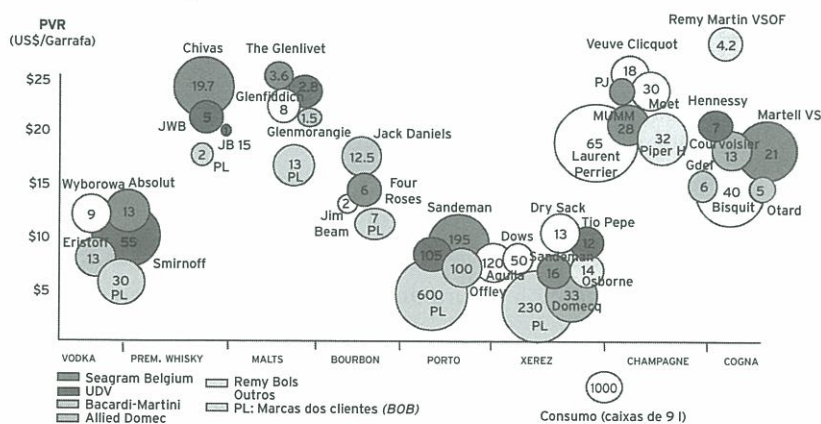
O comércio do vinho do Porto no mercado belga está nas mãos da distribuição moderna, a qual é dominada por um número reduzido de grandes cadeias, fruto do próprio processo de concentração mundial do sector da distribuição: em 1999, os formatos “hipermercado” e “supermercado” foram, no seu conjunto, responsá-

veis por 93 % das vendas totais de vinho do Porto ao consumidor final, o que correspondendo um volume de vendas de 56,3 biliões de euros, ou seja, 8.651,3 milhões de caixas de 9 litros de vinho do Porto. Em contrapartida, as garrafeiras e as pequenas lojas têm vindo a perder a sua posição, registando, em 1999, respectivamente, 7 % e 8,3 %, do volume e do valor global das vendas de vinho do Porto no mercado retalhista belga (Nielsen, 2000).

Ou seja, as empresas exportadoras de vinho do Porto encontram-se numa situação de forte dependência em relação aos grandes grupos de distribuição, os quais condicionam as estratégias dos exportadores, controlando as condições contratuais gerais de compra do vinho do Porto, bem como o preço a que pretendem colocar o produto no ponto de venda. A grande distribuição além de promover um clima de incerteza (de risco) quanto às encomendas, impõe ainda baixos preços de comercialização (as empresas exportadoras vêem assim reduzidas as suas margens) e incentiva a produção de *BOB's*, descuidando a qualidade (a aplicação dos critérios de qualidade nestes vinhos é menos exigente) e a imagem de tradição do vinho do Porto. De facto, a pressão que a grande distribuição confere ao preço fez com que, em 1999, o vinho do Porto tivesse sido a bebida alcoólica mais barata no mercado retalhista belga (ver figura 2).

Contudo, esta dependência é tanto mais grave quanto menor for a dimensão da empresa e a sua gama de produtos a comercializar, já que a distribuição moderna tem vindo a privilegiar as grandes empresas, agressivas em termos de *marketing*, com boa capacidade de entrega de encomendas e uma vasta gama de produtos (economia de gama). As marcas com menor representatividade no mercado retalhista belga (caso da Taylors, da Croft e da Calém) apostam, em particular, nos vinhos do Porto de qualidade superior, pois não conseguem competir com as demais concorrentes ao nível do preço, privilegiando os tradicionais canais de distribuição (as pequenas lojas e garrafeiras) e o sector HORECA.

**Figura 2:** Posicionamento das principais marcas de bebidas alcoólicas no mercado belga em volume e em preço de venda no retalho (PVR), 1999



Fonte: Adaptado do estudo da Canadean (2000).

## METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

Procurou-se avaliar o impacto dos objectivos e das estratégias das empresas exportadoras de vinho do Porto no mercado belga, tendo em conta as mudanças ocorridas no sector, quer do lado da oferta (alteração da forma física de comercialização de vinho do Porto, presença de multinacionais, evolução da grande distribuição), quer do lado da procura (evolução dos hábitos e costumes dos consumidores). Procurou-se, assim, captar o modo como estes movimentos influenciam a actuação das empresas exportadoras no mercado belga.

Dada a natureza dos objectivos da investigação, e tendo em conta o facto das empresas do sector exportador de vinho do Porto serem, por natureza, fechadas, dificultando a recolha de informação quantitativa e objectiva, adoptou-se nesta investigação uma metodologia de índole exclusivamente qualitativa<sup>5</sup>.

A recolha de informação desenvolveu-se através de entrevistas pessoais e semi-estruturadas junto dos principais dirigentes das empresas representativas a operarem no mercado belga, entre, Março e Junho de 2000, registando-se, em gravador, as suas declarações e partindo-se sempre de uma abordagem não directiva. As entrevistas foram dirigidas aos presidentes ou directores das empresas, pois considera-se que estas pessoas, além de terem uma visão mais ampla do negócio, têm também poder de decisão quanto à comercialização do vinho e, por conseguinte, na actividade exportadora. As empresas analisadas foram as seguintes: (1) um dos maiores distribuidores de vinho do Porto no mundo e líder no mercado belga (grupo Seagram)<sup>6</sup>, (2) os três principais exportadores e detentores das principais marcas de vinho do Porto na Bélgica (a Sandeman, a Gran Cruz e a Offley Forrester), (3) duas pequenas empresas exportadoras para este mercado (a Poças Júnior e a A.A. Calém), e (4) dois produtores engarrafadores do Douro (Quinta de Santa Julia e Quinta do Portal). Por forma a avaliar exhaustivamente todos os aspectos relacionados com a imagem e as tendências do sector do vinho do Porto no mercado europeu, e na Bélgica em particular, foram também efectuadas entrevistas aos responsáveis directivos das principais associações reguladoras e promotoras do sector exportador: organizações reguladoras e estatais (IVP, CIRDD e ICEP) e associações dos principais agentes económicos ligados ao sector (AEVP, ANCEVE, ACIBEV, *Comité Européen des Entreprises Vins*, Grupoporto, *British Association* e Confraria do Vinho do Porto) (Rocha, 2001).

Por outro lado, considerando a diversidade estrutural das empresas envolvidas na investigação, e com vista a facilitar a leitura dos resultados, bem como proteger a entidade

5. Exemplo cabal do sigilo instituído no sector, atente-se ao facto do IVP, instituição responsável pela certificação e controlo da qualidade do vinho, apenas estar autorizada, pelos exportadores de vinho do Porto, a divulgar informações agregadas do sector, não obstante os exportadores serem obrigados a apresentar ao IVP todos os elementos relacionados com cada uma das suas expedições/comercializações.

6. À data da realização das entrevistas.

das empresas envolvidas, estas foram agregadas em dois grandes grupos, em função da sua dimensão: o grupo das médias e grandes empresas e o grupo das pequenas empresas, utilizado-se, para o efeito, o critério da central de balanços do Banco de Portugal (Banco de Portugal, 2000).

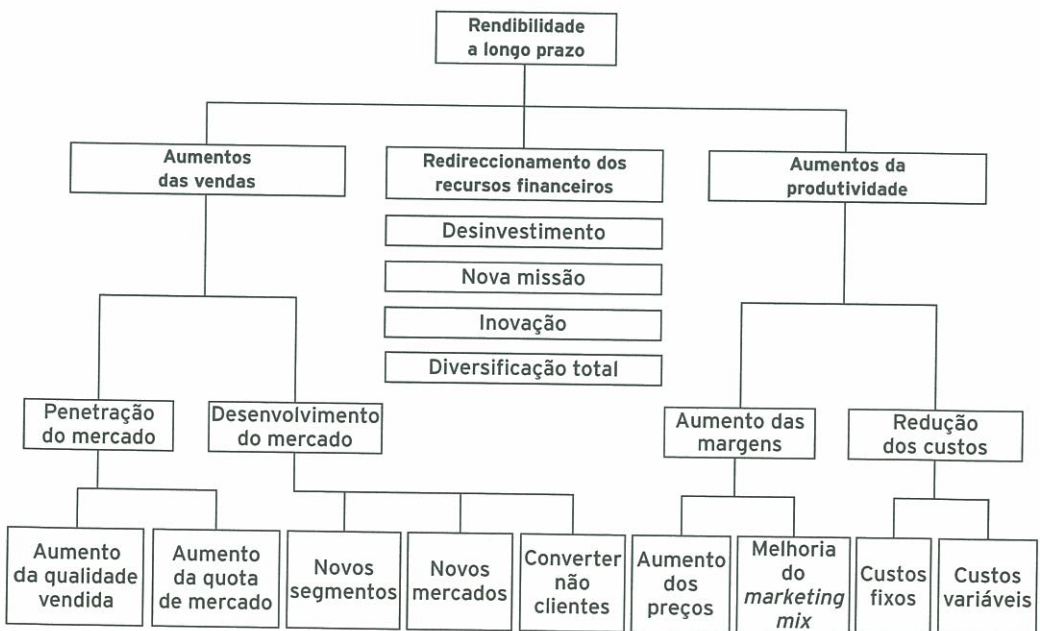
## PRINCIPAIS RESULTADOS

### Objectivos

Nas entrevistas o principal objectivo apontado pelos dirigentes das empresas exportadoras de vinho do Porto no mercado belga foi o aumento da rentabilidade do negócio nesse mesmo mercado.

Este aumento pode resultar das empresas exportadoras melhorarem os seus níveis de produtividade, potenciarem o crescimento das suas vendas, redireccionarem os seus recursos financeiros ou então conjugarem estas três opções simultaneamente (ver figura 3), como confirmado por estudos desenvolvidos no sector dos vinhos (Lages, 1999) e em outros sectores de actividade (Doyle *et al.*, 1992; Wong *et al.*, 1987).

Figura 3: Estratégias para melhorar a rentabilidade a longo prazo



## Estratégias

A investigação revelou que para a persecução do objectivo “aumento da rendibilidade” nenhuma das empresas estudadas seguiu exclusivamente uma das opções estratégicas de crescimento sugeridas por Ansoff (1988), ou optou apenas por uma das estratégicas genéricas de Porter (1980), parecendo inequívoca a necessidade de combinar diferentes estratégias (ver figura 3). Analisa-se, de seguida, o modo como estas empresas procuravam alcançar o referido objectivo.

### Aumento dos níveis de produtividade

A melhoria da produtividade traduz-se pela relação entre a quantidade produzida e os custos necessários para essa produção. Como protagonizado por Porter (1980), esta melhoria poderá ser conseguida (i) pela redução dos custos (fixos ou variáveis), (ii) pelo aumento das margens, graças ao elevado preço que o mercado está disposto a aceitar pelo produto (resultante das qualidades distintivas do produto que o diferenciam das ofertas dos concorrentes), ou (iii) através de uma melhoria do seu *marketing mix*, ao nível, por exemplo, da imagem de marca, do serviço pós-venda ou do canal de distribuição utilizado (ver figura 3).

Tendo em conta os elevados custos fixos do negócio do vinho do Porto, a supremacia da grande distribuição (impondo baixos preços de aquisição, descontos e outros encargos, bem como o fornecimento de *BOB's*) e o facto do sector se encontrar numa fase de maturidade para os seus principais países exportadores, intensificando a competitividade ao nível dos preços, as grandes empresas exportadoras de vinho do Porto têm adoptado uma estratégia de liderança de custos, apoiada numa produção em massa das *BOB's*, não descuidando, se bem que em menor escala, a produção de vinhos de qualidade (categorias especiais), importantes na construção da imagem de marca e na obtenção de boas margens de comercialização (estratégia de diferenciação).

O segmento das *BOB's* permite às empresas exportadoras assegurar grandes encomendas, beneficiando, assim, dos efeitos de escala e de aprendizagem (redução dos custos), bem como lograr do bom entendimento com a grande distribuição (maior facilidade de colocação dos produtos nos lineares). No fundo, as *BOB's* e os lotes sem designação especial assumem-se como as “vacas leiteiras” das empresas exportadoras de vinho do Porto, permitindo gerar uma liquidez importante para financiar projectos ao nível do desenvolvimento de novos produtos (caso de *Vau Vintage* que se diferencia do *Vintage* tradicional pelo facto de se tornar bebível mais cedo, 3 ou 4 anos após o seu engarrafamento) e da diferenciação do vinho do Porto (mediante, por exemplo, o aperfeiçoamento).

mento de cada passo do processo produtivo ou o investimento em comunicação/imagem da marca).

Não obstante a qualificação do vinho do Porto ser entendida como a orientação estratégica para o futuro (recomendação-base do IVP, a partir da qual se pretende converter os mercados de vinhos correntes em mercados de qualidade), a maioria das grandes empresas do vinho do Porto têm privilegiado as estratégias de “baixo preço”. De facto, apenas uma das grandes empresas entrevistadas praticava preços acima da média, com custos equivalentes aos dos concorrentes, apostando na “marca” como uma variável-chave do seu posicionamento estratégico, aliando-se a esta, uma publicidade sofisticada, campanhas promocionais de qualidade, actividades de relações públicas no estrangeiro e fixação de preços *premium*. As demais empresas da amostra em estudo praticavam preços equivalentes aos dos seus concorrentes directos, focalizando os seus esforços na redução dos custos operacionais e apostando em agressivas promoções de venda, principalmente, nas festas natalícias, pascais e fim de ano.

Por sua vez, as pequenas empresas de vinho do Porto, dada a sua fraca capacidade financeira para competirem com os seus pares ao nível do preço, e de fazer face às exigências da grande distribuição belga (não conseguindo gerar volume suficiente para produzir *BOB's*), indicavam que se focalizavam as suas exportações nos vinhos do Porto de qualidade superior, privilegiando os canais de distribuição tradicionais (pequenas lojas e garrafeiras) e o sector HORECA, em detrimento das grandes superfícies (apoiam-se, portanto, na estratégia de diferenciação em relação a um segmento de mercado bem definido).

### **Aumento do volume de vendas**

O crescimento das vendas no seio do mercado de referência no qual a empresa opera pode ser conseguido, adoptando-se as estratégias intensivas de crescimento propostas por Ansoff (1988): (i) a estratégia de penetração no mercado (a empresa tenta aumentar as vendas dos produtos actuais nos mercados existentes) e (ii) a estratégia de desenvolvimento do mercado (o desenvolvimento das vendas passa pela introdução dos produtos actuais da empresa em novos mercados). Com efeito, uma empresa pode querer aumentar as suas vendas, incitando os compradores a utilizarem mais regularmente o produto e/ou a consumirem mais por momento de utilização (aumento da quantidade vendida) ou então conquistando quota de mercado, graças à captação de clientes das marcas concorrentes (através, por exemplo, da melhoria do produto vendido, da oferta de reduções substanciais de preço ou do reforço da estrutura do canal de distribuição). De igual modo, a empresa pode dirigir-se a novos segmentos de consumidores, esten-

der-se a novos mercados geográficos ou alargar o seu mercado de base, convertendo os não utilizadores (ver figura 3).

A informação recolhida nas entrevistas evidencia que o crescimento das vendas das grandes empresas exportadoras de vinho do Porto no mercado belga passa essencialmente pelo aumento da quota de mercado, através da conquista dos clientes à concorrência. Nesse sentido, as grandes empresas exportadoras de vinho do Porto recorrem à aplicação de políticas de baixo preço: o peso dos vinhos do Porto de gama corrente e das *BOB's* é um reflexo desta política. Simultaneamente, estas empresas procuram expandir as suas vendas, dirigindo-se a novos segmentos de consumidores, seja pelo desenvolvimento do ainda incipiente mercado das categorias especiais (ao incrementar as vendas das categorias especiais a preços mais elevados, reposiciona-se o vinho do Porto como um vinho de qualidade), seja conquistando os mais jovens, um segmento não tradicional de vinho do Porto, através da promoção das novas formas de consumir o vinho do Porto (caso das bebidas leves à base de vinho do Porto, preparadas no acto do consumo, nomeadamente o Sandeman Splash e o Portonic).

Como preconiza Ferreira, M. (2000), à complacência do sector verificado nos últimos vinte anos, facto que fez perder uma geração de eventuais apreciadores, o sector deve responder com acções alicerçadas num *marketing* apelativo, por forma a ganhar novos consumidores em mercados maduros, como é o caso do mercado belga e, fundamentalmente, alterar as regras e as tradições que “sufocam” esta área de actividade.

Ou seja, o sector exportador de vinho do Porto encontra-se perante uma nova encruzilhada: se por um lado deve reanimar velhas fidelidades, insistindo na preservação do ancestral rigor qualitativo e na imagem de luxo requintado, não pode, contudo descurar a conquista de novos clientes, projectando uma imagem de sedutora novidade, através de um renovado esforço de *marketing*.

## Redireccionamento dos recursos financeiros

Tendo em conta que os recursos são escassos, os gestores procuram aplicá-los de modo a criar um real valor para a empresa. A alocação de recursos consiste fundamentalmente na conversão dos recursos financeiros em recursos organizacionais, humanos e operacionais, bem como na capacidade da empresa interagir com o mercado. De facto, uma interacção bem sucedida propicia mais recursos financeiros, podendo estes, por sua vez, serem reutilizados, considerando os objectivos previamente delineados. Deste modo, as empresas devem determinar as suas áreas prioritárias de investimento e identificar aquelas em que a aplicação de novos recursos é dispensável (Johnson e Scholes, 1999). Assim, do confronto entre os recursos detidos e os recursos exigidos,

as empresas podem redireccionar os seus recursos, desinvestindo, desenvolvendo novas missões, inovando, ou então, optando pela diversificação total (Brownlie e Bart, 1985).

Ora, após a suspensão da comercialização do vinho do Porto a granel, em Julho de 1996, a qual permitia o escoamento de grandes volumes de vinho do Porto, sem grandes encargos acrescidos (dada a ausência de actividades de *marketing* e a inexistência das fases de envelhecimento e de engarrafamento do vinho do Porto a granel), e o aparecimento dos vinhos provenientes do “Novo Mundo” vitícola, com custos de produção inferiores aos do negócio do vinho do Porto, as pequenas empresas exportadoras, que anteriormente consideravam o mercado belga como uma boa fonte de receitas, têm vindo a redireccionar os seus recursos financeiros para o mercado nacional e para o desenvolvimento de produtos relacionados, nomeadamente, os vinhos de mesa do Douro de qualidade.

De facto, como denotam Mações e Dias (2001), estas empresas apresentam enormes dificuldades em competir além-fronteiras, resultante, em parte, da falta de conhecimentos que os seus gestores apresentam em relação à actividade exportadora (falta de experiência internacional, falta de conhecimentos sobre a exportação, diferenças linguísticas, desconhecimento dos mercados potenciais, falta de subsidiárias e de acordos de cooperação, risco do negócio superior ao mercado nacional); da falta de recursos (falta de recursos financeiros, custos elevados); e da existência de barreiras exógenas às próprias empresas (intensificação da concorrência nos mercados externos, diferença de hábitos de consumo, barreiras legais específicas do sector, dependência dos factores climáticos).

Todos estes factores levam as pequenas empresas de vinho do Porto a operarem essencialmente no mercado nacional, exportando, quando muito, para países vizinhos (caso de Espanha), ou para países próximos psiquicamente (caso do Brasil, por razões de afinidade cultural, de língua e de emigração de portugueses). Estas empresas apostam essencialmente nos vinhos de gama média/alta quer para os consumidores finais como para o sector HORECA.

Por outro lado, se até 1997, o vinho de mesa do Douro era considerado como um subproduto do vinho do Porto (o excedente de produção destinava-se à produção de aguardente vínica), actualmente, a procura dos vinhos de mesa do Douro de qualidade no mercado nacional é tão elevada que os preços a retalho destes vinhos superam, em média, os preços dos vinhos do Porto de gama corrente (Ferreira, V., 2000a; 2000b). Refira-se ainda, a preocupação das pequenas empresas, a par das médias e grandes empresas exportadoras de vinho do Porto, em procurar rendibilizar as suas pesadas estruturas (complexos industriais, equipamento específico, terrenos e edifícios), realizando, para o efeito, investimentos em actividades turísticas: adaptação das quintas e/ou armazéns em centros de visita, nos quais são vendidos vinhos de qualidade. A este propósito cita-se por exemplo, a criação do centro de visitas no Douro, em 2000, pela Quinta do Portal, classificada, nesta investigação, como uma pequena casa exportadora de vinho do Porto.

## CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS PARA O SECTOR

Face aos elevados custos fixos inerentes ao negócio do vinho do Porto e à supremacia negocial da grande distribuição, as empresas exportadoras, para sobreviverem, sentem-se obrigadas, pelo menos a curto prazo, em aceitar as imposições da distribuição moderna, apostando nos vinhos de Porto de qualidade média/baixa, vulgarizando-se, assim, o consumo de vinho do Porto. Esta realidade é tanto mais significativa, quanto mais for tida em consideração a hegemonia das gamas correntes e das *BOB's* nas exportações dos principais mercados de destino do vinho do Porto: a maioria dos países da UE.

Muito embora o segmento das *BOB's* permita assegurar grandes encomendas, possibilitando às empresas de vinho do Porto beneficiarem de algumas economias de escala e de experiência (importantes na facturação de muitas empresas exportadoras), a política comercial que as sustenta privilegia fundamentalmente os baixos preços, descuidando a qualidade e a imagem de tradição do vinho do Porto. No fundo, para as empresas de volume, a comercialização das *BOB's* vem, em parte, compensar a suspensão das vendas a granel.

Por outro lado, tendo em conta que estes vinhos são pouco diferenciados e os critérios de qualidade a eles associados menos exigentes, os custos de mudança para os grupos da distribuição moderna são quase inexistentes (é com facilidade que as empresas da grande distribuição encontram fornecedores alternativos, podendo optar por um ou outro exportador), intensificando o seu poder de negociação e forçando as empresas a reduzirem os preços dos seus vinhos; de facto, mesmo as grandes empresas exportadoras comercializam *BOB's*.

Ou seja, é a grande distribuição, actor externo às empresas exportadoras, que impõe as estratégias das mesmas. Assiste-se, assim, a uma transferência do centro de decisão para o exterior da própria empresa (estratégia de arrastamento). Porém, como denotam Rocha e Moura (2001), as empresas de vinho do Porto ao transferirem o centro de decisão para os agentes externos transferem também a possibilidade de aproveitarem as oportunidades que o meio envolvente proporciona. Isto é, transferem a sua capacidade de racionalização estratégica na exploração de novas oportunidades. Por exemplo, a maioria das empresas exportadoras de vinho do Porto que assumiram com a grande distribuição compromissos de fornecimento de *BOB's*, dado terem orientado as suas produções víquicas essencialmente para este fim, apresentam, agora, enormes dificuldades em redireccionar os seus recursos para explorar novas oportunidades de mercado, como é o caso do vinho de mesa de qualidade da região do Douro.

Como alternativa à distribuição moderna, as pequenas empresas exportadoras de vinho do Porto e as médias e grandes empresas de estrutura familiar deveriam, nas devidas proporções, seguir os exemplos de parceria das empresas de vinho do Porto que pertencem

cem ou são participadas por empresas multinacionais, trabalhando com agentes exclusivos, os quais detêm uma melhor posição negocial face aos grandes grupos da distribuição moderna. De igual modo, a *internet* poderá vir a ser, a curto/médio prazo, um verdadeiro canal alternativo de venda de vinho do Porto, contrapondo com os tradicionais canais de distribuição.

Por sua vez, a estratégia de diferenciação obriga as empresas exportadoras de vinho do Porto a desenvolverem as suas próprias marcas quer ao nível da produção como da comercialização. Trata-se de uma opção estratégica que exige elevados investimentos (fortes campanhas comunicacionais, qualificação dos processos produtivo e comercial), sendo o retorno dos mesmos, quando real, muito moroso. Porém, é a estratégia de diferenciação que proporciona, a longo prazo, boas margens de comercialização, dado facultar ao produto qualidades distintivas importantes para o consumidor (seja, vinho do Porto, vinho de mesa do Douro ou qualquer outro produto inovador derivado do vinho do Porto), permitindo aliviar a concentração do negócio dos vinhos do Porto de gama corrente. De facto, nos dias de hoje, as vantagens dinâmicas de competitividade do sector residem essencialmente na capacidade das empresas evoluírem para produtos com maior valor acrescentado e adoptarem novos processos industriais mais flexíveis, apostando nas economias de gama, em detrimento das economias de escala. Ou seja, para que as empresas exportadoras de vinho do Porto possam aproveitar as oportunidades que se visionam, ou que venham a ser visionadas, terão de abandonar a tradicional visão de curto prazo e encetarem por uma orientação estratégica a longo prazo. Por exemplo, para produzir um vinho de mesa do Douro de qualidade será necessário contar, pelo menos, com cinco anos de investimento antes da obtenção de qualquer retorno.

Assim, e tendo em conta que não é sustentável, pelo menos, a curto prazo, o enfoque exclusivo nos vinhos de qualidade, as empresas exportadoras de vinho do Porto, deveriam inicialmente adoptar uma orientação estratégica mista, apostando, simultaneamente, no domínio dos custos e na diferenciação, para, a médio e longo prazo, focalizarem as suas actuações nos vinhos de qualidade.

A opção inicial da estratégia mista desvia-se claramente do paradigma conceptual proposto por Porter (1980), segundo o qual uma empresa deve optar exclusivamente por uma estratégia, visto que, caso contrário, não adquire nenhuma vantagem concorrencial sobre os demais concorrentes. Porém, a estratégia mista permite às empresas exportadoras de vinho do Porto consolidar os seus volumes actuais (tendo por base a exploração de vinho do Porto de gama baixa) e, paralelamente, prosseguir com uma estratégia que aposte na qualidade e na inovação. Deste modo, asseguram-se os níveis de produção, estabilizando/reduzindo os custos fixos e, pela diferenciação dos produtos, assente na qualidade e na inovação, procura-se conquistar novos segmentos/mercados que valorizam o vinho do Porto de qualidade, melhorando, a longo prazo, a posição concorrencial nesses

mesmos segmentos/mercados, à semelhança dos vinhos franceses (caso dos vinhos de Bordéus) e dos vinhos italianos. Contudo, a estratégia mista, deverá ser encarada como uma estratégia de transição para a qualidade, porquanto a ênfase dada à qualidade figurar-se-á, num futuro próximo, como uma questão de sobrevivência para as empresas exportadoras de vinho do Porto, tendo em conta que estas dificilmente competirão com a agressiva política de preços dos vinhos do “Novo Mundo”.

Assim, as empresas exportadoras de vinho do Porto que no mercado belga comercializam essencialmente *BOB's* (empresas orientadas para o volume), deveriam, a médio e longo prazo, e, de um modo sustentado, concentrarem-se mais na produção e comercialização de vinho do Porto de qualidade (marcas tradicionais), repercutindo-se essa qualidade no preço a retalho (aumento das margens de comercialização) e na imagem da marca/empresa.

Curiosamente, o estudo liderado por Michael Porter, em 1993, sobre as vantagens competitivas de Portugal, também preconizava a estratégia mista para o *cluster* do vinho português, no qual o vinho do Porto se inclui: criação de uma imagem de elevada qualidade dos vinhos portugueses, a par de melhorias ao nível dos custos de produção, para que a vantagem adicional resultante da diferenciação não seja eliminada pelos custos adicionais, devidos, essencialmente, à crescente erosão da “mão-de-obra barata” (Porter, 1994).

## BIBLIOGRAFIA

- ANSOFF, H. I., *The New Corporate Strategy*, 3ª reimpressão, John Wiley & Sons, Nova Iorque, 1988.
- BANCO DE PORTUGAL, Quadros de Situação: Consolidado (Co), Pequenas Empresas (C1) e Grandes Empresas (C2), do CAE Produção de Vinhos Comuns e Licorosos, para o Exercício de 1998, *Central de Balanços do Banco de Portugal*, 26 de Janeiro, Lisboa, 2000.
- BRITO, C. M., “Estrutura e Dinâmica do Sector do Vinho do Porto”, *Cadernos da Revista Douro, Estudos e Documentos*, IVP e GEHVID, Porto, 1997.
- BROWNLIE, D. T. e BART, C. K., *Products and Strategies*, Prentice Hall, 1985.
- CANADEAN, *The Spirits & Wine Service World Alcohol – 1999 Cycle Belgium*, Estudo Realizado pela Canadean Ltd, para a Seagram Belgium, 2000.
- DOYLE, P., SAUNDERS, J. e WONG, V., “Competition in global markets: a case of American and Japanese competition in the British market”, *Journal of International Business Studies*, terceiro trimestre, 1992, 419-442.
- EUROSTAT, *PIB par habitant en standard de pouvoir d'achat*, (<http://www.europa.eu.int/comm/eurostat/Public/datashop/>), 2001.
- FELISMINO, E., “Vinho do Porto: multinacionais desinteressam-se pelo sector”, *Semanário Económico*, 619, 20 de Novembro, 1998, 4-5.
- FERREIRA, M., Entrevista ao Presidente da Associação Nacional dos Comerciantes e Exportadores de Vinhos e de Bebidas Espirituosas, Vila Nova de Gaia, Março, 2000.

- FERREIRA, V., "Sector dos vinhos pode dar mais ganho ao país", *Vida Económica*, 13 de Abril, 2000a, 4-5.
- FERREIRA, V., "Produtores têm de estar atentos ao mercado do Reino Unido", *Vida Económica*, 13 de Janeiro, 2000b, 36.
- GUICHARD, F., "O vinho do Porto e mais alguns: gestão da imagem", Actas do I Encontro Internacional "História da Vinha e do Vinho no Vale do Douro" II, *Douro, Estudos e Documentos*, GEHVID, 1997, 145-157.
- IVP, *O Vinho do Porto em 1999*, Porto, 2000.
- JOHNSON, G. e SCHOLES, K., *Exploring Corporate Strategy: Text and Cases*, 5ª ed., Prentice Hall, Londres, 1999.
- LAGES, L. F., "Marketing lessons from Portuguese wine exporters: the development and application of a conceptual framework", *Journal of Wine Research*, 10, 2, 1999, 123-132.
- MAÇÃES, A. R. e DIAS, J. F., "Internacionalização: estudo empírico no sector do vinho do Porto", *Revista Portuguesa de Gestão*, 3, 2001, 72-90.
- NIELSEN, *Alcoholic Beverages in Belgium (Port-Sherry-Whisky-Cognac-Vodka): MAT JAN1600 vs MAT JAN1799*, Estudo Realizado pela N.V.AC Nielsen Cº (Belgium) S.A. para a Seagram Belgium, Bruxelas, 2000.
- PORTER, M., *Competitive Strategy*, The Free Press, Nova Iorque, 1980.
- PORTER, M., *Construir as Vantagens Competitivas de Portugal*, 1ª ed., Monitor Company, Edição do Forum para a Competitividade, Lisboa, 1994.
- ROCHA, V., *O Vinho do Porto no Mercado Belga: Objectivos e Orientações Estratégicas para o Bom Desempenho das Empresas Exportadoras*, Tese de Mestrado, Universidade Aberta, 2001.
- ROCHA, V. e MOURA, A. P., "A importância das marcas dos clientes (BOB's) na comercialização do vinho do Porto no mercado Belga", Actas das XI Jornadas Luso-Espanholas de Gestão Científica, Carlos Ongallo Chanclón, ed., Universidade de Estremadura, Faculdade de Estudios Empresariales y Turismo, Cárceres, Espanha, 2001, 301-313.
- RSGB, *Sandeman Brand Evaluation: Four Country Overview*, Estudo Realizado pela RSGB para a Seagram Europe & Africa, Londres, 1997.
- WONG, V., SAUNDERS, J. e DOYLE, P., "Japanese marketing strategies in the United Kingdom", *Long Range Planning*, 20, 6, 1987, 54-63.



# **ESTRATÉGIAS E PROCESSOS DE INTERNACIONALIZAÇÃO: UM ESTUDO EMPÍRICO NO SECTOR DO VINHO DO PORTO<sup>1</sup>**

**MANUEL ALBERTO RAMOS MAÇÃES \***  
**JOÃO FERREIRA DIAS \*\***

---

## **RESUMO**

Os resultados da nossa investigação, que incidiu sobre uma amostra de 46 empresas exportadoras de vinho do Porto, adegas cooperativas e produtores/engarrafadores inscritos no Instituto do Vinho do Porto, mostram que a posse de vantagens competitivas a nível de custos e as características dos gestores de topo, especialmente a percepção das barreiras à exportação, são factores explicativos do comportamento exportador das empresas de vinho do Porto.

Adicionalmente, os resultados mostram que a generalidade das empresas de vinho do Porto têm adoptado comportamentos híbridos nas estratégias de internacionalização, utilizando ao mesmo tempo diferentes tipos de acordos inter – empresas ou alianças estratégicas, de acordo com as suas necessidades e ao ritmo das suas capacidades e das oportunidades do mercado. Apesar da evolução verificada para estratégias mais avançadas de internacionalização, a exportação directa e a exportação via agentes ou distribuidores continuam a ser as estratégias privilegiadas pelas empresas de vinho do Porto, por implicarem menores riscos e exigirem menor envolvimento de recursos.

## **ESTRATÉGIAS E MODELOS DE INTERNACIONALIZAÇÃO**

A globalização da economia proporciona às empresas novas oportunidades e novos mercados internacionais, mas, ao mesmo tempo, coloca novos desafios competitivos, quer dos concorrentes locais, quer dos concorrentes inter-

---

\* Licenciado em Economia (FEP) e Mestre em Gestão de Empresas (ISCTE).

Ex-Vogal do Conselho Directivo do Instituto do Vinho do Porto.

\*\* Professor do ISCTE e Investigador da UNIDE.

1. Este trabalho foi elaborado com base na dissertação do Curso de Mestrado em Gestão de Empresas do ISCTE - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, defendida em Dezembro de 2000, sob a orientação do Prof. Doutor João Ferreira Dias.

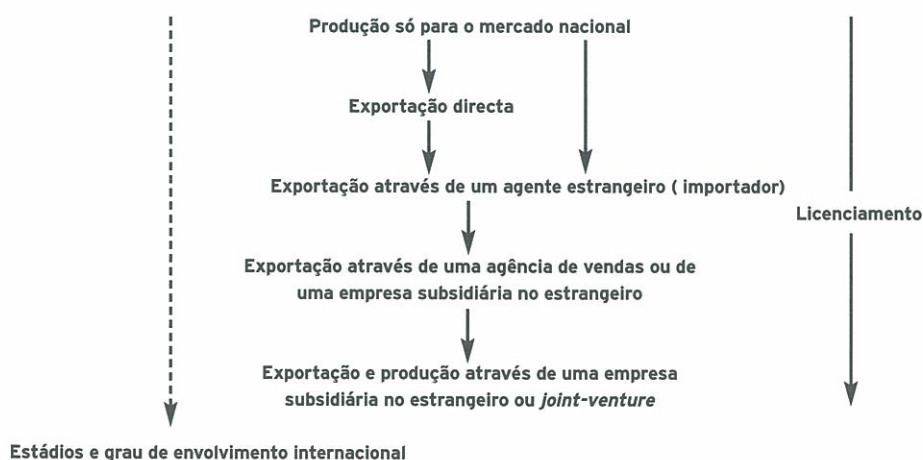
nacionais (Hitt, Hoskisson & Kim, 1997). A opção estratégica de internacionalização e as decisões respeitantes ao modo de entrada nos mercados externos assumem especial relevância, por implicarem numerosos riscos e envolverem recursos elevados face à capacidade financeira das empresas, que é limitada (Bennett, 1998).

O problema central de uma estratégia de internacionalização é a escolha do modo de entrada no mercado-alvo que, entre os casos limite da exportação e do investimento directo estrangeiro com a criação de filiais nos mercados de destino, pode assumir diversos graus de envolvimento, incluindo parcerias com empresas locais, com vista a tirar partido do conhecimento específico dos mercados dos países hospedeiros. A exportação é a forma mais comum e mais acessível de uma empresa se envolver num processo de internacionalização, porque é a forma que exige menores investimentos e uma menor estrutura de controlo, minimizando assim os riscos que a passagem das fronteiras naturalmente envolve (Hansen, Gillespie & Gencturk, 1994).

Existem diferentes abordagens aos processos de internacionalização das empresas. Alguns autores (Hansen, Gillespie & Gencturk, 1994; Hitt, Hoskisson & Kim, 1997) tendem a considerar a internacionalização como uma decisão estratégica das empresas, que identificam os produtos a colocar nos mercados internacionais, os mercados a atingir e os modos de acesso e de presença mais adequados, desde a exportação a formas mais avançadas que implicam investimento directo.

Segundo esta abordagem, baseada no *tradeoff* investimento versus grau de controlo da presença externa, o envolvimento internacional das empresas ocorre muitas vezes estádio a estádio: primeiro a firma exporta directamente, depois usa um agente estrangeiro

**Figura 1:** Estratégias de internacionalização



Fonte: Adaptação de Buckley (1989)

(importador que não assume a propriedade dos *stocks*), depois um distribuidor (que é dono dos *stocks*), depois uma agência de vendas ou empresa subsidiária e, por fim, a constituição de uma empresa subsidiária de produção e/ou vendas ou *joint-venture* – figura n.º 1.

Outros, da escola escandinava, acentuam o carácter incremental dos processos de internacionalização e a aprendizagem por parte das empresas. Segundo esta escola, a internacionalização é a consequência de uma sequência de decisões incrementais (estádios)<sup>2</sup>, em conexão com a experiência e o conhecimento dos mercados externos (Welch & Luostarinen, 1988; Eriksson et al. 1997) e que o incremento e a extensão das actividades num mercado está relacionada com a distância psíquica desse mercado, sugerindo que as empresas devem entrar sucessivamente em novos mercados com maior distância psíquica (O’Grady & Lane, 1996)<sup>3</sup>.

O conceito de “*distância psíquica*” estabelece a relação entre as empresas e os seus mercados. Para Johanson & Wiedersheim-Paul (1975) é uma distância subjectiva que depende da forma como cada gestor vê o mundo, da sua percepção da realidade, que varia de pessoa para pessoa; logo a distância psíquica não traduz apenas e necessariamente as diferenças culturais nos processos de internacionalização das empresas (Johanson & Wiedersheim-Paul, 1975). Para Kogut & Sing (1988) e Nordström & Vahlne (1992), citados por O’Grady & Lane (1996), a distância psíquica é uma distância cultural, o que significa que explicita as diferenças culturais nos processos de internacionalização das empresas.

A revisão da literatura sobre a teoria do comércio internacional, sobre a teoria do investimento internacional e sobre a teoria da inovação organizacional nas duas últimas décadas, revela a existência de duas correntes de pensamento principais ou modelos de internacionalização da empresa (Andersen, 1993):

- **Internacionalização por Estádios ou Modelo de Internacionalização de Uppsala (Johanson & Wiedersheim-Paul, 1975 e Johanson & Vahlne, 1977; 1990)**, que se baseia na teoria do comércio internacional e advoga que a internacionalização é um processo de envolvimento incremental com os mercados internacionais, em que cada estágio representa um envolvimento de recursos mais elevado.

De acordo com este modelo, se uma empresa desconhece os mercados externos ou o seu conhecimento é insuficiente, deverá envolver-se nesses mercados adoptando uma postura incremental, ou seja, só deverá passar de um estágio ao seguinte quando adquirir mais conhecimentos e experiência. Ainda segundo este modelo, as empresas preferem adoptar métodos de entrada nos mercados internacionais que impli-

2. Em inglês “*establishment chain*”, na terminologia de Wiedersheim-Paul (1975).

3. Em inglês “*psychic distance*”. O conceito de “distância psíquica” define-se como o conjunto de factores que impedem ou dificultam o fluxo de informação entre as empresas e o mercado. Estes factores podem incluir a língua, a cultura, o sistema político, os níveis educacionais e o nível de desenvolvimento industrial e constituem barreiras à aprendizagem e à forma de actuação nesse mercado (Johanson & Vahlne, 1977). O’Grady & Lane (1996) definem “distância psíquica” como “um grau de incerteza da empresa acerca de um mercado estrangeiro, em resultado de diferenças culturais e outras dificuldades comerciais, que constituem barreiras à aprendizagem do mercado e à forma de actuação nesse mercado.

quem um baixo nível de comprometimento (exportações, licenças, acordos) e começam a exportar para países vizinhos ou próximos psicologicamente com práticas comerciais similares, só se abalanchando a métodos mais avançados que impliquem maiores compromissos (empresas subsidiárias, filiais comerciais, filiais de produção) ou a exportar para países psicologicamente mais distantes à medida que forem adquirindo mais experiência e melhor conhecimento desses mercados.

- **Internacionalização baseada na Inovação Organizacional** (Bilkey & Tesar, 1977; Cavusgil, 1976; 1984; Czinkota, 1982 e Reid, 1983), que considera a internacionalização como um processo de inovação organizacional (Cunha & Verhallen, 1998).

A perspectiva da inovação no contexto de internacionalização é relativamente recente. O primeiro trabalho apelando a essa perspectiva foi o de Simmonds & Smith (1968) e só quase uma década depois o tema voltou a ser retomado em trabalhos de investigação de *marketing* internacional (Lee & Brasch, 1978), chamando a atenção para o papel dos agentes da mudança nos processos de internacionalização (constataram que as empresas no início do seu ciclo de vida eram as mais inovadoras) e para a não racionalidade do processo, iniciando-se muitas vezes de forma impulsiva.

Bilkey & Tesar (1977) conceptualizaram uma proposta de tipificação dos estádios de desenvolvimento do processo de internacionalização, na perspectiva do crescente envolvimento da empresa para países mais longínquos psicologicamente. O seu modelo consiste em seis estádios distintos de envolvimento na exportação em função da atitude assumida pela gestão da empresa, desde a completa falta de interesse em se iniciar na exportação até ao envolvimento em oportunidades de exportação em mercados longínquos psicologicamente. Vários outros modelos foram desenvolvidos, que não diferem substancialmente dos modelos apresentados e que destacam as diferenças significativas que existem entre as empresas nos vários estádios de envolvimento internacional.

Andersen (1993) considera, no entanto, que, excepto quanto ao mecanismo de iniciação, as diferenças entre estas duas escolas reflecte mais diferenças de semântica do que diferenças reais quanto à natureza do processo de internacionalização.

## DESENVOLVIMENTO DE UM MODELO INTEGRADO: UMA PROPOSTA

Com vista a construirmos um modelo coerente e integrado dos factores explicativos da decisão de exportar, procedemos a uma revisão da literatura sobre os factores que influenciam ou determinam o comportamento exportador das empresas, a qual revela a existência de duas correntes paralelas de investigação (Yang, Leone & Alden, 1992; Andersen, 1993).

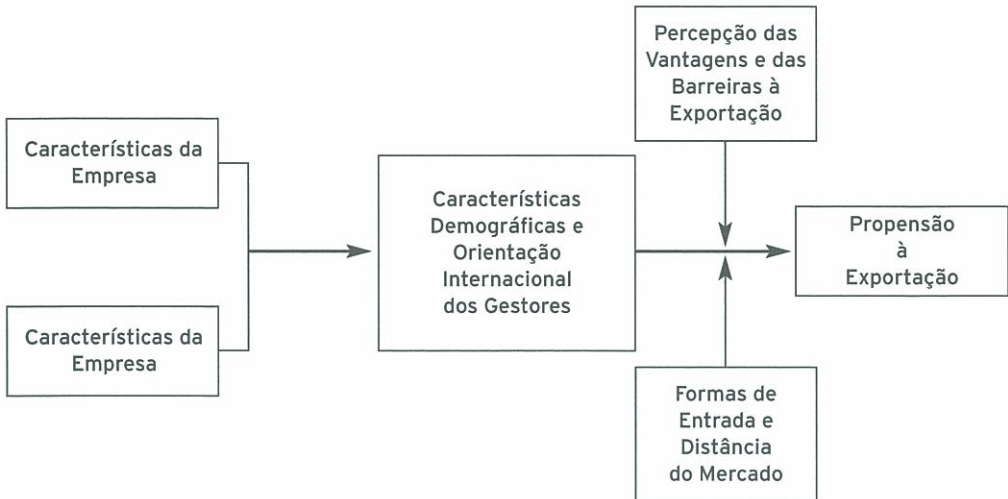
Uma está relacionada com a descrição das características das empresas exportadoras nos diferentes estádios de desenvolvimento internacional e com a identificação dos problemas a que têm que fazer face para serem bem sucedidas. Ancorada na Teoria de Internacionalização por Estádios, esta corrente tem sugerido várias versões de desenvolvimento das exportações, que se baseiam, ou no envolvimento incremental do processo de internacionalização (Johanson, Vahlne & Wiedersheim-Paul, 1975; Johanson & Vahlne, 1977), ou na internacionalização como a adopção de um processo de inovação (Bilkey & Tesar, 1977; Cavusgil, Bilkey & Tesar, 1979; Reid, 1981 e Czinkota, 1982).

A outra corrente de investigação explora as relações causais entre o comportamento exportador dos gestores, como a percepção de barreiras à exportação e a atitude e/ou o comprometimento dos gestores face à exportação como decisão estratégica (Bauerschmidt, Sullivan & Gillespie, 1995; Cavusgil & Nevin, 1981; Wiedersheim-Paul, Olson & Welch, 1978; Hambrick & Mason, 1984 e Yang, Leone & Alden, 1992) e as variáveis internas e externas à empresa que influenciam o processo de internacionalização (Cavusgil & Nevin, 1981; Bilkey, 1982 e Dichtl et al. 1984), como a dimensão (Calof, 1994) e a posse de vantagens competitivas (Bilkey & Tesar, 1977).

De acordo com Johanson & Vahlne (1977, 1990), o modelo de envolvimento incremental explica dois padrões de comportamento internacional das empresas: primeiramente, é a *distância física* entre o mercado nacional e os países de acolhimento que explica o “*timing*” e a localização das formas de presença, sendo os mercados em que a *distância física* é menor os primeiros a ser servidos; de seguida, é a *distância psíquica* que explica ou pelo menos influencia o número de mercados a entrar e o grau de envolvimento em cada mercado em dado momento.

Identificadas, de acordo com a revisão da literatura, as duas dimensões da expansão internacional das empresas e uma vez que o efeito dos factores que influenciam o processo de internacionalização das empresas pode variar de indústria para indústria e de uma empresa de serviços para uma empresa industrial, importa caracterizar o processo de internacionalização das empresas exportadoras de vinho do Porto, em termos de rapidez e formas de entrada e de orientação internacional das exportações.

O modelo conceptual proposto – figura n.º 2 – baseia-se nos seguintes factores que podem influenciar a decisão de exportar – as **características próprias da empresa** e a **posse de vantagens competitivas**, as **características demográficas** e a **orientação internacional dos gestores**, moderados pela **percepção das vantagens** e das **barreiras à exportação** e pela **estratégia de internacionalização adoptada** – e pretende identificar os que têm significado estatístico na propensão a exportar por parte das empresas de vinho do Porto:

**Figura 2:** Modelo Integrado dos Factores que Influenciam a Estratégia de Internacionalização das Empresas

Fonte: Adaptação de Hambrick & Mason (1984); Cooper & Kleinschmidt (1985); Yang, Leone & Alden (1992) e Havnes et al. (1998)

O objectivo do trabalho de investigação reside, pois, na identificação dos factores que podem influenciar as estratégias e os processos de internacionalização das empresas exportadoras de vinho do Porto:

- **Factores internos ou características distintivas da empresa determinantes do grau de envolvimento na exportação.** Os investigadores têm identificado factores específicos da empresa, tais como a dimensão, segundo os quais as empresas com maior dimensão têm mais facilidades para encontrar recursos humanos de qualidade e financeiros e maior capacidade produtiva para dedicar à exportação (Cavusgil & Noar, 1987; Samiee & Walters, 1990), a participação de capital estrangeiro no capital das empresas ou participação das empresas no capital de outras empresas relacionadas com a distribuição de bebidas e a posse de vantagens competitivas em termos de produto, de tecnologia, do nível de custos e da competitividade dos preços (Simmonds & Smith, 1968; Johanson & Wiedersheim-Paul, 1975; Johanson & Vahlne, 1977; Bilkey & Tesar, 1977; Wiedersheim-Paul et al. 1978; Cavusgil, Bilkey & Tesar, 1979; Cavusgil & Nevin, 1981; Reid, 1983; Cavusgil, 1984; Sullivan & Bauerschmidt, 1989; Moon & Lee, 1990; Yang, Leone & Alden, 1992);
- **Características demográficas e orientação internacional dos gestores de topo.**<sup>4</sup> As investigações sobre a orientação das decisões de exportar sugerem que a idade, o contacto com ambientes e culturas estrangeiras, através, por exemplo, da educação, de viagens

4. Em inglês "Upper Echelons" (Hambrick & Mason, 1984).

ao estrangeiro e participação em feiras, exposições e eventos internacionais e o conhecimento de línguas estrangeiras (Dichtl et al. 1984; Dichtl et al. 1990), contribuem para a formação de uma orientação internacional dos gestores, particularmente se aquelas experiências ocorrem cedo na vida;

- **Percepção das vantagens e do nível de barreiras à exportação.** Pretende-se identificar a atitude dos gestores face à exportação e a percepção sobre o nível de barreiras à exportação (Welch & Wiedersheim-Paul, 1977; Bilkey & Tesar, 1977; Hambrick & Mason, 1984; Dichtl et al. 1984; Sharkey, Lim & Kim, 1989 e Yang et al. 1992);
- **Comportamento das empresas em termos de desenvolvimento internacional.** Pretende-se verificar se o desenvolvimento internacional das empresas de vinho do Porto se processou de acordo com o modelo incremental da Teoria de Internacionalização por Estádios de Uppsala (Johanson & Wiedersheim-Paul, 1975; Johanson & Vahlne, 1977; Welch & Luostarinen, 1988; Johanson & Vahlne, 1990; Dalli, 1995; Oviatt & McDougall, 1994; Coviello & Munro, 1995), ou se o mesmo se revela insuficiente para explicar o comportamento das empresas de vinho do Porto no desenvolvimento dos seus processos de internacionalização.

## METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

### A População e a Amostra

O nosso estudo incidiu sobre as empresas exportadoras de vinho do Porto, as adegas cooperativas e os produtores/engarrafadores inscritos no Instituto do Vinho do Porto. Trata-se de uma população finita em que todos os seus elementos são conhecidos, por pertencerem a uma região demarcada e necessitarem de autorização prévia para operar no sector.

Participaram no inquérito praticamente todas as empresas que constituem o universo das empresas de vinho do Porto, num total de 90 questionários enviados. Dos participantes, 46 devolveram o questionário. Destes participantes, 22 são empresas exportadoras de vinho do Porto sediadas em Vila Nova de Gaia, 9 são adegas cooperativas da Região Demarcada do Douro e 15 são produtores/engarrafadores. Um participante não se identificou. Dos participantes, quatro foram retirados da análise, devido à não-resposta a secções inteiras do instrumento – duas adegas cooperativas e dois produtores/engarrafadores – pelo que foram consideradas 42 respostas válidas para a análise.

Quadro 1: Perfil da amostra

Tipo de empresas	Número de empresas			Número médio de empregados	Capacidade vinificação/ /armazenagem (pipas)	Média das Exportações/ Vendas totais (1999)
	Universo	Amostra	%			
Cooperativa	11	7	63	37	> 2 000	7,7%
Sociedade anónima	28	18	64	78	1 000-2 000	70,7%
Empresário individual	22	5	23	13	100-500	13,8%
Sociedade por quotas	34	12	36	18	500-1 000	54,5%
Total	95	42	44	46	1 000-2 000	49,7%

A amostra representa 44% da totalidade das empresas e produtores/engarrafadores que constituem a população. Por tipos de empresas, a amostra representa 64% do total de sociedades anónimas e 36% das sociedades por quotas, que são indiscutivelmente os principais operadores no mercado. De facto, em 1999 as sociedades anónimas e as sociedades por quotas<sup>5</sup> em conjunto representavam 98,6 % do total de 95,4 milhões de litros de vinho do Porto comercializados nesse ano. Em contrapartida, os produtores/engarrafadores e as cooperativas, igualmente em 1999, representavam apenas 0,5% e 0,9%, respectivamente, do total de vinho do Porto comercializado.

## O Questionário

O inquérito foi executado através do envio pelo correio, no início de Janeiro de 2000, de questionários aos presidentes/gerentes ou proprietários de 90 empresas exportadoras de vinho do Porto, adegas cooperativas e produtores/engarrafadores, que constituem a quase totalidade dos operadores inscritos no Instituto do vinho do Porto, com o pedido de que os devolvessem devidamente preenchidos até ao final do mês em causa. As empresas exportadoras e os produtores/exportadores que não haviam respondido foram contactadas um mês depois do correio inicial no sentido de lembrar a importância das suas respostas para a qualidade científica que se pretendia para o trabalho.

O inquérito foi dirigido aos administradores ou gerentes das empresas por serem as pessoas que, para além de terem uma visão mais ampla do negócio, têm poder de decisão no que se refere à comercialização do vinho e, por conseguinte, na actividade exporta-

5. As sociedades anónimas e as sociedades por quotas constituem o que, no presente trabalho, designamos por "comerciantes" ou "empresas exportadoras". De notar, contudo, que oito produtores/engarrafadores são sociedades por quotas e dois são sociedades anónimas.

dora. No caso dos produtores/engarrafadores em que, na maioria dos casos, o gerente é o proprietário, a pessoa que respondeu ao inquérito foi o proprietário. No caso das adegas cooperativas a pessoa que respondeu foi o presidente.

Para procedermos à recolha da informação primária elaborámos um questionário estruturado, que serviu de base ao trabalho empírico. O questionário está organizado por forma a obter a informação necessária ao teste das hipóteses formuladas e compreende basicamente três áreas distintas, a saber:

- Perguntas sobre a empresa e sobre a equipa directiva;
- Perguntas sobre os gestores entrevistados;
- Perguntas sobre as estratégias de internacionalização seguidas pelas empresas.

Muitos dos *items* foram desenvolvidos pelo investigador com base na percepção que tem do sector, tendo por pano de fundo a análise da literatura nas áreas da estratégia e da internacionalização e fundamentalmente os trabalhos de Cavusgil (1976), Bilkey & Tesar (1977), Cavusgil & Nevin (1981), Czinkota (1982), Sullivan & Bauerschmidt (1990), Lim, Sharkey & Kim (1991, 1993), Johanson & Vahlne (1990), Yang, Leone & Alden, 1992; Baird, Lyles & Orris (1994), Moini (1995), Dalli (1995) e Coviello & Munro (1995; 1997) e Crick (1995).

Após melhoramentos sucessivos e antes de enviar a versão definitiva do questionário às 90 empresas que constituem a quase totalidade das empresas inscritas no Instituto do Vinho do Porto, efectuámos um pré-teste junto de alguns técnicos e empresários do sector para avaliar a aplicabilidade e importância dos factores organizativos e estratégicos relacionados com a actividade exportadora.

## Operacionalização do Modelo

A caracterização das dimensões do modelo é feita pela identificação das variáveis susceptíveis de influenciarem o comportamento das empresas e a atitude dos gestores, operacionalizadas através do preenchimento de um questionário, a responder pelos responsáveis das empresas, das adegas cooperativas e produtores/engarrafadores de vinho do Porto.

O questionário incluiu perguntas abertas e fechadas, algumas das quais utilizando uma escala de Likert de cinco pontos, que quantificam as variáveis relevantes do modelo, de acordo com os seguintes critérios:

- **Dimensão da empresa** – no caso das empresas vinícolas, a melhor forma de medir a dimensão é através da capacidade de vinificação e armazenagem. No caso vertente do vinho do Porto, a unidade de medida tradicional de vinificação e armazenagem é a pipa de 550 litros (Fonseca et al., 1998, p. 19).

- **Vantagens competitivas** – a análise da competitividade da empresa baseia-se em cinco *items* – qualidade do produto, tecnologia de produção, preço dos produtos, capacidade de desenvolvimento de novos produtos e nível médio dos custos – que os responsáveis da empresa avaliam, comparativamente ao principal concorrente, numa escala bilateral de Likert de 5 pontos, em que 1 representa "muito pior" e 5 "muito melhor".
- **Comportamentos e atitudes dos gestores** – pediu-se aos entrevistados que indicassem a idade, a formação académica, o conhecimento de línguas, as visitas que fazem ao estrangeiro e a presença em feiras ou certames internacionais e que expressassem a sua opinião sobre a actividade exportadora segundo uma escala bilateral de Likert de 1 a 5 pontos em que 1 significa "discordo totalmente" e 5 "concordo totalmente".
- **Percepção das vantagens da exportação** – foi perguntado aos entrevistados se utilizavam, à data do inquérito, alguma ou algumas das estratégias indicadas, a importância da sua utilização para a empresa numa escala bilateral de Likert de 1 "pouco importante" a 5 "muito importante", a duração de cada uma e o impacto que têm nas vendas da empresa, a fim de estabelecermos uma ordem cronológica de entrada com vista a averiguarmos se as empresas adoptaram o modelo incremental de internacionalização de acordo com a Teoria de Internacionalização por Estádios.
- **Percepção das barreiras à exportação** – vários *items*, que representam a percepção que os responsáveis da empresa têm sobre as dificuldades em exportar, foram identificados a partir de outros estudos (Sullivan & Bauerschmidt, 1989; Yang, Leone & Alden, 1992; Eriksson et al. 1997) e avaliados numa escala bipolar de 5 pontos de Likert em que 1 significa "não dificulta" e 5 "dificulta muito".
- **Comportamento em termos de desenvolvimento internacional** – foi perguntado aos entrevistados que tipo de estratégias utilizavam nos seus processos de internacionalização e que identificassem as formas de entrada utilizadas e respectiva duração e ainda, para cada uma das estratégias utilizadas, a importância que têm para a empresa, numa escala bilateral de Likert de 1 (pouco importante) a 5 (muito importante) e o respectivo impacto de cada forma de entrada no aumento das vendas.
- **Atitudes perante a exportação** – foi também pedido aos entrevistados que escolhessem a etapa que melhor descreve o estágio de desenvolvimento do processo de internacionalização da empresa em termos de actividade exportadora, desde a resposta a encomendas não solicitadas ou limitadas ao envolvimento em actividades de exportação extensivas a países distantes psíquica e culturalmente (Haar & Ortiz-Buonafina, 1995).
- **Distância psíquica** – a operacionalização baseou-se nos trabalhos de Nordström & Vahlne, 1992; Kogut & Singh, 1988 e Benito & Gripsrud, 1992, tendo-se, para o efeito,

pedido aos entrevistados que indicassem o país para onde a empresa se iniciou na exportação e os principais países de destino das exportações, bem como o ano de início das exportações para esses países.

- **Propensão à exportação** – é a variável dependente que pretendemos explicar e que pode ser medida pela diferença entre exportador e não exportador (Cavusgil & Nevin, 1981) e pela taxa de exportação relativamente às vendas totais da empresa (Cavusgil, 1984). É esta medida que vamos utilizar no presente trabalho de investigação.

## Tratamento dos Dados

Todos os resultados apresentados neste artigo têm por base os dados contidos nas respostas ao questionário e foram objecto de tratamento estatístico através do *package* informático SPSS, utilizando métodos de análise estatística bivariada e multivariada. Foi utilizada a técnica de Análise Factorial de Componentes Principais para agrupar as diversas variáveis em factores e testes de hipóteses relativamente às três proposições em que assenta o nosso modelo de investigação dos factores determinantes do envolvimento das empresas na actividade exportadora – **características das empresas e posse de vantagens competitivas, características demográficas e orientação internacional dos gestores e comportamento das empresas exportadoras em termos de desenvolvimento internacional.**

## Resultados e Discussão

Como metodologia, antes de procedermos às análises estatísticas conducentes ao teste das hipóteses, procedemos à redução e análise da consistência e fiabilidade das escalas utilizadas como instrumentos de medida da percepção das equipas de direcção quanto às vantagens relativas da exportação e quanto às barreiras à exportação, recorrendo à estatística *alfa* de Cronbach e à redução das escalas num conjunto menor de factores que sintetizam a maior informação possível, através da Análise Factorial de Componentes Principais, com rotação *Varimax*<sup>6</sup>.

6. Método de rotação ortogonal, isto é, tanto antes como depois da rotação as componentes principais mantêm-se não correlacionadas, que procura maximizar a variação dos pesos das variáveis iniciais para cada um dos factores (Reis, 1997).

## ANÁLISE FACTORIAL DE COMPONENTES PRINCIPAIS

### Vantagens da Exportação

De modo geral, as escalas utilizadas no questionário evidenciam uma consistência interna satisfatória. No que se refere às **vantagens relativas da exportação**, o coeficiente de Cronbach atingiu um valor médio de 0,69<sup>7</sup>, o que significa que estamos perante uma boa escala de medida. O *item* “Maior rendibilidade no mercado nacional” mostrou uma correlação negativa com os outros *items* da escala, pelo que foi retirado da análise. A adequabilidade da aplicação da “Análise Factorial de Componentes Principais” é fraca (KMO = 0,62)<sup>8</sup>, mas válida (Teste de Esfericidade de Bartlett = 0,00)<sup>9</sup>. Apesar disso, os resultados obtidos revelam a existência de três factores que explicam uma elevada proporção da variância total (82,85%) – quadro n.º 2. Os *items* agrupados no primeiro factor estão relacionados com a melhoria da competitividade das empresas, que designamos de **factores de competitividade** e explicam 37,40% da variância total, enquanto que o *item* agrupado no segundo factor está relacionado com a melhoria da capacidade produtiva instalada, que designamos de **factor de produtividade** e explica 23,62% da variância total e o *item* restante é agrupado no terceiro factor e está relacionado com a melhoria da rendibilidade, que designamos de **factor de rendibilidade** e explica 21,83% da variância total.

**Quadro 2:** Redução da dimensão das escalas da percepção dos gestores sobre as vantagens da exportação

Factores/Variáveis	% Variância Explicada
Fac 1.1 - Melhoria da competitividade Melhora a posição mercado nacional Diversificação Oportunidades de crescimento	37,40 %
Fac 2.1 - Melhoria da produtividade Melhora a utilização da capacidade produtiva	23,62 %
Fac 3.1 - Melhoria da rendibilidade Maior rendibilidade dos mercados externos	21,83 %
<b>Total da Variância Explicada</b>	<b>82,85%</b>

7. *Reliability Analysis (Cronbach Alpha Statistic)*. A regra prática para aceitabilidade do alfa é o nível mínimo de 0,60, mas são preferíveis valores para o alfa entre 0,70 e 0,80.

8. Estatística de *Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy*: compara as correlações entre as componentes. Pode ser melhorada aumentando a dimensão da amostra.

9. Teste de Esfericidade de Bartlett (Bartlett Test of Sphericity): testa a hipótese de a matriz de correlações ser uma matriz identidade e o seu determinante ser igual a 1, logo, de as variáveis não estarem correlacionadas entre si.

## Barreiras à exportação

No que respeita às **barreiras à exportação**, as escalas utilizadas revelam um *alfa de Cronbach* = 0,87, o que significa que as escalas de medida da percepção dos responsáveis das empresas sobre a natureza das barreiras à exportação são muito boas ou mesmo excelentes. A “Análise Factorial de Componentes Principais” é boa (*KMO* = 0,78) e válida (Teste de Esfericidade de Bartlett = 0,00). Revela a existência de quatro factores que explicam 73,59 % da variância total – quadro n.º 3. Os *items* agrupados no primeiro factor estão relacionados com as barreiras resultantes de falta de conhecimentos das empresas relativamente à actividade exportadora, que designamos por **barreiras de conhecimento** e explicam 29,28 % da variância total; os *items* agrupados no segundo factor estão relacionados com as dificuldades na exportação motivadas pela falta de recursos, que designamos por **barreiras de recursos** e explicam 20,66 % da variância total, enquanto que os *items* agrupados no terceiro factor estão relacionados com dificuldades na exportação motivadas por causas alheias à empresa, que designamos por **barreiras exógenas** e explicam 14,67 %. Finalmente, o *item* relacionado com condicionalismos legais – a lei do terço que limita a capacidade de venda das empresas –, restou no quarto factor, que designamos **barreiras legais** e explica 8,98 % da variância total.

**Quadro 3:** Redução da dimensão das escalas da percepção dos gestores sobre as barreiras à exportação

Factores/Variáveis	% Variância Explicada
Fac 1.2 - Barreiras de conhecimento Falta de experiência internacional Falta de conhecimentos sobre a exportação Diferenças linguísticas Risco superior ao mercado nacional Desconhecimento dos mercados potenciais Falta de subsidiárias e acordos de cooperação	29,28 %
Fac 2.2 - Barreiras de recursos Falta de apoios à exportação Falta de recursos financeiros Custos elevados	20,66 %
Fac 3.2 - Barreiras exógenas Intensidade da concorrência nos mercados externos Diferenças de hábitos no consumo de vinhos	14,67 %
Fac 4.2 - Barreiras legais Falta de capacidade de venda (lei do terço)	8,98 %
<b>Total da Variância Explicada</b>	<b>73,59 %</b>

Os critérios práticos utilizados na “Análise de Componentes Principais” para determinar as componentes a reter foram os seguintes:

- a – Excluir as componentes cuja percentagem da variância explicada é reduzida e a curva se torna quase paralela ao eixo das abcissas (análise do *scree plot*);
- b – Incluir as componentes suficientes para explicar mais de 70 % da variância total;
- c – Excluir as componentes cujos valores próprios (*eigenvalues*) são inferiores à média, isto é, menores que 1 (critério de Kaiser).

### Análise dos Factores Determinantes do Processo de Internacionalização

Como no presente trabalho a medida do grau de envolvimento na exportação utilizada é a “propensão à exportação” (Cavusgil, 1984), as análises estatísticas realizadas estão condicionadas à não-normalidade do comportamento da variável dependente, o que levou a optarmos pelo procedimento estatístico “Comparação de Médias” via Oneway ANOVA (Sweet, 1999), complementados com alternativas não-paramétricas quando falhava algum dos pressupostos da ANOVA, como os testes de Mann-Whitney (U) e de Kolmogorov-Smirnov (K-S) para o caso de duas amostras independentes do tipo dicotómicas e a Análise da Variância Não-Paramétrica de Kruskal-Wallis, para  $k$  amostras independentes, quando as variáveis independentes tinham mais de duas categorias.

Dos testes a que procedemos na análise bivariada, contrariamente às conclusões de alguns estudos noutros sectores (Cavusgil & Noar, 1987 e Samiee & Walters, 1990), mas na linha das conclusões de Czinkota & Johnston, 1983, verifica-se que na indústria do vinho do Porto a **dimensão das empresas** ( $p=0,14$ ) não se revela determinante nos processos de internacionalização das empresas. No que se refere à **posse de vantagens competitivas** – qualidade do produto, nível tecnológico, nível médio de preços, desenvolvimento de novos produtos e nível de custos –, apenas o nível de custos ( $p=0,02$ ) revelou ter influência significativa na propensão a exportar das empresas de vinho do Porto.

Das **características demográficas e orientação internacional dos gestores** – idade, formação académica, formação no estrangeiro, conhecimento de idiomas estrangeiros, viagens e participação em feiras e certames internacionais e participação de capital estrangeiro – apenas a formação profissional no estrangeiro ( $p = 0,03$ ) e a participação de capital estrangeiro ( $p=0,03$ ) revelaram influência estatística significativa no grau de envolvimento na exportação.

Também não é a **percepção das vantagens da exportação** que motiva as empresas a empreenderem processos de internacionalização, quer no que se refere à pretensa melhoria da competitividade, quer quanto à melhoria da produtividade ou da rentabilidade, mas determinante, com influência negativa, revelou-se a **percepção dos gestores de topo do nível das barreiras de conhecimento à exportação** – falta de experiência internacional, desconhecimento dos mercados potenciais, falta de conhecimentos sobre a exportação, dife-

renças culturais e linguísticas, falta de pólos de apoio no estrangeiro, designadamente empresas subsidiárias ou alianças com parceiros estratégicas. Quer a percepção da existência de barreiras de recursos – falta de apoios à exportação, falta de recursos financeiros por parte das empresas e custos elevados da actividade exportadora – quer a percepção de barreiras exógenas e de barreiras legais não revelaram ter influência significativa na propensão à exportação.

Para além da verificação individual de cada variável independente como determinante do envolvimento das empresas na exportação, importa agora, para testar o modelo teórico desenvolvido, analisar o **comportamento conjunto das variáveis explicativas do modelo** que revelaram ter influência significativa na propensão à exportação, o que permitirá determinar em que medida o conjunto das variáveis independentes consideradas poderá constituir um modelo multivariado que explique uma percentagem significativa da variância da variável dependente – a propensão à exportação das empresas de vinho do Porto.

Para o efeito, consideramos as variáveis que, na análise bivariada, revelaram ter uma influência significativa no grau de envolvimento das empresas de vinho do Porto na exportação e construímos um modelo de regressão linear múltipla, que consiste em obter uma função linear das variáveis independentes relacionadas com a actividade exportadora.

Na análise de regressão linear múltipla, pelo método “*stepwise*”, a “percepção de barreiras de conhecimento” foi considerada em primeiro lugar e explica cerca de 11,5% da variância na propensão à exportação ( $F_{1,34} = 5,54$ ;  $p = 0,02$ ). O “nível de custos” foi considerado em segundo lugar e explica 16,2% ( $F_{1,33} = 8,60$ ;  $p = 0,01$ ). A maior propensão à exportação das empresas de vinho do Porto está associada à percepção dos gestores de topo das barreiras de conhecimento e do nível médio de custos comparativamente com os principais concorrentes – quadro n.º 4.

**Quadro 2:** Modelo do grau de envolvimento na exportação: Regressão linear múltipla  
**Sumário do Modelo <sup>c</sup>**

Modelo	R	R Quadrado	R Quadrado Ajustado	Erro Padrão da Estimativa	Estatísticas de Mudança			
					F Change	df1	df2	Sig. F Change
1	0,387 <sup>a</sup>	0,140	0,115	35,2485	5,543	1	34	0,02
2	0,564 <sup>b</sup>	0,318	0,277	31,8648	8,604	1	33	0,01

a. Estimadores: (Constante), Barreiras de conhecimento

b. Estimadores: (Constante), Barreiras de conhecimento, Nível de custos

c. Variável Dependente: % exportação 1999

ANOVA <sup>c</sup>

Modelo	Soma dos Quadrados	df	Quadrado Médio	F	Sig.
1 Regressão	6886,446	1	6886,446	5,543	0,02 <sup>a</sup>
Residual	42243,630	34	1242,460		
Total	49130,076	35			
1 Regressão	15623,017	2	7811,509	7,693	0,00 <sup>b</sup>
Residual	33507,059	33	1015,365		
Total	49130,076	35			

a. Estimadores: (Constante), Barreiras de conhecimento

b. Estimadores: (Constante), Barreiras de conhecimento, Nível de custos

c. Variável Dependente: % exportação 1999

Coeficientes <sup>a</sup>

Modelo	$\beta$	T	Sig.
1 (Constante)		4,886	0,00
Barreiras de Conhecimento	-0,374	-2,354	0,02
2 (Constante)		4,608	0,00
Barreiras de Conhecimento	-0,412	-2,856	0,01
Nível de custos	0,423	2,933	0,01

a. Variável Dependente: % exportação 1999

Variáveis Excluídas <sup>c</sup>

Modelo	Coeficientes de correlação $\beta$	t	Sig.	Correlação Parcial
1 Nível de custos	0,423 <sup>a</sup>	2,99	0,00	0,45
Participação de capital estrangeiro	0,337 <sup>a</sup>	2,24	0,03	0,36
Formação no estrangeiro	0,290 <sup>a</sup>	1,88	0,07	0,31
2 Participação de capital estrangeiro	0,219 <sup>b</sup>	1,45	0,15	0,25
Formação no estrangeiro	0,183 <sup>b</sup>	1,22	0,23	0,21

a. Estimadores do modelo: (Constante), Barreiras de conhecimento

b. Estimadores no modelo: (Constante), Barreiras de conhecimento, Nível de custos

c. Variável Dependente: % exportação 1999

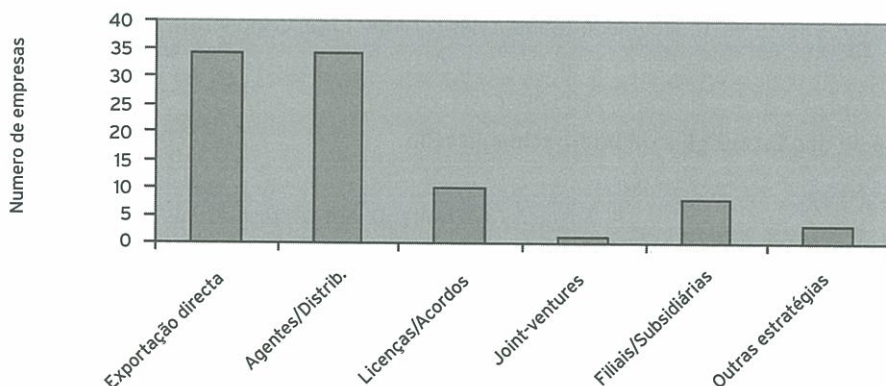
O modelo teórico proposto apenas seleccionou como variáveis significativas no comportamento exportador das empresas de vinho do Porto, a percepção, por parte dos gestores de topo, da existência de barreiras de conhecimento à exportação ( $p = 0,02$ ) e o nível de custos da empresa relativamente aos principais concorrentes ( $p = 0,01$ ). Se bem que excluída do modelo de regressão linear múltipla, a variável “participação de capital estrangeiro” continua a revelar influência significativa na propensão a exportar ao nível da análise multivariada ( $p = 0,03$ ).

O “nível médio de custos” face aos principais concorrentes e a “percepção das barreiras de conhecimento à exportação” poderão, pois, ser considerados os **factores determinantes do processo de internacionalização** das empresas de vinho do Porto, exercendo a percepção das barreiras à exportação uma influência negativa na propensão a exportar, traduzida na existência de um coeficiente de correlação estandardizado negativo de 0,41. Com efeito, ao analisarmos os *testes de significância* no quadro dos *coeficientes*, verificamos que apenas a percepção das barreiras de conhecimento e o nível de custos se revelam significativas ao nível de 0,05 ( $p=0,02$  e  $p=0,01$ , respectivamente), já que, na análise multivariada, quer a participação de capital estrangeiro ( $p=0,15$ ) quer a formação no estrangeiro ( $p=0,23$ ) não revelaram influência significativa na propensão à exportação das empresas de vinho do Porto.

### Estratégias de Internacionalização Utilizadas

Da análise das respostas obtidas constatamos – Figura n.º 3 – que a exportação directa e a exportação via agentes/distribuidores são as estratégias de internacionalização mais utilizadas pelas empresas de vinho do Porto, situando-se a grande distância o licenciamento/acordos de distribuição e o estabelecimento de filiais/subsidiárias comerciais no estrangeiro, o que nos permite concluir que as empresas de vinho do Porto se encontram ainda nos primeiros estádios do processo de internacionalização, de acordo com a Teoria de Internacionalização por Estádios de Uppsala.

Figura 3: Estratégias de internacionalização no vinho do Porto



Da amostra de 42 empresas que responderam correctamente ao inquérito e foram consideradas no nosso trabalho apenas 34 exportam e utilizam uma ou mais estratégias de internacionalização.

Com vista a testarmos a hipótese nula de que a exportação não é a estratégia de internacionalização mais utilizada pelas empresas de vinho do Porto e se os resultados obtidos são estatisticamente significativos, usamos dois métodos de análise: o teste do qui-quadrado e a análise multivariada. O teste do qui-quadrado confirma que as diferentes estratégias são usadas em diferentes proporções e os cinco testes estatísticos usando o método de análise multivariada da variância conduziram a valores de  $p = 0,00$ , o que significa que nenhuma das outras estratégias utilizadas pelas empresas exportadoras de vinho do Porto foi usada com a mesma frequência que a “Exportação directa” ou a “Exportação via Agentes/Distribuidores” – quadro n.º 5. A estratégia “*joint-ventures*” foi excluída da análise estatística em virtude de apenas ser utilizada por uma empresa (empresa 17 – quadro n.º 6), o que lhe retira significado estatístico.

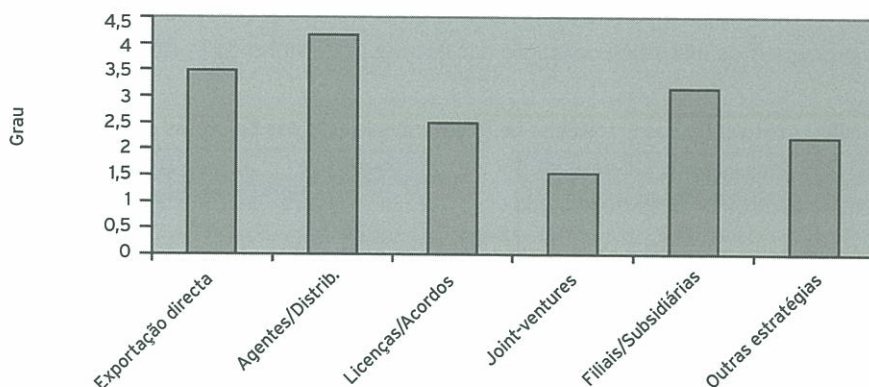
**Quadro 5:** Estratégias de Internacionalização: Testes não-paramétricos do qui-quadrado

Estratégias utilizadas	Valores Observados	Valores Esperados	$\chi^2$	p
Exportação directa	34	5,7	170,0	0,00
Agentes/Distribuidores	34	5,7	170,0	0,00
Licenças/Acordos de distribuição	10	5,7	50,0	0,00
Filiais/Subsidiárias comerciais	8	5,7	40,0	0,00
Outras alianças	3	5,7	15,0	0,01
Teste CHI 2	0,00			

De acordo com os testes efectuados, rejeita-se a hipótese nula de igualdade de utilização das estratégias de internacionalização, o que significa que a “Exportação directa” e a “Exportação via Agentes/Distribuidores” são as estratégias de internacionalização mais utilizadas pelas empresas de vinho do Porto, conclusão que confirma os resultados de outros trabalhos em outros sectores de actividade (Baird, Lyles & Orris, 1994; Cooper & Kleinschmidt, 1985).

### Importância das Estratégias de Internacionalização

Situação diferente parece representar as perspectivas dos gestores quanto à importância para as suas empresas de cada uma das estratégias de internacionalização utilizadas, que apontam claramente para estratégias mais avançadas do que as actualmente praticadas, em que a exportação directa perde importância relativa em favor da exportação via agentes/distribuidores e de outras formas mais avançadas, como são os casos do licenciamento, do estabelecimento de filiais/subsidiárias comerciais ou outras alianças estratégicas, conforme se constata pela figura n.º 4. Esta alteração qualitativa perspectiva uma evolução estratégica na internacionalização das empresas de vinho do Porto, apontando claramente para formas mais avançadas de internacionalização.

**Figura 4: Importância das estratégias de internacionalização**

Esta mudança estratégica que se perspectiva vem confirmar a dinâmica internacional das empresas de vinho do Porto e significa que o sector está atento às alterações que se verificam nos mercados internacionais, impostas pela dinâmica de globalização que atravessa as economias ocidentais. A este facto não será certamente alheia a decisão tomada em 1996 pelo Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas de suspender a exportação a granel de vinho do Porto, fazendo com que o produto conhecesse uma valorização progressiva da sua imagem de qualidade e que é responsável pelo crescente aumento do consumo das categorias especiais com outras exigências de distribuição e marketing. Não será certamente alheio também o facto de se ter verificado nos últimos anos um crescente aumento da participação no capital das empresas de vinho do Porto por parte de grupos multinacionais (9 empresas de vinho do Porto pertencem a grupos centrados na distribuição de bebidas e 5 pertencem a grupos que concorrem em diversos negócios), ou a participação das empresas de vinho do Porto no capital de outras empresas (8 empresas de vinho do Porto participam no capital de empresas de distribuição de bebidas, enquanto que outras 8 participam no capital de empresas de outros ramos de actividade).

Esta tendência no sentido da crescente internacionalização do vinho do Porto será certamente para intensificar, na medida em que cerca de 83% das empresas manifestaram intenção de nos próximos 2 anos iniciar ou aumentar a actividade exportadora.

### Estádios de Internacionalização

Com base na informação recolhida das empresas acerca da duração de cada estratégia, estabelecemos uma ordem cronológica de utilização das estratégias adoptadas. Esta análise permite saber qual a estratégia prosseguida em primeiro lugar

pelas empresas e assim sucessivamente e saber se a estratégia adoptada se orientou de acordo com a Teoria da Internacionalização por Estádios, ou se a mesma se revela insuficiente para explicar os processos de internacionalização das empresas de vinho do Porto – Quadro n.º 6.

**Quadro 6: Análise Cronológica das Estratégias de Internacionalização das Empresas de Vinho do Porto**

Empresas	Cronologia das estratégias de internacionalização	Empresas	Cronologia das estratégias de internacionalização
1	1-2	24	1-2
2	1-2-5	25	1
3	2	26	1-2
4	(1-2)-3	27	1
5	(1-2)-(3-5)	28	
6	(1-2)-(3-5)	29	1-2
7	(1-2)-(3-5)	30	
8	1-2-3	31	1-2
9	1-2-3	32	
10	2	33	1
11	2-5	34	1
12	2-1	35	1-2
13	(1-2)-3-6	36	1
14	(1-2)	37	1-2
15	1-2	38	
16	2-3-5	39	2
17	(1-2)-4	40	
18	2-6	41	1-2
19	1-2-3-5	42	6
20	1-2	43	1-2
21	1-2-5	44	1
22	(1-2-3)	45	1-2
23	2-1	46	1-2

Legendas: a) - Código - 1 - Exportação directa 2 - Agentes/Distribuidores  
3 - Licenças/Acordos de distribuição 4 - *Joint-ventures*  
5 - Filiais/Subsidiárias comerciais 6 - Outras alianças estratégicas  
b) - Os números entre parênteses significam que as estratégias foram adoptadas ao mesmo tempo

A primeira conclusão que se pode retirar da análise do quadro é que 25 empresas da amostra se encontram ainda nos primeiros estádios do processo de internacionalização – exportações não regulares e exportações por representantes independentes –, enquanto que 16 empresas (5 não responderam) se situam já em estádios mais avançados de internacionalização – licenças/acordos de distribuição (empresas 4, 8, 9 e 22), *joint-ventures* (empresa 17), filiais/subsidiárias comerciais (empresas 2, 5, 6, 7, 11, 16, 19, e 21) e alianças estratégicas (empresas 13, 18 e 42).

Uma segunda constatação é que 26 empresas adoptaram um processo gradual de internacionalização de acordo com a Teoria da Internacionalização por Estádios, ou seja, iniciaram os seus processos de internacionalização pelas estratégias menos envolventes em termos de risco e de recursos – exportação directa ou exportação via agentes/distri-

buidores – e só mais tarde e à medida que foram adquirindo conhecimentos e experiência dos mercados avançaram para formas mais exigentes em termos de internacionalização – licenças/acordos de distribuição, *joint-ventures*, estabelecimento de filiais/subsidiárias comerciais ou outras alianças estratégicas. As outras 15 empresas, ou saltaram alguns estádios intermédios (empresas 2, 10, 11, 13, 16, 17, 18, 19 e 21), ou adoptaram mais do que uma estratégia ao mesmo tempo (empresas 4, 5, 6, 7, 13, 14, 17 e 22), o que parece confirmar no vinho do Porto a principal crítica que é feita à Teoria da Internacionalização por Estádios (Johanson & Wiedersheim-Paul, 1975 e Welch & Louostarinen, 1988).

Algumas empresas ou entraram directamente nos mercados internacionais através de agentes/distribuidores independentes (empresas 3, 10, 11, 12, 16, 18, 23 e 39), ou inverteram a ordem de entrada nesses mercados, tendo iniciado a exportação através de agentes/distribuidores e só mais tarde experimentaram a exportação directa (empresas 12 e 23). Outras, ou se iniciaram por estratégias menos envolventes, mas logo passaram para estratégias de elevado envolvimento e alto risco (empresas 11 e 18), ou adoptaram logo à partida estratégias que exigem um elevado grau de envolvimento de recursos (empresa 42).

Nove empresas atingiram os estádios mais avançados da Teoria da Internacionalização por Estádios seguindo o processo incremental, embora com alguns saltos (2, 5, 6, 7, 13, 16, 17, 19 e 21), enquanto que 3 empresas decidiram, numa clara opção estratégica, passar rapidamente às últimas fases do processo de internacionalização sem passar pelos estádios intermédios (empresas 11 e 18) ou iniciar-se mesmo pelas fases mais avançadas e de maior risco (empresa 42), situação a que não será certamente alheio o facto de pertencerem a grandes grupos multinacionais de distribuição de bebidas.

Em função dos resultados obtidos concluiu-se que o comportamento das empresas de vinho do Porto nos seus processos de internacionalização se situa entre as duas principais correntes ou escolas de pensamento sobre as teorias e modelos de internacionalização – a Teoria da Internacionalização por Estádios ou Modelo de Internacionalização de Uppsala e os Modelos de Internacionalização baseados no conceito de Inovação – o que equivale a dizer que o Modelo de Internacionalização por Estádios se revela insuficiente para explicar a evolução internacional das empresas de vinho do Porto.

### Orientação Internacional das Exportações

Uma outra vertente que importa analisar no âmbito do processo de internacionalização por estádios é o que se prende com o conceito de distância psíquica, isto é, pretende-se averiguar se a internacionalização das empresas de vinho do Porto se processou de mercados próximos psiquicamente para mercados sucessivamente mais distantes (Johanson & Vahlne, 1977).

A expansão comercial do vinho do Porto ocorreu em simultâneo com a sua internacionalização, graças às crescentes importações inglesas. Foram os comerciantes de Plymouth, Bristol e Londres que descobriram as virtudes dos vinhos do vale do Douro, acabando mesmo por se instalar na cidade do Porto. Ainda hoje as grandes empresas exportadoras de vinho do Porto têm nomes ingleses e pertencem ou estão ligadas a famílias inglesas radicadas há muitos anos na cidade do Porto. Muitas quintas do Douro onde se produz o vinho do Porto são pertença de firmas ou de famílias inglesas e as próprias denominações do vinho do Porto são palavras inglesas – Ruby, Tawny, Vintage, etc. O Reino Unido é ainda um dos principais importadores de vinho do Porto e é mesmo o maior importador das categorias especiais de maior valor acrescentado nacional. Não surpreende, assim, que o Reino Unido mantenha uma grande identidade psíquica com a região do Douro e com o vinho do Porto.

Numa segunda linha da proximidade psíquica poderemos incluir o Brasil, por razões de identidade cultural, de língua e de portugueses emigrantes, e a Europa Central, especialmente a França (maior importador de vinho do Porto com mais de 30% das exportações totais), especialmente pelo número de emigrantes da região norte do País e em grande número da província de Alto Douro e Trás-os-Montes. Mais distantes psiquicamente situam-se claramente os países nórdicos e os Estados Unidos e Canadá e principalmente o extremo oriente – Macau, Hong-Kong, Japão e China –, que desempenham ainda um papel muito reduzido nas exportações e no consumo de vinho do Porto.

Com base na informação recolhida sobre os países de início e sobre o ano do início das exportações, elaborámos um mapa que nos permite determinar a orientação internacional das exportações de vinho do Porto – quadro nº 7.

Da análise do quadro concluiu-se que, genericamente, embora com saltos e adoptando por vezes mais do que uma estratégia ao mesmo tempo, as empresas de vinho do Porto, prosseguiram, nos seus processos de internacionalização, os princípios da Teoria de Internacionalização por Estádios, segundo a qual as empresas devem iniciar-se na internacionalização pela exportação para países próximos psiquicamente e só alargar a actividade exportadora para países distantes psiquicamente à medida que forem adquirindo experiência e conhecimento desses mercados.

De facto, da análise do quadro, contacta-se que a generalidade das empresas e especialmente as mais antigas e com maior tradição no sector do vinho do Porto (as empresas indicadas na coluna da esquerda) iniciaram as exportações para Inglaterra, país próximo psiquicamente do vinho do Porto pelas razões atrás invocadas e para o Brasil (afinidade cultural como antiga colónia com a mesma língua) e para França e só mais tarde alargaram as suas exportações para os países nórdicos e para a América do Norte e Extremo Oriente.

No que se refere às empresas de menor dimensão – coluna da direita –, continua a verificar-se o princípio da orientação internacional das exportações de países próximos psi-

**Quadro 7: Análise da Orientação Internacional das Exportações de Vinho do Porto**

Empresas	Orientação internacional das exportações	Empresas	Orientação internacional das exportações
1	4-3-2	24	3
2	3-1	25	3-2
3	1-3-4-5	26	4-3
4	2-(1-3-4)-5	27	3-2-5-6
5	1-(3-5)	28	
6	1-3-4	29	3-5
7	1-(3-5)	30	
8	1-3-5	31	3-2
9	1-3-5	32	
10	3-4-5	33	3
11	1-3-5	34	3
12	1-2-3	35	3-1
13	2-3-4	36	5
14	3-2-5	37	(1-3)-5-4
15	3-4-1-5	38	3
16	3-5	39	3-6-1-5
17	3-5	40	
18	2-(3-5)	41	3-1-4
19	1-(3-4)	42	3
20	2-3-5	43	3-5
21	3-4-5	44	(5-3)
22	3-1	45	3-4-6
23	3	46	3-5

Legendas: a) - Código -  
 1 - Reino Unido  
 3 - Resto da Europa  
 5 - América do Norte

2 - Brasil  
 4 - Escandinávia  
 6 - Ásia

b) - Os números entre parênteses significam que as entradas nos respectivos países se processaram no mesmo ano.

quicamente para países mais afastados, mas agora, na generalidade, com alteração dos países de início, que deixaram de ser o Reino Unido ou o Brasil para passarem a ser os países da Europa Comunitária (agora mais “próximos” com a adesão à União Europeia), partindo depois para países mais distantes psiquicamente, como são os casos bem sucedidos dos países escandinavos e América do Norte e, em menor escala, porque mais distantes psiquicamente, da Ásia (Macau, Hong-Kong e Japão), alteração qualitativa que se tem verificado com maior acuidade ao longo da última década.

Uma outra conclusão que se pode retirar da análise do quadro é que metade das empresas da amostra se encontram já na última fase do processo de internacionalização, exportando para países distantes psiquicamente, enquanto que a outra metade (as empresas de menor dimensão e especialmente os produtores/engarrafadores e adegas cooperativas) ainda não ultrapassou as barreiras da “distância psíquica”, exportando apenas para a Europa e Brasil.

Tal como se verificou a propósito das estratégias de internacionalização, em que algumas empresas adoptaram ao mesmo tempo mais do que uma estratégia, também no

que se refere à orientação internacional algumas empresas alargaram as suas exportações simultaneamente para mais do que um mercado (empresas 5, 7, 19, 37 e 44), enquanto que outras saltaram alguns estádios e passaram directamente dos países próximos da Europa Central para a América do Norte ou Ásia (empresas 5, 7, 8, 9, 14, 16, 17, 18, 20, 27, 43 e 46). Apenas uma empresa, por razões estratégicas, dado que apenas exporta vinhos das categorias especiais, não seguiu o processo incremental de exportação de países próximos para países distantes psiquicamente, iniciando directamente as suas exportações para os Estados Unidos da América, sem passar pela Inglaterra, Europa Central ou Brasil (empresa 36).

O mercado asiático, apesar dos fortes investimentos efectuados, designadamente através da participação há vários anos em feiras internacionais e de ter sido considerado durante vários anos mercado preferencial pelo IVP, pelo ICEP e AEVP, não conseguiu ter ainda qualquer significado económico em termos de exportações de vinho do Porto. Esta situação pode justificar-se pela “distância psíquica” existente entre os europeus e os asiáticos.

## CONCLUSÕES

Os resultados do presente trabalho mostram que, contrariamente às conclusões de outros estudos (Cavusgil & Noar, 1987; Samiee & Walters, 1990), no sector do vinho do Porto a “**dimensão das empresas**” não se revela significativa nos processos de internacionalização.

Determinantes são um “**nível médio de custos**” mais baixo que os principais concorrentes e a “**percepção das barreiras de conhecimento**” à exportação, tais como a falta de experiência internacional, desconhecimento dos mercados potenciais, falta de conhecimentos sobre a exportação, diferenças culturais e linguísticas, falta de pólos de apoio no estrangeiro, designadamente empresas subsidiárias ou alianças com parceiros estratégicos. De igual modo, a **formação profissional no estrangeiro** e a **participação de capital estrangeiro** revelaram ter influência estatística significativa no grau de envolvimento das empresas na exportação.

Não é a percepção de **vantagens na exportação** – melhoria da competitividade, melhoria da produtividade ou da rendibilidade – que motiva as empresas de vinho do Porto a empreenderem processos de internacionalização. As verdadeiras motivações da internacionalização, designadamente para países distantes psiquicamente, ter-se-ão que encontrar na necessidade de incrementar as vendas das categorias especiais a preços mais elevados, mas competitivos relativamente aos produtos substitutos, em detrimento das categorias sem designação especial a preços muito baixos, que os mercados tradicionais próximos psiquicamente não se mostram capazes de absorver, designadamente por falta de hábitos de consumo.

No que se refere às **estratégias de internacionalização**, as empresas de vinho do Porto privilegiam as formas de entrada que exigem menor envolvimento de recursos e implicam menores riscos, como a exportação directa e a exportação via agentes ou distribuidores (figura n.º 3) e têm adoptado um processo gradual de envolvimento internacional de países próximos psiquicamente para países mais distantes, mas ainda não conseguiram ultrapassar a barreira da “distância psíquica”.

Os resultados a que chegámos relativos às **características das empresas e dos gestores**, que contrariam, em parte, as conclusões de outros estudos (Cavusgil & Noar, 1987), têm justificação, a nosso ver, no facto de estarmos em presença de um sector multidoméstico com forte orientação internacional dos gestores, avaliada pela idade, pelo nível de educação e formação académica, pelo número e frequência de viagens ao estrangeiro, pela participação frequente em feiras e eventos internacionais e pelo conhecimento de idiomas estrangeiros, e com características específicas próprias, que o diferenciam da generalidade dos outros sectores industriais, designadamente por estar sujeito a regras limitativas da actividade das empresas, quer ao nível da produção, quer dos “stocks” mínimos exigidos, quer mesmo da capacidade de venda.

A relevância da **competitividade pelos custos** deve-se ao facto de se tratar de um produto cujas características estão tipificadas e são certificadas pelo Instituto do Vinho do Porto, constituindo o preço, para idênticas categorias, a variável determinante na opção de compra. Entre duas marcas da mesma categoria sem designação especial, e estas categorias representam mais de 90% do total de vinho do Porto comercializado, o comprador optará pela que tem preço mais baixo, já que tem a garantia de que se trata de produtos de qualidade semelhante. Outro factor que muito contribuirá para que o preço constitua uma variável determinante na opção de compra é a alteração, que se tem vindo a intensificar nos últimos anos, na estrutura dos canais de distribuição em que os circuitos tradicionais têm vindo a ser progressivamente substituídos pelas grandes superfícies, em que o factor preço é decisivo. Acresce, em favor da importância da vantagem competitiva pelos custos, o facto do vinho do Porto estar sujeito a uma forte concorrência internacional dos produtos substitutos, muitas vezes com custos de produção mais baixos – o vinho do Porto é um produto natural com custos elevados de produção e sujeito às condições climatéricas.

Ao abordar o tema da internacionalização e ao identificar os principais factores que condicionam a propensão à exportação das empresas de vinho do Porto, julgamos ter dado contributo válido para a melhoria da competitividade internacional deste produto único, de grande prestígio internacional e elevado valor acrescentado nacional.

**BIBLIOGRAFIA**

- ANDERSEN, O. (1993), "On the Internationalization Process of Firms: A Critical Analysis", *Journal of International Business Studies*, Vol. 24, N.º 2, pp. 209-31.
- BAIRD, Lyles & Orris (1994), "The Choice of International Strategies by Small Business", *Journal of Small Business Management*, Vol. 32, N.º 1.
- BAUERSCHMIDT, A. Sullivan, D. & GILLESPIE, K. (1985), "Common Factors Underlying Barriers to Export: Studies in the US Paper Industry", *Journal of International Business Studies*, Fall, pp. 111-23.
- BENITO, G. & GRIPSRUD, G. (1992), "The Expansion of Foreign Direct Investments: Discrete Rational Location Choices or a Cultural Learning Process?", *Journal of International Business Studies*, Third Quarter, pp. 461-476.
- BENNETT, R. (1998), "International Marketing – Strategy, Planning, Market Entry & Implementation", Kogan Page.
- BILKEY, W. (1982), "Variables Associated with Export Profitability", *Journal of International Business Studies*, Fall.
- BILKEY, W. & TESAR, G. (1977), "The Export Behavior of Smaller-Sized Wisconsin Manufacturing Firms", *Journal of International Business Studies*, Vol. 8, N.º 1, Spring/Summer: 93-98.
- BUCKLEY, P. (1989), "Foreign Direct Investment by Small and Medium-Sized Enterprises: The Theoretical Background", *Small Business Economics*, Vol. 1, pp. 89-100.
- BUCKLEY, P. & GHOURI, P. (1999), "The Internationalization of the Firm: A Reader", International Thomson Business Press, Second Edition, London.
- CALOF, J. (1994), "The Relationship Between Firm Size and Export Behavior Revisited", *Journal of International Business Studies*, Vol. 25, N.º 2, Second Quarter.
- CAVUSGIL, S. T. (1976), "Organizational Determinants of Firm's Export Behaviour: An Empirical Analysis", Ph. D. Dissertation. The University of Wisconsin.
- CAVUSGIL, S. T., (1984), "Organizational Characteristics Associated with Export Activity", *Journal of Management Studies*, Vol. 21, N.º 1: 3-22.
- CAVUSGIL, S. T., BILKEY, W. & TESAR, G., (1979), "A Note on The export Behavior of Firms ", *Journal of International Business Studies*, Vol. 10, n.º 1 Spring/Summer, pp. 91-97.
- CAVUSGIL, S.T. & NEVIN, J. (1981), "Internal Determinants of Export Marketing Behavior: An Empirical Investigation", *Journal of Marketing Research*, Vol. XVIII (February), 114-119.
- CAVUSGIL, S. T. & NOAR, J. (1987), "Firm and Management Characteristics as Discriminators of Export Marketing Activity", *Journal of Business Research*, N.º 15, pp. 221-235.
- COOPER, R. & KLEINSCHMIDT, E. (1985), "The Impact of Export Strategy on Export Sales Performance", *Journal of International Business Studies*, Vol. 16, Spring.
- COVIELLO, N. & MUNRO, H. (1995), "Growing the Entrepreneurial Firm: Networking for International Market Development", *European Journal of Marketing*, Vol. 29, N.º 7, pp. 49-61.
- COVIELLO, N. & MUNRO, H. (1997), "Network Relationships and the Internationalization Process of Small Software Firms", *International Business Review*, Vol. 6, N.º 4, pp. 361-386.
- CRICK, Dave (1995), "An Investigation into the Targeting of UK Export Assistance", *European Journal of Marketing*, Vol. 29, N.º 8, pp. 76-94.

- CUNHA, M. P. & VERHALLEN, 1998, "Organizational Innovation: Overview of Topics, Models and Research Directions", *Comportamento Organizacional e Gestão*, Vol. 4, N.º 2, 5-33.
- CZINKOTA, M. (1982), "Export Development Strategies: U.S. Promotion Policy", Praeger, New York.
- CZINKOTA, M. & JOHNSTON, W. (1983), "Exporting: Does Sales Volumen Make a Difference?", *Journal of International Business Studies*, Spring/Summer: 147-153.
- DALLI, D. (1995), "The Organization of Exporting Activities: Relationships Between Internal and External Arrangements", *Journal of Business Research*, Vol. 34, 107-115.
- DICHTL, E., KÖEGLMAYR, H-G, MUELLER, S. & LEIBOLD M. (1984), "The Export-Decision of Small and Medium Sized Firm: A Review", *Management International Review*, N.º 24, pp.23-40.
- DICHTL, E., KOEGLMAYR, H-G & MUELLER, S. (1990), "International Orientation as a Precondition for Export Success", *Journal of International Business Studies*, First Quarter: 469-485.
- ERIKSSON, Johanson, MAJKGÄRD & SHARMA, 1997, "Experiential Knowledge and Cost in the Internationalization Process", *Journal of International Business Studies*, Second Quarter, pp. 337-360.
- FONSECA, M., A. GALHANO, SERPA PIMENTEL & J. ROSAS (1998), "O Vinho do Porto – Notas sobre a sua História, Produção e Tecnologia", Edição do Instituto do Vinho do Porto.
- HAAR, J. & ORTIZ-BUONAFINA, M. (1995), "The Internationalization Process and Marketing Activities: The Case of Brazilian Export Firms", *Journal of Business Research*, N.º 32, pp. 175-181.
- HAMBRICK, D. & MASON, P. (1984), "Upper Echelons: The Organization as a Reflection of Its Top Managers", *Academy of Management Review*, Vol. 9, N.º 2, pp. 193-206.
- HANSEN, N., GILLESPIE, K. & GENCTURK, E. (1994), "SME's and Export Involvement: Market Responsiveness, Tecnology and Alliances", *Journal of Global Marketing*, Vol. 7 N.º 4, pp. 7-27.
- HAVNES, Per-Anders, SLETEN, J. & SAETHER, A. (1998), "Export Orientation in Open Markets: The Case of the Nordic Countries", in *The Internationalization of SMEs. The Interstratos Project*, Edited by Routledge, London.
- HITT, M., HOSKISSON, R. & KIM, H. (1997), "International Diversification: Effects on Innovation and Firm Performance in Product-Diversified Firms", *Academy of Management Journal*, Vol. 40, N.º 4: 767-798.
- JOHANSON, J. & VAHLUE, J. E. (1977), "The Internationalization Process of the Firm: A Model of Knowledge Development and Increasing Foreign Market Commitment", *Journal of International Business Studies*, Vol. 8, N.º 1, Spring/Summer, pp. 23-32.
- JOHANSON, J. & VAHLNE, J. E. (1990), "The Mechanism of Internationalization", *International Marketing Review*, Vol. 7, N.º 4, pp.11-24.
- JOHANSON, J. & WIEDERSHEIM-PAUL, F. (1975), "The Internationalization of the Firm: Four Swedish Cases", *Journal of Management Studies*, 305-322.
- KOGUT, B. & SINGH, H. (1988), "The Effect of National Culture on the Choice of Entry Mode", *Journal of International Business Studies*, Vol. 19 (3), pp. 411-32.
- LEE & BRASCH (1978), "The Adoption of Export as an Innovative Strategy", *Journal of International Business Studies*, Vol. 9, N.º 1.
- LIM, J., SHARKEY, T. & KIM, K. (1991), "An Empirical Test of an Export Adoption Model", *Management International Review*, Vol. 31/1, pp. 51-62.
- LIM, J., SHARKEY, T. & KIM, K. (1993), "Determinants of International Marketing Strategy", *Management International Review*, Vol. 33/2, pp. 103-120.

- MAÇÃES, M. A. R. (2000), "Estratégias e Processos de Internacionalização: Uma Investigação Empírica no Sector do Vinho do Porto", Dissertação de Mestrado, ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.
- MOINI, A. H. (1995), "An Inquiry into Successful Exporting: An Empirical Investigation Using a Three-Stage Model", *Journal of Small Business Management*, Vol. 33, N.º 3.
- MOON, J. & LEE, H. (1990), "On The Internal Correlates of Export Stage Development: an Empirical Investigation in the Korean Electronics", *International Marketing Review*, 7 (5). Pp. 16-26.
- O'GRADY, S. & LANE, H. (1996), "The Psychic Distance Paradox", *Journal of International Business Studies*, Second Quarter.
- OVIATT, B. & MCDUGALL, P. (1994), "Toward a Theory of International New Ventures", *Journal of International Business Studies*, Vol. 25, N.º 1, First Quarter.
- PEREIRA, A. (1999), "SPSS: Guia Prático de Utilização", Edições Sílabo, Lisboa.
- PEREIRA, G. M. (1996), "A Região do Vinho do Porto – Origem e Evolução de uma Região Pioneira", *Revista Douro – Estudos & Documentos* n.º 1, pp. 179-195, GEHVID.
- REID, S. (1981), "The Decision-Maker and Export Entry and Expansion", *Journal of International Business Studies*, Fall, 101-112.
- REID, S. (1983), "Managerial and Firm Influences on Export Behavior", *Journal of the Academy of Marketing Science*, Vol. 11, N.º 3: 323-332.
- REIS, E. (1997), "Estatística Multivariada Aplicada", Edições Sílabo, Lisboa.
- SAMIEE, S. & WALTERS, P. (1990), "Influence of Firm Size on Export Planning and Performance", *Journal of Business Research*, N.º 20, pp. 235-248.
- SHARKEY, T., LIM, J. & KIM, K. (1989), "Export Development and Perceived Export Barriers: An Empirical Analysis of Small Firms", *Management International Review*, Vol. 29, pp. 33-40.
- SIMMONDS & SMITH (1968), "The First Export Order: A Marketing Innovation", *British Journal of Marketing*, p. 95.
- SULLIVAN, D. & BAUERSCHMIDT, A. (1989), "Common Factors Underlying Barriers to Export: A Comparative Study in the European and U.S. Paper Industry", *Management International Review*, Vol. 29, pp. 17-32.
- SULLIVAN, D. & BAUERSCHMIDT, A. (1990), "Incremental Internationalization: A Test of Johanson and Vahlne's Thesis", *Management International Review*, Vol. 30, pp. 19-30.
- SWEET, S. (1999), "Data Analysis with SPSS", Allyn & Bacon, Boston.
- WELCH, L. S. & LUOSTARINEN, R. (1988), "Internacionalization: Evolution of a Concept", *Journal of General Management*, Vol. 14, N.º 2, Winter: 34-55.
- WELCH, L. S. & WIEDERSHEIM-PAUL (1977), "Extra-Regional Expansion: Internationalisation within the Domestic Market", Working Paper. Centre of International Business Studies. Universidade de Uppsala. Suécia.
- WIEDERSHEIM-PAUL, Olson, H.C. & WELCH, L. (1978), "Pre-Export Activity: The First Step in Internationalisation", *Journal of International Business Studies*, N.º 9, Spring/Summer: 47-58.
- YANG, Y., LEONE, R & ALDEN, D. (1992), "A Market Expansion Ability Approach to Identify Potential Exporters", *Journal of Marketing*, Vol. 56, pp. 84-96.